

Universidade de Brasília (UnB)  
Programa de Pós-Graduação em História

ISSN: 1518-6784

**Revista Brasileira do Caribe**  
Revista do Centro de Estudos do Caribe no Brasil

CECAB, Brasília-DF, Brasil, vol. X, nº 19-Jul/Dez. 2009

*Revista Brasileira do Caribe*

**Diretora:** Olga Cabrera

**Editores do Fascículo:** Olga Cabrera, Isabel Ibarra Cabrera e Katia Couto

Indexada pela Library of Congress. Number: 2004204431. [www.catalog.loc.gov](http://www.catalog.loc.gov) e pelo Diretório Latindex/UNAM/México. [www.latindex.unam.mx](http://www.latindex.unam.mx)

**Conselho Editorial:** Maria Bernadette Velloso Porto (Dpto Letras, UFF), Stephen Baines (Dpto Antropologia, UnB), Maria Antonieta Antonacci (Faculdade de Ciências Sociais, PUC-SP), Olga Cabrera (Pós-Graduação em História, UnB)

**Conselho Consultivo:**

H. Adlai Murdoch (University of Illinois), Juan J Baldrich, Pedro L. San Miguel (Universidad Río Piedras, Puerto Rico); Consuelo Naranjo (Consejo Superior de Investigaciones Científicas-CSIC-Madrid, Espanha); Miguel Suárez Boza (Universidad Las Palmas de Gran Canaria, España); Ernest Pepin (Escritor, Guadalupe); Olga Portuondo (Universidad de Santiago de Cuba, Cuba), Ileana Sanz (Universidad Habana, Cuba); Laura Muñoz (Instituto Mora, Mx); María Teresa Cortés Zavala (Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, Mx); Maria Therezinha F. Negrão de Melo, Eleonora Ziccarì, Jaime de Almeida (Universidade de Brasília); Leonardo Vidigal (Universidade Federal de Minas Gerais), Danilo Rabelo, Isabel Ibarra, Luis Sergio Duarte da Silva, Orlinda Carrijo Melo (Universidade Federal de Goiás); Euridice Figueredo (Universidade Fluminense, RJ); Kátia Couto (UFAM); Susan Mains, Patsy Lewis (University of West Indies, Mona, Jam.); Rodda Reddock, Rahwle Gibbons (University of West Indies, Trin.); Rose Mary Allen (University of the Netherlands Antilles, Curaçao); Diana Soto (Universidad de Bogotá, Col), Diana Lago e Alfonso Múnera (Universidad de Cartagena, Col.); Brigida Pastor (Un. of Glasgow, UK)

**Consultores Ad Hoc:** Carlos Benedito da Silva (UFMA), Joseania Miranda de Freitas (UFBA), Selma Pantoja (UnB).

**Capa Original:** Adriana Mendonça

**Projeto Gráfico e Diagramação:** Douglas da Silva Barbosa

*Revista Brasileira do Caribe*. Universidade de Brasília, vol. X, nº 19, (jul/dez 2009, Brasília, Editora CECAB, 2009. Semestral. Descrição baseada em vol. X, nº 19 (jul/dez 2009) 320p. ISSN: 1518-6784  
1.Caribe-História-Periódicos CDU:94(1-928-9)

Programa de Pós-Graduação em História - Universidade de Brasília-UnBUnB. Brasília. Campus Darcy Ribeiro. Fone: 55-61-307-2754 Fax 55-62-32930597 e-mail: [revista\\_brasileira\\_caribe@hotmail.com](mailto:revista_brasileira_caribe@hotmail.com) Site: [www.revistabrasileiradocaribe.org](http://www.revistabrasileiradocaribe.org)

\* Os direitos autorais dos artigos recebidos são transferidos para o CECAB: *Revista Brasileira do Caribe*. vol. X, nº 19.

\*\* Os dados e conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão das referências bibliográficas são de responsabilidade dos autores.

\*\*\* Os artigos recebidos para publicação são apreciados por no mínimo 2 (dois) revisores escolhidos preferencialmente entre os membros dos Conselhos Editorial, Consultivo e Consultores Ad Hoc.

Data de Circulação: Dezembro de 2009. Tiragem Bruta 600 exemplares.

Copyright © 2009, Centro de Estudos do Caribe no Brasil

## SUMÁRIO

Editorial <i>Isabel Ibarra Cabrera e Kátia Couto</i> .....	07
---	----

## ARTIGOS

### DOSSIÊ: CUBA, CULTURA, SOCIEDADE E POLÍTICA

Los umbrales del Constitucionalismo en Cuba, 1808-1812 <i>Olga Portuondo</i> .....	11
Tabaco, mito y esclavos en Cuba <i>Enrique López Mesa</i> .....	53
José Antonio Saco y los Estados Unidos <i>Josef Opatrný</i> .....	79
La Habana Vieja: conversão em centro histórico e projeção mundial das práticas patrimoniais <i>Alex Ricardo Medeiros da Silveira</i> .....	105
A presença dos imigrantes antilhanos em Cuba (1910-1952) <i>Kátia Couto</i> .....	131
Reforma agrária e revolução: Cuba e as Ligas Camponesas do Brasil nos anos de 1960 <i>André Lopes Ferreira</i> .....	163
Outro olhar sobre a Revolução Cubana: a trajetória e obra de Reinaldo Arenas na revista Vuelta. <i>Sílvia Cezar Miskulin</i> .....	191

Entre o Estado revolucionário e o exílio: Invenção e re-construção da memória do povo cubano  
*Fernando Luis González Mitjáns*.....209

*Boarding home: Literatura, Revolução e Exílio*  
*Isabel Ibarra Cabrera e Rickley Leandro Marques*.....241

## **TEMAS DO CARIBE**

Diasporic Marronage: Some Colonial and Intercolonial Repercussions of Overland and Waterborne Slave Flight, with *Special Reference to the Caribbean Archipelago*  
*Jorge L. Chinea*.....259

O Caribe na virada do século XX como laboratório da modernidade: Sobre enclaves urbano-agrírios e a hinterland (trans)nacional  
*Liliana Gómez* .....285

## **RESENHA**

Quando a ilha era a cidade. Alejandro de la Fuente: Havana and Atlantic in the Sixteenth Century. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2008.  
*Ynaê Lopes dos Santos*.....301

**OS AUTORES**.....311

**INSTRUÇÕES PARA ENVIO DE ARTIGOS**.....317

## SUMMARY

Editorial <i>Isabel Ibarra Cabrera e Kátia Couto</i> .....	07
---	----

## ARTICLES

The Thresholds of constitutionalism in Cuba, 1808-1812 <i>Olga Portuondo</i> .....	11
Tobacco, Myth and Slaves <i>Enrique López Mesa</i> .....	53
José Antonio Saco and the United States <i>Josef Opatrný</i> .....	79
Old Havana: conversion in historical centre and Worldwide projection of heritage practices <i>Alex Ricardo Medeiros da Silveira</i> .....	105
The presence of the West Indians immigrants in Cuba (1910- 1952) <i>Kátia Couto</i> .....	131
Agrarian Reform and the Revolution. Cuba and the Brazilian Ligas Camponesas (60's, sicle XX) <i>André Lopes Ferreira</i> .....	163
Another vision about Cuban Revolution and the trayectory and work from Reinaldo Arenas in the Vuelta review <i>Sílvia Cezar Miskulin</i> .....	191

Between the revolutionary State and the exile: Invention and re-  
construction of Cuban people's memory  
*Fernando Luis González Mitjans*.....209

*Boarding home: Literature, Revolution and Exile*  
*Isabel Ibarra Cabrera and Rickley Leandro Marques*.....241

## CARIBBEAN THEMES

Diasporic Marronage: Some Colonial and Intercolonial  
Repercussions of Overland and Waterborne Slave Flight, with  
Special Reference to the Caribbean Archipelago  
*Jorge L. Chinea*.....259

The Caribbean in the turning of century 20 like laboratory of the  
modernity: about urban-agrarian enclaves and the (trans)national  
hinterland  
*Liliana Gómez*.....285

## BOOK REVIEW

When the island was a city. Alejandro de la Fuente: Havana and  
Atlantic in the Sixteenth Century. Chapel Hill, The University of  
North Carolina Press, 2008.  
*Ynaé Lopes dos Santos*.....301

**ABOUT THE AUTHORS** .....311

**INSTRUCTIONS TO SEND ARTICLES**.....317

## EDITORIAL

Com o número 19 da *Revista Brasileira do Caribe*, damos prosseguimento aos objetivos iniciais de nossa publicação: oferecer aos estudiosos do Caribe e das relações entre o Brasil e o Caribe, um espaço de interlocução e de abertura de novas perspectivas investigativas. Nesta edição o dossiê “Cuba: cultura, sociedade e política” apresenta oito artigos que vinculados à temática proposta no dossiê abordam diversos aspectos da história, da sociedade, da política e da cultura cubanas. Além do dossiê, a revista é composta por outros três artigos sobre o Caribe, uma resenha e o mini-curriculo dos autores para contactos posteriores dos leitores.

Inicia-se o dossiê com o artigo da historiadora cubana e também professora da Universidade de Santiago de Cuba Olga Portuondo “Los umbrales del constitucionalismo en Cuba, 1808-1812”. O artigo trata das consequências da invasão das tropas francesas à Espanha para o imperio espanhol ultramarino. A autora a partir de uma vasta investigação documental em vários arquivos de Cuba e da Espanha discute como os cabildos cubanos após este evento histórico se converteram em representantes legais da soberania popular promovendo na colônia cubana uma reação em relação à metrópole. Olga Portuondo conclui que o Cabildo de Havana foi um dos primeiros a especular sobre a criação de um governo próprio. Em sequência, outro artigo vindo de Cuba do pesquisador do Centro de Estudios Martianos em Havana, Enrique López Mesa, intitulado “Tabaco, mito y esclavos en Cuba”, apresenta um interessante estudo a partir de novas fontes questionando o trabalho escravo no cultivo do tabaco. Segundo o autor, o negro foi invisibilizado e nasceu o mito que no meio de uma sociedade escravista as pequenas áreas de produção do tabaco foram constituídas por núcleos

de trabalhadores livres e brancos. O artigo seguinte do historiador Josef Opatrný, catedrático em estudos ibero-americanos na Universidade Carolina de Praga, intitulado “Jose Antonio Saco y los Estados Unidos” examina a influência dos Estados Unidos no pensamento do intelectual reformista cubano Jose Antonio Saco. O pensador cubano que pertencia à sociedade crioula foi estimulado pela liberdade, democracia e o alto nível da técnica nos Estados Unidos, no entanto, como afirma o autor, constatou o perigo para as minorias no sistema democrático daquele país. Dessa forma, Saco foi contrário à anexação de Cuba aos Estados Unidos e foi responsável pela formulação do conceito de nacionalidade cubana sendo até hoje discutido pela historiografia. A seguir, o artigo “La Habana Vieja: conversão em centro histórico e projeção mundial das práticas” patrimoniais do doutorando da UnB, Alex Ricardo Medeiros da Silveira, aborda a trajetória histórica de Havana Velha, desde o surgimento da cidade colonial, e as transformações dadas pela expansão para além das antigas muralhas. Toma como referência a problematização de Fernando Carrión, levando em consideração a dinâmica urbana e a intervenção patrimonial. O artigo seguinte, “A presença dos imigrantes antilhanos em Cuba (1910-1952)” da professora da Universidade Federal do Amazonas, Kátia Couto avalia o processo de incorporação dos imigrantes antilhanos em Cuba enfocando a imigração haitiana. A autora faz uma análise dos discursos apresentados na imprensa cubana da época e como esta contribuiu para a criação de um imaginário negativo desses trabalhadores imigrantes. A seguir, o artigo “Reforma agrária e revolução: Cuba e as Ligas Camponesas do Brasil nos anos de 1960” de André Lopes Ferreira, doutorando da Universidade Estadual de São Paulo, procura avaliar o impacto da Revolução Cubana na trajetória das Ligas Camponesas do Brasil. O autor aborda que a radicalização do discurso político das ligas camponesas do Brasil nos anos de 1960 se deve a vinculação com as ideias da Revolução Cubana, assim como, ao apoio de Cuba no treinamento militar de brasileiros durante esses anos.

Em sequência, o artigo de Sílvia Cezar Miskulim, pós-doutoranda da USP, “Outro olhar sobre a Revolução Cubana: a trajetória e obra de Reinaldo Arenas na revista *Vuelta*”, apresenta a trajetória de vida e obra do escritor Reinaldo Arenas a partir de uma análise dos artigos publicados na Revista Mexicana *Vuelta*. Revista dirigida pelo

escritor Octavio Paz que publicou inúmeros escritores cubanos que se encontravam no exílio nos anos oitenta do século XX. Logo após, o último artigo do dossiê, se intitula “Entre o estado revolucionário e o exílio: invenção e re-construção da memória do povo cubano” de Fernando Luis González Mitjans, pesquisador do Núcleo de Estudos Cubanos da Universidade de Brasília. O autor explica que ao longo dos cinquenta anos de vida do regime revolucionário cubano têm sido construída uma memória oficial fundamentada na seleção de determinados heróis e momentos históricos. Em contrapartida, surge uma memória construída no exílio que reconhece outros valores, personagens e momentos históricos que são omitidos na memória oficial. O autor aponta que estes confrontos de memórias estão influenciando posicionamentos críticos na população da ilha. Por último encerra o dossiê o artigo “*Boarding Home: Literatura, Revolução e Exílio*”, dos autores Isabel Ibarra e Rickley Leandro Marques, no qual os autores analisam as relações entre Literatura e História na obra de Guillermo Rosales. As conexões entre vida e obra do autor revelam as fontes do seu inconformismo com a deshumanização dos marginalizados no exílio.

A seguir na seção Temas Caribenhos apresentamos o artigo intitulado “Diasporic Marronage: some colonial and intercolonial repercussions of overland and waterborne slave flight, with special reference to the Caribbean Archipelago” de Jorge L. China catedrático de História da América Latina e Caribe da Wayne State University. Neste artigo, o autor explora alguns exemplos do quilombolismo como uma das formas de resistência mais empregadas pelos escravos aborígenes e africanos nas Américas. Por ter tido um forte impacto no projeto colonial, os governos crioulos instituíram inúmeras ordens para impedir a fuga e a formação do quilombo. No entanto, como o autor explica em seu artigo os quilombos não permaneceram isolados no mundo. Eles mantiveram relações com outros segmentos da sociedade colonial e inter-colonial com especial ênfase no Caribe até o século XIX.

O último artigo intitulado “O Caribe na virada do século XX como laboratório da modernidade: sobre enclaves urbano-agrícolas e a hinterland (trans)nacional” de Liliana Gómez, professora no Lateinamerika-Institut da Freie Universität Berlin, estuda o Caribe frente à acumulação da transição até a modernidade. Segundo a autora, este laboratório é configurado pelas dinâmicas recíprocas nacional e

transnacional onde as relações de trabalho e raça e as ideologias raciais foram redesenhadas.

Nesta edição publicamos ainda a resenha intitulada “Quando a ilha era a cidade”, elaborada por Ynaê Lopes dos Santos sobre o livro *Havana and Atlantic in the sixteenth century*, de Alejandro de la Fuente.

Por fim, esperamos que o leitor desfrute com a diversidade de pontos de vista, de trajetórias intelectuais, de fontes e de referências historiográficas apresentadas neste novo número da *Revista Brasileira do Caribe*.

*Isabel Ibarra Cabrera*

(Universidade Federal de Goiás, Brasil)

isabelibarra555@hotmail.com

*Kátia Couto*

(Universidade Federal do Amazonas, Brasil)

kc-couto@uol.com.br

## ARTIGOS

### DOSSIÊ: CUBA, CULTURA, SOCIEDADE E POLÍTICA

#### **Los umbrales del constitucionalismo en Cuba, 1808-1812**

*Olga Portuondo*

(Universidad de Santiago de Cuba, Cuba)

olgaportuondo@hotmail.com

#### **Resumo**

A invasão de Espanha pelas tropas francesas no mês de maio de 1808 trouxe graves conseqüências para o imperio espanhol ultramarino. A dúvida sobre o caráter sagrado da monarquia estendeu-se por todas as colônias de Espanha em América, convertendo-se numa ameaça para a segurança nacional, se temos em conta as mudanças nos processos identitários no percurso dos dois séculos anteriores. Os Cabildos converteram-se em representantes legais da “soberania popular” quando as oligarquias locais fizeram valer os direitos cidadãos herdados do Medievo, ainda que a Ilustração tinha contribuído para forjar nas suas mentes o critério da igualdade com os espanhóis. Também a Carta dos Direitos do Homem e do Cidadão passava de mão em mão para instruir sobre a necessária soberania. As elites crioulas especulavam sobre sua capacidade para a autodeterminação ao relacionar esta com as possibilidades econômicas derivadas da liberdade de comércio com o exterior e com sua antiga experiência de governo desde os Cabildos. Com esses postulados proliferou o movimento das Juntas em Hispano América. Não é de duvidar que um dos primeiros Cabildos em especular

\* Artigo recebido em março de 2009 e aprovado para publicação em maio de 2009.

sobre a criação de um governo próprio fosse o Cabildo de Havana.

**Palavras-chave:** Cuba, Constitucionalismo, Império Ultramarino Espanhol

### **Resumen**

La invasión de España por las tropas francesas en mayo de 1808 trajo graves consecuencias para el imperio español ultramarino. La puesta en duda del carácter sagrado de la monarquía se extendió por todas las colonias de España en América, convirtiéndose en una amenaza a la seguridad colonial, si tenemos en consideración la paulatina toma de conciencia de su identidad en el transcurso de los dos siglos anteriores. Los Cabildos se convirtieron en representantes legales de la “soberanía popular” cuando las oligarquías locales hicieron valer los derechos ciudadanos heredados del medioevo en tanto que la Ilustración había contribuido a forjar en sus mentes el criterio de igualdad con los españoles peninsulares. También la Carta de los Derechos del Hombre y del Ciudadano pasaba de mano en mano para instruir sobre la necesaria soberanía. Las elites criollas lucubraban su capacidad para la autodeterminación al relacionarla con sus posibilidades económicas hacia el exterior y su añeja experiencia de gobierno desde los Cabildos. Con estos postulados proliferó el movimiento juntista en Hispanoamérica. No es de extrañar pues, que uno de los primeros en especular sobre la creación de una Junta, fuera el Cabildo de La Habana.

**Palabras claves:** Cuba, Constitucionalismo, Imperio Ultramarino Español

### **Abstract**

The invasion of Spain by French troops in May 1808 brought serious consequences to the Spanish empire overseas. The putting in question the sacred character of the monarchy spread through all the Spanish colonies in America, becoming a threat to colonial security, if we take into consideration the gradual awakening of consciousness of their identity through the previous centuries. The Mayors were turned into legal representatives of “popular sovereignty” when the local oligarchies validated citizens rights inherited from the medieval so that the Illustration had contributed to forge in their minds the criterion of equality with the peninsular Spanish. Also the Charter of Rights

of Men and Citizens passed from hand to hand to instruct on the necessary sovereignty. The criolle elites evaluated their capacity for self-determination, relating it to their economic possibilities abroad and their old experience of government from the Mayors. With these postulates, there proliferated the juntista movement in Hispanic America. It is not surprising then, that one of the first to speculate on the creation of its self determination, was the Mayor of Habana.

**Key words:** Cuba, Constitutionalism, Spanish Empire Overseas

## **Introducción**

A comienzos de enero y hasta los inicios de mayo de 1808, los acontecimientos en España se precipitan vertiginosamente con la presencia al sur de los Pirineos de las tropas francesas comandadas por el general en jefe y príncipe Murat, y al ser convocados a Bayona el viejo rey Carlos IV más el apenas recién estrenado Fernando VII.<sup>1</sup> Con la abdicación de ambos, la corona de España estaba a disposición de Napoleón y sería entregada a su hermano José Bonaparte, hasta ese momento rey de Nápoles; pero las juntas provinciales surgidas a lo largo y ancho del territorio ibérico se negaron a obedecer la autoridad de éste y declararon la guerra popular contra el invasor. El 2 de mayo madrileño es símbolo de resistencia que repercute, y la restauración de la monarquía española se proyectaría en el pueblo de la península idílicamente como una meta inexcusable para alcanzar la liberación mediante la guerra santa.

La puesta en duda del carácter sagrado de la monarquía se extendió por todo el Imperio Ultramarino americano hasta convertirse en una amenaza a la seguridad colonial, si tenemos en consideración la paulatina toma de conciencia de su identidad en el transcurso de los dos siglos anteriores. Los Cabildos se convirtieron en representantes legales de la “soberanía popular” cuando las oligarquías locales hicieron valer los derechos ciudadanos heredados del medioevo en tanto que la

Ilustración había contribuido a forjar en sus mentes el criterio de igualdad con los españoles peninsulares. También la Carta de los Derechos del Hombre y del Ciudadano pasaba de mano en mano para instruir sobre la necesaria soberanía (SANTO OFICIO DEL INQUISIDOR GENERAL, 30/09/1794). Las elites criollas lucubraban su capacidad para la autodeterminación al relacionarla con sus posibilidades económicas hacia el exterior y su añeja experiencia de gobierno desde los Cabildos. Con estos postulados proliferó el movimiento juntista en Hispanoamérica. No es de extrañar pues, que uno de los primeros en especular sobre la creación de una Junta, fuera el Cabildo de La Habana.

### **La Suprema Junta de Sevilla**

La Junta Suprema de Sevilla, una vez constituida, había declarado la guerra a los franceses y firmado el armisticio con Inglaterra. En la isla de Cuba, se supo de la naturaleza de esta junta, cuya sede era el Real Palacio del Alcázar, con el nuevo intendente del Ejército y Real Hacienda Juan Aguilar y Amat: el 17 de julio de 1808, llegaba al puerto de la capital colonial esta noticia en la fragata americana *Despach* (ESTADO, 28/07/1808).

Salvador del Muro y Salazar, marqués de Someruelos, tal y como correspondía a sus funciones de capitán general, publicó inmediatamente una proclama donde se informaba de la infamia francesa, exhortaba a los americanos para que socorrieran a la Madre Patria con sus donativos —además de declarar la guerra al emperador Napoleón I y a Francia— mientras ésta estuviera bajo su autoridad. También envió un oficio a Sebastián Kindelán, gobernador del Departamento Oriental, para comunicarle lo que ocurría. En ambos casos, se recomendó la tranquilidad y la quietud de los vecinos respecto a los inmigrantes franceses radicados en la Isla, la partida de los que “no convengan” y el

embargo de las propiedades de los corsarios de aquella nación cuyas embarcaciones estuvieran surtas en el puerto.<sup>2</sup>

Pero al mismo tiempo, os recomiendo encarecidamente la resignación en la divina providencia que sabe sacar triaca del veneno, la virtud de la fortaleza y de la magnanimidad nunca tan necesaria como en el presente caso, el sufrimiento, la prudencia, la moderación y la docilidad, para que reprimais vuestra inevitable inquietud, para que escuceis todo estrépito y desorden, y para que os abstengáis de inferir la mas leve vexacion á los pacíficos, laboriosos y utilísimos franceses nuestros compañeros y amigos[...](PONTE DOMÍNGUEZ, 1937:114).

### **¿Junta Provincial en La Habana?**

En el mismo Bando donde se proclama la obediencia a Fernando VII, Someruelos se había apresurado en reconocer la dependencia a la Junta Suprema de Sevilla,<sup>3</sup> tal vez influido por el nuevo intendente, familia de Manuel María Aguilar, uno de los dos secretarios de la Sevillana. Semejante actitud tenía su razón de ser en la ausencia del poder monárquico que lo había designado (PONTE DOMÍNGUEZ, 1937:31), ahora en precario, ansiosamente buscaba Someruelos un asidero para su autoridad menoscabada, justamente en la peligrosa situación interior y exterior del momento: trataba de evitar alteraciones sociales en el sistema de la colonia, prepararse para las amenazas de invasión y, sobre todo, asegurar el comercio a la sacarocracia habanera.

No hay que pasar por alto, que los criollos podían negociar también con el gobierno de José Bonaparte: miembros de la oligarquía habanera integrarán su corte y junta, como Gonzalo O’Farril,<sup>4</sup> uno de sus ministros, Sebastián Calvo de la Puerta y O’Farrill, marqués de Casa Calvo, y hasta el padraastro del propio Someruelos, el marqués de Montarco, era un afrancesado.<sup>5</sup> Todos tenían parientes y amigos en la colonia

antillana y, lo más importante, formaban familia, gracias a los enlaces matrimoniales entre sí.

José Bonaparte había convocado para Bayona a una representación americana la cual solicitó desde la libertad de comercio hasta la abolición de tributos sobre indios y castas: a las provincias de América y Asia se les reconocerían los mismos derechos que a la península en su Constitución y se les prometió una participación en el Consejo de Estado y en la Sección de Indias.<sup>6</sup> La Constitución de Bayona se firmó el 6 de julio de 1808 y su título X, “De los reynos y provincias españolas de América y Asia” contenía una serie de artículos con los que se pretendían ganar las simpatías criollas ultramarinas, particularmente con respecto a la equiparación comercial.<sup>7</sup> La Constitución reconocía necesidades neurálgicas de las oligarquías criollas americanas. De manera que, una junta provincial permitiría tener las manos libres ante cualquier viraje definitivo a favor de Francia.

En connivencia con lo más rancio de la elite habanera, el capitán general mostró su aquiescencia a la idea de crear una junta suprema provincial independiente, a imitación de la de Sevilla y de la de otras provincias de España. Dicha junta bien podría respaldarlo en las circunstancias presentes para decidir medidas tan drásticas como proclamar el comercio con los neutrales o reprimir sublevaciones de negros (ESTADO, Leg.59, 11/11/1809). Se asesoraba en un círculo cerrado: el teniente rey José de Ilincheta y Arrese, el síndico del consulado habanero y alférez real Francisco de Arango y Parreño, el prior del tribunal del Consulado y regidor alguacil mayor Pedro Pablo O’Reilly y de las Casas, segundo conde de O’Reilly, y el alcalde ordinario Andrés de Jaúregui. A los pocos días de la publicación de la Proclama del 17 de julio, el capitán general enviaba un oficio al Ayuntamiento habanero para subrayar: que los términos empleados no significaban el sometimiento a la Junta Suprema de Sevilla, ni perjudicaban el derecho de otras provincias a

governarse por sí mismas al faltar la unidad, como podría ocurrir en la Isla de Cuba.<sup>8</sup>

En las actas del Cabildo de La Habana comprendidas entre el 22 y el 27 de julio puede apreciarse la zozobra e incertidumbre de sus regidores mientras se analizaba la organización de un centro de gobierno para robustecer autoridades. El alférez real Arango y Parreño convocó a no precipitarse para valorar los riesgos y dificultades que podían amenazar y tomarse tiempo, proceder con prudencia y cordura y siempre respaldar a Someruelos. Se acordó: “[...] que cada uno examinase a solas los avisos y papeles que de los sucesos de España nos han llegado hasta aquí, y en lo que se ha ejecutado en las demás provincias, se busque lo más adaptable a nuestras particulares circunstancias [...]” (1952: 116).

En medio de este fermento el 26 de julio, se recibió un memorial dirigido al Cabildo, redactado por el mariscal de campo Agustín de Ibarra y en común acuerdo con la junta privada del capitán general. Se tuvo mucho cuidado en la redacción del texto, pero no deja duda: se quiere la junta superior de gobierno en breve y se solicitan los términos para organizarse mediante el empleo de las facultades ordinarias y extraordinarias legales, para que la conformen las principales autoridades y un número de vecinos respetables. El síndico procurador general del Ayuntamiento habanero Tomás de la Cruz Muñoz fue comisionado para que “entre los mejor opinados” se comenzaran a recabar firmas de apoyo a dicho documento y solicitar del capitán general el establecimiento de la junta provincial. Las objeciones a estas novedades entre los vecinos hacendados, comerciantes y personas notables, impidieron seguir con la recogida de rúbricas. Se les acusaba de sencillez y generalidad de argumentos, pues para evitar ciertos inconvenientes se exponían a problemas de mayor envergadura.<sup>9</sup>

Francisco de Arango y Parreño, siempre astuto observador para detectar hacia dónde se inclinaba el viento, consideró que no eran bastantes algo más de 70 firmas en negocio tan grave. Decía que se necesitaba, al menos, el consentimiento de 200 vecinos de valer. Demostraba esta vez, lo que era la constante en su quehacer político: la espera paciente a la gestación de los acontecimientos.<sup>10</sup>

En su libro, *La Junta de La Habana en 1808*, el historiador Francisco Ponte Domínguez concentra su atención en explicar detalladamente la fidelidad a España de Arango y Parreño en el transcurso de los acontecimientos de 1808, como si fuera necesario probarlo. Ponte convirtió al alférez real en el protagonista principal de aquellos días, paradigma de estadista criollo, cuando era el predicador de la estabilidad colonial.

### **Repulsa a la Junta de La Habana**

No perdió tiempo, José Francisco Barreto y Cárdenas, conde de Casa Barreto, en manifestarle su respaldo al capitán general pero también su desacuerdo ante la posible creación de la junta provincial en La Habana: la consideraba una innovación peligrosa e innecesaria. Añadía, que una parte de la nobleza y del Pueblo entero —así, con mayúscula, aunque con esta palabra se refería fundamentalmente al estamento de criollos blancos en la colonia— empezaban a alarmarse por la manera incierta y furtiva con que se trataba la formación de aquella junta.<sup>11</sup> Los funcionarios, por supuesto, también estaban en contra de la determinación: el superintendente de tabacos Rafael Gómez Roubaud y el comandante general del apostadero de marina Juan Villavicencio, cuyo hermano se presentó como comisionado de la Junta Suprema de Sevilla.<sup>12</sup> El conde O'Reilly alegraría que dichos funcionarios gobernaban bajo un despotismo militar (ESTADO, Leg. 59k, 1809). Ambos habían tenido enfrentamientos con

Illicheta y Arango al violar la autonomía de que gozaba, hasta entonces, el gobierno local: el primero, porque había despojado al Cabildo del derecho a circular en la bahía durante 1806 y el segundo, por apoyar a aquel durante su desempeño como intendente interino de Real Hacienda.

Los hechos demuestran que los desafectos al posible establecimiento de una junta en La Habana comenzaron a propalar sus rencores en pasquines, porque la sacarocracia criolla amenazaba con monopolizar la autoridad en la ciudad. Resultaba difícil al capitán general controlar la delicada situación creada: los opositores daban rienda suelta a los odios y temores del “estado llano”, catalogándolo de no tan vulgar; mientras la elite criolla necesitaba restablecer los vínculos de navegación con los angloamericanos y desarrollar su economía sin trabas comerciales ni tasas onerosas; además, recelaba de la alianza con Gran Bretaña por estimarla como un paso previo a un posible traspaso de la Isla a una nación que acababa de abolir la trata.

El 8 de agosto Someruelos emite una nueva proclama, “A los generosos habitantes de la isla de Cuba”(ESTADO. Leg.59A), donde se habla de los aviesos propósitos de Napoleón para con América; y es seguida por otra, del 17 de agosto titulada “A los muy leales habitantes de la ciudad de La Habana” (ESTADO, Leg. 59A), tendientes ambas a cortar todo tipo de comentarios y preservar la quietud del Pueblo. No pudo, sin embargo, el capitán general controlar las reflexiones privadas que condujeron a un informe dirigido a la Suprema Junta sobre cuestiones de carácter personal hasta contra sí mismo.<sup>13</sup>

### **La Junta Suprema Central Gubernativa de España e Indias**

El proceso de la guerra en la Península no favorecía precisamente a la tranquilidad de la capital colonial insular, donde existía una atmósfera tensa y de indecisiones. Los cuatro

Consejos, en particular los de Castilla y de Indias, seguían emitiendo en Madrid —a nombre de Fernando VII— órdenes e informaciones a las provincias de Ultramar, sobre los combates entre los franceses y sus contrincantes ingleses y españoles. Luego de su efímero mandato, el rey había dejado en su lugar una Junta Suprema de Gobierno obligada a responder a la presión francesa y que agonizaba por ineptitud en agosto. Muchos de sus ministros tuvieron que trasladarse a Sevilla.

La Junta Suprema Central Gubernativa del Reino de España e Indias, con título de Majestad, quedaba instalada el 25 de septiembre de 1808 en el Real Sitio de Aranjuez, integrada por 34 delegados de las juntas provinciales que trataron de preservar la legitimidad: la nobleza provinciana, magistrados, clérigos y algún que otro miembro del tercer estado.<sup>14</sup> Destacaban los reformadores del despotismo ilustrado Josef Moñino, conde de Floridablanca, su presidente, y Melchor Gaspar de Jovellanos.

La información se obtenía casualmente a inicios de noviembre en La Habana, mediante el navío Nuevo Emprendedor pero no se publicó hasta el 26 del propio mes, luego de recibida la correspondencia oficial. El avance francés obligará a la Junta Gubernativa a trasladarse a Sevilla para celebrar sus reuniones en el Regio Alcázar: representará una pérdida de prestigio al demostrar su ineficacia en la dirección de la guerra, y dará oportunidad a los comerciantes gaditanos de ejercer sobre ella una dependencia mayor cuando tuvo que refugiarse en la isla de León entre el 23 y 24 de enero de 1810.

Según Villavicencio —por opinión del oidor Andrés Álvarez Calderón— ya el conde de O'Reilly había mostrado su desprecio a la Junta Suprema de Sevilla y a los papeles que de ella llegaban a La Habana. La catalogaría como una “junta de zapateros”, durante una reunión íntima en la casa de la condesa de Castillo. Y agregaba, conocer que se hablaba de crear una

junta central que representara a la nación y al rey pero que ni a esa debía obedecerse, “si no se hallaban diputados de la Ysla, que ésta no era un trapo sucio, sino por el contrario una parte muy considerable del Reyno de España”(CONSEJOS, Leg.59C). Ciertas o no estas manifestaciones verbales privadas, demuestran lo caldeado de las opiniones: mientras en noviembre Napoleón entraba nuevamente a España y José pretendía negociar con la Junta sevillana, en el Ayuntamiento habanero se quemaba una copia impresa de la Constitución de España e Indias, promulgada en Bayona el 6 de julio de 1808 y firmada por José Bonaparte<sup>15</sup>; y, sin embargo, Gómez Roubaud decía que la colonia estaba minada de traidores. En entredicho quedaba, como hemos dicho, hasta el propio Someruelos (ESTADO, Leg.59C, 9,11,29/03/1809). De las virulentas opiniones del Factor de Tabacos sobre los franceses proceden estas palabras: “[...] al francés se le debe temer lo mismo al que lleva la piedra de amolar al hombro, o nos vende paquetes de medias, que al que lleva el fusil, es gente de guerra [...]”(ESTADO.20/03/1809).

Antes de conocerse la creación de la Junta Gubernativa, el conde de O’Reilly dirigía a la Junta Suprema de Sevilla una representación que ponía sobre el tapete el sentimiento de una parte muy importante de la elite habanera:

La Ysla de Cuba desea tener en el Cuerpo Nacional aquella Representación que por su importancia y población se merecen. Todos somos españoles y hemos sido gobernados por las mismas leyes, y los mismos magistrados, parece pues que en el día debe nuestra constitución ser igual a la de la Península (ESTADO, Leg. 59k, 31/10/1808).

Íntimamente, claro está, era también el sentir de casi todos los miembros del Cabildo habanero quienes, como entidad, dirigieron una representación donde exponían su pensamiento acerca de los peligros externos e internos que amenazaban al

país, por el número tan grande de libertos y esclavos, además de la múltiple división de la autoridad superior. Se insistía en la necesidad de que se le diera el lugar correspondiente “a más de 300 000 Españoles que con tan grande numero de libertos y esclavos, y tanto provecho del Estado ocupan la primera conquista que nos queda de Colón” y también se subrayaba la necesidad de reformas al sistema mercantil (ESTADO, Leg. 59E, 31/10/1808).

### **Vocales para la Junta Central**

Mientras tanto, los franceses en Madrid adoptaban una serie de medidas dirigidas a neutralizar el Antiguo Régimen y, al mismo tiempo, impedir la revolución popular (ZARAGOZA, 1873: 213). El avance inglés dentro de la península era incierto y un nuevo sitio a Zaragoza culminará en éxito para las tropas napoleónicas. Además de los emisarios de Luis Bonaparte se hablaba de los preparativos de una supuesta expedición dirigida desde los Estados Unidos sobre la isla de Cuba. Corrían muchas voces: que si Someruelos iba a ser sustituido, que si era un afrancesado y era verdad lo que se decía acerca de que Napoleón había entrado de nuevo en España y que el presidente de la Junta Central, su alteza serenísima, conde de Floridablanca había fallecido no bien llegado a Sevilla.<sup>16</sup>

Se buscaban soluciones de apoyo ante la avalancha francesa y la Junta Central mira con mayor interés las provincias de Ultramar, sobre todo porque la institución metropolitana parece querer ganar, a duras penas, una mayor libertad de acción. Con Floridablanca en la presidencia y Jovellanos entre sus miembros, la Junta había aplicado la experiencia de aquellos ministros ilustrados reformistas del Antiguo Régimen.

La Junta Central Suprema Gubernativa del Reino y de Indias intentó conservar su autonomía y recaudar donativos

para la Guerra Santa en territorios de Ultramar: en Real Orden de 22 de enero de 1809 se convocaba a los Ayuntamientos del Nuevo Mundo hispano para que nombraran una terna de donde seleccionar un vocal que integraría la representación nacional y se expresaba en términos, nada halagüeños para la naciente burguesía metropolitana: “[...] considerando que los vastos y preciosos dominios que España posee en las Indias no son propiamente colonias ó factorías como los de otras naciones, sino una parte esencial e integrante de la Monarquía Española y deseando estrechar [...]”(COLONIA, 22/01/1809). Para Jovellanos este era un acto de justicia, la Junta diseñaba una nueva política para América, de manera que puso su empeño en la convocatoria a Cortes y en la participación de los americanos (ARTOLA, 1991: X).

Un duplicado del documento llegó a la capitania general el 17 de mayo y otro, varios días después, a Santiago de Cuba, este último con el criterio puntual de Someruelos de que sólo se refería a La Habana y Santiago de Cuba.<sup>17</sup> Cerca de esta fecha la Junta Central manifestó también su deseo de conocer las necesidades de los fieles americanos. Zaragoza capitula el 20 de febrero. A instancias del alférez real Arango y Parreño, Someruelos decidió, sin resistencia de la Junta, restablecer relaciones comerciales con los angloamericanos.

A instancias de la Real Orden de 22 de enero de 1809, el Cabildo santiaguero procedió a la elección de un vocal para la Junta Central Gubernativa en persona que tuviera representación nacional (ACTAS CAPITULARES, 22/06/1809). Recayó en el teniente coronel subinspector de pardos de las milicias disciplinadas de Cuba y Bayamo, Antonio Vaillant y Berthier,<sup>18</sup> muestra la fuerza política de los partidarios plantacionistas dentro de la elite criolla santiaguera; si bien, una tardía Real Orden de la Junta Central establecía las normas de elección,

al exigirse que fuera nacido en el territorio y sin compromisos administrativos, y el Cabildo procedió a nueva elección del vocal. Así fue designado Silvestre López del Castillo y Cuevas,<sup>19</sup> regidor de lo más granado de la vieja tradición patricia, pero del grupo que rodeaba a Kindelán. Las fuerzas que dirigía Osés se habían debilitado.

Cuando se efectuaba esta elección, ya la Junta Central Gubernativa había sido sustituida por un Consejo de Regencia el 29 de enero de 1810, lo que impediría acceder a la condición de vocales adquiridas por los ultramarinos y se aceleró la convocatoria a Cortes (REALES ÓRDENES Y CÉDULAS, Leg. 43, no 95). Había sido el poder ejecutivo durante 14 meses. Se insistió en que José Bonaparte tenía pretensiones de insurreccionar América y se convocaba a estar alerta para evitar la entrada de sus agentes;<sup>20</sup> de manera que, se mantuvieron sobre las armas las milicias disciplinadas (ASUNTOS POLÍTICOS, 28/03/1810).

### **El pogromo habanero contra los franceses**

Los ánimos estaban caldeados en la capital colonial, puesto que los funcionarios españoles temían un inminente control absoluto del poder por los criollos, respaldados por el capitán general.

Con esta opinión, el factor de tabacos Gómez Roubaud escribe al presidente de la Junta de Sevilla en varias oportunidades: acusaba al nuevo intendente Aguilar por desórdenes y alborotos y por traer órdenes ocultas de Miguel José de Azanza<sup>21</sup>, insinuaba los lazos que unían a Someruelos con Gonzalo O'Farrill y a éste con Ilincheta porque estaba casado con una sobrina. Arremete despiadadamente contra los inmigrantes de Saint-Domingue asentados en la Isla, y decía que la mayoría de los franceses vivían amancebados, que sus negros trabajaban en días de fiestas y no se bautizaban ni instruían en la religión. Pedía la expulsión

de los negros libres y esclavos procedentes de la antigua colonia francesa, al punto de preferir el retraso de la agricultura a la permanencia de aquellos inmigrantes.

Justo en vísperas de desencadenarse los hechos punibles en La Habana, Casa-Barreto escribe nuevamente a la Junta de Sevilla el 8 de marzo: mostraba sus simpatías por la campaña de Joaquín de Osés, arzobispo de Santiago de Cuba contra el gobernador Kindelán y aludió a las acusaciones que se instruían al prelado, según él, injustamente presentadas en la Real Audiencia de Puerto Príncipe. Rechazaba, sin embargo, cualquier tipo de innovación en el gobierno por peligrosa e innecesaria (ESTADO, 27/07/1808; 14/07/1809). El capitán general trató de contener el estallido que se vislumbraba, más tarde asegurará que ya habían comenzado las Juntas de Vigilancia a requerir la salida de muchos franceses, según los negocios de cada uno. La tarde y la noche del 21 de marzo de 1809 tuvieron lugar graves ocurrencias que provocaron muertes y saqueos de casas. Jóvenes libres y esclavos de color persiguieron a los franceses en las calles y hasta en sus viviendas, les dieron muerte y asolaron sus habitaciones (ESTADO, Leg. 59C). Los escandalosos sucesos duraron hasta la mañana del 22 y parecía que se extenderían a los campos y sobre los propietarios criollos.<sup>22</sup>

A esta sazón ya se habían unido á los muchachos porciones de negros carretillos, aguadores, y otros esclavos huidos de sus amos, gritando viva FERNANDO VII y mueran los franceses, pero su intento fue solo robar por que no lastimaron a ninguno bien que tampoco hicieron resistencia: mas ya á las ocho de la mañana se dirigian contra muchos que sabian no eran franceses. Se tomaron providencias activas por el gobierno y con las patrullas de urbanos, desapareció en el instante la multitud de las calles, se prendieron varios negros y se dieron disposiciones para seguir a una porcion de la turba que se dirigia a los campos (ULTRAMAR, Leg.84).

Se cerraron las puertas de la ciudad, las tiendas y oficinas públicas. Éste día y al siguiente, Someruelos imprimió dos bandos para exigir la retirada de los libertos a sus casas y la recogida de los esclavos, así como la devolución de lo robado por vagos y perdularios a los franceses y a algunos españoles; los negros realengos quedarían dentro del rastrillo y los destinados a los Molinos del Castillo del Príncipe se retirarían al cuartel cuando las puertas de la ciudad y arrabales se cerraran. Prohibió las cuadrillas de más de cuatro individuos después de las ocho de la noche y sin farol en las calles; y que deambularan las volantas, si no eran de alquiler (ESTADO, 22, 23/03/1809, Leg. 59C).

La creciente popular fue alentada por todos aquellos temerosos del monopolio político de los criollos. Ellos agujonearon las persecuciones a los extranjeros como una lección sobre los desajustes sociales que podían provocarse, si se desconocía la autoridad metropolitana que personificaban los funcionarios: “El celo de algunos buenos preparó involuntariamente los ánimos de la gente baja en nada parecida á la de España, en la que se imprimió lo que oyeron a sus amos y patronos quando empezó el desorden, que es fácil retoñe en qualquier suceso desgraciado.”<sup>23</sup>

Una Pastoral del obispo habanero Juan José Díaz de Espada y Landa, partidario de conservar la tranquilidad, acusaba airadamente a los responsables del amotinamiento y tildaba de execrables los actos llevados a cabo bajo la bandera de un supuesto patriotismo:

A veces se cubren los sediciosos con el velo respetable del patriotismo para alucinar a una porción de los sencillos habitantes, sembrar sus máximas seductoras, y llevar a cabo los abominables designios de levantar su fortuna sobre ajenas ruinas y al efecto hacer desconfiar de los Magistrados fomentando el espíritu de amotinamiento (ESTADO, 24/03/1809. Leg.59C).

La violencia desatada fue el remedio definitivo para la cauta y precavida oligarquía habanera que había visto comportarse a los negros, desinhibidos en sus deseos de reivindicación. No volvería más hablarse a favor de la creación de una junta provincial, sobre todo, porque muy pronto se restableció el comercio con los angloamericanos y los competitivos franceses partieron masivamente en medio de la violencia desatada. El marqués de Someruelos era nombrado teniente general en recompensa a sus donativos y a su fidelidad.<sup>24</sup> Los estamentos sociales más bajos no olvidarían.

### **El Consejo de Regencia de España e Indias**

Napoleón invadía nuevos territorios europeos al ocupar Viena, los Estados Pontificios y en España sus fuerzas imparables abren la ruta hacia Andalucía.

El presidente de la Junta Central marqués de Astorga, emitió un Real Decreto para anunciar la convocatoria a Cortes para el año próximo, o antes, según lo determinara la crítica situación.<sup>25</sup> En la Real Orden donde se relacionaban los requisitos para aspirar a vocal de la Junta, se establecía que no sólo los de las ciudades cabeceras de partido debían ser nombrados. La nobleza que integraba la Junta Central Gubernativa perdía terreno, perjudicada por las circunstancias de la guerra civil y popular que los llevaron a concentrarse en la Isla de León, con una mayor dependencia financiera de los comerciantes en la plaza de Sevilla-Cádiz. Las últimas medidas adoptadas por la Junta parecen haberlos colocado al límite de su paciencia. Los viejos rencores de la Junta de Sevilla, defraudada en sus aspiraciones a la total soberanía, provocaron a principios de 1810 la disolución de la Junta Suprema de Gobierno relevándola la primera Regencia (ARTOLA, 1991: XLIII). Luego de su reemplazo, no hubo otra oportunidad para contener la insurrección en Hispanoamérica.

Una vez instalado a finales de enero el Supremo Consejo de Regencia de España e Indias<sup>26</sup> éste se convirtió por Real Cédula, en órgano estatal ejecutivo al mes siguiente: reiteró la convocatoria a Cortes y llamó a los diputados a congregarse en la Real Isla de León, además de dictar las normas para su elección. Halagaba a los ultramarinos con circulares llenas de promesas y el 17 de mayo dictaba una orden para el libre comercio que causó la indignación de los comerciantes gaditanos.<sup>27</sup> Un mes después se anulaban estos acuerdos, y se aclaró que era una orden apócrifa, de ningún valor; con lo que restableció las prohibiciones del monopolio en América.<sup>28</sup> La sujeción absoluta de sus miembros a las decisiones de la naciente burguesía española puede evidenciarse ante la renuncia y variación constante de sus componentes.<sup>29</sup> No sería más que un aparato transmisor de las decisiones tomadas por el joven liberalismo legislador, cuya ejecutividad quedaría disminuida por otras leyes emitidas durante las Cortes extraordinarias. En adelante, ninguna nueva orden iba a ser dictada para beneficio práctico de los americanos, únicamente aquellas de absoluta formalidad, tal y como sucedió con las reglas para la elección de diputados a Cortes extraordinarias:

La Regencia os convoca con paternal solicitud á uniros desde hoy más estrechamente con la Metrópoli, pues á los vínculos de la sangre, de la religión, y del sistema político del interés de ambos países quiere que se añadan los de la representación nacional en las Cortes generales para consolidar el bien y prosperidad de todos (COLONIA, 6/09/1810).

A Santiago de Cuba llegaría la orden (ACTAS CAPITULARES, 9/10/1809) cuatro meses después. Las posibilidades de un entendimiento dentro del Imperio Ultramarino se esfumaron a lo largo de los tres años de discusiones del proyecto constitucional, puesto que los diputados españoles nunca tuvieron en mente reconocer la igualdad absoluta a los americanos y

algunos funcionarios del imperio ya pensaban que la expulsión de los franceses en la península conduciría a restablecer el Antiguo Régimen (ASUNTOS POLÍTICOS, 20/04/1811, Leg.213). Como bien señala en sus conclusiones Roberto Blanco Valdés existió una casi total ausencia, “de debates *sustantivos* centrados en la crisis del imperio colonial”(75).

### **Diputados a Cortes por La Habana y por Santiago de Cuba**

Según la reglamentación, a las Cortes Extraordinarias asistirían 26 diputados naturales del Imperio Ultramarino, lo que significaba que no existiría paridad con los de la península donde se escogía uno por cada 50 000 habitantes. La experiencia de los ministros ilustrados borbónicos, que aconsejaban hacer concesiones a los criollos para evitar males mayores era desoída por los diputados representantes de la joven burguesía, quienes no querían ceder en las posiciones imperiales y esto los cegaba ante la gravedad de la disidencia americana. Muchos consideraban que con la apertura de las sesiones parlamentarias se podrían superar las diferencias políticas; en realidad, la insolencia de los problemas americanos en las discusiones previas a la declaración constitucional, precipitó los resultados revolucionarios en Hispanoamérica, puesto que puso de manifiesto que nunca se pensaba en ellos sino desde las perspectivas de los españoles peninsulares. Rafael María de Labra asegura que lo que más odio e indignación causó entre los diputados americanos fue la prepotencia de sus homónimos peninsulares:

De tal manera, señores, que los decretos de las célebres Cortes gaditanas más combatidos por los Diputados americanos fueron aquellos relativos á las diferencias de representación de los reinos del viejo y el nuevo continente; y entre los debates más apasionados de aquel inmortal Congreso figuran sin duda alguna los provocados por la falta de lógica con que en los primeros títulos de la Constitución doceañista se desenvuelve

el principio de igualdad consagrado por la misma Carta y las declaraciones de la Central y Regencia [...] fueron las protestas provenientes del hecho de que mientras en la Península se eligieron Diputados á razón de uno por 50 000 almas, ya por sufragio universal, ya por las Juntas provinciales en América fueron electos por los Ayuntamientos a razón de un Diputado por 100 000 habitantes blancos y libres (LABRA, 1869: 172).

Hay quien argumenta que la vuelta atrás en cuanto a la decisión de otorgar la libertad de comercio aceleró los acontecimientos, otros que el ambiente previamente caldeado conducía a lo inevitable. Lo cierto es que la aristocracia criolla de Venezuela y de Argentina no esperó el anuncio de la Constitución para formar sus juntas provinciales y arrogarse la autonomía. El 19 de abril de 1810 se constituye la junta revolucionaria de Caracas; al conocerse se decreta el bloqueo a sus costas, en tanto su capitán general solicitaba armas y refuerzos a la isla de Cuba (ASUNTOS POLÍTICOS, Legs.10: 82, 290:7; ACTAS CAPITULARES, 16/071810, 24/09/1810, 10/12/1810).

Mientras, a La Habana llegaba un representante de José Bonaparte con la misión de acercarse a algunos connotados funcionarios del Imperio Ultramarino. Manuel Rodríguez Alemán y Peña traía una carta para Francisco de Arango y Parreño, aparentemente, de un funcionario del régimen de José Bonaparte en San Sebastián (PEZUELA, 1937: 409-416). ¿Quién lo había denunciado? Era ajusticiado en la horca un mes después, tal vez había llegado demasiado tarde para conciliábulos y acuerdos con los criollos. La oligarquía habanera evidenciaba su respaldo a la Regencia, temerosa de perder su preeminencia en la colonia, ahora que Hispanoamérica comenzaba a conmoverse por la revolución y después del escarmiento recibido durante las revueltas de La Habana y Santiago de Cuba.

A la entrada en Sevilla de los franceses se movilizan las

milicias disciplinadas de toda la isla de Cuba, ante la perspectiva de una invasión francesa. Debían alistarse todos los hombres útiles entre 19 y 49 años, incluyendo mulatos y negros libres (ASUNTOS POLÍTICOS, 15/01/1810, Leg.211:48; 18/04/1810, Leg 10) Por estos años eran frecuentes las convocatorias al servicio militar activo, que agobiaban al pobre miliciano. Pequeños agricultores y artesanos debían abandonar sus labores para cumplir con el servicio, mientras sus familias padecían miseria (ASUNTOS POLÍTICOS, Leg. 297:69).

Desde que se instigaran a negros y mulatos contra los bienes de los franceses, muchos alimentaron su exaltación. La oportunidad de armarse en las milicias contribuyó a lucubraciones entre sus tropas y juramentarse para planes, no siempre muy bien definidos. A ellos se sumaría un grupo de libertos artesanos que formaban el batallón de pardos y morenos de las milicias urbanas disciplinadas.<sup>30</sup>

Esto determina la composición heterogénea de la conspiración de Román de la Luz (cuñado del marqués de San Felipe y Santiago y tío de José de la Luz y Caballero) –según los documentos acusatorios, díscolo y francmasón— quien prometía a los negros la igualdad y el acceso a los grados militares como el capitán Luis Bassave –tildado de beodo— y ambos coinciden con el bayamés, doctor Joaquín Infante,<sup>31</sup> quien propondrá un proyecto constitucional para una república con esclavos.

Como diría acertadamente Charles Minguet en un artículo titulado “Liberalismo y conservadurismo en Cuba”, la constitución de Infante es casi perfecta para enseñar la ideología de la ilustración criolla:

El Robespierre de Puerto Cabellos reunió en su proyecto el principio de la igualdad natural de Buffon y los enciclopedistas; el de la igualdad política proclamada en las constituciones francesa e inglesa, la crítica de Rousseau y de Mably contra la propiedad (fuente de todos los males); la necesidad del

mantenimiento de la esclavitud enunciado por Voltaire y Herder e incluso el principio de la separación de los poderes cuyo padre fue Montesquieu. ¡Admirable resumen del Mensaje de la Ilustración! (MINGUET, 1972: 63).

Cuando la avalancha revolucionaria se gestaba en el Continente, en la isla de Cuba la oligarquía criolla cimentaba su postura al servicio de la naciente burguesía metropolitana. En abril, justamente, el Cabildo de La Habana proponía la terna para diputado compuesta por el alférez real Francisco de Arango y Parreño, Andrés de Jáuregui y Pedro Regalado Pedroso: era sacado a suerte para representarlo en las cortes extraordinarias (ARANGO Y PARREÑO, 1952: 124-126) el teniente de regidor alguacil mayor Andrés de Jáuregui que, como ya se ha visto, pertenecía al estrecho círculo de la sacarocracia y era amigo de confianza del ideólogo indiscutible, Arango y Parreño.

En Santiago de Cuba, el Cabildo al elegir su diputado a Cádiz nombró primeramente la terna compuesta por el presbítero Tomás del Monte y Mesa, el regidor decano Francisco Antonio Bravo y el vicario general Juan Bernardo O'Gavan. Cupo la suerte al primero. La renuncia de éste y, posteriormente, del también escogido Bravo<sup>32</sup> —alegando problemas de salud— dejó como única opción a O'Gavan por el Departamento Oriental, quien se orientaba hacia la doctrina plantacionista y aunque nacido en Santiago, muchos lo consideraban desafecto al país e inclinado al de La Habana.

Por las consabidas diferencias internas, ya antes de la renuncia de Bravo, el Cabildo también protestó airadamente al enterarse de que el ministro de Gracia y Justicia había elegido a Andrés López de Queraltá por Santiago de Cuba, según aparecía en los *Diarios de Cortes*. Hubo quienes apoyaron esta candidatura y exigieron un nuevo sorteo. En vista de la dilación del proceso y de la inminente inauguración de las Cortes, el capitán general

Someruelos, en su condición de Presidente de la Real Audiencia, intervino a la postre para acordar la candidatura del provisor y vicario general de La Habana O’Gavan, y ordenar que se le entregaran sus poderes.<sup>33</sup>

Ya antes de la inauguración de las Cortes en la isla de León, el 24 de septiembre de 1810, se había resuelto la designación de diputados suplentes para cubrir los escaños de los propietarios americanos que por dilaciones del proceso o por la distancia no podían llegar a tiempo. De manera que, por la isla de Cuba aparecían el coronel de milicias Joaquín Beltrán de Santa Cruz por La Habana y el hacendado Juan Clemente Núñez del Castillo, marqués de San Felipe y Santiago, por Santiago de Cuba, ambos se encontraban por entonces en España.<sup>34</sup> Días antes de la inauguración, ellos aceptaban la suplencia en la Cortes. Los diputados propietarios juraban: Andrés de Jáuregui en mayo de 1811 y Juan Bernardo O’Gavan el 20 de marzo de 1812; es decir que el segundo, tomó asiento al día siguiente de proclamarse la Constitución gaditana.<sup>35</sup>

Bajo la doble presión: control de la península por los franceses y el inicio de las luchas por la independencia en la América, las Cortes extraordinarias decretan la igualdad de derechos entre los españoles peninsulares y ultramarinos (indios, blancos y mestizos); al mismo tiempo que, una amnistía para el olvido de lo ocurrido en las provincias de América, lo que también implicaba el reconocimiento de su autoridad. Más adelante, se decidiría acerca del número y forma de los diputados americanos en la representación nacional. Quedaban fuera los negros y mulatos.

A pesar de los decretos sobre la supresión de la Inquisición, la libertad política de imprenta y de indultos,<sup>36</sup> se da inicio al proyecto de Constitución con el descontento de la mayoría de los diputados americanos. Durante los primeros

meses de sesiones se presentaron diversas proposiciones a favor del Nuevo Continente: el 16 de diciembre, el grupo de diputados americanos, presentó 11 artículos que recogían las pretensiones fundamentales de la oligarquía criolla blanca.<sup>37</sup>

Los debates de 1811 sobre el tema ultramarino se centraron en la ilegitimidad de una Constitución que marginaba de la ciudadanía a una parte importante de los americanos. La igualdad electoral implicaba la mayoría en las Cortes de los representantes del Nuevo Continente, aunque la debilidad de sus diputados era que hablaban únicamente por sus oligarquías. Claro que hubo matices y falta de unanimidad, según las regiones y acorde con el papel de la esclavitud en cada una de ellas. No obstante, hay que decir, que aún con palabras agresivas, muchos diputados americanos defendieron el derecho de los indígenas, menos el de las castas pardas o negras de origen africano, por los prejuicios prevalecientes. En todo caso, la falta de aceptación de las mismas limitaba el número de electores y, por consiguiente, la voluntad de aumentar los elegidos.<sup>38</sup> Las Cortes no abolieron las Leyes de Indias, que privilegiaban al indígena, pero restringían sus derechos ciudadanos desde un supuesto arcaico paternalismo;<sup>39</sup> en cuanto a los estamentos de origen africano, se les excluyó del derecho de representación y del ejercicio electoral con el pretexto de no ser “naturales” de los dominios españoles, todo lo cual quedaba involucrado con el tema de la abolición de la trata y de la esclavitud.

El 25 de marzo de 1811 el diputado propietario y sacerdote mexicano de Tlaxcala, José Miguel Guridi y Alcocer propuso la abolición de la trata, una ley de “vientre libre”, suavizar la situación del esclavo y la paulatina redención de la esclavitud mediante un sueldo al subyugado para adquirir su libertad (RIEU-MILLÁN, 1990: 15). Esta representación fue apoyada —inspirada por el modelo inglés—, en lo referente al tráfico de esclavos, por

el diputado de Asturias, Agustín de Argüelles.<sup>40</sup> El asunto era muy delicado puesto que los compromisos contraídos con Gran Bretaña<sup>41</sup> vislumbraban una posible exigencia de abolición de la trata en los dominios de la corona española.

La voz de Andrés de Jáuregui era la del grupo de aterrados plantadores criollos de la isla de Cuba que no aceptaban siquiera discutir a puertas abiertas aquel asunto tan delicado para su colonia. El temor y la prudencia salpicaban sus palabras cuando conjeturaba acerca del conocimiento público en la Isla de lo que allí se trataba e insinuaba, “puede comprometerse el sosiego que felizmente reina en una posesión tan interesante en todos aspectos” (ARANGO Y PARREÑO, 1952: 230). O’Gavan no había tomado aún posesión de su asiento, pero sin duda era contrario también a la abolición.

El marqués de Someruelos se sumó a las protestas para solicitar reserva en el asunto y ratificar la excitación que provocaba entre los habitantes bajo su gobierno y, más claramente que Jáuregui, aludió a las necesidades financieras que acarrea la defensa de la patria, ahora comprometidas, cuando sólo se hablaba de la abolición de la esclavitud (ARANGO Y PARREÑO, 1952: 233-234). Los comisarios de La Habana elaboraron un oficio dirigido al Cabildo de Santiago sobre la propuesta de abolir el comercio de esclavos y su manumisión con las medidas adoptadas para contener el perjuicio que podría ocasionar el conocimiento de la noticia entre las dotaciones. Aquéllos habían constituido una Junta de Policía, mientras el Cabildo santiaguero razonaba de que en su jurisdicción no se había producido alteración por la novedad ni entre los esclavos ni entre el Pueblo. El Consistorio informó a su diputado suplente que debía hacer los mayores esfuerzos para oponerse a la moción sobre la abolición de la esclavitud, la que podría ocasionar la ruina de la Isla (ACTAS CAPITULARES, 25/061811).

Para sellar la opinión irrestricta de los plantadores de la isla de Cuba, el doctrinario de la sacarocracia elaboraba rápidamente un copioso y aplastante alegato por encargo del Ayuntamiento, el Consulado y la Sociedad Patriótica de La Habana. Manuel Moreno Fragonal cataloga a Arango y Parreño como el más sincero de la sacarocracia, pero también como el más cínico (FRAGINALS, 1978: 129-130). A consecuencia, la deliberación sobre el tema de la esclavitud se pospuso por inoportunidad hasta fijarse la Constitución: el alegato consistía en la innecesaria urgencia para tratar sobre un tema tan delicado, el derecho natural y consuetudinario de los criollos que les concedía contar con una fuerza de trabajo, de cuyo tráfico no eran responsables en orígenes. La astucia del alférez real Arango y Parreño se puso de manifiesto cuando responsabilizó a los europeos por insertar la esclavitud en América o al referirse a la violación del derecho de propiedad, tan caro a los liberales de aquellas Cortes. Argumentó sobre los puntos débiles de los abolicionistas, al mostrar las diferencias derivadas del mestizaje “entre los dos extremos de blancos y bozales” y, por consiguiente, los obstáculos para la inserción del liberto en la sociedad civil. Y agregaba, “en el estado actual, más tiene que temer la política, de las gentes de color puestas en libertad, que de las mantenidas en la sujeción y dependencia que la esclavitud produce”. Y hasta aprovechó aquella representación para insistir sobre la escasez de negros y dejar, con absoluta convicción, sentadas las prioridades de su clase de forma magistral:

Ya hemos dicho y repetimos, (sin que tengamos por esto la pretensión de acertar), que antes, Señor, es pensar en la esclavitud política de estas regiones, que en la esclavitud civil; antes en los españoles, que en los africanos, antes fijar los derechos y los goces que aquí debe tener la ciudadanía, que determinar el tamaño y número de las puertas que para estos goces deben abrirse o cerrarse a las gentes de color; antes

crear los medios de dar vigor a nuestra inerte policía, a nuestra muerta y corrompida administración pública en todos ramos, que ir a aumentar sus riesgos y cuidados; antes deslindar la esencia y atribuciones del Gobierno nacional y provincial, que empezar la curación de males que no sean urgentes o capitales; antes reformar los viciados órganos y defectuosos anteojos del antiguo Gobierno, que descubrir las llagas y vicios de las partes remotas de nuestro cuerpo social; antes restituir el derecho imprescriptible, —y para nadie más útil que par el Estado español, — de dar a la industria de estos nuevos y productivos países la dirección y salida que más provechosas sean, que quitar o limitar sus antiguos incentivos; antes, por fin, permitirnos que para nuestras labores y nuestra amenazada seguridad busquemos, donde quiera que se hallen, cuantos medios sean posibles, que mover el avispero de la suerte de los negros (ARANGO Y PARREÑO, 1952:145-223).

No se volvió a hablar más del asunto, ante la perspectiva de prescindir de los jugosos donativos de la isla de Cuba —chantaje podría llamarse— y porque justamente, la llegada a Cádiz de los negros y mulatos libres condenados por su participación en la conspiración descubierta en La Habana en octubre de 1810, le daría la razón a Arango (RIEU-MILLÁN, 1990: 167).

### **La verdadera causa del miedo al liberto y al esclavo**

El rumor de que en España se debatía la abolición de la esclavitud y la circulación de los Diarios de las discusiones y actas de las Cortes,<sup>42</sup> que recogían resúmenes de discursos de los diputados abolicionistas de la trata, sembraron esperanzas infundadas en libertos y esclavos (ULTRAMAR, 04/02/1812, Leg.84) .

[...] y agregandose a esto los malos impresos que se publicaron en la Habana puede esto causar mas perjuicios que si vinieran emisarios de Napoleón; pues a estos se les ahorcarían y los papeles impresos seductores andan en las manos de todos.

En estos países conviene haya restricciones en la libertad de imprenta mal entendida.<sup>43</sup>

Desde enero de 1812 se sospechaba en Puerto Príncipe una conspiración de los negros esclavos, según informaba a Someruelos el teniente gobernador. En virtud de un bando de indulto se presentaron en aquella villa 76 esclavos aduciendo que habían sido convocados a la revolución. Nueve esclavos fueron condenados a la horca, previo 100 azotes en la picota pública, por intentar levantar a la dotación del ingenio Ciego Najasa y promover la sedición general contra los blancos (CUBA, 21/01/1812, 7/02/1812, Leg 1778<sup>a</sup>).

En vísperas de las fiestas de san Blas, celebradas el 3 de febrero en la villa de Bayamo, se produjo el amotinamiento de numerosos libertos que reaccionaron contra la prohibición de celebrar sus tumbas como en otros años. Irritados por la prohibición, formaron escándalo y amenazaron a los blancos con quemar el pueblo. El fiscal licenciado Ignacio Tamayo consideró que no había proyecto de conjura entre aquellos hombres y mujeres laboriosos, mucho menos para ser acusados de conspiración con los de Puerto Príncipe, por lo que redujo las penas de exterminio total a que algunos habían sido condenados.<sup>44</sup>

Libertos y esclavos, participantes en La Habana de los motines sangrientos antifranceses y de la conspiración promovida por Román de la Luz, continuaron su labor proselitista a favor de la abolición: el liberto carpintero José Antonio Aponte y un grupo de sus iguales concibieron, en marzo de 1812, un plan que incluía el alzamiento de dotaciones en ingenios cercanos a la capital.<sup>45</sup> Se dice que sus líderes eran oficiales de las milicias de color que, alentados por ideas de igualdad, habían enviado recursos a las Cortes para colocarse al nivel de los oficiales blancos (CUBA, Leg.2206). En la memoria colectiva se formó el

adagio “más malo que Aponte”, lo que subrayaba el significado aterrador de aquel movimiento para la alta clase criolla.

Bien sea porque hubiera un complot de gran envergadura en la Isla o, más bien, reacciones locales independientes a las aspiraciones naturales de libertad, lo cierto es que con poca diferencia de tiempo se descubrieron preparativos de insubordinación en sitios tan distantes como Remedios, Puerto Príncipe, Holguín y Bayamo.<sup>46</sup> Demostraba que el miedo al liberto estaba ya justificadamente presente, que no era causa futura de imitación a Saint-Domingue. La respuesta del poder metropolitano en la colonia fue ejemplarizante.

### **Representaciones de los Cabildos a las Cortes**

Únicamente redactaron informes los dos Ayuntamientos que centraban la selección de diputados a Cortes; de manera que, La Habana y Santiago hicieron lo correspondiente. Arango y Parreño y Agustín de Ibarra fueron comisionados por el Cabildo habanero para elevar sus necesidades a las Cortes. Su informe fue adoptado por el Consistorio el 4 de septiembre de 1810: destacaban sus dudas sobre la legitimidad del ejercicio de poder de las Cortes extraordinarias y reclamaban nuevamente la libertad del comercio ultramarino, ya que el alférez real había establecido sintéticamente las aspiraciones de su clase, durante el alegato de abierta oposición a la abolición de la trata y de la esclavitud.

En Santiago de Cuba, se trabajó sistemáticamente en la elaboración del informe para su diputado a Cortes. Miguel Bestard puso el toque final a esta labor para lo cual se acudió a las opiniones más experimentadas pasadas y presentes.<sup>47</sup>

Ya ante el marqués de San Felipe y Santiago, durante su ejecutoria de diputado suplente, se presentó un vecino propietario

de Santiago de Cuba y residente en Cádiz para entregar un informe con sus opiniones de las necesidades del país.<sup>48</sup> Martín José Palacios se define como hacendado agricultor (propietario de ingenio) en la propia jurisdicción y escribe sobre agricultura y comercio. Solicita el cese del estanco del tabaco y de la madera, el de la construcción de buques, el de la sal, rebaja de la alcabala a la producción de azúcar y dejar libre de derechos la introducción de máquinas, utensilios y herramientas de agricultura; reclama estímulos como fomento de caminos, construcción de muelle en el puerto, establecimiento de Junta consular de agricultura y comercio para tratar sobre la prosperidad y la remoción de obstáculos que impidan el progreso de estos ramos y el reintegro de los derechos de averías a la Casa Consular jurisdiccional (ULTRAMAR, 25/09/1811, Leg. 318).

Sin lugar a duda, existía consenso entre numerosos miembros del patriciado santiaguero –vinculados por estrechos lazos de parentesco hasta con el gobernador Sebastián Kindelán, quien había prohijado a los franceses para su desarrollo— sobre sus necesidades para el fomento plantacionista puesto que muchas de las demandas, aprobadas por el Cabildo,<sup>49</sup> coinciden con lo descrito por Palacios. El diputado por la región oriental de Cuba, Bernardo O’Gavan acusaría recibo de instrucciones el 25 de febrero (ACTAS CAPITULARES, 19/05/1812, no. 22).

Se reiteró la aspiración de comercio libre, incluida la trata con África; todo lo que se concediera a La Habana debía ser también de beneficio para Santiago, atención a la producción tabacalera con pago adecuado a sus productores y, junto con una tercera silla episcopal en Puerto Príncipe, se pidió la separación de la capitanía general de La Habana. Como el clero, influido por su arzobispo Osés, era el mayor defensor de esto último, puede afirmarse de que subsistían muchos de los criterios que habían llevado a las manifestaciones de inconformidad de 1808, durante

las cuales uno de los temas principales había sido la secesión de La Habana del Departamento Oriental, reclamación que se remontaba a dos siglos atrás. En tanto, los representantes de la Real Hacienda juzgaban la creación de una capitania general independiente como un error político ya que las insuficiencias eran las mismas que las de La Habana: además, estimaban que surgirían tensiones entre las dos autoridades por la carencia habitual de recursos financieros en el Departamento Oriental, y porque no podría acudirse a otra autoridad en caso de vejámenes y maltratos.<sup>50</sup>

Amparados en las Leyes de Indias, los naturales de San Luis del Caney y los de San Pablo de Jiguaní se quejaron del abandono en que los mantenía su protector. Del mismo modo, el apoderado de los naturales del Cobre también aprovechó la coyuntura para reclamar ante el marqués de Someruelos la entrega de los terrenos que les prometieran años atrás (ASUNTOS POLÍTICOS, Leg. 131, no. 131, 133). En el Departamento Oriental no existía una situación para el aborígen como pudiera existir en el Continente, mas la Real Cédula de julio de 1811 sobre el buen trato a los naturales provocó tensiones entre los descendientes de indios y obreros con la oligarquía criolla. Ésta consideraba que “los terrenos que se dicen de Indios”, debían incorporarse a la Corona (ACTAS CAPITULARES, 8/7/1811). El Consejo Supremo de Regencia dictó una Real Orden de 31 de marzo por la que el trabajo en las minas quedaba para el beneficio individual de los obreros y de personas que quisieran ejecutarlo (ASUNTOS POLÍTICOS, Leg.96,no. 12). No hubo aplicación práctica de semejantes decretos.

La Real Orden de noviembre de 1810 sobre la libertad de prensa implicó el establecimiento de una junta de censura constituida en La Habana en febrero del año siguiente, y poco después en Santiago de Cuba. Quedó condicionada a fiscalización

y reglamento, bajo los auspicios de la Iglesia Católica.

Durante la elaboración de la Constitución, otro de los temas cruciales llevado a discusión por los diputados americanos fue la forma de gobierno en las provincias, lo que entrañaba su mayor o menor autonomía, neutralizar el criterio de férrea centralización (VALDÉS, 1995: 62-63). Andrés de Jáuregui hizo las proposiciones para una diputación provincial cuyo ejercicio de autoridad debía durar cuatro años, cada bienio se reelegiría la mitad de los miembros, las calidades estarían determinadas por los bienes raíces que les eran suficientes para vivir (DOMINGUEZ, 1870:103). Podía percibirse la imposibilidad de entrar en acuerdos, dentro de un sistema estatal que dependía de instituciones puramente hispanas, ahora que la guerra civil había incentivado, en la propia península, los particularismos provinciales.

Bajo el pseudónimo de Homóphilo, en uno de los ejemplares habaneros de *El Patriota Americano* de 1811, un criollo opinaba al respecto:

¿Son por ventura de peor condición las demás? ¿Estarán ellas obligadas á pasar por lo que digan los vocales de Cuba y la Habana, Puerto Príncipe, Sancti Spiritus, Trinidad, Villaclara, Santa María del Rosario, etc., etc. no son ciudades habitadas por hombres igualmente libres y dignos de tener voto en Cortes, ocupando su distinguido puesto en la asamblea nacional? Esta es una verdad innegable; es un derecho imprescriptible que no puede disputarse á los vecinos de estos partidos, sin atropellar las leyes de la equidad, la igualdad y la justicia que estamos en tiempo de hacer valer (DOMINGUEZ, 1870: 116-117).

Ciego había que estar —tal vez la aristocracia habanera, por los intereses azucareros— para no darse cuenta de que América había madurado lo suficiente como para aspirar a la soberanía, ninguna Constitución metropolitana podría llenar

dichas apetencias. Se alegaba que una estructura federal, daría paso a una separación más o menos inmediata. Inútiles eran las declaraciones de algunos diputados americanos que pretendían garantizar la unidad en el Imperio. Lejos de flexibilizar las relaciones dentro del mismo, el proyecto de Constitución —a punto de ser aprobada— tendía a una estructura gubernamental que reforzaba la autoridad peninsular y particularmente, la de su hambrienta burguesía comercial. Y en las discusiones previas ya se hablaba de un “decreto ilusorio”, para reflexionar sobre América, como parte integrante de la monarquía.

Las juntas provinciales no se formaron ni en La Habana ni en Santiago de Cuba y se desaprovechó la coyuntura propicia por temor a los libertos, negros y mulatos, como bien reconoce el ideólogo de la sacarocracia Arango y Parreño. La condescendencia de éste con el naciente liberalismo metropolitano quedó demostrada cuando se le otorgó el título de ministro honorario del Consejo de Indias (PONTE DOMÍNGUES, :240).

Coincido plenamente con el historiador Dardo Pérez Guilhou: la política de las Cortes de Cádiz para con América quedó orientada desde 1809, antes de proclamarse las primeras juntas provinciales en América.<sup>51</sup> Y en mi opinión, sancionada por la Constitución de Cádiz; en tanto, las oligarquías de la isla de Cuba, definieron sus intereses para procurar reformas dentro de la legalidad imperial y para la seguridad de su supremacía en la colonia. Será un diálogo entre sordos y ciegos a lo largo del siglo XIX, atentos a este intercambio de ideas estarán los estamentos inferiores quienes madurarán su conciencia bajo los principios de igualdad y libertad.

#### Notas

1 En el periódico *Aurora* del 15 de junio de 1808 se informaba al público habanero de los graves sucesos que ocurrían en la metrópoli, y hasta el 6 de

julio se refería al intento de emigración de los reyes a México.

2 *La Junta de La Habana en 1808*, pp. 110-114. “Proclama. Habitantes de la isla de Cuba, hijos dignos de la generosa Nación española”. Habana, 17 de julio de 1808. El Marqués de Someruelos. El Cabildo de La Habana se reunió para acordar el 20 de julio la proclamación de Fernando VII, y así se ejecutó y “Declaración de guerra, el 18 de julio de 1808”, Real Palacio del Alcázar de Sevilla, 6 de junio de 1808. Por disposición de la Suprema Junta de Gobierno. Juan Bautista Pardo y Manuel María Aguilar, Secretarios, pp. 115-116.

3 ESTADO, AHNM., Leg. 59-E, 18 de julio de 1808. Cabildo Extraordinario.

4 **Gonzalo O’ Farrill** Nació en La Habana en 1773 y tuvo nueve hermanos, todos propietarios. Estudió en la prestigiosa escuela militar de Soreze, Francia. Desempeñó la carrera militar durante 48 años, Embajador en Berlín, fue ministro de la guerra con José I. Murió en París en 1831.

5 Otros miembros del consejo procedentes del Nuevo Mundo eran: Miguel Josef de Azanza, Mariano Luis Urquijo, Josef Mazrredo, el Conde de Cabarrús.

6 Biblioteca Nacional de Madrid. (BNM) R 60688. CONSTITUCION. “En el nombre de Dios todopoderoso Don Josef Napoleón, por la gracia de Dios, Rey de las Españas y de sus Indias”. Art. IV. Habrá seis diputados de Indias adjuntos a la seccion de Indias con voz consultiva, p. 27. (Pérez Guilhon, 1981, p. 34-35).

7 BNM. R. 60688 CONSTITUCION. Art. LXXXVII “Los reynos y provincias españolas de America y Asia gozaran de los mismos derechos que la metrópoli”; Art. LXXXVIII “Será libre en dichos reynos y provincias toda especie de cultivo y de industria; Art. LXXXIX “Se permitirá el comercio reciproco de los reynos y provincias entre sí y con la metrópoli”; Art. XC “No podrá concederse privilegio alguno particular de exportacion ó importacion en dichos reynos y provincias”; Art. XCI “Cada reyno y provincia tendrá constantemente cerca del gobierno diputados encargados de proveer sus intereses, y de ser sus representantes en las cortes” (p. 42 y 43).

8 Francisco Ponte: *La Junta de La Habana*, pp. 117- 118. Habana 22 de julio de 1808. El Marqués de Someruelos al Muy Ilustre Ayuntamiento de esta Ciudad.

9 Francisco Ponte Domínguez: *La Junta*, pp. 119-121. AGI. *Ultramar*, leg. 84. 2 de enero de 1810. El opositor de Arango, José Francisco Barreto y Cárdenas, Conde de Casa Barreto, asegura que las firmas habían sido casi arrebatadas a los sujetos y que Pedro Regalado Pedroso y Juan Bautista Galainena pidieron dos días después borrar sus firmas.

10 La Suprema Junta de Sevilla no demoraría en agradecer su actitud al ratificarlo el 1 de noviembre de 1808 como hombre de Estado, vasallo de los más grandes y útiles servicios (Ponte Domínguez, 1937, p. 18. Nota no. 5.

11 Arango y Parreño, *Obras*, t. II, p. 122. “Representación opositora”, 27 de julio de 1808, El Conde de Casa Barreto y AHNM. *Estado*, leg. 59-K, Habana,

27 de julio de 1808 y 28 de agosto de 1809.

12 Su hermano, Rafael era brigadier de la Real Armada y acababa de llegar a La Habana el 29 de septiembre de 1808 con el Marqués del Real Navío. AHNM. *Estado*. 59-E. Orden Expedida el 8 de agosto de 1808 en el Real Alcázar por la Junta Suprema de Sevilla.

13 *Ibidem*, ***El conde de Montarco***, padrastró de Someruelos, había sido designado por José Bonaparte comisario regio, para Santander, León y Asturias. Someruelos pidió su relevo como capitán general por quedar en entredicho.

14 Aragón, Asturias, Castilla la Vieja, Cataluña, Córdoba, Extremadura, Granada, Jaén, Mallorca e Islas adyacentes, Murcia, Toledo, Valencia y Sevilla. El Conde de Floridablanca fue designado su presidente interino y Martín Garay vocal secretario interino. Archivo Histórico Municipal de Santiago de Cuba (AHMSC). *Colonia*, 7 de octubre de 1808. Antonio Porcel. Una Real Orden de 13 de octubre nombraba secretario de Estado y Despacho a Pedro Cevallos, de Gracia y Justicia a Benito Hermita, de Guerra a Antonio Cornel, Marina a Antonio Escaño, Hacienda a Francisco Saavedra y de Estado a Martín Garay. Inquisición General al obispo de Orense. Miguel Artola: “Memorias del tiempo de Fernando VII”, t. II, p. VII.

15 AHNM. *Consejos*, leg. 21130. Habana, 27 de noviembre de 1808. 65 diputados trabajaron en 12 sesiones para emitir una Constitución con apariencias liberales, autoritaria pero que contenía una declaración de derechos y prometía profundas transformaciones. Significaba un ejemplo y postulaba una doctrina.

16 *Ibidem*, p. 210, El presidente de la Junta Central, conde de Floridablanca falleció el 30 de diciembre de 1809 con 81 años y dos meses de edad.

17 AHMSC. *Colonia*, Habana 24 de mayo de 1809. Marqués de Someruelos a Sebastián Kindelán. Cada cual se tomaba su tiempo según interés, como puede verse por las fechas de la correspondencia.

18 ***Antonio Vaillant y Berthier***. Natural de Cádiz, de 50 años. Su tío Juan Bautista Vaillant había sido gobernador de Santiago de Cuba a finales del siglo XVIII. El capitán general la había recibido el 4 de mayo de 1809 y el Cabildo santiaguero, el 22 de junio de ese año. La terna, además se componía con el teniente de gobernador auditor de guerra Pedro Celestino Duhart y el alcalde ordinario Tadeo de las Cuevas. Hilario Cisneros Saco decía después, que no era sobrino de Juan Bautista Vaillant, porque era hijo de un Berthier. AGI. *Cuba*, leg. 2235.

19 Tenía 52 años de edad y había sido alcalde ordinario en tres ocasiones. AHMSC. *Actas Capitulares*, No. 20, 31 de enero de 1810.

20 AHMSC. *Actas Capitulares*, No. 20, 16 de abril de 1810. Archivo Histórico Municipal de Trinidad (AHMT). *Actas Capitulares*, leg. 25, 5 de febrero de 1810. Parece que en Santiago hubo uno de estos agentes llamado Gregorio Anduaga. (Zaragoza, 1873, p. 240).

21 **Miguel José de Azanza**. Presidente de las Cortes en Bayona, antiguo virrey de México. Había residido en la isla de Cuba y fungido como secretario del marqués de la Torre (1771-1777). AHNM. *Estado*, leg. 59-C, Habana 11 de diciembre de 1809 Gómez Roubaud al Presidente de la Junta Suprema de Sevilla y 14 de diciembre de 1808. No quedó exento el factor de ser pagado con su misma moneda; el administrador de la factoría de La Habana, Pedro Antonio de Gamón lo acusó en diciembre de 1808. Por tal motivo fue removido de su cargo. Su reposición se ordenó en abril de 1811 por José Cangas Argüelles y Cifuentes, pero no tuvo efecto.

22 En el relato impreso titulado: “Concisa y precisa relación de lo ocurrido en la conmoción de los días 21 y 22 del corriente en esta ciudad contra los franceses avecindados y vindicación de los buenos y honrados habaneros”, se dice que a la puerta de tierra llegaron dos franceses a caballo y fueron acompañados de una ordenanza a la casa del gobernador, “muchachos de color creyeron que venían presos empezaron a decirse unos á otros: á ese Napoleón, á ese frances. La gritería se extendió en la turba de negrillos á que siguieron algunas pedradas de los muchachos.. Nunca en estos casos falta gente ociosa de la hez del pueblo que agite semejantes procedimientos, de que se originó insultar la casa del primer frances entrando de tropel los muchachos y saqueandolo a su salvo. Corrió un instante la voz y en menos de una hora ya habían pillado quatro o cinco casas. [...] Se satisfizo que hasta entonces solo eran perversidades de muchachos aunque no se dudaba de que hubiese algunos hombres viles que atizasen el fuego; mas al fin parecio serenarse la tempestad salio alguna tropa de los voluntarios del comercio a patrullar a las oraciones de la noche y los de la conmocion se fueron aunque dispersos a los barrios extramuros donde hicieron otro tanto, hasta el amanecer el día 22 que cayeron sobre unos barracones del rey que tiene arrendado un sugeto hacendado y del comercio de los de mejor nombre solo por que un frances tiene en ellos algunas mulas y bueyes para su trabajo en la composición de calles, en que estaba asalariado; para hacer conducir los materiales.”

23 AHNM. *Estado*, leg. 59-B. Del administrador de Correos Josef Fuentes con fecha de 24 de abril de 1809 a la Junta Suprema de Castilla.

24 Su nombramiento se realiza desde el 5 de julio de 1809. AHMSC. *Actas Capitulares*, No. 20, 23 de octubre de 1809.

25 AHMSC. *Colonia*, El marqués de Astorga, Presidente. Real Alcázar de Sevilla 22 de mayo de 1809. A don Martín Garay y éste al capitán general 25 de mayo de 1809. Llegó a Cuba el 4 de septiembre y se envió a Sebastián Kindelán y éste al Ayuntamiento, el 9 de octubre de 1809.

26 AHMSC. *Colonia*, Cádiz 18 de junio de 1810. Inicialmente estaba integrado por Xavier Castaños como Presidente y Pedro, obispo de Orense, Francisco Saavedra, Antonio Escaño, Miguel de Lardizábal y Uribe.

27 Algunos autores señalan que fue promulgada bajo la influencia del apoderado del Ayuntamiento de La Habana, Claudio Martínez de Pinillos.

28 ANC. *Reales Órdenes y Cédulas*, leg. 43, no. 95. El 2 de junio de 1810 declaró nulo el decreto de comercio libre y que se recogieran los ejemplares del antiguo decreto, todavía en circulación. 27 de junio de 1810. *Asuntos Políticos*, leg. 106, no. 17. El consulado de Cádiz expresaba las malas consecuencias de la libertad de comercio en las Américas. 17 de octubre de 1811 (Valdés Domínguez, 1870, p. 8).

29 “Fue a partir de entonces cuando se propagó el movimiento juntista por América”, Miguel Molina: *Los Cabildos y la independencia de Iberoamérica*, p. 77.

30 *Ultramar*; AGI. leg. 113. Causa formada en 1810 en la Habana sobre intento de sublevación y francmasonería. Román de la Luz fue condenado a diez años de presidio y Luis Bassave a ocho sin poder regresar a la isla. José Peñaranda, Manuel García Coronado, Miguel Ramírez, Pedro Agustín García, Francisco Barrutía, Manuel de Aguilar Jústiz, José Clouet (francés), Antonio Álvarez, Juan José de Presmo todos blancos; los negros libres eran: sargento primero Ramón Espinosa, sargento segundo Juan José González, cabo primero Buenaventura Cervantes, soldado Carlos de Flores condenados por diez años con grilletes al pie sin poder regresar a la Isla; los esclavos eran: Juan Ignacio González y Laureano condenados a ocho años y 150 azotes por la calle y 50 en la picota. Todos destinados a la península para que cumplieran la condena en Ceuta. Los demás en el correccional de Cádiz. Infante había huido a Estados Unidos, posteriormente estuvo en Caracas donde sirvió con la revolución como auditor de guerra y marina en Puerto Cabello.

31 Joaquín Infante Infante: Había nacido en Bayamo en enero de 1775 del legítimo matrimonio de José del Rosario y Rosalía y fue su padrino Bernabé de Fromestá. Alumno del Convento de Predicadores de su ciudad natal entre 1791-1794. Clérigo de menores órdenes, estudio Filosofía y Teología. También estudió en el colegio Seminario San Basilio Magno entre 1795-1796. Se graduó de bachiller en Santo Domingo durante octubre de 1796. Desde esta fecha practicó derecho hasta 1804 en Santo Domingo, Cuba, Bayamo y Puerto Príncipe. El 10 de noviembre de 1799 recibió la borla de doctor en Derecho. Radicado en La Habana desde 1808, se hallaba en la Isla de León el 11 de marzo de 1810 solicitando dispensa para ser admitido de abogado en la isla de Cuba. AGI. *Ultramar*; leg. 22, 2 de abril de 1812.

32 AHMSC. *Actas Capitulares*, 17 de junio y 1 de julio de 1811. Francisco Antonio Bravo renuncia por enfermedad. Vease Anexo No. 2.

33 AHMSC. *Actas Capitulares*, No. 21. 31 de agosto de 1811. el Dr. Prudencio Hechavarría, recibió el poder el 10 de diciembre de 1810 en nombre de O’Gavan. ANC. *Reales Órdenes y Cédulas*, leg. 45, no. 86. En realidad las Cortes habían decretado la selección de una nueva terna. 31 de enero de 1812. De manera que O’Gavan tropezó a su llegada a Cádiz con dificultades para ser admitido.

34 **Joaquín Beltrán de Santa Cruz** sin gran participación, estuvo presente en la votación sobre la libertad de imprenta y se mostró favorable a ella. El

**marqués de San Felipe y Santiago**, había nacido en 1773 en La Habana. Era un aristócrata cuyos antepasados habían fundado el pueblo con el nombre de su marquesado. Murat le seleccionó para representar a La Habana en la Asamblea de notables de Bayona pero rehusó y no firmó aquella Constitución.

35 AHMSC. *Actas Capitulares*, No. 22, 3 de febrero y 19 de mayo de 1812: Juan Bernardo O’Gavan partía para la villa de Cádiz a comienzos de diciembre de 1811 y llegó el 29 de enero de 1812.

36 AHMSC. *Actas Capitulares*, No. 21, Real Orden de 12, de noviembre de 1810 (Libertad de Prensa) y Real Orden de 3 de diciembre de 1810.

37 Las proposiciones fundamentales se referían a la igualdad de la representación en las Cortes, el derecho al comercio libre, la supresión del estanco, el acceso a los empleos y destinos y la creación de una junta consultiva en cada capitania general, etcétera.

38 Como españoles se beneficiaban teóricamente de la igualdad ante la ley, del derecho de propiedad, libertad de cultivo y manufactura, pero fueron excluidos del ejercicio electoral y de los puestos y empleos para los que la ciudadanía era exigida.

39 AHMSC. *Actas Capitulares*, no. 21, 7 de julio de 1811. Se recibió Real Cédula de 10 de febrero sobre buen trato a los indios.

40 *Ibidem*, pp. 168-169 y Rafael María de Labra: “Los diputados americanos en las cortes de Cádiz”, en *España y América. 1812-1912*, p. 408-410. **Agustín Argüelles Álvarez**. Distinguido orador asturiano nacido en Rivadesella (Oviedo) en 18 de agosto de 1776. Murió en Madrid el 26 de marzo de 1844. Redactó preámbulo y artículos de la Constitución de 1812. Por sus celebrados discursos se le conoció como “el Divino Argüelles”.

41 La trata fue abolida por un *bill* de 5 de febrero de 1807 en el Imperio británico; posteriormente se formaron sociedades en su territorio para reclamar la abolición definitiva del infamante tráfico en todo el mundo.

42 AHMSC. *Colonia*, 28 de febrero de 1811. Se establecían las sesiones públicas y que debían imprimirse y circular por todo el Imperio,

43 AGI. *Ultramar*, leg. 34, Habana, 5 de marzo de 1812, Someruelos a Ignacio de la Pezuela..

44 AGI. *Ultramar*, leg. 91. José María Tamayo (alias Mata Muchos), Antonio José Bárzaga, Blas y Juan Tamayo, y Juan Bautista Vaillant a seis años de presidio en la Florida y destierro perpetuo de la Isla; a Caridad Hechavarría a dos años al servicio del hospital o casa de misericordia que hubiere en Bayamo; a Isabel Infante igual tiempo de reclusión en la misma casa de su amo y con la seguridad que este ha ofrecido; a Francisco Alas, Juan Telles, Mateo Tamayo, Antonio José Sánchez, Miguel Ramón Céspedes, Simón Antúnez, José Caridad Perea, José Isidoro Reytor y Tomás Infante, además de los azotes sufridos, si son libres se les destinará por dos años al servicio de empedrados u obras

públicas en Santiago de Cuba y a los esclavos se les entregará a sus amos pero para que los tengan empleados en los trabajos más fuertes de sus haciendas con grilletos y ramial al pie; Dionisio Céspedes, Susana Villegas, Juan Manuel Hechavarría, Rafaela Parias, Bernardo Manzano y Salvador Zacatecas serían también escarmentados.

45 Detalle macabro en la ejecución: la máquina del garrote por defectos de construcción no funcionó bien y dos de los negros condenados debieron ser rematados por disparos de fusil sentados en la silla en medio del desorden de la muchedumbre. AGI. *Ultramar*, leg. 84, 22 de mayo de 1812, Apodaca a Ignacio de la Pezuela.

46 Vid. Gloria García: *Conspiraciones y revueltas*, pp. 55- 72.y José Novoa: *Contribución a la Historia*, pp. 109-117. ANC. *Asuntos Políticos*, leg. 11, no. 37, 11 de enero de 1812, leg. 12, no. 9, 15 de febrero de 1812 y leg. 214, no. 46, 23 de febrero de 1812,

47 Bestard se valió de la cooperación de otras personas de la localidad para elaborar su informe. En lo militar se nombró al teniente coronel Francisco Sánchez Griñán y al teniente coronel Antonio Vaillant; en lo eclesiástico al magistral Tomás del Monte y Mesa y al lectoral Dr. Vicente Palacios; para Real Hacienda a Juan Francisco Salazar y Manuel José de Mena, para el consulado al exdiputado Agustín Castellanos y Agustín de la Texera, en agricultura al factor de tabacos Miguel Villalón y a Tadeo de las Cuebas; para la clase general del pueblo al Dr. Francisco Mancebo y al licenciado Salvador Rodríguez y en marina, al comandante Francisco Xavier Radillo y el licenciado Félix Rodríguez.

48 AGI. *Ultramar*, leg. 318, Martín José de Palacios, Cádiz 25 de septiembre de 1811.

49 AHMSC. *Actas Capitulares*, No. 22, 15 de octubre de 1811. AGI, *Santo Domingo*, leg. 2231. El suegro de Kindelán era el coronel brigadier Antonio Mozo de la Torre, su yerno el ayudante mayor Mariano Griñán y el padre de éste, el sargento mayor Francisco Sánchez Griñán. La esposa de Kindelán, Ana Mozo de la Torre estaba enlazada familiarmente con muchas de las principales familias de esta ciudad. Vicente Palacios, confabulado con Kindelán y sus satélites —entre los que se menciona al secretario de gobierno Emigdio Maldonado y el dominicano y funcionario de la Intendencia, Andrés Muñoz Caballero — era el hermano de Martín Palacios radicado en Cádiz. Hilario Cisneros Saco asegura que, desde aquella época, Juana María de las Cuevas, Antonio Vaillant, sus hijos Juan, José y Mariano —junto a sus amigos y vecinos de la Plaza de Dolores— formaban “el partido desorganizador de los verdaderos rebeldes socolor de constitucionales”. AGI. *Cuba*, leg. 2235.

50 AHMSC. *Colonia*. Testimonio del Dictamen del Síndico Procurador General interino Don Miguel Bestard sobre las instrucciones formuladas para el Diputados á Cortes de esta Ciudad y lo acordado por el M. Y. Ayuntamiento de ella en 1811.

### **Fuentes documentales**

SANTO OFICIO DEL INQUISIDOR GENERAL. Archivo del Arzobispado de Santiago de Cuba (AASC). Personal del Clero. Inquisición de Cartagena de Indias. 30 de septiembre de 1794.

ESTADO. Archivo Histórico Nacional de Madrid (AHNM)., leg. 59-A. Habana, 28 de julio de 1808. El Marqués de Someruelos; leg. 59-K, Habana 31 de octubre de 1809. A la Junta Central, el Conde de O'Reilly; leg. 59-A En la imprenta del Gobierno y Capitanía General; leg. 59-C. Habana, 9, 11, y 29 de marzo de 1809; Habana, 20 de marzo de 1809; 59-K. Habana, 31 de octubre de 1808, A la Junta Central del Conde de O'Reilly; leg. 59-E, Habana, 31 de octubre de 1808. Miembros del Cabildo; leg. 59-K, Habana, 27 de julio de 1808 y Sevilla 14 de julio de 1809, Al conde de Casa Barreto; leg. 59-C; leg. 59-C. Habana, 22 y 23 de marzo de 1809 El Marqués de Someruelos; leg. 59-C. Habana, 24 de marzo de 1809. Juan Joseph, Obispo de La Habana;

ULTRAMAR, AGI, leg. 84; leg. 84. 14 de febrero de 1812. Someruelos; leg. 318, Martín José de Palacios, Cádiz 25 de septiembre de 1811.

COLONIA. AHMSC. Real Orden de 22 de enero de 1809.; Real Orden de 11 de enero de 1810; "A los Españoles vasallos de Fernando VII en las Indias. El Supremo Consejo de Regencia. Cádiz, 6 de septiembre de 1810, En la Imprenta Real; 28 de febrero de 1811. Se establecían las sesiones públicas y que debían imprimirse y circular por todo el Imperio,

CONSEJOS AHNM, Leg. 59-C;

ACTAS CAPITULARES. AHMSC. No. 20, 22 de junio de 1809;. 9 de octubre de 1809. Recibida por el capitán general, el 4 de septiembre; 17 de junio y 1 de julio de 1811. Francisco Antonio Bravo renuncia por enfermedad. Vease Anexo No. 2; , 25 de junio de 1811; No. 22, 19 de mayo de 1812; Actas Capitulares, 8 de julio de 1811. Real Cédula de 10 de febrero de 1811.

REALES ÓRDENES Y CÉDULAS,ANC, leg. 43, no. 95.

ASUNTOS POLÍTICOS,ANC, leg. 211, no. 6, 19 de enero de 1810 y no. 48, 28 de marzo de 1810; leg. 213, no. 30, México, 20 de abril de 1811; leg. 10 no. 82 y leg. 290, no. 7. AHMSC. Actas Capitulares, No. 20, 16 de julio, 24 de septiembre y 10 de diciembre de 1810; leg. 211, no. 48. 15 de enero de 1810 y leg. 10, no. 75, 18 de abril de 1810;

leg. 297, no. 69; leg. 211, no. 48. 15 de enero de 1810 y leg. 10, no. 75, 18 de abril de 1810..leg. 297, no. 69; leg. 211 no. 131 y 133; leg. 96, no. 12.

CUBA,ANC, leg. 1778 A, Puerto Príncipe, 21 de enero y 7 de febrero de 1812; leg. 2206.

### **Bibliografía**

ARANGO Y PARREÑO, Francisco de: Obras. 2t., 2da. Ed. [La Habana]: Dirección de Cultura, Ministerio de Educación, 1952.

ARTOLA, Miguel: Partidos y programas políticos 1808- 1936. 2t.. Madrid: Alianza Editorial, S.A, 1991

ARTOLA, Miguel: “Memorias del tiempo de Fernando VII”, en Biblioteca de Autores Españoles, desde la formación del lenguaje hasta nuestros días, t. I, p. X.

BLANCO VALDÉS, Roberto L: El problema americano en las primeras cortes liberales españolas 1810- 1814. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1995.

BLANCO VALDÉS, Roberto L.. Rey, Cortes y fuerza armada en los orígenes de la España liberal. 1808-1823, p. 75.

GARCÍA, Gloria: Conspiraciones y revueltas. La actividad política de los negros en Cuba (1790-1845). Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2003.

INFANTE, Joaquín: Proyecto de constitución para la isla de Cuba. Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia, 15, 1959.

LABRA, Rafael María de: La pérdida de Las Américas. Madrid: Imprenta a cargo de Francisco Roig, 1869.

MINGUET, Charles: “Liberalismo y conservadurismo en Cuba”, en Historiografía bibliografía americanistas, v. XVI, no. 1. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 1972, p. 59-67.

MORENO FRAGINALS Manuel: El ingenio, complejo económico social cubano del azúcar. T. I. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1978.

OSÉS Y ALZÚA, Illmo. Sr. Dr. Joaquín de: “Fomento de la agricultura e industria de la parte oriente de la Isla de Cuba”. In: Memorias de la sociedad Patriótica de La Habana, La Habana, 1880, p. 107-118 y 179-187.

PÉREZ GUILHOU, Dardo: La opinión pública española y las Cortes de Cádiz frente a la emancipación hispanoamericana 1808- 1814. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1981.

PEZUELA, Jacobo de la: Historia de la isla de Cuba. 4 t. Madrid: Carlos Bailly-Baillière, 1868.

PONTE DOMÍNGUEZ. Francisco José Arango Parreño. El estadista colonial. La Habana: Editorial Trópico, 1937.

RIEU-MILLÁN, Marie Laure: Los diputados americanos en las Cortes de

Cádiz. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990.

VALDÉS DOMÍNGUEZ, Eusebio: Los antiguos diputados de Cuba y apuntes para la historia constitucional de esta isla. Prólogo de Rafael Montoso. La Habana: Imprenta "El Telégrafo", 1870.

ZARAGOZA, Justo. *Las insurrecciones en Cuba. Apuntes para la historia política de esta isla en el presente siglo*. Madrid: Imprenta de M.G. Hernandez, 1873, p. 213.

## Tabaco, mito y esclavos en Cuba

*Enrique López Mesa*

(Centro de Estudios Martianos)

henrique.lopezmesa@gmail.com

### Resumo

O emprego de escravos na produção tabacaleira foi comum na Cuba colonial, tanto como no Brasil e no Sul dos Estados Unidos. Porém, na sociedade pós-escravista cubana nasceu o mito de que a mão de obra forçada era inaplicável num cultivo tão delicado. Assim, a história foi reelaborada, o negro foi invisibilizado e se começou a afirmar que as pequenas áreas de produção tabacaleira tinham sido constituídas por núcleos livres e brancos no meio de uma sociedade escravista. Este artigo mostra a presença do negro —livre e escravo— nesse setor agrícola e adianta possíveis explicações acerca da origem desse mito.

**Palavras-chave:** Charuto, Escravidão, Racismo

### Resumen

El empleo de esclavos en la agricultura tabacalera fue habitual en la Cuba colonial, tanto como en Brasil y el Sur de los Estados Unidos. Sin embargo, en la sociedad postesclavista cubana surgió el mito de que la mano de obra forzada era inaplicable en un cultivo tan delicado. Por ende, la historia fue reelaborada, el negro fue ocultado y se comenzó a afirmar que la vega tabacalera había sido un núcleo libre y blanco en medio de una sociedad esclavista. Este artículo bosqueja la presencia del negro —libre y esclavo— en ese sector agrícola y adelanta posibles explicaciones acerca del origen de ese mito.

\* Artigo recebido em março de 2009 e aprovado para publicação em maio de 2009.

**Palabras claves:** Tabaco, Esclavitud, Racismo

**Abstract**

The employment of slaves in tobacco production was common in colonial Cuba, as it was also in Brazil and the USA. However, in post-slavery colonial Cuba, a myth emerged that forced labour was inapplicable in such a delicate plant production. Finally the history was reelaborated, black people were hidden and it was affirmed that the tobacco production had been a free and White nucleus in the middle of a society based on slavery. This article looks at the presence of black people –both free and slaves- in this agricultural sector and presents possible explanations for the origin of this myth.

**Keywords:** Tobacco, Slavery, Racism.

La conquista y colonización de Cuba marcó el inicio en ella de una larga y polifacética asociación entre el tabaco, por un lado, y el africano cautivo y sus descendientes criollos, por el otro. Sin embargo, durante la primera mitad del siglo XX esa presencia negra en la agricultura tabacalera —principalmente la esclava— fue minimizada, marginada, e incluso negada por algunos de los autores que escribieron sobre nuestra etapa colonial. Supuestamente, la mano de obra forzada era inaplicable en un cultivo tan delicado. Las miradas se dirigieron mayoritariamente hacia el pequeño veguero blanco y pobre —sobre todo al de origen canario—, y su figura fue absolutizada hasta convertirla en un mito tabacalero: este hombre, que cultivaba el tabaco sólo con sus manos y el auxilio de su familia, era el arquetipo del veguero y, a la vez, del campesino cubano. Su imagen fue contrapuesta a la de la plantación azucarera y sus grandes dotaciones de esclavos.

La destrucción de ese mito y la devolución de los hechos a sus justas dimensiones ha sido y será un largo proceso historiográfico —comenzado en la segunda mitad del pasado siglo—, en el cual nuestro estudio sólo aspira a inscribirse como un

momento más de esa aproximación a la verdad, un acercamiento a un aspecto poco explorado de nuestra historia agraria.

Todo parece indicar que la agricultura comercial del tabaco se extendió por la Isla desde la segunda mitad del siglo XVI y que los negros —libres y esclavos— tuvieron parte activa en ello, una vez que heredaron de los indígenas el vicio de consumirlo y la técnica de cultivarlo. La más antigua mención al tabaco que registran las actas del Cabildo de La Habana data de marzo de 1616 y se refiere a las siembras que “muchos vecinos y negros horros” hacían en las cercanías de la ciudad (1616-1624: 6 v, p. 60, 166). Es casi simbólico que esa primera mención aparezca asociada con vegueros negros. A mediados de ese mismo siglo la demanda externa del producto aumentó y, obviamente, atrajo el interés de la clase dominante. Existe información de que para entonces el cultivo tabacalero ya había dejado de ser práctica exclusiva de blancos pobres y de negros libres o esclavos, y de que conspicuos miembros de la oligarquía habanera —como Martín Calvo de la Puerta, Diego de Zayas Bazán y Martín Recio de Oquendo— lo sembraban en sus tierras con el empleo de esclavos (1654-1661: 27 y vuelto). Son estos los primeros testimonios de una estratificación social de la agricultura tabacalera. Es bueno señalar que en ese siglo XVII ya estaban dadas las condiciones para que la clase económicamente dominante tomara conciencia de la importancia del negocio tabacalero y de sus posibilidades de incursionar en el, tanto en su fase agrícola como en la manufacturera y la comercial. Por una parte, existía una creciente demanda externa del producto, y por otra, los terratenientes poseían suficiente mano de obra esclava, semillas de buena calidad y tierras en abundancia para sembrar. A esto se agrega el adelanto técnico que significó contar con vegas artificiales o de secano —además de con las primitivas vegas naturales de las riberas de los ríos— lo que

permitía expandir el área de cultivo y aumentar el número de operarios, libres y esclavos. Está por investigar la envergadura que pudieron haber alcanzado esas siembras y la cantidad de fuerza de trabajo empleada, pues bien pudo haber sido algo parecido a un precoz despunte protoplantacionista cubano. Por otro lado, si bien es imposible precisar en qué momento los pequeños vegueros también comenzaron a valer del trabajo esclavo en sus parcelas, es lógico pensar que debió ocurrir dentro de los límites cronológicos del siglo XVII, durante el auge tabacalero. La más antigua referencia documental hasta ahora conocida sobre la explotación de fuerza de trabajo esclava por parte de los vegueros pobres data de 1717. En los días previos a su primera sublevación contra el recién implantado Estanco del producto —el entonces llamado “levantamiento de los isleños”— los pequeños cosecheros blancos de los partidos cercanos a La Habana presentaron al Cabildo un memorial de quejas contra el real decreto, en el cual hacían protesta de su pobreza. Alegaban que entre ellos, los que se encontraban en mejor situación económica, a lo sumo poseían uno o dos esclavos (1711-1717: 586 v). Es de notar cómo el número de esclavos se invoca como índice de *status* económico.

A diferencia de los asentistas franceses y británicos que le habían precedido en el suministro negrero durante las primeras décadas del siglo XVIII, y los cuales se habían limitado al trueque de esclavos por tabaco, la Real Compañía de Comercio de La Habana —que prácticamente monopolizó las introducciones entre 1740 y 1762— aplicó una forma de refaccionismo, vendiendo a crédito los esclavos a los vegueros contra sus cosechas futuras. Es lógico pensar que cuando esos hombres empeñaban así lo que representaba el sustento de sus familias, lo hacían porque los esclavos les eran realmente imprescindibles. Es de significar que ya en 1749 la norma de matas de tabaco a atender por cada

esclavo era de diez mil, la misma del jornalero blanco. O sea, ya el esclavo había alcanzado un grado de especialización que hacía igual su productividad a la del hombre libre (SANTO DOMINGO: 2208). Los sostenedores de la torpeza e incapacidad del africano para un cultivo que requería tanto cuidado, al parecer ignoraban que aquellos hombres eran portadores de una cultura que, entre sus múltiples y variados componentes, incluía la agricultura (CARDOSO Y PÉREZ BRIGNOLI, 1987: 139-144). Éstos poseían una base de conocimientos generales que los capacitaba para asimilar la técnica del tabaco tras un período de aprendizaje y aclimatación, que a mediados del siglo XVIII era de un año (SANTO DOMINGO: 2209).

En su conocido informe de 1764 sobre la situación de la Isla, el irlandés Alejandro de O’Reilly sugería a la Corona vendiese un esclavo a crédito a cada veguero pobre, pagadero en dos o tres años con el fruto de sus propias cosechas (1764: 336 v). En esencia, lo que O’Reilly estaba planteando era que el Estado continuara el procedimiento que había iniciado la Real Compañía de Comercio de La Habana. A fines de ese mismo año de 1764 la llamada Segunda Factoría comenzó la venta de esclavos a crédito a los vegueros, la que se mantuvo con cierta periodicidad durante el resto del siglo. Los vegueros debían pagar los esclavos con el importe de los tabacos que entregaran a la Factoría en sus tres primeras cosechas (MISCELÁNEA DE LIBROS: 5250 y 5288). Esto pone de manifiesto que a partir de la década de 1740 hubo una voluntad —empresarial primero y estatal después— por dotar de esclavos a los vegueros pobres y garantizar así la permanencia del cultivo, a pesar de las condiciones comerciales adversas. En 1788, Francisco Fernández Miñano nos proporcionaba el cálculo más preciso y esclarecedor hecho hasta entonces sobre la razón del empleo de mano de obra esclava en las vegas tabacaleras. Tomó como base para el mismo una vega de 36 000 matas de

tabaco, atendida por un labrador, su familia y dos esclavos, con una producción anual de 288 arrobas. El costo por cosecha de esos dos esclavos era de 170 duros. La misma labor, hecha por dos jornaleros libres, le hubiera costado al veguero 240 duros, o sea, un 41,2% más (VENTURA REJA, 1985: 125-156). Esa era la verdadera clave económica de la presencia africana en las vegas de la Isla: el costo del trabajo esclavo era inferior al del trabajo libre. Es decir, era la misma razón que regía en la agricultura azucarera. Diecisiete años después, en su conocido informe sobre la situación de la producción tabacalera, Francisco de Arango y Parreño se refería a “la gran diferencia que hay en esta Isla entre el precio del trabajo de un esclavo, y el precio del trabajo de un libre” (1952: 491). Para ello concurrían diversos factores económicos y sociales:

1°. Alto costo de los jornales agrícolas en todas las colonias de plantación (PÉREZ DE LA RIVA, 1970: 144, 147-148);

2° Existencia de tierras incultas que atraían al campesino blanco y lo alejaban del trabajo asalariado (PÉREZ DE LA RIVA, 1970: 148); 3° Alto costo general de la vida en el país, dado por el monto de las importaciones necesarias y la política impositiva (BARCIA, 1987: 110); 3° La inmigración blanca nunca cubrió las necesidades productivas de la Isla (BARCIA, 1987: 28); 4° En la mentalidad de la población blanca predominaba el desprecio por todo trabajo manual realizado por esclavos (PÉREZ DE LA RIVA, 1970: 150; BARCIA, 1987: 8).

Si el pequeño veguero que no poseía esclavos quería incrementar sus cosechas, tenía que acudir a fórmulas alternativas, como alquilarlos, contratar blancos o negros libres asalariados, o la del trabajo “a partido”, que consistía en emplear un operario (“partidario”) no pagándole con dinero, sino con una parte de la cosecha, lo que hacía aumentar su interés en la

misma (RODRÍGUEZ-FERRER, 1851: 97). El planteamiento de Arango y Parreño en 1805 propugnando el cultivo del tabaco en gran escala por “hacendados pudientes” deja implícita constancia de la emigración de capitales del tabaco hacia el azúcar durante el *boom* de ésta, a fines del siglo XVIII (1952: 491). Un movimiento contrario ocurriría después. La eliminación del estanco, en 1817, y la posterior baja de los precios del café por la competencia internacional, atrajeron nuevas inversiones a la agricultura tabacalera por parte de los ricos propietarios. Esto ya era un hecho en 1827 (CUADRO ESTADÍSTICO, 1829: 30). En 1839 se constataba la existencia de plantaciones tabacaleras de hasta 60 esclavos (Anónimo, 1839: 281) y en la matrícula predial de Vuelta Abajo de 1853, recogida por Esteban Pichardo, las había con dotaciones de hasta 75 esclavos (1854-1855: 63, 108, 304). No obstante, del conjunto de las fuentes se desprende que, cuantitativamente, seguían predominando las vegas pequeñas y medianas, con fuerza de trabajo esclava, mixta o libre. Aunque también se da el hecho de vegueros ricos que, en lugar de poseer fincas de gran extensión, tenían varias vegas pequeñas y medianas dispersas en una misma comarca.

Es sabido que en 1817, además de eliminar el estanco del tabaco, la Corona adoptó otras dos medidas: prohibir la trata legal y promover la inmigración blanca. Las tres estaban íntimamente vinculadas y se encaminaban a la consolidación de un campesinado blanco que equilibrara la balanza étnica interna y garantizara la defensa del territorio ante cualquier amenaza externa. Además, se buscaba una alternativa a la plantación azucarera esclavista, con vistas a una diversificación agrícola que permitiera el autoabastecimiento y a la vez potenciar el comercio interno y externo (NARANJO OROVIO Y VALERO GONZÁLEZ, 1994: 114, 117). De las tres principales producciones agrícolas de la Isla, el tabaco era la única capaz

de asimilar proporcionalmente mayor cantidad de mano de obra blanca. De ahí que se le asignara al minifundio tabacalero un papel destacado en la política de blanqueamiento y diversificación agrícola que después Friedlaender denominaría de la “Cuba pequeña” (1944: 161). Si bien las medidas —como ya hemos visto— propiciaron un incremento de la producción tabacalera, sus resultados etnosociales no se correspondieron con los fines perseguidos, pues también redundaron en el aumento de esclavos en su fase agrícola. Así lo pudieron comprobar en su momento José Antonio Saco (1938: 211) y el Conde de Pozos Dulces (1860: 369-370). La historiografía contemporánea ha analizado las causas generales del fracaso de la política de colonización blanca comenzada en 1817, a saber: la oposición de los comerciantes negreros; la falta de una acción estatal efectiva; los bajos presupuestos para su promoción; el alto costo de la vida en el país receptor; y, lo que no es menos importante: el menosprecio social por las tareas agrícolas realizadas por esclavos (BARCIA, 1987: 7, 8, 100, 121; MORENO FRAGINALS, 1978: 305-306; IGLESIAS GARCÍA, 1986: 71-72).

Hagamos un somero bosquejo regional de nuestro objeto de estudio. Las protoestadísticas de la época colonial —como las denomina el demógrafo francés Guy Bourde— carecen de rigor y sistematicidad (1974: 23-24). No obstante, son los únicos índices numéricos de la composición de la fuerza de trabajo en la agricultura tabacalera de los siglos XVIII y XIX. Comienzan con padrones de regiones aisladas, en los cuales siempre encontramos la presencia negra. Por ejemplo, el padrón de 1774 de Mayarí —la principal zona tabacalera de Oriente y la más importante de la Isla antes del auge de Vuelta Abajo— arroja que el 55% de sus vegueros —propietarios o arrendatarios— eran negros y mulatos libres. Catorce de ellos poseían en conjunto 36 esclavos (MISCELÁNEA DE EXPEDIENTES: 4076/E). Según

un padrón incompleto de la parroquia de Güines, al sudeste de La Habana, levantado en 1792, al menos 176 de las vegas allí existentes poseían esclavos, con un máximo individual de diez. Cuatro años después, en pleno empuje azucarero, aún quedaban allí 107 esclavos trabajando en vegas. Además, a pesar del mal estado del documento, podemos saber que al menos ocho de los vegueros eran negros (INTENDENCIA GENERAL DE HACIENDA: 870/5).

El cultivo tabacalero en Vuelta Abajo, extremo occidental de la Isla, cobró auge a fines del siglo XVIII, tras la invasión por el azúcar del valle de Güines. Ya en 1811 Antonio del Valle Hernández calculaba que el 14% de los pobladores de la región eran negros esclavos y el 23,5% negros libres (1811: 212). En el bienio 1819-1820 el 46,5% de las vegas de Vuelta Abajo utilizaba mano de obra esclava (REAL CONSULADO Y JUNTA DE FOMENTO: 141/6934). Por un padrón levantado alrededor de esa fecha también sabemos que el 66 % de todos los operarios de la agricultura tabacalera eran negros y mulatos, aunque no se precisa su condición jurídica. El 41,3% de los propietarios o arrendatarios de vegas eran negros y mulatos libres, mayoritarios en los partidos de Guane y Pinar del Río. Y ahora surge lo insólito: trece de esos vegueros contaban con blancos entre sus operarios. Contrariamente a la mentalidad imperante, sobre todo en los enclaves urbanos, y que contribuiría en gran parte al fracaso de los proyectos inmigratorios, en las apartadas vegas de Vuelta Abajo, lejos de los centros del poder colonial, se había conformado lo que hoy denominaríamos como una cultura de frontera en la que al menos 21 blancos trabajaban con y para negros y mulatos libres. Por encima de las barreras sociales, los unía la pobreza (INTENDENCIA GENERAL DE HACIENDA: 476/1). Pero en la punta de la pirámide productiva la realidad social era muy diferente. Ya vimos que la matrícula

predial de 1853 nos demuestra la existencia en Vuelta Abajo de plantaciones tabacaleras con dotaciones de hasta 75 esclavos (PICHARDO Y TAPIA, 1854-1855: 63, 108, 304). No hemos encontrado indicios de la existencia de estas plantaciones en ninguna otra región del país.

En 1827 y 1842 Ramón de la Sagra estimaba que la tercera parte de la fuerza de trabajo de las vegas de la Isla era esclava (1831: 120; 1842-1866: 295) y en 1852 José García de Arbolea calculaba que en esas vegas había 14 000 esclavos (1852: 140). En el censo de 1862 vemos ya plasmada la tendencia que se venía perfilando en los censos de 1827 y 1846: en aquel momento, siete décadas después del inicio del *boom* azucarero, el cultivo del tabaco estaba polarizado social y geográficamente en la región más occidental de la Isla y en la franja sur de la región oriental. La primera concentraba en sus vegas la mayor parte de la población esclava del sector y la segunda a la mayoría de los negros y mulatos libres dedicados a ese cultivo, bien como vegueros o bien como jornaleros. Además, en ambas regiones el sector tabacalero era demográficamente mayoritario entre los sectores agrarios. En lo que respecta al total de la población esclava del país residente en explotaciones agrícolas, el primer lugar, obviamente, le correspondía a los ingenios azucareros y el quinto a las vegas, con 17 675 esclavos, o sea, el 6,0% de los esclavos censados en esas explotaciones. Sin embargo, las cifras de negros libres dan un resultado muy diferente: las vegas figuraban en primer lugar, con 28 527. Es decir, del total de población negra libre residente en zonas rurales del país, más de la cuarta parte (27,47%) radicaba en las vegas de tabaco. La relación blancos/negros libres estaba acorde con la antes mencionada polarización geográfico-laboral: era de 4,32:1 en el extremo occidental y de 1,20:1 en el oriental. En el conjunto de los esclavos tabacaleros de la Isla el índice de masculinidad era de 192, superior al de los

otros sectores agrícolas, que era de 166. Quizás esto se debiera a la permanencia del viejo criterio —documentado desde 1752— sobre la poca utilidad de las esclavas en el cultivo del tabaco; aunque en Oriente específicamente el índice de masculinidad era de sólo 129 (ARMILDEZ DE TOLEDO, 1864).

El inicio de nuestra primera guerra de independencia, en 1868, aceleró el proceso de desintegración del régimen esclavista en Cuba. Ambos bandos tomaron disposiciones al efecto. Dos años después del final de la contienda, en 1880, la Corona aprobó una denominada “Ley de abolición de la esclavitud” que de hecho facilitaba su prolongación encubierta hasta 1888 bajo un régimen transitorio de “patronato”, seguido a su vez, por un estado de libertad restringida que sólo cesaría del todo en 1892. No tardaron en ponerse de manifiesto las violaciones de la ley, cometidas por las propias autoridades encargadas de su cumplimiento y los esclavos del tabaco no quedaron exentos de ellas, como en su momento fue denunciado públicamente. Los vegueros ricos querían extraer toda la energía física posible de sus “patrocinados” antes de que dejaran de serlo.

El primero de enero de 1883, la *Revista de Agricultura*, órgano del Círculo de Hacendados de la Isla de Cuba, exponía en un artículo de fondo la que consideraba preocupante perspectiva para las dos producciones principales del país:

Ante el grave problema que se desarrolla con la desaparición probable de millares de brazos que constituían el sólido apoyo, cual savia vivificadora de la industria agrícola en una de sus manifestaciones más potentes, de que no ofrece ejemplo Nación alguna, como lo es la extractiva del azúcar, cuando no la especial y privativa de Cuba, como, hasta nuestros días, lo ha sido la del tabaco. No es posible por consecuencia, cruzarse de brazos al borde del abismo, en que amenaza sepultarse la riqueza y vitalidad de la Isla entera

La abolición gradual del régimen esclavista obligó a la sustitución de la mano de obra esclava por la libre. Una vez desaparecido el esclavo, el trabajo agrícola se revalorizaba y era tan digno en Cuba como en la Península y en las Islas Canarias. La inmigración española fluyó regularmente, tanto la permanente como la estacional. Lo que no habían podido lograr los proyectos inmigratorios de la primera mitad del siglo XIX se lograba ahora. Aunque no disponemos de cifras específicas, de las fuentes se desprende que la agricultura tabacalera recibió un aporte considerable, y no sólo de canarios, como habitualmente se cree. Por ejemplo, en diciembre de 1884 el director del periódico local de San Juan y Martínez —principal zona tabacalera de Vuelta Abajo— informaba que en un reciente recorrido por “el extenso veguerío del Jíbaro” había podido comprobar que “en su mayor parte se componen sus vegas de trabajadores gallegos”, por lo que se podía considerar “una colonia de aquellos laboriosos hijos de Galicia” (*El Correo*, 28 diciembre 1884: 3)

En octubre de 1886 dejó de regir la Ley del Patronato y quedó abolida la esclavitud. La falta de fuentes cuantitativas nos impide valorar objetivamente la reacción que esto produjo entre los “patrocinados” de la agricultura tabacalera; pero no dudamos que haya sido similar a lo ocurrido en la azucarera, es decir, que entre los emancipados se manifestara una lógica tendencia a abandonar los campos, que tan malos recuerdos les traían, y a radicarse en las poblaciones. No obstante, el censo de 1899 —realizado por el primer gobierno interventor norteamericano trece años después de la abolición de la esclavitud—, demostró una vez más la vinculación del negro con el tabaco. Aunque no aporta cifras de población residente en vegas, sí nos permite saber que el 9,04% de la superficie sembrada de tabaco en la Isla estaba en manos de propietarios o arrendatarios negros.

Los datos demuestran una redistribución regional de la

agricultura tabacalera. La provincia de Pinar del Río, a pesar de los efectos de la Guerra de Independencia, mantenía el liderazgo productivo sectorial. En ella los negros poseían o arrendaban el 10,19% del área sembrada. Pero la provincia de Santiago de Cuba, después de padecer dos guerras, había quedado desplazada al cuarto lugar nacional en cuanto a superficie sembrada, y el 29,26% de ésta, o sea, más de la cuarta parte, era propiedad o arriendo de vegeros negros. De las 15 831 vegas censadas a nivel nacional, vegeros negros y mulatos solamente eran propietarios de 190, pero 171 de ellas eran menores de  $\frac{1}{4}$  de caballería y sólo dos eran de una caballería o más. Los arrendatarios negros explotaban 1 943 vegas, pero 1 695 de ellas eran menores de  $\frac{1}{4}$  de caballería y sólo 10 tenían una caballería o más. Es decir, eran básicamente vegeros pobres. El censo no recoge la cifra de operarios negros y mulatos en las vegas. Sin embargo, fotografías de la época demuestran la existencia de esa categoría etnolaboral. En sentido general, desconocemos cuantos de esos negros y mulatos vinculados con la agricultura tabacalera habían sido vegeros libres antes de la abolición y cuantos eran antiguos esclavos que habían decidido continuar en el oficio aprendido (INFORME SOBRE EL CENSO DE CUBA, 1900: 570-572).

Una vez cerrado el ciclo histórico objeto de nuestro estudio, veamos en perspectiva algunos aspectos laborales de la esclavitud tabacalera. Los pocos historiadores de la primera mitad del siglo XX que aceptaron la existencia del trabajo esclavo en las vegas, limitaron su empleo a tareas secundarias o periféricas. Sin embargo, los testimonios del siglo XIX describen una realidad diferente. Por ellos sabemos que —tanto en Vuelta Abajo como en Oriente— el esclavo realizaba las mismas tareas del operario libre. Aunque también se infiere que en los casos de las plantaciones, si bien la dotación de esclavos en conjunto hacía de todo, no todos hacían de todo; es decir, algunas operaciones

delicadas, como desbotonar, sólo las ejecutaban los esclavos más calificados. Ya Fogel y Engerman han analizado cómo los esclavos norteamericanos no constituían una masa indiferenciada, sino una compleja jerarquía social en la cual el grado de especialización laboral era determinante (1981: 34).

Según las fuentes que hemos podido consultar, el tratamiento del esclavo en las plantaciones tabacaleras era tan severo como en cualquier otra, con jornadas laborales agotadoras, que podían prolongarse al horario nocturno y con castigos que incluían el cepo, el grillete y el llamado “bocabajo” (DELFÍN, 1910: 27-29) En algunas fuentes de los siglos XVIII y XIX se mide el *status* económico del veguero por la cantidad de esclavos que poseía. El veguero pobre era para los sublevados de 1717 aquel que a lo sumo tenía uno o dos esclavos. Rodríguez-Ferrer, por su parte, corre el límite hasta seis esclavos. Como vemos, las fronteras son lábiles. Asimismo, quedaría pendiente la definición del veguero mediano. ¿Sería el francés Casamayoux, que contaba con ocho esclavos? ¿O el canario Toribio Quintero, que cultivaba caballería y media de tierra con doce esclavos y dos o tres asalariados, y a quien el Conde de Pozos Dulces consideraba el veguero modelo? (1860: 260).

Es bueno señalar lo frágil de tomar el número de esclavos como único índice, pues lo que era válido para algunas vegas no lo era para otras. En las vegas pequeñas y medianas de Cuba, en sentido general, coexistían al menos seis tipos diferentes de trabajadores: 1º El veguero —ya fuera blanco español o criollo, negro o mulato libre, propietario o arrendatario—, que aportaba su trabajo personal y el de parte de su familia; 2º Esclavos propios; 3º Esclavos alquilados; 4º Negros y mulatos libres asalariados; 5º Blancos asalariados; 6º Blancos y negros o mulatos libres “partidarios”.

Con tal microcosmos étnico-laboral es más correcto

hablar de operarios en general, máxime cuando en algunos casos la familia del veguero era relativamente numerosa. De ahí que Tomás de Salazar, al clasificar las vegas en pequeñas y grandes atendiendo a su cantidad de operarios, hablara solamente de hombres, sin especificar su *status* jurídico (1850: 60). No obstante, las fuentes indican que mientras mayor era la vega, más alta era la presencia esclava en la composición de su fuerza laboral. Como vemos, la agricultura tabacalera cubana reproducía toda la escala social y el espectro laboral del resto de la economía colonial. Esencialmente antiesquemática, en su seno se daba toda la gama posible de relaciones de producción propias del nivel de desarrollo de las fuerzas productivas insulares en aquel momento histórico. Dentro del panorama agrario cubano, constituyó un sector intermedio o mixto, que reunía elementos de los otros dos sectores, o sea, del plantacionista y del no plantacionista. En ella encontramos tanto plantaciones esclavistas con dotaciones de hasta 75 esclavos, como vegas medianas y pequeñas —con pocos esclavos unas y con fuerza laboral mixta otras—, así como explotaciones familiares, que sólo contaban con mano de obra libre.

La repetida imagen de ese veguero blanco y pobre, que cultivaba el tabaco en una pequeña parcela, solamente con sus brazos y la ayuda de su familia, no es falsa; pero es sólo el escalón más bajo de la compleja pirámide social tabacalera, en cuya cima estaban las plantaciones esclavistas. Decir otra cosa es confundir la parte con el todo, la capa social con el sector económico. La pequeña vega no era un núcleo libre y blanco en medio de una sociedad esclavista, como en ocasiones se ha planteado simplistamente, sino un microcosmos étnico laboral donde podían coexistir diversas formas de trabajo libre y esclavo, con independencia de que casuística o regionalmente predominara una u otra. Preferimos considerarla como una célula

representativa de una agricultura esclavista en tránsito hacia la agricultura capitalista.

En aquella sociedad solamente no tenían esclavos quienes no los necesitaban —por lo reducido de sus tierras— o no podían tenerlos, por su pobreza. Cirilo Villaverde lo sintetizó así: “[...] En un país esencialmente agrícola, cual es el nuestro, ¿quiénes son los que labran la tierra? No son por cierto los amos de los ingenios, ni cafetales, ni las personas de la clase media. Tampoco los guajiros de la clase baja: son los esclavos [...]” (1891: 81). Para valorar la productividad del esclavo tabacalero cubano se impone el estudio comparativo con similares explotaciones agrícolas de otros países; pero hasta ahora sólo hemos podido localizar escasos datos y concernientes al Sur de los Estados Unidos, al parecer de esclavos de plantaciones. Según estos, la productividad oscilaba allí entre las 2 000 y las 2 500 libras de tabaco. Los datos cubanos son heterogéneos. No están clasificados por tipo de explotación agrícola, pero oscilan de las 1 000 a las 2 000 libras. De esto se desprende que el grado de organización y explotación de la fuerza de trabajo esclava era superior en las plantaciones tabacaleras del Sur de los Estados Unidos (FOGEL Y ENGERMAN, 1981: 13; GRAY, 1933: 467-468; ARANGO Y PARREÑO, 1952: 476; LUYANDO, 1813: 19; RODRÍGUEZ-FERRER, 1851: 111-112; TAYLOR, 1851: 276).

Por otra parte, las plantaciones cubanas compartían la geografía tabacalera de la Isla con las vegas medianas y pequeñas, que eran las mayoritarias, donde se continuaban practicando las que Marx denominaba “formas inferiores del trabajo esclavo”, en las cuales la explotación de los negros aún tenía “un carácter moderadamente patriarcal” (1975-1977: 283), aunque, al igual que la plantación, desarrollaran una agricultura comercial en función del mercado externo.

El conjunto de las fuentes examinadas nos permite

conocer que, al menos desde el siglo XVII, la presencia del negro fue permanente y polifacética en la agricultura tabacalera cubana, en su doble condición étnica de africano o criollo, en su doble condición jurídica de libre o esclavo, y en su doble condición económica de explotado o de explotador. O sea, unas veces como jornalero y otras como patrón, unas veces como esclavo y otras como esclavista.

La participación del esclavo en todas las fases de la producción tabacalera sólo cesó con la abolición definitiva de la esclavitud, en 1886. Los propietarios sabían que la mano de obra libre era superior a la forzada, pero estaban obligados a tener esclavos por una elemental razón de costos. Si bien el número de éstos no es comparable con el de los que laboraban en la producción azucarera, es justo devolverles el lugar que les corresponde en nuestra historia económica y contribuir así a la comprobación de que todo el sistema productivo de la Isla estaba basado en el trabajo esclavo.

Por su parte, los negros y mulatos libres propietarios o arrendatarios de vegas encontraron en el tabaco una forma de ascenso económico y social que les estaba vedado en el azúcar. Nos preguntamos si también la obtuvieron en otras explotaciones agrícolas.

Es de suponer que en las plantaciones tabacaleras rigiera la misma compartimentación y estratificación que en sus congéneres azucareras y cafetaleras; pero en las vegas medianas y pequeñas convergieron blancos pobres, negros libres y esclavos criollos, en una vida de relación que propiciaba una cohesión social inconcebible en las plantaciones. En esa masa humana —en la cual se entremezclaban etnias, estatus jurídicos y clases sociales—, que vivía al margen del régimen de plantaciones, continuaron operando los lentos procesos invisibles de gestación de la nación. Los orígenes de la química social que hizo pluriétnicas las filas

de nuestro Ejército Libertador hay que rastrearlos en esas vegas y en el resto de la agricultura no plantacionista cubana.

Pero —se preguntará el lector—, ¿y el mito blanco a que nos referimos al principio? ¿Cómo y por qué se formó ese mito, a pesar de las inocultables evidencias de que miles de esclavos africanos y criollos habían laborado en las vegas tabacaleras de Cuba hasta 1886? ¿Por qué ese mito surgió en Cuba y no en Brasil y el Sur de los Estados Unidos? Dar una respuesta aceptablemente científica a estas preguntas no es factible por el momento. Nos limitaremos, pues, a exponer algunas ideas generales al respecto, a manera de explicaciones provisionales, necesitadas de un desarrollo más profundo. En el siglo XVIII nadie cuestionó la presencia esclava en las vegas tabacaleras del país. Era un hecho hartamente conocido. Paradójicamente, fue en la primera mitad del siglo XIX —precisamente cuando esta presencia se hizo más numerosa— que algunos autores iniciaron la tendencia a minimizarla, relegarla e incluso negarla. Fue entonces que comenzaron a sentarse las bases para el mito. Uno de los que contribuyó —quizás inconscientemente— a esa deformación histórica fue el Barón de Humboldt, quien en 1827 deslizó este superficial comentario en su famoso *Ensayo*: “[...] el tabaco casi no se cultiva mas que por blancos y hombres libres [...]” (1827: 205). Cuando Francisco de Arango y Parreño —quien conocía la Isla mucho mejor que cualquier sabio alemán— leyó esas palabras, anotó esta observación: “Es cierto que hay vegas de tabaco servidas sólo por blancos: pero las más se cultivan por negros, gobernados por algún blanco” (1952: 439).

También es conocido el vínculo que en 1845 estableció el fiscal Vázquez Queipo entre tabaco y raza blanca (1845: 38-40). Igualmente, en 1867 el periódico reformista *El Siglo* enfatizaba el trabajo libre en no menos de 6 500 vegas de la Isla, algo por lo demás muy normal, pues en los últimos quince

años se había triplicado el precio de los esclavos (*El Siglo*, 17 febrero 1867: 1). O sea, ya estaban creadas las premisas para que a partir de la Ley del Patronato, en 1880, cuando la presencia esclava se redujo aun más, esta realidad fuera retroproyectada hacia el pasado. Todo indica que el fin de la esclavitud, en 1886, fortaleció esta tendencia. Desconocemos en qué momento quedó conformado el mito como tal. Saberlo, requiere de una metódica revisión de las publicaciones de fines del siglo XIX y primeras décadas del XX, labor que desbordaría los objetivos de nuestro estudio. No obstante, hemos localizado los que consideramos dos antecedentes directos, dos hitos en su proceso de formación. En 1899, Charles Pepper —uno de los norteamericanos que “inventariaron” las perspectivas económicas y comerciales de nuestro país— subestimaba las posibilidades del negro como veguero, echando abajo de un plumazo tres siglos de historia:

En el sentido industrial, en Cuba no se ha hecho plena justicia al valor del trabajo del negro. En la agricultura, pertenece esencialmente a la plantación azucarera. Indudablemente, el negro no es bueno en el cultivo de frutos, y lo complicado del cultivo del tabaco es demasiado grande para que él llegue a ser un exitoso veguero o granjero tabacalero. En el cañaveral está en su mejor lugar como trabajador [...] (1899: 150).

Es decir, Pepper no se refiere al pasado esclavista, sino que descarta la posibilidad del negro como tal —ya hombre libre— para el cultivo del tabaco. De su texto se concluye que el tabaco era prácticamente un patrimonio del hombre blanco, donde el negro no tenía posibilidades de éxito. El destino de éste era, pues, el corte y alza de cañas bajo el sol tropical. Evidentemente, Pepper desconocía algo que años después sintetizaría Antonio Gramsci, y es que “en cualquier trabajo físico, aunque se trate del más mecánico y degradado, siempre existe un mínimo de calidad técnica, o sea, un mínimo de actividad intelectual creadora”

(GRAMSCI, 1960: 14). Quizás, de haberlo sabido, también hubiera excluido al negro de la plantación azucarera capitalista.

Francisco Figueras, un abogado cubano, anexionista, racista y pesimista sobre el futuro de su país, que se declaraba “convencido de que Cuba carecía de capacidad para ser una nación independiente”, publicó en 1907 su libro *Cuba y su evolución colonial*, el cual creemos desempeñó un papel importante en la urdimbre del mito. Cuando analiza los “elementos que forman la población”, entre el componente hispano sólo aborda y resalta al canario. Reconoce “racional la conjetura de que fueran canarios [...] los primeros labradores de la tierra” en nuestra Isla. Acto seguido —y con una “lógica” aplastante— afirma:

Y esta conjetura se corrobora con todo el aparato de la verdad, cuando se para mientes en que el campesino cubano, tanto en su habla y en su carácter, como en sus hábitos y en sus gustos y aficiones, guarda mucho parecido con el isleño de Canarias.” Figueras omite aclarar que se está refiriendo al campesino *blanco* de principios del siglo XX; pero ello le es más que suficiente para establecer lo ocurrido en el siglo XVI, y afirmar categóricamente que “isleños fueron los primeros vegueros del tabaco, y aun hoy lo siguen siendo una buena parte de los que a su siembra se dedican. (s/f: 356-357).

Al referirse al extremo occidental de la Isla dice: “Comarcas enteras hay en Cuba, y la Vuelta Abajo es una de ellas, donde la tradición atribuye a los canarios la apertura y desmonte de la mayor parte de las fincas.” Como vemos, Figueras considera la tradición oral una fuente racionalmente confiable como para fundamentar con ella cualquier juicio histórico. Con razonadores así, ¡cómo no se va a llenar de mitos un país! (s/f: 356-357). Cuando afirma que los “isleños fueron los primeros vegueros del tabaco”, Figueras excluye de la historia tabacalera de Cuba hasta a los mismos aborígenes, no ya a los negros africanos y criollos, así como a cualquier otro grupo étnico peninsular. Esto no nos

parece una simple falta de rigor científico.

En opinión nuestra, el mito tabacalero blanco formaba parte de algo mayor. No creemos que haya nacido espontáneamente, como fruto de una simple amnesia social, sino que fue hábilmente inducido. Probablemente, se trataba de una deliberada y sutil ocultación de una parte del pasado en función de las necesidades políticas del presente. Para la clase dominante cubana, la base social y símbolo de la nación tenía que ser una clase blanca, con raigambre en la tierra y expediente patriótico. El obrero agrícola —aun cuando fuera blanco— carecía de esa raigambre y su antecedente inocultable era el esclavo de plantación. Por tanto, la elección del campesinado era obvia, máxime cuando añadía el “extra” de ser el sostén alimentario de la población. No en vano la caricatura de un campesino blanco —el famoso Liborio, creado por Ricardo de la Torriente— devino representación gráfica del pueblo cubano. Como ha explicado Consuelo Naranjo, “se eligió al campesino blanco como representante de la nación y de su identidad”. El mito del hombre blanco era “un hilo conductor que unía, daba coherencia y continuidad al menos a una élite y a su proyecto político” (2001: 159). Además, se aspiraba a que el campesinado blanco continuara creciendo sobre la base de la inmigración “deseable”, por lo que el mito también cumplía la función de imagen atrayente para esa inmigración.

Pero esta clase social debía tener un pasado acorde con el papel a que se le destinaba en el proyecto republicano. Si se quería un campesinado arquetípicamente blanco había que comenzar por “blanquear” la historia del tabaco, pues el veguero era el personaje más emblemático del campesinado cubano, por su antigüedad, su trayectoria de luchas y la importancia económica de su producción. Se trataba, pues, de diseñar un pasado fundacional que estuviera en concordancia con el equilibrio social y étnico que se perseguía. Esto formaba parte del proyecto conservador del segundo ensayo de república neocolonial, que comenzaría

en 1909, muy distinto de aquel otro, democrático e integrador, que preconizara José Martí. Jean Vansina ha establecido que cada tradición tiene un objeto y cumple una función en la sociedad, que suele ser la de validar ciertas estructuras existentes. O sea, sirve un interés al brindar una interpretación del mundo, y está vinculada a una sociedad y a una cultura de las cuales es producto (1966: 66, 84, 175). Malinovski, por su parte, afirma que una de las funciones de los mitos es proporcionar una garantía de antigüedad y fortalecer así la tradición, al dotarla de un valor y prestigio mayores. El mito “siempre está hecho *ad hoc* para cumplir alguna función sociológica, para glorificar a un cierto grupo o para justificar un estado de cosas anómalo”. Y precisa que “todo cambio histórico crea su mitología, la cual no está, sin embargo, sino indirectamente relacionada con el hecho inicial” (1982: 131, 155, 156, 181).

Creemos que esto se cumplió cabalmente en la sociedad cubana postesclavista. El mito de la ausencia del trabajo esclavo en el cultivo del tabaco y de la incapacidad del negro libre como veguero se enlazaba con las concepciones sobre la supuesta inferioridad mental del negro —sostenidas por algunos antropólogos—, que tanto daño hicieron durante el siglo XIX (GARCÍA GONZÁLEZ, 1994). Los centros del poder y de la cultura oficial lo contemplaron con beneplácito. Tanto se enraizó en la psicología social, que historiadores de indiscutible honestidad profesional se hicieron eco de él.

Como contrapartida, la selección del veguero canario para su exaltación era perfectamente lógica. Su presencia en las vegas tabacaleras de la Cuba colonial es innegable, aunque no haya sido reconstruida demográficamente para el conjunto de la Isla. Muestra de ello es el protagonismo canario en las sublevaciones contra el estanco tabacalero de 1717 y en la fundación del poblado de Santiago de las Vegas (TORNERO TINAJERO, 1982). Por su lado, el Conde de Pozos Dulces se ocupó de fijar en nuestra

historia agrícola al canario Toribio Quintero como ejemplo de sabiduría tabacalera. A mediados del siglo XIX, Rodríguez-Ferrer reconocía que los canarios llevaban “largos años” dedicados al cultivo del tabaco en Cuba (1851: 142). Por ende, la importancia general del componente canario en el origen del campesinado cubano blanco es incuestionable. Ahora bien, su absolutización histórica y geográfica —sin atender a etapas, ni a diferencias regionales— por parte de las élites dominantes cubanas y sus intelectuales orgánicos, puesta en función de un paradigmático origen étnico —absolutización que, irónicamente, también fue en detrimento de otros grupos étnicos peninsulares— traía aparejado un efecto colateral: la ocultación del negro. Ya que era imposible silenciar su presencia en la historia del sector plantacionista —ingenios y cafetales— se le borró de las vegas tabacaleras, y quizás, por extensión, aunque no hemos encontrado referencias a ello, del conjunto de las explotaciones agrarias no plantacionistas. De cierta manera fue algo parecido a una operación de limpieza etnohistórica basada en el mutismo. El negro estorbaba en aquel supuesto pasado blanco y había que ocultarlo, como el polvo bajo la alfombra. Bastaba con un simple mecanismo de omisión deliberada, como se borra de una foto la imagen de una persona inconveniente para la historia oficial. En la agricultura tabacalera, ocultar al negro y absolutizar al canario y a sus descendientes obligaba, además, a borrar de la historia agraria las plantaciones tabacaleras y a postular la pequeña vega como la explotación arquetípica. Plantación y esclavos eran inseparables y había que desaparecerlos juntos. Para fijar el mito en el imaginario colectivo, era necesario vincular el factor socioeconómico —la pequeña vega— con el factor étnico: el veguero blanco, máxime cuando tradicionalmente se considera que “la *explotación familiar* es la unidad básica de propiedad, producción, consumo y vida social campesinas” (SHANIN, 1983: 278). El efecto de este mito aún perdura en no pocas mentes, a pesar de los esfuerzos aislados

por destruirlo. Tal vez, a esta historia pudiera aplicársele aquello que dijera Marx, con su habitual ironía: “[...] Los orígenes de los Estados se pierden en un mito, en el que hay que creer, pero que no se puede discutir” (MARX, s/f: 65).

### Fuentes documentales

SANTO DOMINGO. Archivo General de Indias (AGI), Sevilla. Fondos :1616-1624: 6 v, p. 60 y 166; 2208, 2209.

REAL CONSULADO Y JUNTA DE FOMENTO. Fondo: 141/6934; MISCELÁNEA DE LIBROS. Fondos: 5250-5288; MISCELÁNEA DE EXPEDIENTES. Fondos: 4076/E, INTENDENCIA GENERAL DE HACIENDA. Fondos: 870/5, 476/1. Archivo Nacional de Cuba (ANC).

ACTAS CAPITULARES (TRASUNTADAS). V. 1616-1624: 60,62,66; 1654-1661: 27 y vuelta. Oficina del Historiador y Museo de la Ciudad de la Habana (OHMCH)..

O'REILLY, Alejandro de (1764). “Descripción de la Isla de Cuba. Ganados, Haciendas, Frutos y Comercio. Motivos de su poco adelantamiento; Cuias causas se explican, para el remedio, pudiendo por las maiores proporciones que tiene contribuir al poder de la Monarquía, y felicidad de España”. La Habana, 1º. de abril de 1764. Real Biblioteca, Madrid. *Miscelánea de Ayala*, t. IV, ff. 329-340 v.

### Bibliografía

ANÓNIMO. “Cultivo del tabaco”. *Memorias de la Sociedad Económica de Amigos del País*. [La Habana] t. 19, 1839, p. 277-298.

ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. *Obras*. 2ª. ed. [La Habana]: Ministerio de Educación, Dirección de Cultura, 1952.

BARCIA, María del Carmen. *Burguesía esclavista y abolición*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1987.

BOURDE, Guy. “Fuentes y métodos de la historia demográfica en Cuba (Siglos XVIII y XIX)”. In: *Revista de la Biblioteca Nacional José Martí*. La Habana, v. 65, no. 1, enero-abril, 1974, pp. 21-68.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. y Héctor PÉREZ BRIGNOLI. *Historia económica de América Latina*. 4ª. ed. Barcelona: Crítica, t. I, 1987.

*Cuadro estadístico de la siempre fiel Isla de Cuba, correspondiente al año de 1827*. Habana: Oficina de las viudas de Arazoza y Soler, impresoras del Gobierno y Capitanía general por S.M, 1829.

DELFIN Y ZAMORA, Manuel. *Treinta años de médico*. La Habana: Impr. La Propagandista, 1910.

FIGUERAS, Francisco (s.f.). *Cuba y su evolución colonial*. [2ª. ed.] La Habana: Isla.

FOGEL, Robert William y Stanley L. ENGERMAN. *Tiempo en la cruz: la economía esclavista en los Estados Unidos*. Tr. de Arturo Roberto Firpo. [Madrid]: Siglo XXI, 1981.

FRÍAS Y JACOTT, Francisco de. *Colección de escritos sobre agricultura, industria, ciencias y otros ramos de interés para la Isla de Cuba*. París: Impr. tip. de Jorge Kugelmann, 1860.

FRIEDLAENDER, H.E. *Historia económica de Cuba*. La Habana: Jesús Montero, Editor, 1944.

GARCÍA DE ARBOLEYA, José. *Manual de la isla de Cuba. Compendio de su historia, geografía, estadística y administración*. Habana: Impr. del Gobierno y Capitanía General por S.M, 1852.

GARCÍA GONZÁLEZ, Armando. “En torno a la Antropología y el racismo en Cuba en el siglo XIX”. En: Naranjo Orovio, Consuelo y Tomás Mallo Gutiérrez (ed.). *Cuba, la perla de las Antillas. Actas de las I Jornadas sobre “Cuba y su Historia”*. Aranjuez: Doce Calles, 1994, p. 45-64.

GRAMSCI, Antonio. *Los intelectuales y la organización de la cultura*. Tr. de Raúl Sciarreta. [Buenos Aires]: Lautaro, 1960.

GRAY, Lewis Cecil. *History of Agriculture in the Southern United States to 1860*. Washington: Carnegie Institution, 1933.

HUMBOLDT, Alexander de . *Ensayo político sobre la Isla de Cuba*. Tr. de D.J.B. de V. y M. París: In: Casa de Jules Renouard, 1827.

IGLESIAS GARCÍA, Fe. “Algunas consideraciones en torno a la abolición de la esclavitud”. In: Academia de Ciencias de Cuba: Instituto de Ciencias Históricas. *La esclavitud en Cuba*. [La Habana]: Editorial Academia, 1986, p. 59-85.

INFORME SOBRE EL CENSO DE CUBA. DEPARTAMENTO DE LA GUERRA (EE.UU.). Oficina del Director del Censo de Cuba (1900).. Tr. de F.L. Joannini. Washington: Impr. del Gobierno, 1899.

LUYANDO, José . *Examen de las ventajas que producirá el desestanco del tabaco y ensayo de única contribución*. Cádiz: Imprenta Patriótica, 1813.

MALINOVSKI, Bronislaw. *Magia, ciencia, religión*. Tr. de Antonio Pérez Ramos. 2ª. ed. Barcelona: Ariel, 1982.

MARX, Karl . (s.f.) *Las luchas de clases en Francia de 1848 a 1850*. Moscú: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1985.

MORENO FRAGINALS, Manuel. *El ingenio: complejo económico social cubano del azúcar*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1978.

NARANJO OROVIO, Consuelo. "La historia se forja en el campo: nación y cultura cubana en el siglo XIX". *Historia social*. (Barcelona) no. 40, 2001, p. 153-174.

NARANJO OROVIO, Consuelo y Mercedes VALERO GONZALEZ. "Trabajo libre y diversificación agrícola en Cuba: una alternativa a la plantación (1815-1840)". *Anuario de Estudios Americanos*. (Sevilla), vol. 51, no. 2, 1994, pp. 113-133.

PEPPER, Charles. *To-Morrow in Cuba*. New York: Harper & Brothers, 1899.

PÉREZ DE LA RIVA, Juan. "La contradicción fundamental de la sociedad colonial cubana: trabajo esclavo contra trabajo libre". *Economía y Desarrollo*. (La Habana), no. 2, abril-junio, 1970, p. 144-154.

PICHARDO Y TAPIA, Esteban. *Geografía de la isla de Cuba*. Habana: Est. Tip. de D.M. Soler, 1854-1855.

SACO, José Antonio. *Historia de la esclavitud de la raza africana en el Nuevo Mundo y en especial en los países américo-hispanos*. La Habana: Cultural, 1938.

SAGRA, Ramón de la. *Historia física, política y natural de la Isla de Cuba*. París: Librería de Arthus Bertrand, 1842-1866.

SAGRA, Ramón de la. *Historia económico-política de la Isla de Cuba*. La Habana, Impr. de las Viudas de Arazosa y Soler, 1831.

SHANIN, Teodor. *La clase incómoda*. Versión española de Fernando Andrada Tapia. [Madrid] Alianza Editorial, 1983.

TAYLOR, John Glanville. *The United States and Cuba: Eight Years of Change and Travel*. London: Richard Bentley, 1851.

TORNERO TINAJERO, Pablo. "Inmigrantes canarios en Cuba y cultivo tabacalero. La fundación de Santiago de las Vegas (1745-1771)". En: *IV Coloquio de Historia Canario-Americana (1980)*. Las Palmas de Gran Canaria: Ediciones del Excmo. Cabildo Insular de Gran Canaria, t. I, 1982, p. [505]-529.

VALLE HERNÁNDEZ, Antonio del. "Sobre la población de la isla de Cuba". La Habana, 20 de julio de 1811. En: Arango y Parreño, F. *Op. cit.*, t. II, 1811, p. 208-223.

VANSINA, Jean. *La tradición oral*. Tr. de Miguel María Llongueras. [Barcelona]: Labor, 1966.h

[VÁZQUEZ QUEIPO, Vicente]. *Informe fiscal sobre fomento de la población blanca en la Isla de Cuba y emancipación progresiva de la esclava*. Madrid: Impr. de J. Martín Alegría, 1845.

VENTURA REJA, José. "Informe sobre el cultivo del tabaco en Cuba (1788)". *Historiografía y Bibliografía Americanistas*. (Sevilla) v. 29, no. 2, 1885, p. 125-156.

VILLAVARDE, Cirilo. *Excursión a Vuelta Abajo*. La Habana: Impr. El Pilar,

## **José Antonio Saco y los Estados Unidos**

*Josef Opatrný*

(Universidad Carolina de Praga, República Tcheca)

opatjaff@ff.cuni.cz

### **Resumo**

A relação de José Antonio Saco com Estados Unidos influenciou amplamente no pensamento deste representante do reformismo cubano. Saco pertenceu à parte da sociedade crioula cubana que manteve laços comerciais e pessoais com os Estados Unidos, e conheceu pessoalmente a situação política, econômica, cultural e social dos Estados Unidos pela sua permanência lá durante os anos vinte e princípios dos anos trinta do século XIX. Estimulado pela liberdade, a democracia e o alto nível da técnica no país, viu, porém certo perigo para as minorias no sistema democrático. O medo de que desaparecesse a cultura cubana em uma sociedade majoritariamente anglo-saxã contribuiu substancialmente para sua rejeição à anexação de Cuba aos Estados Unidos e à formulação do conceito da nacionalidade cubana. A outra esfera do interesse de Saco nos Estados Unidos esteve representada na solução da problema do comércio de escravos e da abolição, inspirando-o para pedir a abolição imediata do comércio de escravos e a abolição gradual da escravidão em Cuba. Em ambos casos, José Antonio Saco aportou importantes contribuições ao pensamento cubano, especialmente no que se refere à formulação do conceito da nacionalidade cubana.

**Palavras-chave:** Cuba, Estados Unidos, Escravidão, Anexão

### **Resumen**

La relación de José Antonio Saco con los Estados Unidos influyó ampliamente en el pensamiento de este portavoz del reformismo cubano.

\* Artigo recebido em março de 2009 e aprovado para publicação em maio de 2009.

Saco perteneció a la parte de la sociedad criolla cubana que mantuvo lazos comerciales y personales en los EEUU, y conoció personalmente la situación política, económica, cultural y social estadounidense por su estancia allí en los años veinte y principios de los treinta del siglo XIX. Apreciando la libertad, la democracia y el alto nivel de la técnica en el país, vió, sin embargo, cierto peligro para las minorías en el sistema democrático. El temor de que desapareciese la cultura cubana en una sociedad mayoritaria anglosajona contribuyó sustancialmente a su rechazo de la idea de la anexión de Cuba a los Estados Unidos y a la formulación del concepto de la nacionalidad cubana. La otra esfera de interés de Saco en los EEUU la representó la solución de la abolición inmediata de la trata y la liquidación gradual de la esclavitud en Cuba. En ambos casos, José Antonio Saco aportó importantes contribuciones al pensamiento cubano, especialmente en relación a la formulación del concepto de la nacionalidad cubana.

**Palabras claves:** Cuba, Estados Unidos, Esclavitud, Anexión

### **Abstract**

The relation which José Antonio Saco had with the United States influenced widely in the thinking of this spokesperson of Cuban reformism. Saco belonged to part of the Cuban Criolla society which maintained commercial and personal links in the USA, and he knew personally the American political, economic, cultural and social situation from his stay there in the 20s and especially the 30s. Appreciating freedom, democracy and the high level of technology in that country, he saw, however, a certain danger for minorities in the democratic system. Fear that Cuban culture might disappear in a society of an Anglo-Saxon majority contributed substantially to his refusal of the idea of annexing Cuba to the United States and to his formulation of the concept of Cuban nationality. The other sphere of interest which Saco had in the USA represented the solution to the problematic of the slave route and the abolition of slavery, which inspired him to propose immediate abolition of the slave route and the gradual liquidation of slavery in Cuba. In both cases, especially in the formulation of the concept of Cuban nationality, Saco contributed in an important way to Cuban thinking.

**Key words:** Cuba, United States, Slavery, Annexation

La personalidad de José Antonio Saco perteneció, sin ninguna duda, a las más importantes y controvertidas del siglo decimonónico cubano, lo que repercutió en el interés por él de la historiografía cubana. Uno de los historiadores más renombrados de Cuba de las últimas décadas, Eduardo Torres-Cuevas, hizo constar en este contexto: “En el transcurso del último siglo de estudios históricos en Cuba, la figura de José Antonio Saco devino centro polémico y de definición de historiadores e historiógrafos, de teóricos y políticos. No resultaría difícil establecer que la recia personalidad del bayamés-habanero es la más discutida en los últimos cincuenta años. En consecuencia la bibliografía pasiva sobre Saco es una de las más abundantes dentro de la historiografía cubana” (TORRES CUEVAS; SOREGHI, 1982:7).

Por diferentes razones le dedicaron atención muchos autores cubanos, llegando en su valoración a conclusiones distintas y, en muchos casos, totalmente adversos. Por un lado, apareció la opinión negativa de Rafael Soto Paz, quien no tiene para las ideas y actividades de Saco ni una palabra de aprecio (PAZ, 1941), considerándolo como el portavoz de los partidarios de la esclavitud en Cuba y el defensor de esta institución económico-social. Por otro lado, algunos autores le consideran como el fundador del pensamiento político moderno cubano, subrayando su crítica al colonialismo español (MERINO BRITO, 1950). Unos destacan sus textos dedicados a la problemática de la trata y de la esclavitud, que no tuvieron en ningún caso la dimensión que les atribuyó Rafael Soto Paz, otros subrayan su papel de portavoz del reformismo cubano -Manuel Moreno Fragnals hasta llama una de las obras de Saco, *Paralelo entre la Isla de Cuba y algunas colonias inglesas* “primer gran escrito reformista” (FRAGINALS, 1960: 70), y otros se interesan en la parte que tuvo Saco en la formación de la idea de la nacionalidad cubana. En este contexto véase la opinión de otro símbolo de

la historiografía cubana de la segunda mitad del siglo veinte. Julio Le Riverend subrayó, por un lado, el hecho de que Saco no incorporó en su nacionalidad cubana a la gente de color, lo que no se correspondía con su concepto, haciendo constar por otra parte: “Ni que decir que tal concepto no nos basta a nosotros, situados cómodamente en el cabo actual de la historia; pero ello le resta importancia a su visión, sin duda original en su época.” (LE RIVEREND, 1979:156). Para Le Riverend, Saco tuvo en la problemática la misma prioridad en los debates acerca de la sociedad criolla que en la discusión sobre la trata y esclavitud. “... en ambos casos habló –por primera vez– de cuestiones y conceptos esenciales; sólo que también en una y en otra oportunidad él no fue capaz de desarrollarlos en sus implicaciones perentorias. Uno y otro caso subrayan la contradicción entre su capacidad de ver claramente los fenómenos y su ineptitud para actuar conforme a ello; oposición entre un pensamiento apto para las más grandes concepciones y una actividad mezquina, limitada, deficiente” (LE RIVEREND, 1979:155)<sup>2</sup>.

Le Riverend escribió sobre el concepto de Saco de la nacionalidad cubana en el contexto de su participación en el debate anexionista, que representa otro gran tema de la obra de José Antonio Saco y de su “ideario cubano”. No es ninguna sorpresa que también las opiniones de Saco en este área atraigan la atención de los especialistas cubanos (ORTIZ, 1929). Es después casi sintomático que también en este caso presenten los historiadores, siguiendo las huellas de los contemporáneos, las opiniones adversas. Para unos fue Saco anexionista (esta opinión la comparte en forma moderada la autora de la última biografía política de Saco, Olga Portuondo) (PORTUONDO, 2006), los otros, entre ellos los mencionados Eduardo Torres Cuevas o Julio Le Riverend, le consideran como antianexionista. Le Riverend, en este contexto, escribió: “Precisa convenir en que

el pensamiento antianexionista de Saco es la parte más viva de su obra, a la que la historia ha dado toda la razón, aunque de ninguna manera convalide algunos de los móviles que lo llevaron a impugnar la incorporación de Cuba a los Estados Unidos” (LE RIVEREND, 1979:157). El anexionismo y la crítica de la idea de la incorporación de Cuba en los Estados Unidos representaban, sin embargo, solamente una parte de la relación ambivalente de José Antonio Saco con la civilización estadounidense. Saco, conociendo los lazos económicos entre la colonia española y el vecino norteño, conociendo personalmente la situación social, política y económica de la sociedad estadounidense, y conociendo, finalmente, los intereses de algunos grupos de criollos y políticos estadounidenses en la incorporación de Cuba en los EE UU, mencionó repetidamente las realidades estadounidenses en diferentes textos que representan, de tal manera, un testimonio importante de la relación del portavoz del liberalismo criollo con la sociedad probablemente más libre del mundo en el segundo tercio del siglo XIX.

Precisamente en el tiempo en que Saco entró en la vida pública de Cuba, uno de los destacados políticos estadounidenses, John Quincy Adams, formuló su teoría de la gravitación en la que comparaba las leyes de la gravitación política y la gravitación física. De la misma manera en que cada manzana arrancada del árbol está obligada caer a tierra, Cuba, en el caso de rompimiento de las “contranaturales” relaciones con España, estará obligada a unirse con los Estados Unidos (QUINCY ADAMS, 1917:373). El concepto de Adams reflejó las opiniones de la parte de la sociedad estadounidense que presentaba su interés por Cuba, sobre todo económico pero también político, ya en el siglo XVIII. Para estos políticos, el porvenir de América Latina estaba atado a los Estados Unidos, los que poblarían paso a paso todo el hemisferio occidental<sup>3</sup>. La carta de Thomas Jefferson a Madison

de 1804 reflejó el interés de los Estados Unidos de adquirir Cuba, aprovechando para esta meta la política internacional de la expansión napoleónica. (JEFFERSON, 1909) También la política napoleónica, y antes la situación ligada con la guerra por la independencia de los EE UU y la revolución francesa, marcaron las relaciones entre la colonia española y los Estados Unidos. La colonia española apareció, sin embargo, en los planes de los comerciantes del territorio de los futuros Estados Unidos ya antes de la guerra por la independencia. Los colonos ingleses de la costa oriental del continente participaron en la aventura en Guantánamo en los cuarenta, y a pesar del fracaso del proyecto de la colonia inglesa en la parte oriental de la isla, participaron los comerciantes de los puertos de New York, Maryland o Pensylvania en las relaciones ilegales con sus socios de la colonia isleña española<sup>4</sup>.

Este extenso comercio se legalizó durante la guerra por la independencia de las colonias inglesas sublevadas, apoyadas desde 1778 por los Gobiernos de París y Madrid. Durante la guerra, Cuba llegó a ser un mercado importante para la exportación de América del Norte y la importante fuente de la moneda. En el mismo tiempo representaron los Estados Unidos el mercado ideal para los productos cubanos, que no era posible vender en Europa por los acontecimientos bélicos. El comercio fue muy provechoso, y por eso no tuvo gran éxito la política del Gobierno español de liquidarlo en 1784-1785 (LEWIS, 1984:112). La disminución del número de buques de bandera estadounidense en los puertos isleños fue solamente temporal<sup>5</sup>. Los comerciantes de ambas partes esperaban el cambio de la situación para continuar los contactos anteriores, lo que ocurrió con los cambios en la escena internacional en los noventa. De tal manera, en 1797 los barcos estadounidenses fueron más numerosos que los españoles (FRIEDLAENDER, 1944:128). Los comerciantes

estadounidenses no aprovecharon la nueva situación solamente para el fortalecimiento del transporte de mercancía entre los Estados Unidos y Cuba, sino que sirvieron también como intermediarios en el comercio entre Cuba y Europa<sup>6</sup>. En realidad, existió en este período prácticamente un estado de comercio libre. “Con unas excepciones, Cuba mantuvo el comercio libre con los Estados Unidos desde 1793 hasta 1808 y después” (FRIEDLAENDER, 1944:142)<sup>7</sup>. Los comerciantes americanos originalmente tuvieron en Cuba interés en el tabaco y los cueros, ofreciendo como mercancía principal harina, madera para la construcción, productos textiles, etc. Especialmente la harina tuvo creciente importancia en el comercio con las colonias inglesas y después con los Estados Unidos. Después de la sublevación de los esclavos en Saint Domingue, creció en Cuba no solamente el temor a la repetición de los acontecimientos de la isla vecina<sup>8</sup> sino también, y sobre todo, la extensión de la producción de azúcar en Cuba, lo que perjudicaba la producción de víveres para las necesidades de la población isleña. Si la colonia exportaba en el período anterior carne de vaca, empezó a importar en los noventa carne de puerco, aunque en cantidades mucho menores que en las décadas siguientes<sup>9</sup>. Las cantidades de harina importada a fines del siglo XVIII eran, sin embargo, enormes ya en ese tiempo. Si en 1769 importó la colonia 25.986 barriles de harina, en 1790 alcanzó el número de 52.977, y cinco años más tarde creció la importación a 80.133 barriles (SAGRA, 1831:187). Por otro lado, encontraba su mercado en los Estados Unidos el azúcar cubano en la última década del siglo XVIII y la primera década del siglo siguiente, a pesar de que para las relaciones comerciales entre Cuba y Estados Unidos mantuvieron su importancia sobre todo el café y el tabaco. Más del 90% de la producción de los cafetales isleños fue destinado al mercado estadounidense, y la mitad del tabaco no elaborado tuvo el mismo destino. En lo que tocó al azúcar, significaron los años noventa un período de

gran auge, interrumpido, sin embargo, después de 1810. En 1790 importaron los Estados Unidos solamente 237 toneladas de azúcar cubano, en 1795 representó la importación ya 2.100 toneladas, y cinco años más tarde alcanzó 24.694 toneladas. El año 1801 trajo el nuevo récord de 32.341 toneladas<sup>10</sup>. Las restricciones administrativas por parte del Gobierno español después de 1810 tuvieron sus consecuencias en el descenso de la exportación de azúcar a Estados Unidos; las cantidades vendidas en el mercado estadounidense fueron, sin embargo, mucho mayores que el exporte en 1790 (SAGRA, 1831:68).

Por otro lado, aparecieron en el mismo tiempo, en la segunda década del siglo XIX, nombres ingleses entre los cultivadores de café en la región de Matanzas, donde la producción de café era más dinámica que la producción de azúcar. La importancia del café para esta parte de la isla creció sustancialmente después de la mitad de esa década, cuando el número de los cafetales subió de 75 en 1816 a 244 en 1826 (FRIEDLAENDER, 1944:207). El crecimiento de los cafetales tuvo su repercusión en el crecimiento de la exportación. Si en 1816 exportaron de Matanzas 4 575 quintales de café, en 1830 alcanzó la exportación los 80.250 quintales (SAGRA, 1831:184). “Matanzas ocupa el segundo lugar para el comercio marítimo entre los puertos de la Isla. Todas las potencias que trafican con el de la Habana, han establecido ya sus relaciones con aquel y cooperan á esperar los frutos de sus cosechas; pero los Estados Unidos son los que hacen casi todo el comercio, y de los efectos que ellos no introducen, se surte Matanzas de la capital, á donde acuden las espediciones extranjeras con mayor probabilidad de venta” (SAGRA, 1831:185). Según las informaciones de de la Sagra entraron en el puerto de Matanzas en 1826 solamente cuatro buques españoles, contra 222 extranjeros, y el precio de la mercancía importada de los Estados Unidos fue cien veces

más grande que el de nacional (la relación de la exportación fue más desventajosa que en el caso de la importación) (SAGRA, 1831:186). En Matanzas y sus alrededores vivieron unos doscientos americanos que participaron muy activamente en la formación de un importante centro económico en Cárdenas, conocido por sus relaciones con los comerciantes de Charlestown. “Los norteamericanos comenzaron en forma directa y sistemática el proceso de adquirir tierras para el cultivo del café y de la caña de azúcar en la provincia de Matanzas. En ningún otro lugar del país se produjo en forma tan abierta e intensa”(BENÍTEZ, 1977:232). José A. Benítez confirmó en su estudio las palabras de De la Sagra, concluyendo: “El control del comercio matanzero estuvo desde muy temprano en manos de los comerciantes norteamericanos establecidos en la ciudad de Matanzas y la de Cárdenas”(BENÍTEZ, 1977:234)<sup>11</sup>.

Las relaciones comerciales supusieron, naturalmente, estrechos lazos personales entre los participantes de este canje de productos. Numerosos criollos cubanos de esta capa pasaron meses en las casas comerciales estadounidenses para familiarizarse con la lengua y las prácticas comerciales, lo que demuestra en los años veinte el caso de Cristóbal Madan. En ese tiempo también aprovechó sus lazos económicos en los Estados Unidos Tomás Gener. Este comerciante de origen catalán desarrollaba sus principales actividades en Matanzas y fue elegido en Cuba como representante a las Cortes en los principios del trienio liberal. Juntamente con otros dos delegados elegidos en la isla, Félix Varela y Leonardo Santos Suárez, participó en el trabajo de ese cuerpo cuyos miembros pasaron a ser objeto de la persecución después de la intervención de la Santa Alianza y el regreso de Fernando VII. Considerado como uno de los representantes del liberalismo, fue condenado a la pena capital, escapando sin embargo con sus compatriotas a Estados Unidos. Utilizó sus

contactos anteriores en este país, y vivió más de diez años en Nueva York y en Texas.

Después de su regreso a Cuba, aprovechó la amnistía, mantuvo relaciones comerciales y personales con sus amigos y socios comerciales de los EE UU, sin ocultar su postura crítica hacia la política española en la colonia, despertando las sospechas de los partidarios del sistema. El Capitán General Tacón recibió, de tal manera, una carta anónima sobre las actividades subversivas del comerciante matancero. “Los enemigos no duermen, sin embargo, de los desvelos de V.E.: trabajan de cuantas maneras están a su alcance para que esta preciosa isla, parte tan interesante de la nación española, se emancipe de la madre Patria. El mayor número de los reboltosos aspira a que forme parte de los Est. Unidos del Norte, siendo el Agente principal Don Tomás Gener, vecino y residente en Matanzas, quien no pierde ocasión en sus conversaciones de recomendar el gabinete de Washington para él el mas admirable del mundo. Para hacer mas proselitos emplea toda su fuerza de razones para desacreditar el gobno. de V. E., ponderando su rigidez y despotismo en medidas represivas de libertad de imprenta, vagos y juegos”<sup>12</sup>.

Para la historiografía cubana, sin embargo, tiene más importancia que Gener otro exiliado en los Estados Unidos de los años veinte, Félix Varela, considerado como persona de suma importancia para la vida intelectual de la colonia y uno de los primeros forjadores de la idea de la independencia de la isla. Filósofo y pedagogo<sup>13</sup> del Seminario de San Carlos en la segunda década del siglo XIX, influyó en toda la generación de los criollos cubanos, siendo apreciado por sus alumnos, sus contemporáneos y los historiadores posteriores<sup>14</sup>. Los autores de una obra representativa de la historiografía moderna cubana escribieron sobre la importancia de Varela para la historia cubana: “El carácter electivo del pensamiento vareliano, basado

en la razón y la experiencia, permitió trazarle un rumbo propio al pensamiento cubano. Su rechazo a la supeditación intelectual y política abren el camino para romper la unidad ideológica con el imperio hispano e iniciar un derrotero intelectual sobre la base de los valores propios de la cubanidad naciente. Necesariamente esta actitud implicaba el desarrollo de una conciencia cubana, no porque existiera la nación sino por la aspiración de crearla”(INSTITUTO DE HISTORIA DE CUBA, 1994:333). Juan Bosco Carredano subrayó en la actividad de Varela en San Carlos “dos cosas: primero, el éxito que tuvo su cátedra entre los hijos de la burguesía habanera, que optaron muy mayoritariamente por el Colegio Seminario en detrimento de la Universidad; y, en segundo lugar, el famoso curso de Constitución que dictó, a petición de Espada, entre enero y junio de 1821, justo antes de marchar a la península como diputado electo por Cuba para las Cortes liberales. El impacto de sus clases de filosofía y del curso de Constitución fue sin duda decisivo en la aparición de la primera generación de jóvenes liberales cubanos, la de los Saco, Del Monte y Santos Suárez, entre otros” (CARREDANO, 2007:188).

José Antonio Saco no fue solamente el discípulo de Varela en el Colegio de San Carlos sino también su sucesor en esta institución, que compartió con su maestro su experiencia estadounidense. A pesar de que alcanzó durante su breve carrera académica en el prestigioso colegio habanero el gran renombre, tuvo el joven profesor la ambición de ampliar su conocimiento y experiencias fuera de Cuba. En mayo de 1824 partió para los Estados Unidos. Pasó esta estancia de dos años sobre todo en Nueva York y Filadelfia, desarrollando diferentes actividades. Uno de sus amigos íntimos, Domingo del Monte, las describió en 1834: “Allí (en los Estados Unidos; nota del autor) se dedica a la química con tanto aprovechamiento, que en Filadelfia pasaba

por el más aventajado discípulo de aquella escuela. Ya dueño de los tesoros de la lengua inglesa, adelantó prodigiosamente en el estudio de las ciencias morales y políticas, en que han sobresalido tanto los ingenios de la Gran Bretaña.”<sup>15</sup> Saco preparaba un libro sobre química, familiarizándose con el sistema político del país y con las relaciones entre las diferentes nacionalidades en la sociedad pluricultural, compartiendo la experiencia de otros cubanos en los EE UU<sup>16</sup>. Saco mencionó más tarde sus contactos con Varela durante este período, considerándolos sumamente naturales teniendo en cuenta las relaciones entre paisanos y el profundo aprecio que sentía por su maestro. Añadió, sin embargo, que él estaba “clavado” por sus estudios en Filadelfia, y Varela “estaba avecindando” en Nueva York (CARREDANO, 2007:188).

La estancia de Saco en los Estados Unidos -su primera fase duró más de dos años- fue interrumpida en 1826 por su regreso a Cuba. La razón principal del regreso fue la necesidad de resolver problemas familiares. Olga Portuondo habla en este contexto sobre la necesidad de liquidar la herencia de la hermana menor de José Antonio Saco, Catalina, y solucionar las relaciones financieras con el hermano, Juan Nepomuceno (PORTUONDO, :63).

En 1828 partió Saco de nuevo a los Estados Unidos sin saber que durante esa estancia llegaría a ser uno de los portavoces de la sociedad criolla de Cuba. Tuvo su influencia en este hecho la publicación de la revista *Mensajero Semanal*, “destinado”, según las palabras de Saco, “especialmente para el público de la isla.”(SACO, 1963:73). Fue la polémica de Saco con Ramón de Sagra en las páginas de la revista -la defensa de la calidad de la cultura criolla, o cubana- lo que atrajo la atención de la gente interesada en la literatura de la colonia, aportando de tal manera a fortalecer la posición de Saco, sobre todo entre los criollos jóvenes. Saco escribió también en este período dos textos en

los que aprovechó sus experiencias estadounidenses en la esfera técnica y social. *Memoria sobre los caminos en la Isla de Cuba*<sup>17</sup> y *Memoria sobre la vagancia en la Isla de Cuba*<sup>18</sup> fueron premiados por la Real Sociedad y tuvieron un amplio eco en la sociedad isleña. La capacidad de Saco para aprovechar las experiencias de los Estados Unidos en las propuestas para mejorar las condiciones en Cuba no estuvo limitada a la *Memoria sobre los caminos en la Isla de Cuba* y la moderna red de comunicaciones. En el artículo *Montes y bosques en la isla de Cuba* (SACO, 1963:45-51) Saco discutió el problema de la amenaza de escasez de combustible bajo las calderas de los ingenios<sup>19</sup>, ofreciendo, entre otros proyectos, también la solución “estadounidense”, la plantación de *falsa acacia*, cuyas semillas pidieron algunos hacendados en los Estados Unidos. Saco resumió las formas de utilización de la *acacia* en los Estados Unidos -construcción de buques y muebles, y como combustible- subrayando la importancia del último punto para Cuba. “Esta quizá será la propiedad que le hará más recomendable en la isla de Cuba, pues si por una parte abundamos de madera de construcción, por otra carecemos de combustible en muchos de nuestros ingenios.”(SACO, 1963:50).

En el texto *El domingo en los Estados Unidos* Saco subrayó el hecho de la libertad absoluta en la esfera de la religión cuando el Estado no tenía ninguna ambición de mezclarse en las cosas religiosas ni de tener ningún lazo con las comunidades religiosas. Enumerando las actividades de la vida diaria que no se desarrollaban en el país anglosajón en los domingos, cuando se paraba prácticamente la vida en los pueblos y ciudades, Saco rechazó condenar estas “prácticas como absurdas o ridículas”, manifestando su preferencia por las instituciones y costumbres inglesas que, según el, ofrecían a la población un espacio para la meditación, fortaleciendo los lazos familiares.

Decidiéndose en los principios de 1832 a regresar definitivamente a Cuba, cruzó la parte sureña de la Unión. En

Nueva Orleans -uno de los centros importantes del país, donde poco tiempo antes de la llegada de Saco prevalecía la población de otra lengua y cultura que las anglosajonas- conoció otra cara de la democracia. La rica ciudad y su región atrajeron una numerosa migración anglosajona, que cambió rápidamente la imagen política y social de esa parte de los Estados Unidos. Durante los debates sobre la anexión de Cuba a la federación nortea Saco utilizaría, precisamente, su experiencia de Nueva Orleans. Comentando las elecciones en la ciudad citó las palabras de la esposa del candidato, en ese momento victorioso, del campo de los oriundos franceses. “Cuando fui a cumplimentar al electo diputado y a su esposa, ésta me recibió con los ojos arrasados de lágrimas y suspirando. ‘!Ah, Mr. Saco, me dijo, estos son los últimos esfuerzos del partido francés: ya estamos en las últimas agonías, y dentro de poco seremos devorados por la raza que es ama de nuestro país’.”(SACO, 1963:333ss) Según sus palabras, Saco salió, de tal manera, de los EE UU con un sentimiento doble. “...cuando dejé las márgenes del Mississippi, si bien llevaba en mi pecho la libertad, no me acompañaba por cierto la anexión.” (SACO, 1963:334).

Saco consideró a los Estados Unidos como un país sumamente libre, repitiéndolo en sus diferentes textos, por primera vez en su famosa meditación sobre la esclavitud presentada como reseña de la obra de R. Walsh y publicada originalmente en *Revista Bimestre Cubana*, llamando en este lugar a los Estados Unidos “el país más libre de la tierra”<sup>20</sup>. Al lado de esta valoración de los EE UU en el nivel general, dedicó Saco en esta reseña mucha atención a la problemática de la esclavitud en los Estados Unidos que le mostraba a Cuba cómo realizar una posible solución de este fenómeno, considerado por Saco como fatal para el destino de la isla. Por un lado apreció Saco la prohibición de la trata en los EE UU, por el otro la existencia de esta institución en los Estados sureños de la Unión ofrecía el espacio para la discusión

sobre el mejor modo de la abolición total.

Enumeró ya en su primer texto sobre la trata y la esclavitud una serie de actividades de diferentes grupos de críticos de la esclavitud en los EE UU que tenían una meta común, la reducción de la cantidad de gente de color en el territorio del país o hasta la abolición de la esclavitud: campañas de las sociedades abolicionistas, debates parlamentarios y reunión de fondos para la compra de terrenos en la costa africana para los emigrantes de color de los Estados Unidos. Consideró estas actividades como la manifestación de la defensa de la humanidad y de los intereses de la patria, y llamó a sus lectores cubanos a observar “los pasos de un gran pueblo que busca su conservación”, para buscar en su política la inspiración de cómo resolver la situación en su propio país. Sin proponer en su discurso sobre la obra de Walsh la abolición de la esclavitud, intentó abrir la discusión sobre un tema que consideró más tarde sumamente serio para el futuro de ese país rico, poderoso y democrático.

Observando las discusiones entre los Estados esclavistas y los libres en los EE UU, Saco no excluyó la separación de la parte sureña de la federación y formación de dos Estados nuevos. Meditando sobre la posible incorporación en uno de ellos, llegó Saco a la conclusión de que, en tal caso, Cuba formaría parte del Estado esclavista, privada de las ventajas de la anexión por los Estados Unidos anteriores. “...quedaría reunida a la parte ...menos civilizada, menos industrializada, y por desgracia compuesta de distintas razas, tanto más antipáticas, cuanto una de ellas es blanca y dominadora, y otra negra y esclava” (SACO, 1963:350).

Los Estados Unidos no eran, sin embargo, solamente un Estado libre, democrático y en una parte esclavista. Tenía también su política exterior que se presentaba en dos corrientes: la aislacionista, mencionada por Saco como el “partido de la paz”, y la expansionista llamada por Saco “el partido de guerra”

o el “de la funesta escuela de Jackson” (SACO, 1963:342). En la relación con América Latina, Saco consideraba a la Unión “como nuestra tutora y protectora, siendo mucho más adelantada que nosotros en materia de gobierno, ciencias y artes” (FIGAROLA CANEDA, 1921:324). Esta política la criticó Saco severamente en el caso concreto de la guerra entre México y los EE UU en 1846. “La injusta guerra que la confederación americana declaró a México en aquel año, y el triste desenlace que tuvo para la república, pues que perdió una porción considerable de su territorio...” (SACO, 1963:329).

Saco escribió estas palabras en el contexto del auge del anexionismo en Cuba, que tuvo su raíz, según este portavoz del reformismo isleño, en la desastrosa política de la metrópoli en la colonia caribeña y en las ilusiones de parte de sus habitantes con los Estados Unidos. “En 1837 quedó Cuba enteramente esclavizada. Ni las Cortes ni el gobierno, que la despojaron de todos sus derechos, cumplieron la promesa de darle instituciones especiales. Pasaba un año tras otro, y ella sufría en silencio todos los males del despotismo. Buscábales un remedio, pero al mismo tiempo conocía que sus propias fuerzas no eran bastantes para conseguirlo. Aumentaba su dolor el ejemplo de su metrópoli que ya empezaba a gozar de alguna libertad; y este contraste, tan injusto como humillante, avivaba en Cuba los deseos de mejorar de condición.” (SACO, 1963). En esta situación los Estados Unidos tuvieron un atractivo creciente para los desilusionados habitantes de “aquella Antilla” que apreciaron en el vecino norteamericano la “inmensa libertad”, el extraordinario y rápido crecimiento y la garantía de la esclavitud por las instituciones de los Estados Unidos que Saco consideró como el punto vital para la identificación de los hijos de Cuba con “los de aquella república”. La idea de anexión no era originalmente “más que un simple y vago deseo que nadie intentaba realizar”, pero la rápida victoria de las armas estadounidenses en México influyó

en el pensamiento en la colonia española. “La palabra anexión empieza a repetirse en Cuba; el extraordinario engrandecimiento de los Estados Unidos y la plácida libertad de que gozan, son un imán poderoso a los ojos de un pueblo esclavizado; y si España no quiere que los cubanos fijen la vista en las refulgentes estrellas de la constelación norteamericana, dé pruebas de entendida, haciendo brillar sobre Cuba el sol de la libertad.” (SACO, 1963:359).

El debate sobre la anexión ofreció a Saco la oportunidad de formular su concepto de la nacionalidad cubana. Saco rechazó la incorporación de Cuba en los Estados Unidos argumentando con la forma diferente de la sociedad en los EE UU y en Cuba. Subrayando los rasgos característicos distintos de la sociedad cubana y la estadounidense —“origen, lengua, religión, usos y costumbres...”(FERNÁNDEZ DE CASTRO, 1923:100; CÓRDOVA, 1938) negó la idea de alcanzar el mejoramiento de la situación política, económica y social en la isla pagándolo con la pérdida de la identidad cubana de la población de la isla. “Nunca olvidemos (así escribía yo hace algunos meses á uno de mis más caros amigos) que la raza anglosajona difiere mucho de la nuestra por su origen, por su lengua, su religión, sus usos y costumbres: y que, desde que se sienta con fuerzas para balancear el número de los Cubanos, aspirará á la dirección política de los negocios de Cuba; y la conseguirá, no sólo por su fuerza numérica, sino porque se considerará como nuestra tutora ó protectora, y mucho más adelantada que nosotros en materias de gobierno” (SACO, 1963:339). La meta de todos los esfuerzos de Saco era que “Cuba no sólo fuese rica, ilustrada, moral y poderosa, sino que fuese Cuba cubana y no anglo-americana”(SACO, 1963). De la comparación de ambas citas está claro que el amigo mencionado por Saco era Gaspar Betancourt Cisneros, uno de los amigos personales de Saco con quien el representante del reformismo cubano, exiliado en ese tiempo en Europa, compartió no solamente sus opiniones

sobre el colonialismo español sino también la admiración por los avances técnicos y el sistema político estadounidense. Escribiendo sobre los anexionistas persentó sus opiniones: “Crean éstos que la Isla de Cuba correprecipitada a inevitable ruina bajo la tutela de su Metrópoli; que la suerte de Cuba está decretada por las mismas manos que han decretado la suerte de Santo Domingo, Jamaica, Guadalupe y todas, todas las colonias de Europa en este Archipiélago; y que el único medio de salvar a Cuba es incorporarla en la gran familia de Estados Confederados de la Unión Americana. De esta clase de creyentes hay dos partidos, unos que ven en la anexión el medio de conservar sus esclavos, que por más que lo oculten o disimulen es la mira principal, por no decir la única que los decide a la anexión; otros que creen en la anexión el plazo, el respiro, que evitando la emancipación repentina de los esclavos, dé tiempo a tomar medidas salvadoras como duplicar en 10 ó 20 años la población blanca, introducir máquinas, instrumentos, capitales, inteligencias que reempalcan y mejoren los medios actuales de trabajo y de riqueza. En fin, Saco mío, todos buscan en la anexión la garantía, la fianza del gobierno sabio y fuerte de los Estados Unidos contra las pretensiones de Europa, no menos que contra nosotros mismos que mal que pese a nuestro amor propio somos del mismo barro que los que han logrado hacerse independientes pero no pueblos libres y felices”<sup>21</sup>. En otro lugar escribió el mismo autor al mismo destinatario:

Por esto he podido amontonarte aquí verás que e’ est trop tard, como le dijeron al zama de Luis Felipe para hacer retrogradar la opinión y la obra de independencia y anexión; independencia para descartarse de España y sus ladrones; anexión para tener un apoyo fuerte contra la Europa y contra nosotros mismos que al cabo, Saco mío, españoles somos y españoles seremos engendraditos y cagaditos por ellos, olindo de guachinangos, zambos, gauchos, negros, Paredes, Santa Anna, Flores &. ¡Qué dolor, Saco mío! ¡Qué semilla! ¡Oh! Por Dios, hombre; no me

digas que deseas para tu país esta nacionalidad! ¡No, hombre! Dame turcos, árabes, rusos; dame demonios, pero no me des el producto de españoles, congos, mandingas y hoy (pero por fortuna frustrado ya el proyecto) malayos para completar el mosaico de población, ideas, costumbres, instituciones, hábitos y sentimientos de hombres esclavos, degenerados y que cantan y ríen al son de las cadenas, que toleran su propia degradación y se postran envilecidos ante su señores. No y renó: si tal es la nacionalidad que hemos que conservar; si tal es el bien a que el cubano tiene que aspirar, malditos de Dios sean el bien y el beneficiado”(CÓRDOVA, 1951:303).

Ambos representantes de la capa culta criolla cubana de los cuarenta difirieron de tal manera sustancialmente en la cuestión de los Estados Unidos como garantía de la prosperidad de Cuba. Si Saco estuvo dispuesto a aceptar la idea de la anexión solamente en el momento de una amenaza fatal para la existencia de la isla<sup>22</sup>, Gaspar Betancourt Cisneros, portavoz de los anexionistas democráticos, vio en los Estados nortños de la Unión la oferta deseada para la solución de todos los problemas ligados con la herencia de las tradiciones españolas en Cuba. Federico Córdova, biógrafo de Gaspar Betancourt Cisneros, ligó las simpatías de Betancourt Cisneros hacia la anexión de la isla por los Estados Unidos con su experiencia con la democracia en ese país, diciendo:

Allá se sentía un ciudadano. Era el hombre. Aquí (en la colonia) era menos que un súbdito y un poco más que un esclavo. El tenía por fuerza que comparar aquél ambiente que había gozado con este medio que había sufrido. Allá, pudo pensar siempre en voz alta. Aquí, tenía que ocultar sus sentimientos si quería gozar de libertad –de libertad material, física– y conservar su existencia. Y al cabo de esta comparación, qué mezquino, qué odioso debió aparecer ante sus ojos ese desdichado sistema colonial que imperó en la Patria infeliz especialmente en el periodo en que nos ocupamos. Y cuán grande y amable debió representársele en la añoranza de sus recuerdos el pueblo de los afortunados descendientes de los de *Mayflower!*<sup>23</sup>.

A pesar de que Cuba democrática fue también el sueño de José Antonio Saco, éste rechazó pagar los cambios políticos, económicos y sociales en la isla con la pérdida de la identidad cubana.

La relación de José Antonio Saco con los Estados Unidos en la mitad del siglo XIX señaló, en cierta manera, la relación de parte de toda la sociedad liberal latinoamericana en las décadas siguientes. Los EE UU representaron para Saco, por un lado, progreso político y técnico. Saco destacó en diferentes textos la existencia del sistema democrático en los Estados Unidos, considerando a este país como el más libre del mundo. La ciencia, sobre todo las ciencias naturales, la técnica y la tecnología estadounidenses desarrolladas durante la primera mitad del siglo XIX ofrecieron grandes posibilidades para el progreso económico y social de la sociedad del país y de otras sociedades dispuestas a aceptar estos logros de la sociedad libre. Por otro lado, los Estados Unidos significaron una amenaza para sus vecinos. Saco criticó la política estadounidense hacia sus vecinos sureños, especialmente en el caso de México y de su guerra con su vecino norteño. Saco vió, sin embargo, en los Estados Unidos otro peligro ligado, paradójicamente, con el tan apreciado sistema democrático. El destino de la nacionalidad francesa en Louisiana después de la compra de esta parte del continente americano por el gobierno estadounidense, representó una advertencia seria. La nacionalidad “cultural” -Saco aceptó este concepto de los grandes grupos sociales, apreciando la importancia de la cultura para los individuos y todos los grupos- fue amenazada de aniquilación total por medio de la votación democrática, y Saco dedujo una instrucción unívoca. Durante el debate anexionista en la emigración cubana estuvo entre los adversarios decididos de la anexión de Cuba por los EE UU, formulando el concepto de la nacionalidad cultural cubana aceptada por la sociedad criolla de la isla. Si aceptásemos la teoría de Benedict Anderson de la

nación como la “comunidad imaginada”, en el caso de la nación cubana de José Antonio Saco jugaría el papel importante en la creación de esta nación la ambigua postura de este criollo cubano frente a los Estados Unidos. Sus preocupaciones por el porvenir de la comunidad de cultura “hispano-cubana” incorporada en la federación anglosajona aportaron sustancialmente en la formulación del concepto de nacionalidad, considerada por una parte de los especialistas en la historia de Cuba como el mayor aporte de Saco al pensamiento cubano.

### Notas

1 Este artículo forma parte del proyecto de investigación Mm 002160824 del Ministerio de Educación de la República Checa y del proyecto de investigación, Memoria del azúcar: prácticas económicas, narrativas nacionales y cultura en Cuba y Puerto Rico, 1791-1930, HUM2006-009808, financiado por el MEC de España.

2 Sobre el concepto de nacionalidad de Saco véase Raúl Lorenzo, Sentido nacionalista del pensamiento de Saco, Habana 1942, o Josef OPATRNY, José Antonio Saco's Path Toward the Idea of Cubanidad, in: *Cuban Studies* 24, 1994, 39-56.

3 Comparar con la famosa carta de Thomas Jefferson a A. Stuart, París, 25 de enero de 1786, In: *The Papers of Thomas Jefferson*, ed. by J. P. Boyd, Princeton 1954, vol. IX, 218.

4 Sobre esta problemática véase sobre todo J. R. MCNEIL, *Atlantic empires of France and Spain. Louisbourg and Havana, 1700-1763*, University of North Carolina Press, Chapel Hill 1985, esp. 197.

5 Según las estadísticas portuarias de la Habana, anclaron en el puerto solamente 19 buques estadounidenses, y en 1785 fueron solamente dos, véase LEWIS, op. cit., 117.

6 Sobre esta problemática véase esp. Allan KUETHE, “Los llorones cubanos: The socio-military basis of commercial privilege in the American trade under Charles IV”, in: *North American role ...*, 142-156.

7 Sobre la política de España en Cuba en este período véase sobre todo el libro reciente de sigfrido vásquez CIENFUEGOS, *Tan difíciles tiempos para Cuba. El gobierno del Marqués de Someruelos (1799-1812)*, Sevilla, Universidad de Sevilla 2008.

8 Sobre la repercusión de los acontecimientos de Saint Domingue en Cuba véase recientemente M<sup>a</sup> Dolores GONZÁLEZ-RIPOLL, Consuelo NARANJO,

Ada FERRER, Gloria GARCÍA, Josef OPATRŇY, *El rumor de Haití en Cuba: Temor, raza y rebeldía, 1789-1844*, Madrid, CSIC 2004.

9 Véanse los datos estadísticos en Ramón de la SAGRA, *Historia económico-política y estadística de la isla de Cuba, o sea de sus progresos en la población, la agricultura, el comercio y las rentas*, Habana, Imp. de las viudas de Arazosa y Soler 1831, 129sgs. Comp. también los resultados de la investigación de Nadia Fernández de Pinedo ECHEVARRÍA, *Comercio exterior y fiscalidad: Cuba (1794-1860)*, Universidad del País Vasco 2002.

10 Más datos véanse en Manuel Moreno FRAGINALS, *El ingenio. Complejo económico social cubano del azúcar*, La Habana, Editorial de ciencias sociales 1978, vol.III, 67sg.

11 Sobre la problemática de Matanzas comp. sobre todo Laird W. BERGAD, *Cuban Rural Society in the Nineteenth Century. The Social and Economic History of Monoculture in Matanzas*, Princeton, Princeton University Press 1990.

12 Anónimo al General Tacón, Habana 15 de abril de 1835, in: *Correspondencia reservada del Capitán General don Miguel Tacón con el Gobierno de Madrid 1834-1836*, ed. Juan Pérez de la Riva, La Habana, Consejo Nacional de Cultura 1963..., 137.

13 Sobre la importancia de Varela en este campo véase p. ej. la entrada en el *Diccionario de la literatura cubana*, II, La Habana, Instituto de Literatura y Lingüística de la Academia de Ciencia de Cuba 1984, 1073, o el estudio Juan Bosco Amores CARREDANO, “Tradición y modernidad en las Lecciones de Filosofía de Félix Varela”, in: *Pensamiento caribeño – siglos XIX – XX* (=Ibero-Americana Pragensia, Supplementum 19), ed. Josef Opatrný, Vydavatelství Karolinum, Praha 2007, 185-199.

14 Ya en el siglo XIX apareció la primera biografía de Varela de José Ignacio RODRÍGUEZ, *Vida del presbítero Don Félix Varela*, Nueva York 1878. Entre los libros modernos destacan Eduardo TORRES-CUEVAS, *Félix Varela, los orígenes de la ciencia y con-ciencia cubanas*, La Habana, Editorial Ciencias Sociales, 1995, E. TORRES-CUEVAS, J. Ibarra CUESTA y M. García RODRÍGUEZ (eds.), *Félix Varela. Obras*, t. I, La Habana, Casa de Altos Estudios Don Fernando Ortiz, 1997, Jorge IBARRA, *Varela el precursor. Un estudio de época*, La Habana, Ciencias Sociales, 2005, y José Antonio PIQUERAS, *Félix Varela y la prosperidad de la patria criolla*, Fundación MAPFRE, Doce Calles, Madrid, Aranjuez 2007.

15 Semblanza escrita en 1834 por Del Monte, in: Vidal MORALES Y MORALES, *Iniciadores y Primeros mártires de la revolución cubana*, I, Consejo Nacional de Cultura, La Habana 1963, 170sg.nota.

16 Saco, en su informe para el Capitán General Miguel Tacón, mencionó textualmente la estancia de Varela, diciendo: “Trasladéme en 1824 a los Estados Unidos de América, donde a la sazón se hallaba refugiado nuestro digno ex-diputado con sus dos dignos compañeros, y trasladéme por vía de

paseo, como lo hicieron, lo habían hecho, y lo hacen infinitos habaneros.” José Antonio SACO, “Representación de Don José Antonio Saco al Exmo. Señor Gobernador y Capitán General Don Miguel Tacón”, in: *Colección de papeles científicos, históricos, políticos y de otros ramos sobre la Isla de Cuba ya publicados, ya ineditos pro Don José Antonio Saco*, Editorial Nacional de Cuba. 1963, vol. III, 72.

17 El texto con los documentos y comentarios posteriores del autor véase en José Antonio SACO, “Memoria sobre los caminos en la Isla de Cuba”. In: SACO, *Colección.....*, I, 61-176.

18 El texto con los documentos y comentarios posteriores del autor véase en José Antonio SACO, “Memoria sobre la vagancia en la Isla de Cuba”. In: SACO, *Colección.....*, I, 177-229.

19 Esta problemática la menciona, naturalmente, Manuel Moreno FRAGINALS, *El ingenio ...I*, 157sgs. Hasta la publicación del libro de Reinaldo Funes MONZOTE, *De bosque a sabana. Azúcar, deforestación y medio ambiente en Cuba, 1492-1926*, México, Buenos Aires, Siglo XXI Editores 2004, no existía, sin embargo, ninguna monografía dedicada especialmente a esta problemática. Sobre la problemática mencionada en los treinta y cuarenta comp. Josef OPATRNY, “Los cambios socio-económicos y el Medio Ambiente: Cuba. Primera mitad del siglo XIX”. In *Revista de Indias*, vol. 56, no. 207, 1996, 367-386.

20 “Análisis por José Antonio Saco de una obra sobre el Brasil intitulada Notices of Brazil in 1828 and 1829 by Rev. R. Walsh, author of a journey from Constantinopla &c. (Noticias del Brasil en 1828 y 1829 por el presbítero R. Walsh, autor de un viaje por Constantinopla & c.)”, *Revista Bimestre Cubana* t. 3, no. 7. 1832, 173-231. En este lugar, la cita de la edición de la reseña es de: José Antonio SACO, “Análisis por José Antonio Saco de una obra sobre el Brasil ...”, *Colección.....*, II, p. 84.

21 Gaspar Betancourt Cisneros a José Antonio Saco, Nueva York, 20 de febrero de 1849, en: *Medio siglo de historia colonial de Cuba. Cartas a José Antonio Saco ordenadas y comentadas (de 1823 a 1879)*, ed. José A. Fernández de CASTRO, Hayana 1923, 100. Más sobre G. Betancourt Cisneros véase en Federico CORDOVA, *Gaspar Betancourt. Cisneros. El Lugareño*, La Habana 1938.

22 Saco, sólo en este contexto, repetidamente escribió: “Si condenados los cubanos por un adverso destino a perder sus fortunas, sus vidas y su nacionalidad, no encontrasen otro medio de salvarse que incorporándose en los Estados Unidos, entonces yo sería el primero que en este duro trance de perderlo todo, los exhortaría a que sacrificasen su nacionalidad, y buscasen su salvación en el último puerto donde pudieran encontrarla.” José Antonio SACO, *Replica de Don José Antonio Saco a los anexionistas que han impugnado sus ideas sobre la incorporación de Cuba en los Estados Unidos*, Madrid, Imprenta de la Compañía de Impresores del Reino 1850. ...SACO, *Colección ...* III, 362. Saco cita esta sentencia también en la

introducción de la edición de sus dos textos antianexionistas en la *Colección*. Véase SACO, *Colección ...*, III, 333.

23 CÓRDOVA, *Gaspar Betancourt Cisneros...*, 108. Esta cita de Córdoba refleja en cierta medida la opinión de gran parte de los historiadores cubanos que dividen a los anexionistas en dos grupos, el de los admiradores de la democracia estadounidense y el de los que consideraban a los Estados Unidos como la garantía de la esclavitud en Cuba. Vale la pena, sin embargo, mencionar la opinión de Cepero Bonilla: “Los anexionistas, me atrevo afirmar que sin excepciones, eran esclavistas y racistas. En esto fueron fieles a la clase de los hacendados, y nada se diferenciaron de los ideólogos antianexionistas de la propia clase.” Raul Cepero BONILLA, *Azúcar y abolición*, in: *Obras históricas*, La Habana, Instituto de Historia 1963, 58.

### Fuentes documentales

QUINCY ADAMS, John. *The Writings of John Quincy Adams*. Carta a H. Nelson, 28 de abril de 1823. Vol. VII. New York: ed. W.C.Ford, 1917, p. 373.

JEFFERSON, Thomas. *T. Jefferson's Letters and Addresses*. Carta de Thomas Jefferson a Madison, Monticello, 27 de abril de 1804, . New York: ed. W. B. Parker, 1909.

JEFFERSON, Thomas. *The Papers of Thomas Jefferson*. Carta de Thomas Jefferson a A. Stuart, París, 25 de enero de 1786. Princeton: ed. by J. P. Boyd, 1954, vol. IX, p. 218.

FERNÁNDEZ DE CASTRO, José Antonio. *Medio siglo de historia colonial de Cuba. Cartas a José Antonio Saco ordenadas y comentadas (de 1823 a 1879)*. Carta de Gaspar Betancourt Cisneros a José Antonio Saco, Nueva York, 20 de febrero de 1849. Havana, 1923, p.100.

CÓRDOVA, Federico. *Gaspar Betancourt. Cisneros. El Lugareño.*, La Habana, 1938.

Carta de Gaspar Betancourt Cisneros a J. A. Saco, New York, August 30, 1848, Carta de Gaspar Betancourt Cisneros a J. A. Saco, New York, August 30, 1848. Havana, 1951, p. 303.

SACO, José A. *Ideas sobre la incorporación de Cuba en los Estados Unidos*. París, 1848; t. III, p.350.

FIGAROLA-CANEDA, Domingo. *José Antonio Saco. Documentos para su vida*. Carta de José Antonio Saco a Gaspar Betancourt Cisneros, París, 19 de marzo de 1848. Habana: Imprenta “El siglo XX” 1921, p.324.

### Bibliografía

BENÍTEZ, José. *Las Antillas: colonización, azúcar e imperialismo*, La Habana, 1977, p.232.

BERGAD, Laird W.. *Cuban Rural Society in the Nineteenth Century. The Social and Economic History of Monoculture in Matanzas*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

BONILLA, Raul Cepero. *Azúcar y abolición*, in: *Obras históricas*. La Habana: Instituto de Historia 1963, 58.

CARREDANO, Juan Bosco Amores. “Tradición y modernidad en las Lecciones de Filosofía de Félix Varela”, In: *Pensamiento caribeño – siglos XIX – XX* (Ibero-Americana Pragensia, Supplementum 19), ed. Josef Opatrný, Vydavatelství Karolinum, Praha 2007, 185-199.

CIENFUEGOS, Sigfrido Vázquez. *Tan difíciles tiempos para Cuba. El gobierno del Marqués de Someruelos (1799-1812)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2008.

CÓRDOVA, Federico de. *Cartas de Lugareño*. 1951, p.303. “Carta de Gaspar Betancourt Cisneros a J. A. Saco”. New York, August 30, 1848.

ECHEVARRÍA, Pinedo de Fernández. *Comercio exterior y fiscalidad: Cuba (1794-1860)*, Universidad del País Vasco, 2002.

FRAGINALS, Manuel Moreno. *José Antonio Saco. Estudio y bibliografía*, Las Villas: Universidad Central de Las Villas, 1960, p.70.

\_\_\_\_\_. *El ingenio. Complejo económico social cubano del azúcar*, La Habana: Editorial de Ciencias Sociales 1978, vol.III, 67sg.

FRIEDLAENDER, Heinrich E. *Historia económica de Cuba*. La Habana, 1944, 128.

IBARRA, Jorge. *Varela el precursor. Un estudio de época*, La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2005

INSTITUTO DE HISTORIA DE CUBA. *Historia de Cuba. La colonia. Evolución socioeconómica y formación nacional de los orígenes hasta 1867*. La Habana: Editora política, 1994, 333.

LE RIVEREND, Julio. “Valoración de Saco”, In: *Revista de la Biblioteca Nacional José Martí*, Año 70, 3ra época, vol.XXI, enero-abril, 1979, no. 1, p. 156.

LEWIS, J. A.. “Anglo American entrepreneurs in Havana: The background and significance of the expulsion of 1783-1785”, In: *The North American role in the Spanish imperial economy 1760-1819*, ed. J. A. Barbvier and A. S. Kuethe. Manchester: Manchester University Press 1984, 112.

GONZÁLEZ-RIPOLL, M<sup>a</sup> Dolores; NARANJO, Consuelo; FERRER, Ada; GARCÍA, Glória, OPATRNÝ, Josef. *El rumor de Haití en Cuba: Temor, raza y rebeldía, 1789-1844*, Madrid: CISC 2004.

MERINO BRITO, “José Antônio Saco: Su influencia en la cultura y en las ideas políticas de Cuba. Habana: Imprenta Nacional, 1950.

MONZOTE, Reinaldo Funes. *De bosque a sabana. Azúcar, deforestación y medio ambiente en Cuba, 1492-1926*. México, Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2004.

MORALES Y MORALES, Vidal. *Iniciadores y Primeros mártires de la revolución cubana*, I, , La Habana: Consejo Nacional de Cultura 1963, 170sg. nota.

OPATRŇÝ, Josef. “Los cambios socio-económicos y el Medio Ambiente: Cuba. Primera mitad del siglo XIX”, in *Revista de Indias*, vol. 56, no. 207, 1996, 367-386.

ORTIZ, Fernando. *José Antonio Saco y sus ideas cubanas*. La Habana: Imp. y Lib. “El Universo”, 1929

PAZ, Rafael Soto. *La falsa cubanidad de Saco, Luz y Del Monte*. La Habana: Editorial “Alfa” 1941.

PIQUERAS, Jose Antonio. *Félix Varela y la prosperidad de la patria criolla*. Aranjuez: Fundación MAPFRE, Doce Calles, 2007.

PORTUONDO, Olga. *José Antonio Saco eternamente polémico*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2006.

RODRÍGUEZ, Varela de Jose Ignacio. *Vida del presbítero Don Félix Varela*. Nueva York, 1878.

SACO, Jose Antonio. “Representación de Don José Antonio Saco al Exmo. Señor Gobernador y Capitán General Don Miguel Tacón”, In: *Colección de papeles científicos, históricos, políticos y de otros ramos sobre la Isla de Cuba ya publicados , ya ineditos pro Don José Antonio Saco*. Habana: Imprenta Nacional de Cuba. 1963, vol. III, 72.

SAGRA, Ramón de la. *Historia económico-política y estadística de la isla de Cuba, o sea de sus progresos en la población, la agricultura, el comercio y las rentas*. Habana: Imp. de las viudas de Arazoza y Soler 1831, 129sgs.

TORRES-CUEVAS, Eduardo; SORHEGUI, Arturo. *José Antonio Saco. Acerca de la esclavitud y su historia*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales 1982, 7.

TORRES-CUEVAS, Eduardo. *Félix Varela, los orígenes de la ciencia y conciencia cubanas*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 1995.

TORRES-CUEVAS, E.; CUESTA, J. Ibarra ; RODRÍGUEZ, M. García (eds.), *Félix Varela. Obras*, t. I, La Habana: Casa de Altos Estudios Don Fernando Ortiz, 1997

## **La Habana Vieja: conversão em centro histórico e projeção mundial das práticas patrimoniais**

*Alex Ricardo Medeiros da Silveira*

(Universidade de Brasília, Brasil)

conectaralex@gmail.com

### **Resumo**

O artigo observa a trajetória histórica de Havana Velha, espaço urbano primitivo, desde o surgimento da cidade colonial, e as transformações dadas pela expansão para além das antigas muralhas, dentre outras circunstâncias. Tomando como referência a problematização de Fernando Carrión, situa-se o nascimento do centro histórico havaneiro tendo em vista a dinâmica urbana e a intervenção patrimonial. Atualmente, o território recupera a centralidade urbana, na condição de patrimônio mundial que gera receita para o país, por meio do turismo, e suscita novas trocas culturais e fluxos globais.

Palavras-chave: Havana Velha, Centro histórico, Patrimônio, Cuba

### **Resumen**

El artículo analiza los antecedentes históricos de la Habana Vieja, espacio urbano primitivo, desde el surgimiento de la ciudad colonial, y las transformaciones dadas por la expansión más allá de los muros antiguos, entre otras condiciones. Tomándose como referencia la problematización de Fernando Carrión, se encuentra el nacimiento del centro histórico habanero, considerando la dinámica urbana y la intervención patrimonial. En la actualidad, el territorio recupera la centralidad urbana en la condición de patrimonio mundial que genera ingresos para el país a través del turismo, y crea nuevos cambios culturales y flujos mundiales.

\* Artigo recebido em março de 2009 e aprovado para publicação em maio de 2009.

Palabras Claves: La Habana Vieja, Centro histórico, Patrimonio, Cuba

### Abstract

This article studies the historical trajectory of Old Havana, a primitive urban space, since colonial city settlement to transformations caused by the expansion beyond the ancient walls, among others circumstances. According to Fernando Carrión, the rising of Havana historical center was based on urban dynamic and patrimonial intervention. Currently, that area recovers its role of urban centrality as a world heritage, proving incomes to the country from tourism and creating new cultural exchanges and global flows.

**Keys words:** Old Havana, City's core, Heritage, Cuba

*¿Cómo se va a proteger si se  
desconoce su valor?  
(Daniel Taboada)*

Escrevo para o dossiê “**Cuba: cultura, sociedade e política**”, da Revista Brasileira do Caribe, embalado pela convicção de que o Centro Histórico de La Habana (*Habana Vieja*) e a ação patrimonial que o configura compõem um rico manancial de possibilidades de reflexão sobre a história contemporânea da sociedade cubana. Arte, economia e cultura se encontram enredados nas *plazas* e *calles* estreitas de Havana Velha e arredores, tais como Paseo del Prado, Bairro Chino, Malecón e fortalezas da baía havaneira. Em todas essas localidades estão em andamento projetos de restauração, de infra-estrutura e de memória, sob a distinção que possuem de ‘zona prioritária de conservação’. Os ensaios de Fernando Carrión são o roteiro teórico para nossa aproximação da intervenção patrimonial em Havana Velha. Carrión insere os centros históricos no contexto da cidade, pensando-os como fenômeno urbano associado a políticas de patrimônio. Afinal, se hoje esses lugares suscitam investimentos e atenção é porque, na origem, eles eram a cidade toda (CARRIÓN, 2005:60-76).

A capital da república de Cuba surge em 1519 como *villa* portuária, abrigada em sua grande baía, de águas recônditas e profundas. Segundo o historiador Julio Le Riverend, no clássico *La Habana: Biografía de una Provincia*, o acaso da existência de um “porto magnífico”, situado “a la salida del Canal de la Florida, puerta única del Golfo de México hacia el Atlántico” (1960, p.XIV), predominaria, em significado, sobre quatro séculos de um ‘sistema de ligações’ (cf. CASTELLS, 2000:41) entre a vida urbana e a rural. *Circa* 1740, enquanto Havana era considerada por Atkins como “o porto mais rico da América”, existiam em seu espaço regional mais de 2.500 sítios para abastecê-la de produtos agrários (LE RIVEREND, 1960:182). As virtudes geográficas contribuíram para que fosse apelidada de “Chave do Novo Mundo”, que era guardada pela metrópole espanhola com cuidados militares. Daí as fortificações que ainda hoje estão lá para dar seu testemunho, como o Castillo de los Tres Reyes Magos del Morro (1589-1630), a Fortaleza de San Carlos de La Cabaña (1763-1774) e o Castillo de la Real Fuerza (1558-1577).<sup>1</sup>

Havana chegou a ser, inclusive, amuralhada, desde o séc. XVII até o início da derrubada em 1863. Porém, enquanto “aumentava a riqueza de alguns, a pobreza de outros e a escravidão de muitos” (LE RIVEREND, 1960:183), a cidade diferenciava-se e expandia-se para fora do espaço intramuros. Entre fluxos e refluxos, a sociedade havaneira, tal como outras sociedades caribenhas, vai desenvolvendo seu destino de abertura ao Outro. O porto de “incontáveis tabernas” torna-se lugar de trânsitos (migratórios, econômicos e culturais) e de articulação da própria cubanidade, num processo histórico que desafia abordagens essencialistas. Assim, desde o próprio Caribe, vão surgindo novas categorias de análise, tais como a *transculturación*, do pioneiro sábio cubano Fernando Ortiz (1963), a *crioulidade* (Bernabé,

Chamoiseau e Confiant) ou o *pensamento de arquipélago* (Glissant), voltadas para a compreensão dessas culturas compósitas, onde se entrelaçam o “uno e o múltiplo” (BERND, 2004:99-111).

A multiplicidade provocada pelos encontros interculturais está mais viva do que nunca em razão do fenômeno turístico. O turismo, que já foi chamado de locomotiva da economia cubana, está bastante aquecido; no ano em que visitei Havana pela primeira vez (2008) o país recebeu o número recorde de 2,8 milhões de turistas. As receitas geradas pela economia turística vêm crescendo e desde 2004 os visitantes ultrapassaram os dois milhões anuais. A maior parte deles desembarca pelo aeroporto de Havana, em busca da qualidade das praias, do clima caribenho e da riqueza cultural, segundo o economista Pavel Vidal (GROGG, 2009). Muitos atraídos pelos quase cinco séculos de história da capital, bem como pelos signos de um imaginário construído mais recentemente, onde a própria Revolução Cubana tornou-se objeto de interesse dos viajantes.

O patrimônio cultural é a nossa chave para a compreensão desse “novo mundo”: a Havana global do século XXI. Daí, a sugestão de olhar a capital cubana do ponto de vista da conversão de um pedaço dela em centro histórico e das práticas de patrimônio que lá se desenvolvem.

Neste artigo<sup>2</sup> faço alguns apontamentos sobre o tema, a partir do percurso aberto por Carrión (2005), tentando verificar duas assertivas fundamentais: que os centros históricos nascem no momento em que começa sua deterioração ou a perda da centralidade urbana e que eles passam, no tempo presente, por uma “introspecção cosmopolita”, com a retomada da centralidade urbana, alcançando projeção mundial por meio do turismo e da cooperação internacional.

## **O tempo não para: esplendor e perda da centralidade urbana**

Se os centros históricos são o resultado possível, ou mesmo inevitável, do crescimento das cidades, impondo à primeira zona de ocupação uma diferença frente a outras centralidades e periferizações, a partir de que momento irrompeu o “centro histórico” na vida havaneira? Quais realidades, no caso de Havana Velha, permitiriam caracterizar seu ingresso em um período tipificado, por Carrión, como de “deterioração”? Talvez seja necessário pensar que o próprio discurso que confere sentido ao centro histórico esteja desigualmente distribuído pelos diversos grupos da sociedade local e seja atravessado por contradições, principalmente do ponto de vista de quem mora lá. De qualquer maneira, se houve uma “deterioração” de Havana Velha, onde identificar os sinais da sua ruína?

Faz-se necessário, portanto, reconhecer, em traços gerais, o espaço que agora se converte em patrimônio histórico-cultural. Uma tarefa sempre marcada pela incompletude, seja para o visitante ou para o estudioso, considerando a multidão de acontecimentos do passado e a profusão de ruas e lugares de Havana Velha e arredores. Sem embargo, podemos buscar inspiração naqueles que contribuíram para que pudéssemos ver, de novo, o esplendor dessa cidade e que permanece inscrito em sua arquitetura, nas obras de arte e monumentos ou na memória de sua gente. Um desses personagens é Daniel Taboada, arquiteto e restaurador, a partir de uma entrevista concedida por ele à Revista *Opus Habana* proponho um passeio pelas principais praças da Havana antiga.

São quatro as praças, no significado lato de “lugar público cercado de edifícios”, mais conhecidas e visitadas do centro histórico: de Armas, da Catedral, de San Francisco e Vieja. A *Plaza de Armas*, segundo Taboada, funciona para Havana Velha como um salão onde se recebe os visitantes:

Para estar en La Habana, necesariamente tenías que venir aquí. Aunque tenga edificios que son únicos (el Castillo de la Fuerza, el Palacio de los Capitanes Generales, el Palacio del Segundo Cabo, el Templo...), para mí lo más significativo es la noción del conjunto, del espacio, que lo tiene todo, hasta la Giraldilla [escultura feminina em bronze, a primeira fundida em Cuba], símbolo de la ciudad. (TABOADA, 2001:22)

É a praça que melhor se comunica com as águas da baía havaneira, quase ao final do canal de acesso. Sua localização foi definida pela construção, em 1558, do forte da *Real Fuerza*, obra de defesa iniciada depois que a *Villa de San Cristóbal de La Habana* fora saqueada por um corsário francês (PEREDA, 2008:30). O forte tem um bastião apontado para a praça, com fosso e ponte levadiça. Dali se pode começar a decifrar o centro histórico, porque atualmente a *Plaza de Armas* é um espaço popular, onde livreiros fazem seu comércio durante o dia e se promovem eventos de rua, principalmente em frente ao Palácio dos Capitães Gerais - atual Museu da Cidade e sede geral da Oficina do Historiador, instituição responsável pela gestão de toda a área patrimonializada.

Seguindo pela *calle* Ofícios, chegamos à *Plaza de San Francisco*, que começou a constituir-se em princípios dos seiscentos. O arquiteto a representa como a “sala de despachos” onde se realizavam negócios, “o coração econômico da vila” (TABOADA, 2001:24). Não por acaso, é a praça onde se desenvolveu uma arquitetura monumental, especialmente pelo Convento e Igreja de São Francisco de Assis (erigido desde 1579), que no século XVIII recebe a sua grande torre de pedra, além do magnífico ecletismo da *Lonja del Comercio*, que surge só em 1909. A vocação dessa praça, voltada ao comércio exterior e ao poder administrativo se intensifica com as plataformas do cais e com os palacetes de autoridades. Daniel Taboada foi o responsável por devolver-lhe a Fonte dos Leões, talhada pelo

escultor italiano Giuseppe Gaggini, e localizada ali desde 1836.

Se nos afastamos dela em sentido oposto ao cais, pela *calle Teniente Rey* ou pela *Muralla*, encontramos a *Plaza Vieja*. Para Taboada, em sua metáfora da morada, ela seria a despensa, porque pela Praça Velha, antes *Plaza Nueva*, a cidade se abasteceria de provisões (TABOADA, 2001:25). Condição favorecida pelo acesso mais direto à principal porta da muralha, a *Puerta de Tierra*, e pela proximidade do porto. Outros relatos entendem que a Praça Velha, surgindo por volta de 1600, tornou-se o “centro social dos havaneiros”, onde se “celebravam festas e atos solenes” (OFICINA DEL HISTORIADOR DE LA CIUDAD, s/d: 5). Como praça de mercado ou de comemoração, ela sempre teve “caráter civil”, sem a presença de edificações militares, religiosas ou administrativas (PEREDA, 2006:47). Traçada em perfeita forma retangular, as unidades domésticas predominavam, algumas delas suntuosas – todas, atualmente, sob gestão patrimonial. Com a construção do Mercado de Cristina (1835-1908), asfixiava-se uma de suas funções, talvez a praça tenha tornado-se a “despensa” de Havana Velha, mas mesmo assim se presume algum papel de ágora, dado o convívio social que toda feira proporciona. Finalmente demolido, resta a imagem do mercado legada pelo traço magistral do pesquisador Francisco Bedoya.

Esse pequeno itinerário é uma provocação histórica que tem como objetivo ativar o imaginário acerca de suas formas urbanas, dado que a experiência direta das imagens e espaços de Havana Velha é insubstituível quando se quer formar uma compreensão plena sobre a trajetória do próspero empório cubano. Com o fortalecimento da economia por meio do comércio de açúcar, que se acentua desde fins do XVIII, houve um período de grandes edificações em Havana Velha e no entorno das muralhas – uma Havana, em grande parte, desaparecida. Riverend (1960, p.321) relata que o casco colonial se enche de mercadorias

e serviços, com casas de roupas francesas, cafés, confeitarias, bilhares e farmácias, entre elas *La Reunión* ou *Farmacia Sarrá*, aberta desde 1865 na rua Teniente Rey (também *calle Brasil*). A cidade daquela época é descrita pelo historiador cubano:

Detrás daqueles muros formidáveis e entristecedores aparecia um mundo de cores e de alegria. Uma caleidoscópica justaposição de raças e matizes étnicos, de etapas históricas, enfim, de riquezas e misérias se constituía a face daquela capital, onde o estrangeiro encontrava tudo o que havia deixado em seu país e mais as diversões e os vícios universais que deram a vida havaneira sua má fama. (RIVEREND, 1960:316) [traduzido pelo autor]

Quando os muros foram demolidos, a cidade já se estendia para fora deles. Primeiro como um prolongamento de “áreas residenciais, armazéns e lojas de varejo” (SCARPACI, SEGRE e COYULA, 2002:37) que reproduziam a efervescência econômica e social da vida intramuros. É o que acontece com a *calle San Lazaro* que, do outro lado do Parque Central, repete o frenesi das principais artérias da cidade antiga, *Obispo* e *O’Reilly*. Já estamos, então, em Centro Havana, singularíssimo bairro feito também nos moldes da urbanização de corte espanhol, com as edificações geminadas e à beira da calçada. Ali surgiram, na década de 1880, grandes fábricas de tabaco e, logo atrás do Capitólio, ainda se vê a *Partagás*. Antes mesmo das grandes construções nas cercanias de Havana Velha, do começo do século XX, a “elite creole” já ocupava o *Paseo Isabel II* (mais tarde *El Prado*), com seus teatros, cafés e academias de baile, enquanto os trabalhadores animavam, com sua extrovertida interação urbana, as ruas de *Centro Habana*.

Ainda no século XIX, as *Ordenazas Urbanas* vieram regular a criação de novos distritos suburbanos. A partir de 1858, com a divisão de fazendas, surgia o atual *Vedado*, bairro inspirado no conceito de Cidade Jardim (*Garden City*), com quarteirões

de cem metros de lado, amplas avenidas para automóveis e a exigência de que as edificações fossem distantes das calçadas (SCARPACI, SEGRE e COYULA, 2002:56-57). Crescimento em direção ao oeste que só foi retardado em virtude das longas guerras de independência. Mas, a metropolização não se deteria, de tal modo que, em 1900, a antiga distinção entre intramuros e extramuros era ressignificada em termos de Havana Velha e Havana Nova, ainda segundo *Havana: two faces of the Antillean Metropolis*.<sup>3</sup>

A proposição sobre o surgimento dos centros históricos a partir da perda da “centralidade urbana” se baseia na presença de alguns eventos característicos. Um deles, segundo Carrión, seria a ampliação do raio de atuação do governo em direção a outros lugares. Em Havana, a ação do governo para além do perímetro original vem, como foi dito, desde século XIX, com os loteamentos a oeste de Havana. Mas, é durante o governo de Gerardo Machado (1925-1933), sob a coordenação de Carlos Céspedes e do urbanista Forestier, que se começa a planejar a mudança dos prédios governamentais – o que resultaria depois na *Plaza Cívica* – e a criar a malha de ruas amplas e avenidas arborizadas, ligando o centro aos novos bairros. Surgia, assim, o contraste entre a introversão da pequena escala colonial e a abertura dos demais espaços urbanos, amplidão que seria, na concepção de Forestier, uma forma de fazer dialogar a paisagem tropical e a arquitetura (SACARPACI et al., 2002:68).

A perda de centralidade também se caracterizaria pela existência de políticas urbanas que viriam rejeitar a localização primitiva. Isso foi mais evidente durante o período em que o grupo de militares, encabeçado por Batista, esteve no poder, quando “vários projetos de moradia e monumentos públicos foram construídos na periferia”, sobretudo em *Marianao* (SACARPACI et al., 2002:75). Mas, ao longo da primeira metade do século XX, parece-me temerário acreditar em uma ruptura brusca da

centralidade urbana de Havana Velha. Até porque também se tinha fortalecido o complexo de edificações e monumentos em torno do Parque Central. A arquitetura da nascente república cubana situou ali seus prédios mais significativos, formando um anel que, ainda hoje, separa o *casco* histórico do resto da cidade. Um exemplo disso são o Palácio Presidencial (1920), hoje Museu da Revolução e o Capitólio (1929), que foi sede do poder legislativo.

A própria Havana Velha não esteve imune a essa onda modernizante, basta lembrar que os anos de 1920 assistem ao começo da demolição do convento de *San Juan de Letrán*, que abrigou a primeira universidade de Havana:

No começo do século XX, o plano compacto da estreita rua colonial e dos pátios tranquilos e velhas fachadas das casas de Havana Velha foi lentamente substituído por edificações modernas mais elevadas, prevalecendo sobre os prédios de poucos andares. Em apenas vinte anos, edifícios de escritórios do governo, armazéns, lojas e até a bolsa de valores chamada de Lonja de Comercio (1909) quebravam a paisagem sonolenta do centro histórico (SACARPACI et al, 2002:59).

Por tudo isso, devemos concordar com os mesmos autores da citação acima sobre o fato de que houve uma “**decadência gradual** da velha cidade” (SACARPACI:44), à medida que avançava a suburbanização para oeste e para o sul. Aceito, na perspectiva de Carrión, que o nascimento do centro histórico havaneiro é marcado pela passagem de uma centralidade anterior a outro patamar na “produção social das formas espaciais” (CASTELLS, 2000:47), porém isso só corresponde a um estado de “abandono” ou de “deterioração” sob certos pontos de vista. Mudanças relativas à composição social da população, à atividade comercial e até mesmo ao uso e conservação das edificações são indícios dessa nova etapa de produção do espaço.

Entre 1880 e 1920, a localização dos estabelecimentos

comerciais se modifica, enquanto, no começo desse período, cerca de dois terços deles estavam em Havana Velha, quarenta anos depois acontecia o inverso. Como resultado de intensas migrações, surgem também os *solares*, quando centenas de edificações, já em estado precário de conservação, foram subdivididas para abrigar – como acontece ainda hoje – a população de baixa renda ou sem ocupação regular. Ao lado desses cortiços (*cuarterías*), relata-se também a presença de bordéis e o grave estado de poluição da baía (SACARPACI et all, 2002:45-50). Esses autores também chamam atenção para a reflexão de Lopez Castañeda, pois “se os monumentos definem elementos marcantes da paisagem cultural, a dimensão residencial reflete as contradições sociais da cidade” (SACARPACI et all, 2002:196).

As primeiras iniciativas de preservação da memória da cidade são outra evidência dessas transformações no espaço e anunciam uma nova fase da “luta pela dominação da recordação e da tradição”, conforme Le Goff (2003:470) enquadra a produção da memória social. Elas têm início com a trajetória do intelectual e ativista nacionalista Emilio Roig de Leuchsenring. Esse historiador, jurista, escritor e editor foi nomeado, em 1935, Historiador da Cidade de Havana pelo alcaide municipal:

Comisionado por el alcalde Belt procede a recopilar datos sobre los monumentos y lugares históricos de la capital, entre estos, los monumentos a Cristóbal Colón, en el patio del Palacio Municipal, el de Fernando VII y otros; también, es el encargado de redactar una memoria sobre la historia de la Plaza de Armas para su restauración, y de realizar el proyecto y costo del monumento a Víctor Hugo en el parque situado en las calles H, entre 19 y 21 (GARCÍA-CARRANZA, 2007).

Desenvolvem-se, então, as primeiras ações de restauração, voltadas para a dimensão dos monumentos, e pouco depois, instala-se a *Oficina del Historiador de la Ciudad* (1938), encarregada de guardar alguns documentos históricos, entre eles

as *Actas Capitulares de La Habana*, os mais antigos documentos sobre a cidade, que haviam sido resgatados pelo próprio Roig. Com os aportes dele e da entidade que dirigia é que a representação de Havana Velha, como centro histórico, deu seus primeiros passos, assim como o discurso que reivindicava para a memória um lugar entre os assuntos de interesse nacional.

Nos anos de 1950, a expansão do território urbano e da população tem seu patamar mais elevado, são quase um milhão e trezentos mil habitantes na área metropolitana. A abertura do túnel sob a Baía incentiva a expansão para leste (*Habana del Este*), enquanto se multiplicam os prédios altos em Centro Havana e Vedado e os loteamentos especulativos nas zonas periféricas, em Cotorro ou Boyeros, por exemplo. A oferta de serviços e oportunidades de trabalho entre os municípios havaneiros permanece bastante desigual, além do contraste entre as sólidas mansões da orla e as precárias habitações da classe trabalhadora (SACARPACI et al, 2002:79-80). Essa urbanização dualista vem acompanhada da transformação de Havana em um importante destino turístico que, desde os anos de 1930, já acolhia cerca de 250.000 turistas por ano. Decorre daí o plano urbanístico de J.L.Sert (1956), uma reforma que unia o urbanismo moderno de Le Corbusier – que inspirara também o projeto da nova capital brasileira e intervenções em outras cidades latino-americanas – aos crescentes interesses financeiros. O impacto devastador que esse plano teria demonstra o desprezo dos gestores da política urbana por Havana Velha, que já não lhes servia como representação da república ou da modernidade.

Afastada a ameaça de demolição, nos anos que precedem a Revolução de 1959 e também depois dela, Havana Velha pode assumir, mais tarde, outro papel numa cidade policêntrica, tal como se entende a morfologia urbana de Havana atualmente. O *reparto* das muralhas, zona de fronteira que separa a nova e a velha cidade, há muito se tornara o espaço de comunicação

central para ambas – palco popular de inúmeros eventos políticos e culturais da história cubana – deslocando das praças coloniais a prerrogativa de espaço público. Entretanto, conforme observa Segre, a Praça Cívica, após 1959, converter-se-á no principal espaço da “memória urbana”, identificada “como o lugar privilegiado do encontro político da sociedade revolucionária cubana” (SEGRE, 1992:105).

Foi, portanto, nessa época tardia, que pode ter nascido o centro histórico, espaço identificado com o passado da cidade e, até ali, sem possibilidade de participação no futuro dela. Foi, assim, como bem observou Carrión (2002:60), que “Havana Velha conseguiu sobreviver e se preservar, graças a que não se fez nada por muito tempo”. Se, de fato, entre 1960 e 1980, Havana Velha não estava incluída nas reformas habitacionais que o Estado levou adiante, isso pode ter sido determinante para trazer – em meio aos debates internacionais sobre a preservação dos sítios urbanos – aquelas casas arruinadas e belas, com suas portas e balcões mirando as ruas estreitas, à consciência dos cubanos e do mundo como testemunho inigualável da história americana e caribenha.

### ***Mis morritos...o centro histórico como patrimônio mundial***

Ernest Hemingway já havia celebrizado os *morritos* da *Bodeguita*, quando se realizou a primeira assembléia dos países signatários da “Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”, Cuba estava representada, na qualidade de observador.<sup>4</sup> Naquela data (26/11/1976), instalou-se o Comitê do Patrimônio Mundial e a convenção internacional começou a vigorar na sua plenitude. A temática do patrimônio não era desconhecida em Cuba, ao contrário, a Constituição da República, proclamada em fevereiro de 1976, atribuiu ao Estado cubano velar “pela conservação do patrimônio cultural e da riqueza artística e histórica da nação”. Em seguida, a Lei nº 2

(*Monumentos Nacionales y Locales*) estabelecia os critérios para a declaração de centros históricos urbanos, construções e sítios como monumento nacional ou local.

Havana Velha recebeu o título de Monumento Nacional em 1978 e, no ano seguinte, o presidente da Assembléia Provincial do Poder Popular da Cidade de Havana afirmava que “estão sendo dados os passos necessários para a elaboração de um programa voltado para a rigorosa conservação de La Habana Vieja”, que ele, Oscar Mell entendia ser “patrimônio histórico e cultural não só de nosso povo, mas de toda a humanidade, como manifestam as numerosas personalidades que nos visitam”<sup>5</sup>. Enquanto se consolidava o debate internacional sobre o valor dos ‘bens culturais’, ainda ancorados na noção de monumento histórico (CHOAY, 2001), Cuba promovia o ordenamento jurídico e um sistema de gestão para o recém-criado centro histórico havaneiro.

Uma das instituições protagonistas nesse processo foi a *Dirección Provincial de Patrimonio* do Ministério da Cultura (MENÉNDEZ, 2007:24) que teria se envolvido na elaboração de um inventário geral do centro histórico e na sua candidatura para a Lista do Patrimônio Mundial. Ações que não devem ser dissociadas da conjuntura político-econômica de Cuba na alvorada da década de 1980, quando o país tentava se abrir para o mundo, sem conseguir, porém, superar algumas de suas contradições (MARQUES, 2008). As “visitas de Fidel Castro e de celebridades estrangeiras” (SACARPACI et all, 2002:158), que contribuíram para tornar Havana Velha mundialmente conhecida, não eram fatos isolados. Tudo indica a disposição de incentivar o turismo, atividade que já se mostrara altamente rentável na economia cubana do século XX. Segundo Escosteguy (1979:111-112):

De início, foi necessário preparar novas instalações, reformar as antigas e estabelecer uma estratégia que não prejudicasse o

turismo interno, dos trabalhadores, já amplamente organizado. Funcionários cubanos percorreram as principais capitais do bloco socialista e de países europeus e latino-americanos, oferecendo planos especiais para grupos de turistas (...)

A receptividade foi imediata. Canadenses, venezuelanos, mexicanos e espanhóis, principalmente, passaram a gastar seus dólares na ilha, fazendo, como dizem os cubanos, “um turismo barato e sadio” (...) o governo manteve praticamente todas as atrações turísticas famosas que existiam antes da Revolução: os mesmos restaurantes, como o *Floridita*, os bares boêmios, como *La Bodeguita del Medio*, e os cabarês com shows internacionais, como o *Tropicana*.

A estratégia foi bem sucedida, o turismo em Havana, trinta anos depois da visita do jornalista brasileiro, é intenso. Na *calle Obispo*, por exemplo, que liga a Praça de Armas ao Parque Central, milhares de turistas se espremem todos os dias em busca das *tiendas* de artesanato, dos bares e restaurantes ou dos inúmeros museus e eventos culturais espalhados pelo labirinto de ruas e esquinas de Havana Velha. Carrión defende a existência de uma “introspecção cosmopolita”, que traz aos centros históricos uma nova centralidade urbana. Esta, como penso, advém especialmente da fruição do espaço, dos usos e das experiências cotidianas protagonizadas pelos turistas e, sem dúvida, pelos cubanos, como pude constatar por meio da observação etnográfica.

Carrión sugere pensar até mesmo numa nova dinâmica de urbanização em direção à “cidade existente”, tendência de um desenvolvimento urbano não mais “exógeno e centrífugo” e sim “endógeno e centrípeto” (CARRIÓN, 2005:60-61). A introspecção cosmopolita não levaria ao confinamento, tal como foi vivido no passado, e sim à “cidade aberta”, baseada na flexibilização do acesso e dos serviços, no incentivo à cultura local e na participação em redes internacionais de conhecimento, turismo e investimento. Isso acontece no caso de Havana, onde

a conversão patrimonial do centro histórico e suas práticas de gestão são a força motriz da promoção de novas destinações para um espaço que é tanto físico quanto imaginário. Havana Velha assume a condição, problematizada por George Yúdice (2004), de recurso apropriado para determinados fins, dentro de um contexto internacional em que vem sendo configurada a disponibilidade (*expediency*) da cultura.

Desse modo, o centro histórico é também o produto de uma política urbana calcada na patrimonialização (JEUDY, 2005), que o reposiciona como espaço público e impacta a metrópole inteira, favorecendo a inserção dela em fluxos globais. O título obtido junto à UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) teve aí um papel destacado. O pleito formalizado pela Comissão Nacional de Cuba para a UNESCO, segundo documentação do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) – órgão responsável pelo parecer oficial –, tinha o título de “La Habana Vieja y su sistema de fortificaciones”. É assim nomeado que o “sítio” urbano, abrangendo praticamente o mesmo perímetro da cidade antiga, ingressa na Lista do Patrimônio Mundial como “bem cultural da humanidade”, desde 1982.

A decisão foi baseada em dois critérios; por ser um conjunto arquitetônico que ilustra um estágio significativo da história humana e como exemplo excepcional de ocupação humana tradicional (SILVA, 2003:89-94). Protegeu-se ao abrigo da convenção internacional o território da Havana intramuros e as fortalezas externas (Tres Reys, Cabaña e La Punta). As inúmeras continuidades arquitetônicas entre a zona hoje patrimonializada e o seu entorno (antiga zona das muralhas e Centro Havana), cujas edificações são em grande parte coetâneas, sugerem relativizar a existência de um “centro colonial” exclusivo e intocado. Segundo Menéndez, somente cerca de duzentas edificações domésticas, em um total de 2.720, foram construídas nos séculos XVII e

XVIII, enquanto 66% do total edificado no centro histórico são da primeira metade do século XX (MENÉNDEZ, 2007:79), já no período republicano. Época, também, da edificação da maior parte da arquitetura civil pública em torno do Parque Central, onde predominam o estilo neoclássico e o ecletismo.

A constatação acima de forma alguma diminui o legado arquitetônico e urbanístico de Havana Velha, ao contrário, faz expandir para fora do perímetro da UNESCO a demanda por conhecimento e conservação patrimonial. Estejam “dentro” ou “fora” as expressões do barroco espanhol permanecem abundantes, afirmando uma característica fundamental dentre os tipos arquitetônicos havaneiros. A “cidade das colunas”, de Alejo Carpentier, merece esse título pelos pórticos que, à entrada dos edifícios, dominam as *calzadas* e avenidas, com suas arcadas e colunatas formando galerias onde os pedestres se abrigam ou se podem regozijar do sol caribenho. Os pórticos não deixam de ser encontrados fora do centro histórico, como no *Paseo de Martí* (ou *del Prado*), no *Malecón*, em *Galiano*, *Belascoain* ou *Infanta*, entre outras vias públicas, enquanto as praças de Havana Velha, por sua vez, dão um testemunho fiel do urbanismo colonial que, segundo Charles Munford, ressoa da Lei das Índias, com suas praças de centro vazio (MUNFORD, 1982:427).

O Decreto-Lei nº 143, de 1993, subordina a ‘Oficina do Historiador da Cidade apenas ao Conselho de Estado e lhe dá o direito de exercer suas competências em toda a Província de *Ciudad de La Habana*, embora, de fato, outras instituições sejam responsáveis pelo patrimônio que se conserva fora de Havana Velha, como, por exemplo, o Centro Nacional de Conservação, Restauração e Museologia – CENCREM. O decreto instituiu a Zona Prioritária para Conservação e, assim, para além da área protegida pela convenção da UNESCO, a Oficina foi estendendo sua atuação para a zona do Passeio do Prado e do Parque da Fraternidade, para a orla próxima (*Malecón*) e para o *Barrio*

*Chino*, estes últimos já no município de Centro Havana. Fato que enseja um grande leque de parcerias internacionais, seja no campo da cooperação patrimonial, seja fomentando o investimento capitalista. A Oficina mantém sob seu controle, inclusive, empresas de capital aberto, como é o caso da Habaguanex S.A.

Retomo, aqui, a afirmação sobre o papel da gestão do patrimônio como indutora desse cosmopolitismo atual, ela restitui, em parte, a centralidade urbana de Havana Velha, na medida em que sua função na cidade e no imaginário cubano contribui para a recuperação econômica de todo o país. É possível afirmar que os centros históricos são eles mesmos produtos históricos, cuja invenção é fruto tanto do processo de urbanização das cidades quanto da intervenção de práticas patrimoniais que se institucionalizam de forma diversa nos diferentes contextos. Havana Velha, tal como outros centros históricos latino-americanos enfrenta contradições que fazem dela, antes de qualquer coisa, um problema político (CARRIÓN, 2002:68). Problema que residiria, sobretudo, na tensão entre sua conversão em “reduto da memória” e sua potencial condição de “porvir urbano”. O desafio está, então, em desenvolver políticas que assegurem a merecida centralidade histórica, sem reduzi-la a uma posição restrita ao passado, sob o risco de “museificar a cidade” (CERTEAU, 2003:195).

Observando o que acontece em Havana Velha, nos últimos quinze anos, faz todo sentido a afirmação de que o centro histórico é “o lugar que mais se transforma na cidade” (CARRIÓN, 2002:67). As mudanças são de toda ordem: visuais e ambientais, por conta da restauração e da revitalização da infra-estrutura; econômicas, com a promoção de novos usos e empreendimentos; sociais, com a introdução de benefícios ou restrições aos seus antigos moradores, e culturais, com a valorização das artes, dos lugares de memória e do imaginário histórico. A intervenção

patrimonial, como já foi dito, emerge como a força catalisadora desse processo. Com o emblema de patrimônio mundial, Havana Velha desponta como “espaço de todos”, ensejando identidades que transcendem a experiência local e, ao mesmo tempo, tendem a negar sua heterogeneidade, na medida em que é simbolizado como centro colonial ou monumento histórico (CARRIÓN, 2002:67). De outro modo, contra os poderes institucionais que controlam aquele espaço urbano, Havana Velha também se movimenta como lugar de interação e de encontro, o que intensifica a sua heterogeneidade, relativamente aos usos e às apropriações, à composição étnica e cultural e às temporalidades inscritas nas coisas e nos comportamentos.

### **A Havana Velha nos dias de hoje**

Engana-se quem pensa que não existem ganhos de capital na economia cubana, eles estão presentes de forma destacada no mercado hoteleiro, o grupo *Sol Meliá*, por exemplo, mantém 24 hotéis no país. Uma das empresas que participa do bilionário negócio é a Habaguanex que, embora tenha seu capital aberto, está subordinada à Oficina do Historiador da Cidade (OHCH), a já referida instituição responsável pelo patrimônio e pela administração do espaço urbano em Havana Velha. O atual modelo de gestão da Oficina, a partir da legislação de 1993, apresenta um organograma diversificado e inclui um verdadeiro sistema empresarial, com quatro empresas construtoras (*Restauración de Monumentos, Porto Carenas, Mercurio e Restauración Malecón*), quatro empresas do setor terciário (*Compañia turística Habaguanex S.A., Inmobiliaria Fénix S.A., Inmobiliaria Áurea S.A. e Agencia Tuoperadora San Cristóbal*) e associações de bordadeiras, artesãos e de cultivo de plantas.

Habaguanex é, certamente, a que movimenta o maior volume de recursos. Ela tem hoje sob sua administração, associada

a capitais estrangeiros, 18 hotéis, alguns deles de alto luxo, tais como Saratoga, Raquel e Ambos Mundos. Além disso, controla uma rede de 32 restaurantes, mais de 60 cafeterias e bares e mais de 80 lojas e mercados e uma agência de viagens. A gerente comercial da empresa, que entrevistei recentemente, conta que a maior parte da receita da Oficina do Historiador vem dali e que o “objetivo da Habaguanex é produzir dinheiro”. Porém, analisando suas publicações publicitárias, de produção visual impecável, encontramos a enunciação do valor diferenciado dos serviços que comercializa: “oferecemos um produto histórico-cultural concentrado fundamentalmente na parte antiga de La Habana, potencializado por nossos museus, galerias de arte, antigas igrejas, conventos convertidos em salas de concerto, espaços teatrais e lojas especializadas que evocam antigas tradições”. Em meio a tais apelos ao valor de rememoração, também não deixam de mencionar o significado social da organização: “fonte de emprego e uma força encarregada de promover o melhoramento das condições de vida dos habitantes da área, além de se converter em um centro difusor da cultura cubana”, cuja “aliança inquebrantável entre serviços turísticos, meio comunitário e promoção cultural institui um modo renovado e humanista de conceber relações econômicas e mercantis”.

No sentido da ação em benefício da sociedade, há, de fato, uma gama de entidades dedicadas à moradia, ao emprego, aos assuntos humanitários e à capacitação profissional. No plano da ação patrimonial propriamente dita, as intervenções são coordenadas pela chamada *Dirección de Patrimonio Cultural*, responsável pelos museus, pelo gabinete de arqueologia, pelos programas de restauração, além do arquivo, biblioteca, editora e programação cultural. Importantes recursos financeiros são obtidos pela atuação da *Cooperación Internacional*, que administra doações e programas de apoio ao patrimônio. A comunicação em larga escala é realizada pela Revista Opus

Habana, pela Habana Rádio e também pelo portal na internet (habananuestra.cu). Todos envolvidos no “cumprimento das políticas” e diretamente subordinados à Direção Central da OHCH. A gestão também parece estar aberta para a participação da sociedade na medida em que incorpora em sua estrutura o *Plan Maestro*, uma entidade interdisciplinar que “dita as políticas e estratégias de desenvolvimento” (ALOMÁ, s/d:9), herdeiro das experiências bem-sucedidas de planejamentos de longo prazo que, nas décadas anteriores, tinham se produzido em Havana.

É, sem dúvida, uma organização impressionante, provavelmente sem paralelo no gerenciamento do patrimônio mundo afora. A despeito do profissionalismo e dos êxitos que se relatam, é impossível não pensar nos inevitáveis efeitos de privatização da área patrimonializada. As mulheres vestidas de um modo “tradicional” (trajes tão coloridos que lembram Carmem Miranda) para vender flores ou tirar fotos em troca de pesos conversíveis, os livreiros da Praça de Armas, os artesãos e todos que procuram desenvolver atividades comerciais em Havana Velha são cadastrados e pagam pelo direito de exercer seu ofício. Os cubanos, em geral, sem a “moneda dura” que permitiria o consumo, não podem participar ativamente do espaço público, porque, conforme Serpa, se o adjetivo “público” nos remete a uma “acessibilidade generalizada e irrestrita”, um espaço acessível deve significar “mais do que o simples acesso físico a espaços ‘abertos’” (SERPA, 2007:16). O conceito de acessibilidade propõe pensar, então, a “demarcação de territórios urbanos”, que está vinculada aos fenômenos da construção da alteridade e da diferença, com sua evidente dimensão de classe. A questão da territorialização alerta para o surgimento de “barreiras simbólicas, por vezes invisíveis”, assim, mais do que partilhado, o espaço é “dividido entre os diferentes grupos” (SERPA, 2007:36).

Na *Plaza da Catedral* essa demarcação é evidente, com

parte da área de passeio dominada pelas mesas com guarda-sóis brancos do restaurante *El Patio* (do grupo Habaguanex S.A.), de onde turistas assistem sentados ao cortejo de visitantes e aos espetáculos de personagens *callejeros* ou dos excelentes grupos musicais, todos performados por cubanos. O fato se repete na *Plaza Vieja* e em outros locais do centro histórico, bem como nas praias da ilha. Contudo, a produção do patrimônio realizada pela OHCH merece ser avaliada do ponto de vista de suas realizações no campo da restauração, do urbanismo, das oportunidades oferecidas à população e da vida cultural que engendra no presente.

Para fazê-lo é preciso mergulhar nas fontes existentes, nas dezenas de edições da magnífica revista *Opus Habana*, nos livros dedicados à arquitetura e ao trabalho patrimonial, na farta informação virtual e nos escritos de Eusebio Spengler. Este doutor em História “se erige em Historiador de la Ciudad de La Habana” a partir de 1967, quando é nomeado diretor do Museu da Cidade em substituição a Emilio Roig, então já falecido e de quem Eusebio fora discípulo, segundo informações disponíveis no sítio da OHCH. Além de “andar La Habana Vieja”, para vê-la e interagir com trabalhadores e residentes, a avaliação da prática patrimonial não pode desprezar a reflexão da autoridade máxima do patrimônio no centro histórico e também seu grande peleador:

Ahí viene otra pregunta, ¿es lícito que el patrimonio cultural genere recursos para su regeneración? La respuesta es sí. La otra insistencia sería: no privatización, no es indispensable, no banalización, no prostitución del patrimonio cultural. Es posible, lo cual no quiere decir que en muchos lugares un patrimonio que esté en posesión de una familia, de una determinada corporación, de una entidad, no sea admirablemente gestionada. (...)

Puedo decir que nueve años después habíamos generado

más de diez mil empleos, de los cuales más del cuarenta por ciento era para mujeres, que habíamos atendido a la masa general y particular de los discapacitados, que habíamos logrado ver dentro de ese conglomerado humano quiénes son los elementos que sufren o padecen el mayor riesgo posible, además de interesarnos de manera viva por la mujer y el niño, y de esa forma extendimos una red poderosa que podíamos presentar al mundo como una realización práctica (SPENGLER, 2005:12,16).

O valor adicionado ao espaço pela restauração e revitalização do centro histórico estimula a atividade turística, particularmente na vertente que tem sido chamada de turismo cultural. O turismo, por sua vez, torna-se a principal fonte de recurso para a realização do “plano de desenvolvimento integral” e para investimentos em mais infra-estrutura, mais restauração e promoção cultural. Não acredito, porém, que seja adequado pensar o caso cubano a partir das teorias de gentrificação (*gentrification*) que, na dimensão economicista, tendem a analisar ganhos especulativos por meio da valorização dos imóveis dos centros urbanos, com a participação do poder público. Entretanto, o problema das *viviendas* permanece sendo o de mais difícil solução em Havana Velha. O ritmo do investimento na reforma ou reconstrução das moradias não é suficiente para atender as necessidades de mais de sessenta mil moradores, que ocupam quase vinte e três mil unidades familiares. Além disso, a própria ação patrimonial pode gerar transferências compulsórias, conforme conversa que mantive com pessoas que vivem albergadas, em residências improvisadas, e que estão nessa condição há mais de uma década, aguardando uma posição da OHCH ou da instituição municipal dedicada à moradia. Os albergues, embora não se disponha de nenhuma estatística oficial, grassam pela velha cidade, assim como a insatisfação com a conduta dos gestores.

Havana Velha, no entanto, intensifica sua projeção mundial a cada instante e abre oportunidades para os havaneiros de toda a capital e eles estão aprendendo a transformá-las em incremento da própria renda, em rede de relacionamentos e em solidariedade social. Esse intercâmbio cultural é favorecido pelo ambiente urbano de Havana Velha, sempre instigante ele nos expõe, claramente, os problemas enfrentados por seus moradores e, ao mesmo tempo, oferece oportunidades únicas de encontro com a beleza das artes ou dos cenários cotidianos e, não menos importante, com a exuberância da gente cubana. Em 2009, por exemplo, dois eventos agitaram as ruas, museus e galerias do centro histórico, o 14º Festival Internacional de Dança em Paisagens Urbanas e a 10ª Bienal de Arte de Havana. No primeiro, também chamado de “Habana Vieja: Ciudad em Movimiento”, a dança se fez presente nas praças e nos teatros, com as apresentações de grupos de catorze países, além das companhias cubanas, e foi acompanhada por grandes platéias. A Bienal de Havana, por sua vez, trouxe a pintura, a escultura e as demais artes visuais, de todo o mundo, para o deleite do público, com o acesso livre e gratuito.

E, por tudo isso, Havana Velha e suas práticas de conservação merecem o olhar de todos que se interessam pela história, pela arte, pela cultura e também por essas coisas, convertidas em patrimônio, que, segundo sugeriu François Hartog, traduzem o tipo de relação que uma sociedade decidiu manter com o tempo.

#### **Notas**

- 1 As datas são relativas ao período de construção das fortalezas.
2. Este trabalho é um dos resultados da tese de doutorado desenvolvida pelo autor no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, sob a orientação da Dr<sup>a</sup>. Maria Thereza Negrão de Mello.
3. O livro de Joseph Scarpaci, Roberto Segre e Mario Coyula (2002) é tomado

aqui como obra de referência, seus autores percorrem centenas de estudos para oferecer um vasto panorama histórico de Havana, com ênfase na arquitetura da cidade e no processo de urbanização. Daqui em diante citados como SACARPACI et all.4

4. O documento sobre essa sessão pode ser encontrado na íntegra no centro de documentação, mantido pela UNESCO, em ambiente virtual (<http://unesdoc.unesco.org/ulis/>).

5. Transcrição feita pelo autor diretamente dos originais intitulados “Discursos de Oscar Fernández Mell - *Aniversario de La Ciudad de La Habana*”, mantidos no Arquivo Histórico da Oficina do Historiador da Cidade (OHCH), localizado no Palácio dos Capitanes Generales (Havana/Cuba).

### **Bibliografia**

ALOMÁ, P. *La Recuperación de los Centros Históricos y su Desarrollo Integral*. La Habana: Plan Maestro de Revitalización Integral de La Habana Vieja: OHCH: OIT: PNUD, s/d. (Ideass: innovaciones para el desarrollo y la cooperación Sur-Sur)

BERND, Z. O Elogio da Crioulidade: o conceito de hibridação a partir dos autores francófonos do Caribe. In: ABDALA JR., B. *Margens da Cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004.

CARRIÓN, F. Gestión o gobierno de los Centros Históricos. In: RESINES, I. (org.) *Manejo y Gestión de Centros Históricos: conferencias de los encuentros internacionales II y III, La Habana Vieja, 2003 y 2004*. La Habana: Boloña, 2005, p. 60-76.

CASTELLS, M. *A Questão Urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. *A Invenção do Cotidiano: 2. morar, cozinhar*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHOAY, F. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.

ESCOSTEGUY, J. *Cuba Hoje: 20 anos de revolução*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

GARCÍA-CARRANZA, A. Emilio Roig de Leuchsenring. Trayectoria vital (1889-1964). La Jiribilla Revista de Cultura Cubana, Havana, ago. 2008. Disponível em: [http://www.lajiribilla.cu/2008/n381\\_08/381\\_14.html](http://www.lajiribilla.cu/2008/n381_08/381_14.html) .

GROGG, P. Economia-Cuba: a volta do turismo. IPS Inter Press Service, Roma, mar. 2009. Disponível em: <http://www.mwgloab.org/ipsbrasil.net/nota.php?idnews=4615>.

JEUDY, H. *Espelho das Cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LE GOFF, J. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LE RIVEREND, J. *La Habana: biografía de una provincia*. La Habana: Academia de la Historia de Cuba, 1960.

MARQUES, R. A Condición Mariel. *Revista Brasileira do Caribe*, v. VIII, n. 16, p. 473-506, 2008.

MENENDÉZ, M. *La Casa Habanera: tipología de la arquitectura doméstica en el centro histórico*. La Habana: Boloña, 2007.

MUNFORD, L. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes: EDUNB, 1982.

OFICINA DEL HISTORIADOR DE LA CIUDAD DE LA HABANA. *Plan de Desarrollo Integral*. La Habana: OHCH, s/d.

PEREDA, F. Bedoya. *La Habana Desaparecida*. La Habana: Boloña, 2008.

SACARPACI, J.; SEGRE, R.; COYULA, M. *Havana: two faces of the Antillean metropolis*. Chapel Hill: London: University of North Carolina, 2002.

SEGRE, R. Havana: o resgate social da memória. In: CUNHA, M. (org.) *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, 1992, p. 101-111.

SERPA, A. *O Espaço Público na Cidade Contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SPENGLER, E. La cultura, única certeza para un proyecto sostenible. In: RESINES, I. (org.) *Manejo y Gestión de Centros Históricos: conferencias de los encuentros internacionales II y III, La Habana Vieja, 2003 y 2004*. La Habana: Boloña, 2005, p. 10-20.

SILVA, Fernando. *As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade*. São Paulo: Peirópolis: EDUSP, 2003.

TABOADA, D. La Habana que siempre existió. Entrevista concedida a Argel Calcines. *Opus Habana*. La Habana, v. V, n. 2, p. 18-27, 2001.

YÚDICE, G. *A Conveniência da Cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

## **A presença dos imigrantes antilhanos em Cuba (1910-1952)**

*Kátia Couto*

(Universidade Federal do Amazonas, Brasil)

kc-couto@uol.com.br

### **Resumo**

Neste texto, apresentamos uma visão do processo de incorporação dos imigrantes antilhanos em Cuba, centrando-nos, especialmente, nos trabalhadores originários do Haiti. Analisamos o discurso apresentado pela imprensa e a sua contribuição para a construção de um imaginário negativo dos trabalhadores haitianos; a repatriação desses e de outros trabalhadores originários das ilhas vizinhas a Cuba e a organização de uma associação para educar os descendentes no ideal da cultura e identidade nacional do Haiti.

Palavras-chave: Migração, Repatriação, Associação.

### **Resumen**

En este texto presentamos una visión del proceso de incorporación de los migrantes antillanos en Cuba, focalizando especialmente los trabajadores procedentes de Haití. Analizamos el discurso presentado por la prensa y su contribución para la construcción de un imaginario negativo de los trabajadores haitianos, la repatriación de éstos y de otros trabajadores procedentes de las islas vecinas a Cuba así como la organización de una asociación para educar los descendientes haitianos en la idea de la cultura y la identidad nacional de Haití.

Palabras claves: Migración, Repatriación, Asociación

### **Abstract**

In this text we present a vision of the process of incorporation of

\* Artigo recebido em março de 2009 e aprovado para publicação em maio de 2009.

immigrants from the Antilles in Cuba, focusing especially on workers who came from Haiti. We analyse discourse presented by the press and its contribution to the construction of a negative imaginary of Haitian workers; the repatriation of these and other workers from the neighbouring islands to Cuba and the organization of an association to educate the descendants in the ideal of culture and national identity of Haiti.

**Key words:** Migration, Repatriation, Association.

## **Introdução**

A contratação de trabalhadores estrangeiros negros, pelas grandes companhias açucareiras que controlavam a economia cubana durante o período da Primeira República, favoreceu o debate em torno ao ideal racial e de imigração que contribuiu para o projeto de nação da jovem e promissora república cubana.

A imprensa de caráter burguês teve um papel importante na construção negativa da imagem dos imigrantes originários de outras ilhas do Caribe, em maior profusão, haitianos e jamaicanos que aportaram em Cuba para o trabalho no corte da cana. Essa imagem negativa fornecida pelos jornais contribuiu para reforçar o preconceito étnico e racial contra esses imigrantes.

Neste ensaio apresentamos uma análise dos aspectos fomentados pela contratação e presença dos trabalhadores antilhanos na sociedade cubana, especificamente na região oriental da ilha, em Santiago de Cuba, onde estiveram presentes.

## **A imprensa da região oriental de Cuba e o imigrante antilhano**

O confronto entre o que seria a diferença cultural entre a cultura popular nacional negra e a cultura popular estrangeira negra que chega a Cuba através da imigração, fomentada em princípios do século XX, pode ser analisado em algumas

notícias dos jornais de Santiago de Cuba que apresentam os fatos relacionados aos imigrantes antilhanos, especialmente os haitianos.

Uma notícia registrada no jornal *El Conservador de Oriente*, veiculada no dia 16 de maio de 1910, intitulada *La brujería en Guantánamo*, em tom de denúncia, relatava as práticas religiosas de um grupo de haitianos, dizendo o seguinte:

La policia tuvo anoche confidencias de que en una de las casas del barrio de la “Loma del Chivo” donde reside la población haitiana, se dedicaban éstos a la práctica de la brujería. Constituída en el mencionado sitio, oyeron dentro de la casa cerrada una tumba pandereta y un acordeón más los imcomprensibles cantos de los allí reunidos. Al franquear la puerta se dieron a la fuga unos cincuenta haitianos de los que pudieron capturar diez entre ellos uno que se encontraba amarrado y que sin duda seria el oficiante.

Encontraron además del acordeón y la tumba, varias aves mojadas, una palangana con água de folhas, un candil, aceite y otros materiales necesarios para este absurdo. Los haitianos opusieron resistência (*El Conservador de Oriente*, 16 de mayo de 1916)<sup>1</sup>.

O mesmo jornal no artigo publicado dia 27 de julho de 1910 *Salvajismo haitiano: una mujer que se come 4 niños*, critica a religiosidade haitiana<sup>2</sup> e fomenta o medo da sociedade local para com a prática religiosa. A idéia de civilizado e incivilizado está presente na reportagem e revela para a população que o diferente significava perigo. A notícia descreve um fato “ocorrido” na República Dominicana, mas que é divulgado na imprensa de Santiago de Cuba justamente quando se começava a discutir a necessidade da contratação de mais mão-de-obra para o corte da cana, reivindicada pelas empresas norte-americanas.

Traducimos de New York Herald el siguiente telegrama

monstruoso:

Puerto Plata, 16 – Se ha explicado la desaparición de vários niños dominicanos, cuyas familias vivían en la frontera de Haití, por la horrible confesión de una mujer haitiana, que há declarado haberlos asesinado comiéndose cuatro de ellos. Ese culto africano, de canibales prevalece en Haití, donde el cristianismo ha fracasado en sus esfuerzos por combatir a los sectários del “voudou” que son antropófagos. La prensa dominicana exige que se tomen severas medidas para impedir la inmigración de haitianos por la frontera, protegiendo así a la civilización de la República que ocupa la parte Oriental de la isla y que está en un grado superior de civilización (*El Conservador de Oriente, 27 de Julio de 1910*)<sup>3</sup>

Nas duas notícias os fatos relatados expressam uma crítica à religiosidade haitiana que ao ser denunciada pela imprensa procura formar uma opinião pública desfavorável à entrada desses imigrantes no país.

A imprensa sendo um produto cultural do nacionalismo, como explica ANDERSON (1989), exerce um papel importante na constituição do imaginário nacional, criando, reforçando, admitindo ou destituindo o que é favorável para a construção de uma consciência a partir dos parâmetros impostos pela classe hegemônica e que detém os parâmetros condicionantes para a formação de um projeto nacional que pode ser comum a toda a sociedade ou excludente, favorecendo a um determinado grupo e excluindo outros.

O imaginário da sociedade na região oriental da ilha de Cuba foi formado mediante a divulgação dessas notícias veiculadas pelos jornais locais. O vodu incompreendido enquanto prática religiosa, não tinha como característica a institucionalidade, mas sim sua prática popular “formalmente organizada como a católica es regida desde un lugar específico por una jerarquia que decide y disemina los dogmas, procedimientos rituales, liturgia y

política en general. En contraste, una religión popular responde totalmente a las necesidades de las personas de las comunidades donde ocurre y ellas son la única fuente de su sustento. Por tanto, la religión popular de cualquier país demuestra muchísima variedad” (MILLET apud DAVIS, 1987:60).

As notícias sobre os haitianos vinculavam-os à imagem de um grupo que praticava uma religião estranha, ritos em que crianças eram sacrificadas. Para entender o comportamento do haitiano era necessário entender a sua religiosidade. Dentro dos centrais os cubanos que participavam das festas e dos ritos que eles realizavam, o faziam por se tratar de uma festa com muita comida e dança, mas não compreendiam a lógica do pensamento religioso dos haitianos; o convívio quotidiano desses trabalhadores, nos centrais açucareiros os fazia pensar que o haitiano era pacato e totalmente adaptado à sua realidade.

No entanto, para alguns cubanos a prática religiosa dos haitianos, sua forma de celebrar a vida e a morte chamavam a atenção, como relata o Sr. Rafael Cedeño neste depoimento,

O: Y tu nunca oíste decir que a los haitianos les tenía miedo?

R: Bueno, ellos tenían fama de que les gustaba la brujería y eso, había algunos que se dedicaban a la brujería, pero eso era la minoría lo que si ellos eran buenos, les gustaba vincularse mucho con el cubano...

O: Y participaban en las fiestas?

R: Si como no, a ellos les gustaban los bembés que ellos daban, yo iba a la Sierra Maestra a recoger café y allá en la sierra los que vivían allí cuando llegaban los días de fiesta de San Lázaro ellos daban los bembés esos donde mataban chivos, los ovejos y entonces cuando los niños nacían ellos decían que en su país los gritaban y cuando se morían daban fiestas porque se decía que iban para la gloria que no iban a pasar más trabajo, y yo decía, miren que cosa más extraña ésta. (Entrevista realizada por Olga Cabrera a Rafael Cedeño Verdecia, provincia de

Granma, 16 de maio de 1992)<sup>4</sup>.

Os costumes haitianos, seus ritos, chamavam a atenção por contrastar com a visão de mundo do cubano. O entrevistado, não esconde sua surpresa diante da perspectiva de que a morte para o haitiano representa a liberdade e a vida uma prisão. O comportamento do haitiano despertava curiosidade dos que com eles trabalhavam; cordiais e hospitaleiros gostavam de construir suas pequenas casas nos campos, onde criavam pequenos animais. No campo se sentiam mais integrados à natureza, da qual constituía a sua simbologia religiosa.

### **As associações, costumes e práticas dos imigrantes antilhanos**

A espiritualidade dos antilhanos jamaicanos esteve fortemente enraizada em suas práticas religiosas e fraternais, as celebrações se concentravam, em suas igrejas e lojas. Das lojas saíam seus membros em procissão, portanto suas insígnias e seus estandartes até a igreja, onde se reuniam todos os membros para a cerimônia. No caso dos funerais, a máxima aspiração de um imigrante, era receber as honras correspondentes na loja e na igreja, acompanhado dos sons dos sinos.

Os imigrantes antilhanos introduziram outros elementos culturais em Cuba: o vodu como já dissemos, o congrí, o Bande rara, o jogo de cricket. Todos esses elementos foram condutores das relações, onde o mesmo e o diverso chocaram-se e encontraram-se a todo o momento.

O “mesmo”, segundo explica Glissant em *Le discours antillais* é um conceito que se relaciona com o de identidade, “quando a identidade está fechada sobre si mesma, formando um discurso homogêneo que se torna hegemônico por se considerar o único possuidor da verdade, negando assim a diferença”

(GLISSANT, 1981:190-201). O conceito de ‘mesmo’ está ligado ao que o autor chama de identidade-raiz, que por onde passa destrói aos demais. Quanto ao ‘diverso’, este se opõe ao ‘mesmo’; está associado ao conceito identidade-rizoma, “é uma raiz múltipla que se propaga sem prejudicar as outras plantas” (GLISSANT, 1981:190-201).

O conceito de *transculturação* criado por Ortiz se aproxima muito do conceito *poéticas da relação* de Edouard Glissant. Os dois destacam o encontro entre os diferentes que enriquecem a cultura, promovendo sua renovação, a diferença está que no conceito de Fernando Ortiz ainda preserva-se uma hierarquia dos elementos em contato, enquanto que no conceito de Glissant essa hierarquia desaparece. O conceito de Ortiz destaca a transculturação nos seus vários aspectos espirituais e materiais, enquanto que Glissant destaca o imaginário, promovido pela relação, pela língua e pelo que ele chama de *oralitura*. Os dois conceitos apresentam aspectos inovadores sobre como se deve pensar a cultura.

Podemos equiparar estes dois conceitos com o que se processa em Cuba entre o que ocorre com a cultura nacional, de onde são retirados os valores hegemônicos aos quais toda cultura exterior teria que se enquadrar. Nessa relação os elementos que favorecem a manutenção do ‘mesmo’ é bem-vindo, por isso em nossa opinião se discutiu sobre a viabilidade e a aprovação de determinadas correntes migratórias e a recusa de outras como a chinesa e a antilhana.

Os imigrantes originários do Caribe reconstruíram as práticas sociais próprias de suas sociedades de origem. A fundação de igrejas, lojas, associações de ajuda mútua e recreação, escolas, a reprodução de normas de relacionamento, etc., expressaram a vontade dos recém chegados ao novo país de criar espaços de onde pudessem conservar e fazer crescer sua vida material e

espiritual. As duas formas mais transcendentas, e intimamente relacionadas, que adquiriu a associatividade dos antilhanos aglófonos nas zonas que povoaram – as antigas províncias de Camaguey e Oriente – foram a igreja episcopal anglicana e as lojas maçônicas; principalmente, as da Orden Odd Fellows (CHAILLOUX LAFFITA, 2002).

Os haitianos contribuíram culturalmente com a introdução de seus costumes culinários, as festas religiosas, com os jogos entre eles a briga de galos. Dentre todos os grupos do Caribe, os haitianos mantiveram uma maior coesão social, se reuniam em diversas datas comemorativas nos assentamentos rurais e recebiam companheiros de outros centrais e colônias, com muita música, comida e rum, principalmente no natal e na semana santa, em função de suas crenças e rituais (GUANCHE; MORENO, 1988:99). Os haitianos também criaram sua própria associação, para preservar seus costumes e sua relação com o Haiti; essa associação teve um caráter integrador de sua comunidade, com um objetivo educativo e patriótico.

### **A repatriação dos imigrantes antilhanos**

De acordo com o governador da província de Santiago de Cuba, a situação indigente dos imigrantes antilhanos era tão precária que requeria das autoridades providências urgentes para resolver a situação. Em carta do dia 22 de agosto de 1921, o governador se dirige ao chefe de imigração dizendo-lhe que para manter a ordem pública seria necessário enviar para a estação quarentenária de Cayo Duan, no porto de Santiago de Cuba, os imigrantes que se encontravam em situação de indigência na cidade, até que outra providência pudesse ser tomada (Archivo Provincial de Santiago de Cuba, 1923, Leg. 308, Sig. 8).

De acordo com a carta resposta do chefe de imigração à solicitação do governador, o pedido foi atendido, mas a questão

relativa à alimentação dos imigrantes não estava resolvida, pois não se sabia quem era o responsável por realizá-la.

A repatriação dos imigrantes antilhanos de acordo com os documentos foi uma solução do governo cubano para evitar que os imigrantes sem trabalho se transformassem em carga pública. Essa atitude do governo revogava a Lei de Imigração criada em 3 de agosto de 1917, que autorizava a introdução de trabalhadores no país com a condição de que estes não constituíssem um perigo para a sociedade. No entanto, em 20 de julho de 1921 foi criado o decreto nº 1404 para a repatriação dos trabalhadores antilhanos; criada no momento em que a indústria açucareira enfrentava uma grave crise.

O decreto de 20 de julho de 1921 – *Repatriación de braceros antillanos*, esclarece entre outras coisas que uma das razões para a repatriação é a falta de trabalho nos campos, o que gerava um estado de penúria para esses trabalhadores. O documento não deixa de citar que devido à situação, a população local corria um sério risco de contrair doenças, segundo declarava a Secretaria de Sanidad y Beneficencia. Sendo assim o documento revela que os trabalhadores procedentes do Haiti, Jamaica e demais Antilhas, contratados para a produção agrícola sob o amparo da Lei de imigração de 3 de agosto de 1917, por constituir, naquele presente momento, uma carga pública para a Nação, seriam reembarcados para seus respectivos países por conta do estado cubano.

Os documentos referentes a esse período de repatriação caracterizam o despreparo das autoridades cubanas para efetivá-lo e ao mesmo tempo desvenda alguns mitos sobre a permanência dos imigrantes antilhanos em Cuba. As pessoas envolvidas na rede de contratação dos trabalhadores nesse período se tornaram omissas e nenhuma das partes assumia realmente a obrigação de levar jamaicanos, haitianos, barbadianos e outros aos seus países.

Empresas açucareiras, contratistas e governo provincial não se entendiam nas medidas a serem tomadas para a repatriação dos trabalhadores.

Um dos contratistas, cujo nome aparece em vários documentos, o Sr. Xavier Rumeau, responsável em buscar trabalhadores para várias empresas, ao escrever a carta datada em 23 de agosto de 1921 para o Governador da Província de Oriente, esclarece que a resistência dos imigrantes antilhanos em serem repatriados era causada pelos boatos espalhados, segundo ele, por cerca de 50 a 60 haitianos e jamaicanos que se dedicavam a “caçar” passageiros para três ou quatro agências de vapores e “goletas”, que muitas vezes roubavam esses passageiros. Ao conhecerem o Decreto de Repatriação e vendo aniquilado seu negócio faziam circular pelas províncias vários boatos, como os citados abaixo, provocando medo nos imigrantes, levando-os a deslocar-se pelo interior, desencorajando aqueles que se dirigiam a Santiago de Cuba em busca de comida e auxílio. O Sr. Rumeau cita como exemplo os seguintes fatos,

-Todo jamaquino o haitiano que sea reembarcado “grátis” por el Gobierno de Cuba será paseado en las calles del puerto de desembarco para hacerle verguenza.

- Todo jamaquino reembarcado y que tenga algunos bienes en Jamaica, el Gobierno de su pais embargará esos bienes para devolverle el importe del pasaje al Gobierno de Cuba.

- Por fin ningún hombre reembarcado en esas condiciones podrá volver a Cuba en ninguna época (Archivo Provincial de Santiago de Cuba, 1920, Leg. 307, Sig. 18).<sup>5</sup>

Os imigrantes, segundo Xavier Rumeau, temiam sair de Cuba e sofrer as retaliações divulgadas. O contratista recebia cartas e informações de que em diferentes lugares do interior encontravam-se grupos de imigrantes que embora conhecessem

a oportunidade que tinham para sair de Cuba não podiam fazê-lo porque não tinham dinheiro para comer ou para pagarem o trem.

Ignoran las distancias y los lugares donde pueden embarcarse y aunque mis circulares indiquen esos lugares esa gente no tiene la menor idea de la geografía de Cuba, carecen de voluntad y se quedan paseando su miséria. – Hay mas, mis numerosos agentes me reportan que muchos de ellos están casi desnudos y no podrían entrar en una población y cuando se les hizo saber que podian ir a Haiti sin pagar nadie se opusieron a la idea diciendo que no querian volver a su pais en el estado en que se encontraban que era peor que cuando salieron de allí (Archivo Provincial de Santiago de Cuba, 1920 Leg. 307, Sig. 18).<sup>6</sup>

No documento emitido pelo Sr. Xavier Rumeau às autoridades cubanas, consta a informação de que os imigrantes antilhanos ao serem dispensados dos trabalhos na indústria açucareira, se deslocavam para outras regiões da província onde pudessem encontrar trabalho, se dirigiam principalmente às zonas de cafezais, para trabalharem na colheita de café “entonces muchos de ellos que estaban en los alrededores de Guantánamo huyeron a los cafetales donde encuentran viandas que comer por el poco café que recogen” (Archivo Provincial de Santiago de Cuba, 1920, Leg. 307, Sig. 18). O trabalho nos cafezais era uma saída de sobrevivência para os trabalhadores antilhanos enquanto não eram transportados de volta para seus países.

Uma das alternativas encontradas pelas autoridades para fazer o reembarque dos trabalhadores foi sugerido pelo Sr. Xavier Rumeau, que era reembarcá-los pelos portos mais próximos onde encontravam-se sem ter que deslocá-los até o porto de Santiago de Cuba, evitando desta forma gastos desnecessários, conforme atestava o contratista. Para tal empreitada seria necessária, segundo ele, a utilização da Guarda Rural e de toda força de que dispunham os municípios para recolher esses homens e transportá-los até o porto através das ferrovias, com quem as

autoridades dos países de destino dos trabalhadores deveriam fazer um acordo, e o transporte dos portos aos seus países seria feito pelos vapores do Sr. Rumeau.

Em outro documento datado do dia 23 de agosto de 1921, o chefe de imigração contestando a carta, enviada pelo Secretário de Agricultura, Comércio e Trabalho, diz que o Sr. Xavier Rumeau se comprometia a alimentar os imigrantes que seriam transportados por ele à Estação Quarentenária de Cayo Duan. Mas as autoridades cubanas não se entendiam quanto às medidas que deveriam ser tomadas, porque em carta datada dia 24 de agosto de 1921, o Sr. J. Rodríguez Acosta, subsecretário de Hacienda, enviou uma comunicação ao governador de Oriente, dizendo que a “estación cuarentenaria es sola y exclusivamente para enfermos infecciosos e inmigrantes procedentes de puertos extranjeros, si fuese absolutamente indispensable puede aceptarse ocupación Cayo Duan bajo la base que mantengan inmigrantes y condición de desalojar el local que se necesite para fines expuestos”.

O Governador da Provincia dá ordens ao Secretário de Agricultura, Comércio e Trabalho para que desalojasse os imigrantes para abrigar na estação os passageiros do vapor inglês Hemesis que haviam contraído varíola e necessitavam ficar em observação em Cayo Duan.

Essa situação demonstra que as autoridades não possuíam controle sobre o sistema de repatriação dos imigrantes, o que leva a crer que as ações empreendidas para a repatriação dos mesmos não foram eficazes nesse primeiro momento, promovendo a permanência no país de grande parte dos trabalhadores antilhanos, mesmo contra sua vontade.

Em outra comunicação do dia 25 de agosto de 1921, o Governador da Provincia dirige uma carta ao Presidente da República, Alfredo Zayas, informando-o que mediante o fato de ter que desalojar os imigrantes da estação quarentenária de

Cayo Duan para abrigar os passageiros do vapor *Némesis*, os imigrantes teriam que ser transferidos para o Quartel Moncada onde estariam sob a custódia do estado para manutenção da ordem pública. Em resposta o presidente disse que a petição havia sido repassada ao Secretário de Agricultura para que ele resolvesse a situação com a maior brevidade possível (Archivo Provincial de Santiago de Cuba, año 1920, Leg. 307, Sig. 18).

A situação dos imigrantes se agravou na medida em que as autoridades cubanas não entravam em acordo sobre como alojá-los. O contratista responsável para fazer o transporte, segundo informação dirigida ao Governador Provincial no dia 29 de agosto de 1921 abandonou os imigrantes nas ruas de Santiago, sem albergues e comida, descumprindo o contrato estabelecido com as autoridades cubanas.

A carta diz que nesta ocasião cerca de duzentos trabalhadores haitianos, mal vestidos, famintos e ameaçadores, percorriam em grupos as ruas da cidade com a intenção de invadir o consulado haitiano. O representante do consulado que assina a carta diz que essa situação não poderia ser resolvida por eles, uma vez que estes já tinham entrado em contato com o contratista para que tomasse as providências de repatriar os trabalhadores e desta forma recorriam ao Governo Provincial para que pudesse buscar uma solução definitiva para o caso.

O fato é que nem as autoridades cubanas e nem as autoridades haitianas sabiam o que fazer com os trabalhadores, o jogo de responsabilidades está expresso na correspondência entre as várias instâncias do governo cubano e outras com o consulado haitiano. Enquanto buscava-se uma solução, os trabalhadores vagavam em busca de comida, o que gerava medo na população de que essa situação se tornasse incontrolável.

El incumplimiento de ese ofrecimiento por parte del Sr. Rumeau, y el hecho de encontrarse en Bahía un vapor con seis

pasajeros con viruela, según indicó el Sr. Jefe de inmigración con escrito de 24 del actual, dio origen a que este funcionario solicitase el desalojo de la Estación, lo cual se comunico al Sr. Rumeau para que lo realizara con caracter de urgente; pero el día 26 el expresado Sr. Jefe sin otro aviso, llevó a efecto el desalojo, volviendo a vagar por las calles de esta población más de quinientos inmigrantes que no tienen albergue, presentando un espectáculo desagradable y que por la situación precaria en que se encuentran, pueden originar conflictos en el orden publico y que se perjudique grandemente el estado sanitario de esta ciudad (Archivo Provincial de Santiago de Cuba, año 1920, Leg. 307, Sig. 18).<sup>7</sup>

Em outra comunicação do dia 1 de setembro de 1921, do Alcalde Municipal para o Governador Provincial de Santiago de Cuba, fica claro que durante o processo de repatriação dos trabalhadores antilhanos, em vários momentos a situação atinge momentos críticos. A carta diz que haitianos a bordo do vapor Rambler promoveram uma grave “reyerta”<sup>8</sup> na qual ficou ferido o inspetor da Aduana Desiderio López que prestava serviço neste local. A polícia e o exército foram chamados para intervir para desarmar os haitianos, segundo o relato “un haitiano conserva revolver escondido a bordo, hoy al tratar de desarmarlo, fuerzas de policia y ejercito ayudados por paisanos hirió de un disparo a un ciudadano Angel Terga”, continuando, a carta dizia que a quinze dias cerca de 260 haitianos se encontravam a bordo do barco e a demora em transportá-los havia ocasionado tal fato.

O Governador em resposta reconhecia a ineficiência no processo de repatriamento dos trabalhadores antilhanos, mas ao mesmo tempo transferia a responsabilidade dos fatos ocorridos ao descumprimento do contratista com a ordem de levar os trabalhadores aos seus devidos países, o que teria desencadeado todos os transtornos.

As averiguações sobre os desentendimentos ocorridos no

vapor Rambler fez do Sr. Xavier Rumeau objeto de investigação pelas autoridades locais por causa do seu desaparecimento da cidade de Santiago de Cuba entre os dias 23 e 24. Ficando as autoridades cubanas responsáveis para tratar do abrigo, alimentação e repatriação dos haitianos e jamaicanos que ainda tiveram que enfrentar a revolta dos homens a bordo do vapor (Archivo Provincial de Santiago de Cuba, año 1920, Leg. 307, Sig. 18).

O caso do vapor Rambler terminou de forma inesperada, em carta do dia 1 de setembro de 1921, o Governador informou ao Secretário de Agricultura, Comércio e Trabalho que “conflicto con inmigrantes debese gran parte a la salida del vapor Rambler, hace más de quince días con 260 haitianos a bordo sin salir capitán pretextando cada día no poder zarpar por que contratista Rumeau no suministraba petróleo, pratico ni despacho aduana”. O Governador dizia ainda que o capitão do Rambler notificou a Aduana que não queria os imigrantes a bordo até o momento da saída e a empresa New Niquero notificou também que não os queria no “muelle”; isso fez com que os imigrantes se dispersassem dirigindo-se ao campo.

Uma das alternativas para assegurar alimentação à população de imigrantes antilhanos foi criar uma cozinha pública, segundo informa as Atas Capitulares da cidade de Santiago de Cuba, nº 46 dos anos de 1921 e 1922. A proposta do Sr Palomino de criar cozinhas econômicas para atender aos imigrantes que se encontravam pelas ruas, foi aprovada por doze votos pela Câmara sendo disposto a partir da citada data o seguinte acordo,

En presencia de la afflictiva situación de miséria y hambre que la crisis general del país há producido en las clases pobres, agravandose esta situación por el crecido numero de inmigrantes que sin trabajo y semidesnudos vagan por las calles, se acuerda que por el Ejecutivo Municipal y Presidente

de esta Cámara se realicen todas las gestiones necesarias para lograr la repatriación de esos inmigrantes; establecer dos cocinas económicas, una en la parte alta y otra en la parte baja de la ciudad, tomándose, para sus sostenimientos, la cantidad necesaria del capítulo de “imprevistos” del presupuesto en vigor, por tratarse de una calamidad pública y nombrar una comisión especial integrada por los Concejales Srs. Palomino, Salas y Duany para que cooperen con dicho, Ejecutivo Presidente de esta Cámara al mejor éxito de las gestiones que por este acuerdo se encomienda (Atas Capitulares de la ciudad de Santiago de Cuba, nº 46, 1921-1922).<sup>9</sup>

O Sr. Cuesta, membro da Câmara da cidade de Santiago de Cuba, deu outras informações sobre a situação dos imigrantes que perambulavam pelas ruas de Santiago de Cuba. Ele dizia que o jornal *La Independencia* publicou que apesar de haver um barco na Bahia esperando para repatriar os imigrantes, estes preferiram continuar errantes pelas ruas para explorar a caridade pública.

O Sr. Presidente disse que tinha notícias de que o fato denunciado pela imprensa não era certo e que o que havia ocorrido era que os imigrantes que estavam na cidade eram de Barbados e não de Jamaica e Haiti. Os massons buscavam atender no possível a esses trabalhadores, porém não era possível atender a todos pela grande quantidade de necessitados.

A Polícia Secreta do Oriente investigava casos específicos relacionados aos indivíduos haitianos que ofereciam perigo e que transgrediam as leis do país, um caso específico relatado na documentação do Governo Provincial é a do haitiano José Rafael Norcharles, que adotava outros nomes como Marron, ou Marion Norte, que tinha várias passagens pela polícia sob a acusação de explorar as mulheres haitianas, enganar seus compatriotas que iam a Cuba para trabalhar nas safras, e por cometer roubo. Segundo relato das autoridades tratava-se de um sujeito de maus antecedentes que constantemente ocupava a polícia com suas

ações, segundo o documento o Sr. José Rafael era um parasita para a sociedade, com todas as características de um “elemento indesejado”.

No documento o chefe da Polícia Secreta, José Garcia Muñoz, informava o Governador Provincial que deveria ser iniciado o expediente de expulsão contra o mencionado indivíduo, assim que este cumprisse a condenação a que havia sido submetido (Archivo Provincial de Santiago de Cuba, año 1926, Leg. 786, Sig. 19). A resposta positiva do Governador efetivava o pedido de expulsão do citado haitiano.

Em outro documento analisamos o comportamento das autoridades jamaicanas para com os seus cidadãos, emigrados a Cuba. Um crime ocorrido no Central Miranda provocou a reação da comunidade jamaicana residente neste central levando a intervenção do cônsul. Um homem chamado Oscar Taylor foi assassinado pelo guarda do central, chamado Gorit, sem nenhuma causa aparente, segundo relata a carta, levando a manifestação dos seus compatriotas e o pedido de justiça.

Em resposta, o governador informava que havia repassado para o Fiscal de La Audiencia para que ele tomasse as providências sobre o caso. A atitude do cônsul jamaicano não é isolada, em vários episódios ele interveio exigindo das autoridades cubanas ações de punições contra maus tratos atribuídos aos trabalhadores jamaicanos. A proteção que os trabalhadores jamaicanos recebiam de seus representantes fomentava uma resposta do estado cubano aos ataques sofridos por esses trabalhadores.

No caso das mulheres, citando o caso de Elena Osório ou Digna Blanco como era chamada; mulata, inglesa, que segundo o chefe de Polícia Secreta se dedicava à prostituição, escândalos e a recrutar menores de idade para exercerem o seu ofício, levava vida de libertinagem, embora fosse casada em Kingston, onde vivia seu esposo, um dentista, com os filhos que ela havia

abandonado, era amante de um sujeito que não trabalhava e que se dedicava ao roubo, na sua casa seu companheiro se reunia com seus parceiros de furto para orquestrar os planos para suas ações (Archivo Provincial de Santiago de Cuba, año 1927, Leg. 87, Sig. 3).

Outros casos são relatados pelas autoridades provinciais como sendo de expulsão por serem indivíduos praticantes de delitos e de comportamento excuso. Este outro caso trata de um haitiano, o Sr. Andrés Juan, conhecido também como Mariano Acosta ou Mariano A. Royá, que segundo o relato policial não se dedicava ao trabalho, tendo o hábito de roubo, de enganar os outros imigrantes de seu país, resultando em um parasita perigoso, tendo que ser vigiado constantemente pela polícia. Neste caso também foi solicitado a sua expulsão de Cuba por tratar-se de um “elemento indesejável” mediante o fato de comprovação de suas ações ilícitas e comportamento duvidoso (Archivo Provincial de Santiago de Cuba, año 1927, Leg. 787, Sig. 3).

Em uma carta da Brigada de Polícia Secreta à sua chefatura, aparecem vários outros nomes de imigrantes antilhanos que encontravam-se na situação de elementos indesejáveis sob acusação de vários crimes contra trabalhadores também antilhanos. Os nomes de James Telfor, Beasson Willems James, William Brown, Tomas Grant, Andres Peres, um outro apelidado de Titina, que se chamava na verdade Felix González e encontrava-se preso, outro mais denominado André que encontrava-se nas ruas, companheiro de roubo de um cidadão chamado Slimm, dedicavam-se a enganar os trabalhadores durante a safra, segundo relata o documento. Os mesmos estavam sendo investigados pela polícia, por tratar-se de indivíduos ‘perigosos’ com antecedentes criminais, segundo informação da polícia (Archivo Provincial de Santiago de Cuba, año 1927, Leg. 787, Sig. 9).

Vários indivíduos com o mesmo comportamento dos já

citados imigrantes se dedicavam ao crime ocupavam o cárcere no Vivac Municipal, e outros sofreram prisões em distintos departamentos penais da Província. O documento diz que nenhum destes indivíduos trabalhava, ocupavam-se inclusive da venda de mulheres haitianas. A prisão dos meliantes foi, segundo o relato, aplaudida pelo país inteiro, numa clara referência de que os indivíduos de má índole eram inaceitáveis na sociedade cubana, a corrupção moral era algo que requeria das autoridades todo o empenho necessário. Segundo informação da polícia seriam mais de trinta os indivíduos que dedicavam-se a tais ações delinquentes, que deveriam ser detidos, cuja intenção era desarticular a boa administração do Governo Provincial e burlar a atuação da polícia.

Outras investigações sobre a ação ilícita de cidadãos haitianos foram requeridas pela polícia. Sendo que na maioria dos casos as investigações são concluídas mediante comprovação dos atos praticados pelos imigrantes, o que levava a crer que o desemprego no período de entre-safra contribuía para as ações criminosas dos imigrantes.

As autoridades cubanas incumbidas de garantir a ordem e o bem estar da sociedade, segundo demonstram as cartas, viviam uma situação descontrolada, uma vez que não se entendiam na busca de uma solução, não só para retirar os imigrantes das ruas, mas também para deter o aumento da criminalidade que essa situação gerava.

Outros imigrantes, de outras origens, investigados pela polícia do Oriente como os sírios, alguns sendo acusados de serem anarquistas receberam uma avaliação positiva da investigação como constatamos no caso dos imigrantes Abrahan Jubich e Echibib, natural da Síria, comerciante e casado. Na conclusão de seu caso a polícia relata,

El Agente de este Cuerpo, José Betancourt, por escrito de 29 de marzo ppdo, me informa que como resultado de las investigaciones que há realizado, en dicho termino haciendo la investigación interesada en dicho oficio, há sabido que el citado Jubich Echbib, no es ni há sido anarquista, no fue expulsado del país de su procedencia ni esta comprendido en el artículo primero, letra A, del Decreto 1601 de 27 de Julio de 1925, siendo además una persona honrada, seria y laboriosa (Archivo Provincial de Santiago de Cuba, año 1928, Leg. 787, Sig. 17).<sup>10</sup>

A situação dos haitianos ainda no ano de 1931 continuava crítica segundo relata a carta do Sr. Lobaina, Alcalde Municipal de Baracoa, em carta ao Governador Provincial de Santiago de Cuba em que informa que trabalhadores haitianos e jamaicanos que foram conduzidos para o porto de Santiago de Cuba pelo buque Glenda e outros buques de cabotagem que encontravam-se nos bairros rurais, não tendo recurso para embarcarem, nem para sua subsistência e não podendo a alcaldia facilitar nenhum recurso por não existir consignaçoã presuposta para este fim. Segundo o alcalde alguns desses trabalhadores que se encontravam nos bairros rurais, inclusive com famílias cubanas, com mais de dois anos de residência necessitavam de ajuda, por isso ele recorria ao governador, pois dizia não saber qual atitude tomar em dada situação.

Em 18 de outubro de 1933, o Governo Provisório criou o decreto nº 2232<sup>11</sup> para a repatriação forçada de estrangeiros sem trabalho e em 20 de dezembro do mesmo ano, criou o Decreto nº 3289 no qual concedia um crédito de \$20.000, 00 para cobrir os gastos dos estrangeiros indigentes a quem o governo considerava necessário enviar a seus respectivos países.

A pesar de estas disposiciones, en Cuba quedaron muchos antillanos, algunos consiguieron trabajo como peones en la región oriental de Cuba; las mujeres, principalmente, se

colocaban en trabajos domésticos, pero en general resultaban explotados y humillados. Al llegar a la ancianidad y no poder trabajar se convertían en indigentes. En el año 1939 existían todavía en Cuba 25.000 antillanos a quienes el gobierno decidió reembarcar ese año (PICHARDO, 1980: 76)<sup>12</sup>.

A repatriação aconteceu, como vimos, quando a indústria açucareira enfrentava uma de suas piores crises. As empresas embora não deixassem de utilizar a mão-de-obra estrangeira, recorreram a planos de colonização utilizando a população nacional. A repatriação dos trabalhadores antilhanos foi um processo que provocou um estado de terror entre os envolvidos. Pelas autoridades cubanas por temer a permanência dos imigrantes nas ruas e assim gerar um estado de caos na província e pelos próprios imigrantes por não terem condição de manter-se com o fim da safra retornar ao seu destino de origem.

### **A Sociedade George Sylvain**

Após a prerrogativa do governo cubano em empreender a repatriação dos trabalhadores haitianos e jamaicanos, os que ficaram em Cuba buscaram criar uma associação que garantisse a eles a defesa de seus direitos e de sua cultura. Foi o caso dos haitianos que criaram em 1927 a *Sociedad George Sylvain*. Em 10 de fevereiro de 1910, Edmond Craig, de nacionalidade haitiana, apresentou ao Sr. Antonio Massac, o presidente provincial o regulamento da Sociedade de Recreio e de Instrução denominada “George Sylvain” à aprovação da Administração Provincial de Oriente pelos efeitos da Lei de Associações (Archivo Provincial de Santiago de Cuba, año 1927-1928, Leg. 2566, Sig. 4).

Antonio Massac, presidente provisório da sociedade enviou ao chefe da Ordem Pública o regulamento e a relação de associados para sua regularização no dia 10 de março de 1927. A Ata da Assembléia Geral registrava que os membros, com o

fim de discutir o regulamento adequado para o empreendimento da criação da nova sociedade, declaravam por unanimidade a conformidade dos membros para com o Estatuto, aprovado em dita junta.

Segundo consta no regulamento da sociedade, ela foi criada pelos haitianos residentes na Província de Oriente, e tratava-se de uma sociedade de recreio e instrução, cuja sede estava localizada na rua Trocha, nº 16, em Santiago de Cuba. O objetivo dos membros ao criá-la era promover a união e a instrução de seus filhos nascidos em Cuba (Pichones) nos idiomas francês e espanhol. No artigo quarto do regulamento constava que “la sociedad organizará todos los tipos de fiestas lícitas excluindo los bailes con el fin de aumentar los fondos para ayudar toda la obra de interés nacional”.

A administração da sociedade era composta por membros de honra e de membros benfeitores, sendo membros ativos todos os haitianos que assinaram a Ata de Constituição da sociedade no dia 14 de novembro de 1926, que aderiram aos fins formulados em dita ata concordando em colaborar na realização do programa de ação cujos principais pontos foram votados em Santiago de Cuba no dia 4 de dezembro de 1926.

O artigo doze do capítulo três relata que os estrangeiros, particularmente os filhos da hospitaleira Cuba poderiam ser escolhidos pelo Comitê como membros de honra e benfeitores. A direção da sociedade era composta por um presidente, um vice-presidente, um secretário-organizador, um tesoureiro, um arquivista e oito conselheiros. O artigo trinta especifica as ações desempenhadas pelos conselheiros; entre suas funções estava a de gerenciar sobre as diligências com respeito ao ingresso das crianças no ensino fornecido pela sociedade; no artigo seguinte a sociedade se comprometia em atender às petições dos enfermos para seu ingresso no centro de saúde da associação.

Entre todos os artigos o quarenta e sete do capítulo quinze é o mais interessante, pois revela o caráter moral adotado pela sociedade, em que o comportamento dos membros deveria ser orientado. Na sociedade estavam vetadas as discussões sobre política de partido, sobre religião; seus membros não deveriam empregar frases indecorosas nas discussões das deliberações; não podiam protestar de forma violenta e nem coletiva; sempre que um membro quisesse expressar sua opinião deveria pedir permissão ao presidente; não faltar à ordem no local da associação; não faltar ao respeito por palavra nem por escrito ao presidente, nem à direção; não formar perturbações no bom andamento da sociedade. O artigo quarenta e oito dizia que todo membro que não observasse essas prescrições seria suspenso de seus direitos durante três meses, e se reincidisse seria expulso definitivamente da sociedade pela maioria do voto dos membros presentes.

Fica claro que a sociedade tinha um caráter instrutivo e que a sua criação seguia a prerrogativa de manter viva a cultura nacional haitiana entre os seus co-cidadãos que permaneciam em Cuba. O regulamento possuía um rígido caráter doutrinador, que impedia qualquer ato que gerasse confronto entre seus membros e da associação com a sociedade local. A associação tinha como principal objetivo proporcionar aos haitianos, especialmente aos seus descendentes, que se estabeleceram na região de Oriente, instrução cultural e educativa com base nas tradições haitianas e ao mesmo tempo promover a integração da sua comunidade junto à sociedade local, tanto que a instituição oferecia aos seus associados, aulas de espanhol e permitia que cubanos também participassem das atividades promovidas na associação.

Dentre as prerrogativas especifica-se que no local da associação seria estabelecido um curso de ensino primário e de segundo grau, curso de francês obrigatório, curso de instrução cívica haitiana, história e geografia do Haiti e de Cuba. A

associação buscava fortalecer entre seus membros os referenciais nacionais em distintos aspectos e ao mesmo tempo incorporava os referenciais nacionais cubanos em suas práticas.

A ligação dos membros com sua pátria de origem é bastante forte estabelecendo que diariamente os membros fossem informados sobre os fatos ocorridos no país, e que em caso de dissolução da sociedade o *activo neto* seria atribuído a uma obra de interesse nacional haitiano e uma lembrança à República de Cuba submetida à eleição do comitê.

Após revisar os documentos da sociedade e declarar que a mesma preenchia os requisitos solicitados pela “Lei de Associações” o secretário da administração provincial, certificou mediante carta ao presidente da Sociedade Patriótica Haitiana George Sylvain a regularização da sociedade e a efetivação de sua existência perante a sociedade cubana. A legitimação da sociedade, no entanto, não a impediu de sofrer retaliações, conforme especifica a carta emitida pelo vice-presidente da sociedade Enrique M. e seu secretário geral Lomothé A dirigida ao governador provincial de oriente, Sr. Jose R. Barceló,

Los que suscriben, respectuosamente a Ud. Exponen: que somos ciudadanos haitianos, componentes de la Sociedad George Sylvain la cual esta autorización por la Ley de Asociaciones y Autoridades competentes, que no queremos parecer ni como revoltosos, ni tampoco indeseables, pues nuestra misión es recabar fondos para defender los derechos de libertad de nuestra Patria abandonada y adolorida.

Así pues, habiendo sido molestados el día 2 de los corrientes en plena Junta por dos Agentes de la secretaria y habiendo hecho salir a un ciudadano cubano del seno de la sociedad por cosas no justificadas, pues el Sr. Manuel Milanés es miembro de honor y nos ayuda sin defaltar nuestros intereses; es por lo que molestamos la atención vuestra honorabilidad para ponernos bajo los auspicios de su Autoridad, y tenga en cuenta la queja

que le elevamos a su más alta consideración.

Pues hacemos lo que Cuba hizo cuando su Apostol Marti cruzaba las tierras predicando y recibiendo el óbolo para libertar à sua Patria.

Sabemos que elementos de nuestra nacionalidad, contrários a nuestros ideales tratan de tergiversar y acumular hechos violentos para destruir nuestras más caras aspiraciones (Archivo Provincial de Santiago de Cuba, año 1927-1928, Leg 2566, Sig. 4)<sup>13</sup>.

A documentação referente à sociedade George Sylvain certifica que esta se manteve ativa até a década de cinqüenta. Uma carta assinada por Fernando Cuesta Mora, secretário administrativo provincial, dirigida ao presidente da sociedade de 20 de setembro de 1952, informava ao presidente desta sociedade que mediante revisão do expediente da mesma constava o não cumprimento total com a Lei de Associações. Segundo o Sr. Fernando, o governador zelando pelo bem estar das associações havia ditado uma resolução, concedendo um prazo de vinte dias para que as associações cumprissem com os requisitos da Lei, para tal fim, a sociedade deveria remeter às autoridades os balanços, as diretivas adotadas pela sociedade e o balanço financeiro desde o ano de 1929.

A sociedade teve que prestar conta de suas ações pelos vinte e três anos de existência junto às autoridades cubanas, infelizmente não encontramos mais nenhum documento relacionado a esta sociedade haitiana, mas podemos perceber que o fato de ter existido por duas décadas demonstra que os haitianos lograram exercer sua representatividade na região oriental de Cuba, buscando proteger seus valores nacionais.

A autorização dada pelo governo provincial para que a sociedade pudesse funcionar, demonstra que a partir da década de vinte a postura da sociedade cubana em relação ao negro começa

a mudar. Se na primeira década a intolerância da elite cubana para com os imigrantes originários das outras ilhas do Caribe estava expressa nos órgãos de imprensa como vimos, na década de vinte a presença dos imigrantes antilhanos já era uma realidade e o fato das autoridades na Província de Santiago de Cuba aprovar o funcionamento da Sociedade George Sylvain indica não só a capacidade de organização dos haitianos, contrariando a imagem de imigrantes descompromissados, que lutavam por manter viva sua memória identitária.

O discurso empreendido pela imprensa a partir das primeiras contratações dos trabalhadores negros das Antilhas, se choca com a situação de total abandono que estes experimentavam ao terminar a safra ao se verem abandonados pelas empresas que os contratavam.

As associações eram entidades formadas para aglutinar os seus membros em torno de causas próprias, geralmente associadas à cultura e ao bem-estar social. No caso desta associação haitiana revela um lado atuante dos imigrantes haitianos em Cuba, pouco citado pela historiografia que sempre aponta para uma posição de isolamento desse grupo, de pouca participação na sociedade cubana, que se submetia sem contestação à sua condição de trabalhador mais explorado dentro da hierarquia de trabalho das empresas açucareiras.

A Sociedade George Sylvain revela que os haitianos não só se articulavam como também buscavam manter sua herança cultural junto de seus descendentes, e mais, não se tratava de uma sociedade fechada em si mesma, tinha uma função integradora de seus membros com a comunidade local, com um caráter democrático pouco visto em outras associações. Ao permitir a participação de cubanos em seu conselho buscava unir interesses comuns; despertar nas crianças e adolescentes, o mesmo respeito pelas duas pátrias – Haiti e Cuba – pois uma representava o

solo de onde seus pais haviam nascido e a outra onde seus pais buscaram seu sustento.

Manter o sonho daquele que deu o nome à sociedade era a base concreta da união de seus membros que viam nas palavras de George Sylvain o elemento fundador de uma pátria: “Descobrir para além da Política, um espaço de entendimento e união para os haitianos de boa vontade; fazer convergir todas as forças intelectuais da Nação para a civilização da Pátria comum, torná-las conscientes de si, ensinando-lhes a se conhecerem melhor; indicar às novas gerações, nascidas numa época de transição, sua missão especial, que é a de preparar o futuro, moralizar o povo através da revelação do ideal artístico de instruir por meio da iniciação gradual ao conhecimento da língua e da civilização francesas, obtida com o auxílio de nosso *dialeto crioulo*, enfim, salvar-nos de nós mesmos, fazendo tender para o Bem todas essas energias latentes que se estiolam e se rebaixam na ociosidade” (SYLVAIN, 1927).

### Notas

1 “A policia teve a noite confidências de que em uma das casas do bairro de ‘Loma Del Chivo’ onde reside a população haitiana, se dedicavam estes à prática da bruxaria. Constituída no mencionado lugar, ouviram dentro da casa fechada um baile de pandeiros e acordeom mais os incompreensíveis cantos dos que estavam aí reunidos. Ao abrir a porta saíram em fuga uns cinqüenta haitianos dos que puderam capturar dez entre eles, um que se encontrava amarrado e que sem dúvida seria o líder. Encontraram ademais do acordeom y do baile, várias aves molhadas, uma pia com água de folhas, um candeeiro, azeite e outros materiais necessários para este absurdo. Os haitianos opuseram resistência. (*El Conservador de Oriente*, 16 de mayo de 1916).”

2 Price Mars em *Así habló el tío*, publicada em 1928 dizia que o “vodú es una religión porque el culto dedicado a sus dioses exige un cuerpo sacerdotal yerarquizado, una sociedad de fieles, templos, altares, ceremonias y, enfín toda una tradición oral que es cierto que no há llegado hasta nosotros sin alteración, pero gracias a la cual se transmiten las partes esenciales de dicho culto. El vodu es una religión porque, a través del cúmulo de leyendas y la corrupción de las fábulas, se puede entresacar una teología, un sistema de representación gracias al cual, primitivamente, nuestros ancestros africanos se explicaban los

fenómenos naturales y que yacen de modo latente en la base de las creencias anárquicas sobre las cuales reposa el catolicismo híbrido de nuestras masas populares (1968, p.37-38)”. O desconhecimento desta prática pela população cubana contribuiu para que a imprensa a utilizasse contra os haitianos.

3 “Traduzimos do New York Herald o seguinte telegrama monstruoso: Puerto Plata, 16 – Se tem explicado o desaparecimento de várias crianças dominicanas cujas famílias viviam na fronteira do Haiti, pela horrível confissão de uma mulher haitiana, que declarou haver-los assassinado comendo a quatro deles. Esse culto africano, de canibais prevalece em Haiti, onde o cristianismo fracassou em seus esforços por combater aos sectários do ‘voudou’ que são antropófagos. A imprensa dominicana exige que se tomem severas medidas para impedir la imigração de haitianos pela fronteira, protegendo assim a civilização da República que ocupa a parte Oriental da ilha e que está em um grau superior de civilização. (*El Conservador de Oriente*, 27 de Julio de 1910)”

4 “O: E você nunca ouviu dizer que tinham medo aos haitianos?”

R: Bom, eles tinham fama de que gostavam de bruxaria e tal, havia alguns que se dedicavam à bruxaria, porém isso era a minoria, o que sim eles eram bons, gostavam vincular-se muito com o cubano...

O: Y participavam nas festas?

R: Sim como não, a eles gostavam dos ‘bembés’ que eles davam, eu ia à Sierra Maestra a recolher café y lá na serra os que viviam ali quando chegavam os dias da festa de São Lázaro eles davam os ‘bembés’ esses onde matavam bode, as ovelhas e então quando as crianças nasciam eles diziam que em seu país os gritavam e quando morriam davam festas porque dizia que iam para a glória que não iam a passar mais trabalho, e eu dizia, olha que coisa mais estranha esta. (Entrevista realizada por Olga Cabrera a Rafael Cedeño Verdecia, província de Granma, 16 de maio de 1992)”

5 “-Todo jamaicano ou haitiano que seja reembarcado ‘grátis’ pelo Governo de Cuba será escoltado nas ruas do porto de desembarque para passar-lhes vergonha.

-Todo jamaicano re-embarcado e que tenha alguns bens em Jamaica, o Governo de seu país embargará esses bens para devolver-lhe o valor da passagem ao Governo de Cuba

-Por fim nenhum homem re-embarcado nessas condições poderá voltar a Cuba em nenhuma época (Archivo Provincial de Santiago de Cuba, 1920, Leg. 307, Sig. 18).”

6 “Ignoram as distâncias e os lugares onde podem embarcar e ainda que minhas circulares indiquem esses lugares essa gente não tem a menor idéia da geografia de Cuba, carecem de vontade e ficam passeando sua miséria. – Há mais, meus numerosos agentes me reportam que muitos deles estão quase nus e não poderiam entrar em uma população e quando se fez saber que podiam ir

a Haiti sem pagar ninguém se opôs a idéia dizendo que não queriam voltar a seu país no estado em que se encontravam que era pior que quando saíram de lá (Archivo Provincial de Santiago de Cuba, 1920, Leg. 307, Sig 18)”

7“O incumprimento desse oferecimento por parte do Sr. Rumeau, e o fato de encontrar-se na Bahia um vapor com seis passageiros com varíola, segundo indicou o Sr. Chefe de imigração com carta do dia 24 do atual, deu origem a que este funcionário solicitasse o desalojamento da Estão, o qual se comunicou ao Sr. Rumeau para que o realizara com caráter de urgência; porém o dia 26 do expressado Sr. Chefe sem outro aviso, levou a efeito o desalojamento, voltando a vagar pelas ruas desta população mais de quinhentos imigrantes que não tem albergue, apresentando um espetáculo desagradável e que pela situação precária em que se encontram, podem originar conflitos na ordem pública e que prejudique grandemente o estado sanitário desta cidade (Archivo Provincial de Santiago de Cuba, año 1920, Leg. 307, Sig. 180)”

8 Disputa, luta, enfrentamento violento. *Diccionario de la lengua española*. Real Academia Española. Vigésima Segunda Edición, 2001.

9 “Na presença da aflitiva situação de miséria e fome que a crise geral do país produziu nas classes pobres, agravando-se esta situação pelo aumento do número de imigrantes que sem trabalho e seminus vagam pelas ruas, acorda que pelo Executivo Municipal e Presidente desta Câmara sejam realizadas todas as gestões necessárias para lograr a repatriação desses imigrantes; estabelecer duas cozinhas econômicas, uma na parte alta e outra na parte baixa da cidade, tomando-se, para seu sustento, a quantidade necessária do capítulo de ‘imprevistos’ do pressuposto em vigor, por tratar-se de uma calamidade pública e nomear uma comissão especial integrada pelos Conselheiros Srs. Palomino, Salas y Duany para que cooperem com dito, Executivo Presidente desta Câmara ao melhor êxito das gestões que por este acordo se encomenda (Atas Capitulares da ciudad de Santiago de Cuba, nº 46, 1921-1922).”

10 “ O Agente deste Corpo, José Betancourt, por escrito de 29 de março pppo, me informa que como resultado das investigações que tem realizado, em dito termo fazendo a investigação interessada em dito ofício, soube que o citado Jubich Echbib, não é nem tem sido anarquista, não foi expulso do país de sua procedência nem está compreendido no artigo primeiro, letra A, do Decreto 1601 de 27 de Julho de 1925, sendo ademais uma pessoa honrada, séria e trabalhadora (Archivo Provincial de Santiago de Cuba, año 1928, Leg. 787, Sig. 17).”

11 O Decreto 2232 intitulado “Repatriación forzosa de extranjeros sin trabajo ni recurso de 18 de octubre de 1933” dizia: - Por cuanto: en la mayoría de las poblaciones de la República, residen numerosos extranjeros que se encuentran sin trabajo, y en un estado de miséria constituyendo un posible factor de aumento de la criminalidad, y de perturbaciones en el orden publico.

-Por cuanto: es conveniente que esos extranjeros Sean reembarcados a sus respectivas naciones, siendoles pagado el reembarque por el Gobierno.

-Por cuanto: es deber de todo Gobierno, impedir en lo posible el aumento de la mendicidad, y evitar que los extranjeros sin trabajo y sin bienes de fortuna, constituyan una carga para el Estado.

-Por tanto: la propuesta del Secretario de Gobernacion, y haciendo uso de las facultades que me están conferidas.

Resuelvo

Primero: autorizar la repatriación forzosa de los extranjeros, residentes en la República, que se encuentren sin trabajo, y privados de toda clase de recursos.

Segundo: la repatriación se llevará a efecto en cada Municipio por los Alcaldes Municipales, los cuales utilizarán a los empleados a sus ordenes, que estimen conveniente, y serán auxiliados por las fuerzas del Ejército.

Tercero: el Gobierno pagará el pasaje de los extranjeros que Sean repatriados, y cuidará de que en los principales puertos de la República, haya barcos que los lleven a su país de origen.

Quarto: se entregara como donativo a cada repatriado la cantida de \$2,00.

Quinto: Los gastos que ocasionar el reembarque de los extranjeros, serán abonados con cargo a los fondos especiales situados para ese efecto por el presidente de la Republica.

Sexto: El Secretario de Gobernación, supervisará la repatriación de los extranjeros, cuidando de que solo Sean reembarcados aquéllos a quienes se refiere este Decreto, y acordando cuantas medidas Sean necesarias para su rápida y acertada ejecución. (Gaceta Oficial, 19 de octubre de 1933, p. 5031)

12 “Apesar destas disposições, em Cuba ficaram muitos antilhanos, alguns conseguiram trabalho como peões na região oriental de Cuba; as mulheres, principalmente, se colocavam em trabalhos domésticos, porém em geral resultavam explorados e humilhados. Ao chegar à velhice e não poder trabalhar se convertiam em indigentes. No ano de 1939 existiam todavia em Cuba 25.000 antilhanos a quem o governo decidiu re-embarcar esse ano (Pichardo, T. IV, 1980)”

13 “Os que lhes escrevem, respeitosa e V. Sa. Expõem: que somos cidadãos haitianos, componentes da Sociedade George Sylvain a qual esta autorização pela Lei de Associações e Autoridades competentes, que não queremos parecer nem como revoltosos, nem tão pouco indesejáveis, pois nossa missão é arrecadar fundos para defender os direitos de liberdade de nossa Pátria abandonada e sofrida.

Assim pois, havendo sido molestados no dia 2 do corrente em plena Junta pelos Agentes da secretaria e havendo feito sair a um cidadão cubano do seio da sociedade por coisas não justificadas, pois o Sr. Manuel Milanés é membro de honra e nos ajuda sem desfalcarnos nossos interesses; é pelo que perturbamos a vossa honorável atenção para pormos abaixo os favores de sua Autoridade, e

tenha em conta a queixa que elevamos a sua mais alta consideração.

Pois fazemos o que Cuba fez quando seu Apóstolo Martí cruzava as terras aconselhando e recebendo o óbulo para libertar a sua Pátria.

Sabemos que elementos de nossa nacionalidade, contrários a nossos ideais tratam de tergiversar e acumular fatos violentos para destruir nossas mais caras aspirações (Archivo Provincial de Santiago de Cuba, año 1927-1928, Leg. 2566, Sig. 4).”

### Fontes

Jornal El Conservador de Oriente, 16 de março de 1916 e 27 de julho de 1910

Archivo Provincial de Santiago de Cuba, matéria: pasajeros, legajo: 1795, año 1900, sig. 8

Arch. Prov. de Sant. de Cuba, matéria: centrales, legajo: 307, año 1920, sig.18

Arch. Prov. de Sant. de Cuba, matéria: centrales, legajo 308, año 1923, sig.8

Arch. Prov. de Sant. de Cuba, matéria: centrales, legajo: 786, año 1926, sig. 17

Arch. Prov. de Sant. de Cuba, matéria: centrales, legajo: 787, año 1927, sig. 3

Arch. Prov. de Sant. de Cuba, matéria: centrales, legajo: 787, año 1927, sig. 9

Arch. Prov. de Sant. de Cuba, matéria: centrales, legajo: 787, año 1928, sig. 17

Arch. Prov. de Sant. de Cuba, matéria: associações, legajo 2566, año 1927-1928, sig. 4

Atas Capitulares de Santiago de Cuba, nº 46, 1921-1922

Entrevista realizada por Olga Cabrera a Rafael Cedeño Verdecia, provincia de Granma, 16 de maio de 1992

### Bibliografia

ALARCÓN, Alexis. Vodú en Cuba o vodú Cuba no?. *Revista del Caribe*, v. V, nº 12, p. 89-90, 1988.

ÁLVAREZ ESTEVEZ, Rolando. *Azúcar e inmigración 1900-1940*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1988.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ARAQUISTAN, Luis. *La agonía antillana. El imperialismo yanqui en el mar Caribe*. La Habana: Editorial Lex, 1961, p. 170.

BALBOA NAVARRO, Imilcy. *Los brazos necesarios: inmigración, colonización y trabajo libre en Cuba: 1878-1989*.

- CARBONELL, Waltério. *Como surgió la cultura nacional*. La Habana: Ediciones Yaka, 1961.
- CHAILLOUX LAFFITA, Graciela. La contribución antillana a la identidad cubana. *Debates Americanos*, nº 12, Enero-Diciembre, p. 54-62, 2002.
- DORE CABRAL, Carlos. Migración haitiana y agricultura cañera em República Dominicana. *Revista del Caribe*, nº 14, p. 44-50, 1989.
- EIRANOVA CUZA, René. El destino de los inmigrantes caribeños de habla inglesa. *Revista del Caribe*, Santiago de Cuba, v. VI, nº 23, p. 110-111, 1994.
- FERNÁNDEZ EXPÓSITO, José Raúl. *La prensa burguesa*. La Laguna: Centro de la Cultura Popular Canária, 1986.
- GASTÓN AGUERO, Sixto. *Racismo y mestizaje en Cuba*. La Habana: Editorial Lid, 1959.
- GLISSANT, Edouard. *Le discours antillais*. Paris: Seuills, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Poetics of Relation*. Michigan: The University of Michigan Press, 2000.
- GUANCHE, Jesus; MORENO, Dennis. *Caidije*. Santiago de Cuba: Ed. Oriente, 1988, p.99.
- MALUQUER DE MOTES, Jordi. *Nación e inmigración: los españoles en Cuba (XIX-XX)*. Guijón: Ediciones Jucar, 1992.
- MILLET, Jose. Vodú, magia y hechicería. *Revista Temas*, nº 20, 1990.
- M. PÉREZ, Luis. La inmigración jamaicana desde el punto de vista social, económico y sanitario. *La Tribuna Médica*, La Habana, año II, num. 46, 30 de octubre, 1927, p. 3 e 6.
- ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. Editorial de Ciencias Sociales: La Habana, 1991. Valencia: Fundación Instituto de Historia, 2000
- PICHARDO, Hortencia. *Documentos para la Historia de Cuba*, 4 vols. La Habana: Casa de las Américas, 1973.
- SYVAIN, Normil. O sonho de George Sylvain. *Programme de la Revue Indigene*. La Revue Indigene. Port-au-Princie, n.1, julho, 1927.

## **Reforma agrária e revolução: Cuba e as Ligas Camponesas do Brasil nos anos 60**

*André Lopes Ferreira*

(Universidade Estadual de São Paulo, Brasil)

alfunesp@bol.com.br

### **Resumo**

No presente artigo procura-se avaliar o impacto da Revolução Cubana na trajetória das Ligas Camponesas do Brasil. Surgidas em meados dos anos 40 as Ligas passariam por um processo de radicalização em seu discurso político a partir do início da década de 60. Tal radicalização político-ideológica deve-se em grande parte à atração e ao contato de seus líderes com as idéias da Revolução Cubana, bem como ao apoio de Cuba no treinamento militar de brasileiros durante o período.

**Palavras-chave:** Ligas Camponesas, Revolução Cubana, Reforma agrária, Luta armada.

### **Resumen**

En el presente artículo se procura evaluar el impacto de la Revolución Cubana en la trayectoria de las Ligas Campesinas de Brasil. Nacidas a mediados de los años 40 las Ligas pasarían por un proceso de radicalización en su discurso político a partir del inicio de la década del 60. Tal radicalización político ideológica se debió en gran parte a la atracción y al contacto de sus líderes con las ideas de la Revolución Cubana, así como al apoyo de Cuba en el entrenamiento militar de brasileños durante este período.

**Palabras claves:** Ligas Campesinas, Revolución Cubana, Reforma Agraria, Lucha armada.

\* Artigo recebido em março de 2009 e aprovado para publicação em maio de 2009.

### Abstract

This article seeks to evaluate the impact of Cuban Revolution in the trajectory of Brazilian's Peasant Leagues. Emerged in the middle of the 40s the Leagues went through a process of radicalization in their political discourse from the beginning of the 60s. This political-ideological radicalization is due largely to the attraction and contact of their leaders with the Cuban Revolution ideas, as well as the support of Cuba in the Brazilian's military training during the period.

**Key words:** Peasant Leagues – Cuban Revolution, Agrarian reform, Armed struggle.

*Estávamos, em 1964, no rescaldo da revolução cubana, a primeira revolução socialista na América. Tudo o que era tido, antes, como absolutamente impossível passa a se tornar possível depois de Cuba. Os jovens da época passaram a acreditar que, depois de Sierra Maestra, poderiam ser os Andes e, aqui, revolucionários de lanterna em punho, procurávamos a serra brasileira da qual partiríamos para a conquista do poder*  
(SINGER, 1997: 19).

O significado da Revolução Cubana para a América Latina tem sido avaliado das mais diferentes formas. É evidente que o impacto da revolução incidiu de maneira mais direta nos segmentos sociais de esquerda, sobretudo entre os comunistas. Entretanto, o fato do exemplo de Cuba ter adquirido grande notabilidade no interior dos círculos marxistas latino-americanos não implica em dizer que foi apenas nesses meios de esquerda que incorreram os desdobramentos do processo revolucionário cubano.

No histórico das relações entre os dirigentes cubanos e as esquerdas do Brasil destaca-se a atuação das Ligas Camponesas,

a primeira organização que efetivamente manteve contato com as lideranças de Cuba. Alguns dos postulados centrais no discurso político das Ligas seriam largamente debatidos no seio do movimento comunista brasileiro antes e depois de 64, sendo o principal deles a primazia do campo e dos trabalhadores rurais no processo revolucionário. O apoio de Cuba às Ligas Camponesas no limiar dos anos 60 seria um preâmbulo do relacionamento que os cubanos manteriam com diversos grupos armados no Brasil até meados da década de 70 do século XX.

### **As Ligas Camponesas: do surgimento à Revolução Cubana**

Para situar esta organização no contexto das lutas políticas de esquerda no Brasil entre as décadas de 50 e 60 do século XX, temos primeiramente que levar em consideração as origens desse movimento. Tais origens diferenciam sobremaneira as Ligas Camponesas dos demais grupos de esquerda que surgiram a parthir do início dos anos 60 e, que de forma difusa redefiniriam o cenário político de então. Se comumente as Ligas Camponesas não foram tratadas pela historiografia como uma organização da Extrema Esquerda, isto se deve ao fato de que é somente após 1960-1961 que o grupo adota claramente uma posição política autônoma e desvinculada das teses pecebistas acerca da realidade nacional, já que ao longo de praticamente toda sua existência as Ligas foram associadas à imagem do PCB (AZEVEDO, 1982: 85). Além disso, é preciso lembrar que as Ligas Camponesas se organizavam como movimento social, não parecendo ter pretensões partidárias, isto é, de se converter em um instrumento eleitoral.

O surgimento das primeiras Ligas no Brasil data ainda da década de 40. Segundo Fernando Antonio Azevedo (1982:55), após o processo de redemocratização do país iniciado em 1945, o PCB que acabava de reconquistar a legalidade política,

coordenou no campo a criação de inúmeras associações de caráter civil. Havia por parte do partido um duplo interesse: primeiro arregimentar e organizar trabalhadores rurais em torno de suas reivindicações sociais e, concomitantemente, expandir a ação do partido para além dos centros fabris urbanos.

A constituição de associações rurais civis sob a égide do PCB era efetivamente uma maneira de preencher o espaço deixado pela legislação trabalhista que, na forma da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) promulgada em 1943, contemplava apenas os trabalhadores urbanos. Referindo-se à CLT José Murilo de Carvalho afirma o seguinte: “Em toda essa legislação houve um grande ausente: o trabalhador rural. Embora não fossem explicitamente excluídos, exigia-se lei especial para sua sindicalização, que só foi introduzida em 1963. [...]” (CARVALHO, 2001: 123). A defasagem de vinte anos para que a legislação trabalhista fosse estendida ao campo denota em última instância o peso do latifúndio na política brasileira de então.

Embora não fossem exatamente sindicatos rurais, dada a complexidade que envolvia a criação e registro de tais entidades de classe, as associações rurais surgiam por toda parte do Brasil, aglomerando pequenos produtores, posseiros e assalariados de grandes propriedades. De acordo com Azevedo, a ação dessas organizações quando de seu surgimento estava, com efeito, em consonância à estratégia política do PCB, ou seja,

[...] as Ligas e as associações rurais da época, ao se subordinarem à consigna da aliança operária-camponesa e à política de acumulação de forças que marcava, tacitamente, a ação do Partido Comunista, naquele momento, tornam-se incapazes de ganhar nitidez e autonomia política próprias [...] (AZEVEDO, 1982: 56).

Quando em 1947 o PCB é mais uma vez arrojado na ilegalidade, o conjunto das Ligas e associações rurais ligadas ao

partido é igualmente golpeado pela repressão policial-militar. Desse modo, o florescente movimento de trabalhadores do campo que dava seus primeiros passos em direção às reivindicações e conquistas sociais seria duramente penalizado. As ligas Camponesas reapareceriam de novo apenas em meados dos anos 50.

Quanto à atuação das Ligas Camponesas no Brasil, o exemplo que especialmente ilustra os movimentos sociopolíticos no campo durante o período é sem dúvida a Liga do Engenho Galiléia. Localizado em um município do interior pernambucano, o referido engenho ficaria nacionalmente conhecido em razão do surgimento da SAPPP (Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco). É claro que não se exclui aqui a importância de outros movimentos sociais que à época atuavam no campo brasileiro, de modo que a atenção dispensada à SAPPP decorre do papel que em particular essa sociedade rural desempenhou na consolidação das Ligas Camponesas no país.

O advento de uma associação rural como a SAPPP precisamente em um antigo engenho de cana de açúcar não é na verdade um fato isolado. “No nordeste, a crise da cana levava os senhores de engenho a arrendar suas terras a foreiros [...]. Quando, porém, durante o período da guerra, de 1939 a 1945, os preços do açúcar se elevaram, passaram a expulsar os seus foreiros” (MARTINS, 1995: 65). Quando os trabalhadores não eram sumariamente expulsos das terras dos engenhos, podiam permanecer desde que abandonassem qualquer cultivo que não fosse o da cana.

É num processo parecido com o acima descrito – embora dez anos após o término da 2ª Guerra Mundial –, que em 1955 no Engenho Galiléia é fundada a SAPPP. A criação da entidade tinha entre os vários objetivos criar escolas e prestar assistência jurídica e médica para os foreiros do engenho, além disso, as famílias ali

residentes já vinham sofrendo pressões do proprietário das terras na forma de sucessivos aumentos no foro<sup>1</sup> que anualmente eram submetidas a pagar. Refletindo a respeito do auxílio prestado pela sociedade rural aos moradores do Engenho Galiléia e do alto índice de adesão à recém fundada associação Azevedo afirma o que segue:

Tais itens representavam as reivindicações mínimas, capazes de mobilizar os camponeses daquele engenho em torno da SAPP. Estes eram *foreiros*, pequenos arrendatários que pagavam ao proprietário, um absenteísta que vivia na capital, uma renda da terra em forma de aluguel anual (foro), e se dedicavam à produção de subsistência, através do cultivo de uma lavoura branca, vendendo o seu pequeno excedente na própria região da Zona da Mata (AZEVEDO, 1982: 60, grifo do autor).

De qualquer forma, além de prestar às pessoas assistência sob vários aspectos, a SAPP serviria de esteio para a resistência dos moradores contra as consecutivas tentativas de despejo que sofreriam daí em diante. A partir de então a presença policial no Engenho Galiléia se tornou uma constante e a gravidade do conflito só fez se acirrar.

Para compreendermos mais profundamente a irrupção no campo de movimentos como o das Ligas Camponesas temos decerto que levar em consideração não só os conflitos propriamente ditos, mas igualmente as transformações mesmas pelas quais passava o país nos anos 50. José de Souza Martins em trabalho publicado no início da década de 80 examina tal fenômeno nos seguintes termos

Na verdade, as Ligas surgiram no contexto mais amplo não só da expulsão de foreiros e da redução ou extinção dos roçados dos moradores de usina, mas também no contexto de uma crise política regional. Essa crise se particularizou numa tomada de consciência do subdesenvolvimento do Nordeste

e particularmente numa ação definida da burguesia regional no sentido de obter do governo federal não mais uma política paternalista de socorros emergenciais nos períodos de seca grave, mas sim de uma efetiva política de desenvolvimento econômico. Isso queria dizer, uma política de industrialização do nordeste (MARTINS, 1995: 77).

A crise política regional a qual se refere Martins só reforça ainda mais a idéia de que o choque de interesses entre a burguesia local nordestina e as populações rurais do interior dos estados, invariavelmente prejudicava estas últimas. Historicamente marginalizadas, as massas de trabalhadores rurais, sejam de foreiros, meeiros ou assalariados, sempre estiveram à mercê dos grandes proprietários de terras. Sob a forma política do coronelismo, as relações entre trabalhadores despossuídos e o abastado patronato rural nordestino permaneceram por muito tempo fora do alcance da lei.

A associação rural do Engenho Galiléia, em face às duras investidas da polícia pernambucana, encontrou em Francisco Julião mais que um mero defensor de seus direitos. O advogado, por meio de denúncias das arbitrariedades cometidas contra os foreiros e suas famílias, disseminaria em toda a grande imprensa do Recife a contenda entre o proprietário das terras e os trabalhadores. Mobilizando os partidos políticos oposicionistas na capital, Julião conseguiu chamar a atenção da opinião pública para o litígio que até aquele momento era fato desconhecido pela maioria.

No final do ano de 1955 é realizado na capital do estado o *I Congresso Camponês de Pernambuco*. O evento propiciaria a ocasião para que outras associações de trabalhadores rurais pudessem debater e trocar suas experiências locais. Com a participação de milhares de trabalhadores do campo, o incipiente movimento começava a se estruturar em âmbito regional e da

mesma forma a preocupar os segmentos conservadores da elite pernambucana.

Foi nesse congresso que a Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco se transformou numa associação estadual com a necessária amplitude para atuar em vários municípios. Também durante o encontro foi eleita a primeira diretoria das Ligas. Na verdade, é desse congresso que nasce a estrutura orgânica das Ligas Camponesas e se amplia a sua ligação com as camadas populares e os setores mais progressistas da capital, que passam a formar uma base de apoio fundamental para a ação política na área rural [...] (AZEVEDO, 1982: 67).

Da consolidação das Ligas Camponesas em meados da década de 50 até a inédita decisão judicial para que as terras do Engenho Galiléia fossem desapropriadas em benefício dos foreiros em 1959, a trajetória desse movimento iria de maneira crescente pôr em xeque a secular estrutura fundiária brasileira. Entretanto, como veremos em seguida, a luta pela reforma agrária empreendida neste interregno seria pautada sobretudo por uma orientação pacifista e democrática. De acordo com essa visão, as reformas na estrutura de terras do país se dariam na medida em que representantes dos trabalhadores rurais fossem eleitos para as Assembléias Legislativas e promovessem mudanças na Constituição. Neste passo, se buscariam alternativas políticas para o problema agrário do Brasil. Dentro dessa perspectiva o próprio Francisco Julião seria eleito deputado federal pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro).

A Constituição Federal promulgada em setembro de 1946 marcaria o reingresso do país ao regime democrático após quase um decênio de ditadura estadonovista. Sob a nova carta constitucional os brasileiros puderam novamente escolher seus representantes em eleições livres, porém, a restauração

da democracia não significou necessariamente um sistema eleitoral de fato horizontalizado. “[...] O eleitorado foi formado com a exclusão dos analfabetos e dos convocados para as forças armadas. Esta exclusão de mais da metade do eleitorado brasileiro deveria ser mais tarde alvo de propósitos reformistas e aceso debate” (SKIDMORE, 2003: 91). As questões referentes ao sistema eleitoral não seriam as únicas que posteriormente gerariam intensas discussões políticas no Brasil. No que respeita diretamente a estrutura fundiária o texto constitucional estabelecia o seguinte:

É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante `prévia e justa indenização em dinheiro`. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior. (BRASIL, 1964: 58, grifo meu)

Pela Constituição de 1946 a estrutura fundiária do país continuava inalterada e, a distribuição de terras por meio da reforma agrária praticamente impossível. O artigo constitucional 141 em seu parágrafo 16 regularizava as desapropriações por interesse social, porém, as indenizações aos proprietários legais teriam de ser pagas previamente e apenas em dinheiro. Tal disposição tornava o acesso à terra uma mera peça textual da constituição, pois, o processo de desapropriação de terras realizado nesses moldes era demasiadamente demorado e dispendioso.

Neste ínterim, a atuação das Ligas Camponesas até princípios dos anos 60 esteve por um lado submetida à legislação vigente e, por outro, atrelada à concepção pecebista de reformas parciais dentro dos marcos democráticos. Além do PCB, outros setores da sociedade também almejavam a direção dos movimentos

no campo, dentre eles, notadamente a Igreja Católica.

Em outubro de 1961, numa reunião da CNBB, é assinalada a gravidade da situação no meio rural, os desequilíbrios regionais produzidos pela forma do desenvolvimento nacional. O grande temor era de que os comunistas estivessem preparando as guerrilhas no campo, o que não tinha o menor cabimento, uma vez que desde 1958 a política do PCB era a da aliança com a burguesia nacional [...] (MARTINS, 1995: 88).

O interesse da Igreja pelo movimento dos trabalhadores rurais aumentava ao passo que o alto clero percebia o agravamento dos conflitos no campo. A violência exercida por grandes proprietários de terra já não passava incólume às populações urbanas, que pela imprensa progressista eram colocadas a par da agitada atmosfera vivida no interior do país. Sob pena de ver instaurada a tão temida desordem, a Igreja teve que amenizar seu discurso acerca da inviolabilidade da propriedade privada. Destarte, as desapropriações não seriam um atentado ao direito de posse se atendessem ao bem comum e, é claro, mediante justa indenização.

Para José de Souza Martins (1995: 88) a estratégia do clero conservador era implementar por diversos meios a transformação dos trabalhadores rurais das áreas em conflito em pequenos proprietários de terra. A consolidação de uma classe de pequenos proprietários se prestaria a ser uma barreira ao avanço do comunismo no campo. Assim, facilitar o acesso à pequena propriedade deixaria o grande latifúndio ileso à reforma agrária. Contudo, uma das únicas maneiras da Igreja atingir tais objetivos seria impedir que o PCB conquistasse de maneira efetiva a direção do movimento no campo. Como veremos em seguida, nem a Igreja e muito menos o partido conseguiriam tomar a frente das Ligas Camponesas. Em 1963 os comunistas alcançariam somente o comando da CONTAG (Confederação Nacional dos

Trabalhadores na Agricultura), e mesmo assim com a ausência das Ligas, que por esta altura já haviam rompido com as posições pecebistas.

Não obstante as Ligas terem sido comumente associadas à ação do PCB, principalmente na imprensa e nos documentos dos órgãos governamentais de informação, o fato é que as ligações da organização com o partido se realizavam ordinariamente por intermédio de um grupo de militantes comunistas dirigidos por Clodomir dos Santos Morais. O conjunto desses indivíduos ficaria conhecido com o decorrer do tempo como grupo “anti-partido”. A atuação do PCB no interior das Ligas Camponesas se deterioraria principalmente após a realização de seu V Congresso. Por esta ocasião o partido definiria claramente as diretrizes que norteariam as lutas sociais no campo. Conforme esclareceu Denise Rollemberg: “[...] As decisões do V Congresso do PCB, de setembro de 1960, haviam subordinado esta luta à tática da chamada etapa nacional-democrática, prevendo uma aliança de classes ampla e não o confronto de seus interesses. [...]” (ROLLEMBERG, 2001: 22).

A política de alianças do PCB definitivamente já não agradava aos dirigentes das Ligas. As discordâncias do grupo “anti-partido” com a direção pecebista desenrolaram-se em escalada até novembro 1961, quando no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em Belo Horizonte o grupo seria finalmente expulso do Partido Comunista. Assim,

A trajetória e os momentos de inflexão política e ideológica das Ligas, que passam ao largo do controle do Estado e do pacto populista, refletem até certo ponto, os impasses e as contradições da esquerda brasileira diante da questão agrária e das tarefas do que seria a revolução brasileira. Nesse sentido, as Ligas antecipariam algumas das discussões que só seriam colocadas inteiramente depois do golpe de 64 e do debacle ideológico do PCB [...] (AZEVEDO, 1982: 79).

Evidentemente as Ligas Camponesas não foram a única organização com a qual o PCB manteve contato no campo. Além da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), o partido mantinha estreitos laços com inúmeras outras associações de trabalhadores rurais em todos os estados brasileiros. A ULTAB era, no entanto, o braço dos comunistas no meio rural, e por meio dela eles tentavam imprimir às lutas no campo sua direção política. Consoante com a visão do PCB, os movimentos sociais no meio rural teriam por finalidade catalisar as reivindicações mais imediatas das populações do campo, como melhores salários e condições de trabalho e, concomitantemente, acumular forças em face à etapa “nacional-democrática” vivida pelas lutas políticas no Brasil. “[...] Em outros termos, a Resolução Política [elaborada pelo partido] atrelava a questão agrária ao objetivo principal que nortearia a etapa política da revolução brasileira e que seria eminentemente nacionalista. [...]” (AZEVEDO, 1982: 88).

No que diz respeito ao V Congresso do PCB, as lideranças das Ligas Camponesas não compactuariam com as teses que relegavam ao segundo plano os movimentos de contestação no campo. Para o comando da organização, o “campesinato” teria papel central na luta pela reforma agrária e por outras reformas que beneficiassem as parcelas sociais excluídas.

As divergências em torno da questão agrária, do papel e do peso do campesinato nas lutas sociais e da relação entre ações táticas e os objetivos estratégicos já indicavam a apreensão pelas Ligas, de uma visão mais acabada e orgânica, do ponto de vista político e ideológico, sobre o caráter e as formas de condução da revolução brasileira. [...] (AZEVEDO, 1982: 89).

Podemos constatar que uma série de eventos concorreu para que o discurso político das Ligas Camponesas operasse tal

transformação.

[...] Essas posições ‘anti-partido’ tornar-se-iam hegemônicas na Ligas, na medida em que estas passam a incorporar e a sistematizar teoricamente a experiência da revolução cubana, deflagrada do campo para a cidade por um núcleo guerrilheiro desvinculado do PC, queimando ‘etapas’, instaurando o socialismo e promovendo uma reforma agrária avançada e baseada no coletivismo (AZEVEDO, 1982: 89, grifo meu).

É exatamente em 1959, ano em que o exercito rebelde de Fidel Castro toma o poder em Cuba, que a SAPPB obtém a desapropriação das terras do Engenho Galiléia. Mesmo que um caso isolado, concebido dentro da legislação, a vitória dos foreiros não poderia deixar de ser tomada como uma formidável conquista das Ligas. Soma-se a isso a realização em 1960 do V Congresso do PCB, do qual adviriam as resoluções políticas que iriam provocar a ruptura definitiva entre Ligas e partido.

### **A radicalização no discurso das Ligas Camponesas e o auxílio cubano à luta armada.**

O processo mediante o qual o discurso das Ligas se radicaliza está intimamente ligado ao advento da Revolução Cubana em 1959. Todavia, parece claro que não é apenas a revolução que propiciará a guinada político-ideológica desse movimento, já que, como foi explicitado anteriormente, fatores de ordem interna contribuíram para a radicalização das lideranças do grupo. Não resta dúvida de que os atritos com o PCB desempenharam papel decisivo para que as Ligas Camponesas assumissem uma postura política independente e abandonassem em definitivo a perspectiva legalista e democrática que até aquele momento havia conduzido a organização.

Outro elemento que não pode ser desprezado para compreendermos a radicalização das Ligas é a visita feita a

Cuba em 1961 por diversos líderes camponeses, dentre os quais Francisco Julião. A experiência de ter visto de perto as transformações que se operavam na sociedade cubana teve grande peso para o representante do maior movimento social no campo brasileiro. Ao retornar da viagem:

[...] O dirigente das Ligas abandonou a orientação seguida com êxito há vários anos e começou a pregar uma concepção socialista coletivizante da reforma agrária. Tornou-se talvez o primeiro a defender uma das idéias-chave dos anos 60: a do papel principal dos camponeses na revolução socialista, com explícita depreciação da função revolucionária hegemônica atribuída pelo marxismo ao proletariado. [...] (GORENDER, 1999: 43).

O interesse de Julião pela Revolução Cubana e seus desdobramentos era sem dúvida recíproco por parte dos dirigentes da ilha, de sorte que também era patente a atração dos cubanos pelos movimentos sociais progressistas na América Latina. O trabalho de Denise Rollemberg é elucidativo neste sentido. (2001:13-20) A autora demonstra como existiu entre as lideranças cubanas um real empenho no que ela nomeia de “exportação da revolução”. Essa espécie de “política externa” praticada por Cuba adquiriu contornos mais definidos com a realização de um evento que teria ampla ressonância no seio das esquerdas comunistas do continente.

Em fevereiro de 1962, o governo cubano lançou, na presença de diversos dirigentes de movimentos sociais da América Latina, a *Segunda Declaração de Havana*, conclamando as massas à revolução através da guerrilha com o apoio de Cuba. O *slogan* “o dever de todo revolucionário é fazer a revolução” centrava-se na idéia de que a *hora* havia chegado e era preciso se posicionar claramente para o embate. Francisco Julião, dirigente mais conhecido das Ligas, estava presente no evento que souu

como um grito de guerra. [...] (ROLLEMBERG, 2001: 23, grifo da autora).

No bojo da política de “exportação da revolução”, as Ligas Camponesas<sup>2</sup> foram o primeiro grupo no país que efetivamente estabeleceu diálogo com o governo de Cuba. (ROLLEMBERG, 2001: 22) Não é estranho que tenha sido justamente esta a organização buscada pelos cubanos, pois, no cenário político brasileiro do início da década de 60, não havia além das Ligas nenhum outro grupo potencialmente inclinado à empresa da guerra de guerrilhas. Poder-se-ia evidentemente destacar a POLOP<sup>3</sup> naquela conjuntura, no entanto, os polopistas se orientavam sobretudo pelo modelo clássico da insurreição operária nos centros urbanos, de forma que para a organização fundada em 1961, o campesinato ocupava senão um lugar secundário tendo em vista a importância do proletariado no processo revolucionário (MATTOS, 2002: 201).

Para o governo cubano de nada adiantaria oferecer apoio aos PCs latino-americanos alinhados à URSS, assim como seria inútil aproximar-se de grupos que reverenciavam tão somente o papel dos operários na revolução. Avançando com o raciocínio podemos entender porque as Ligas Camponesas chamaram a atenção da ilha, uma vez que, tal qual o exército rebelde em Sierra Mestra, a organização brasileira também era composta por um sem número de “camponeses”. Assim, “[...] Cuba viu nesse movimento e nos seus dirigentes o caminho para subverter a ordem no maior país da América Latina” (ROLLEMBERG, 2001: 22).

Na verdade, desde que a direção das Ligas incorporou a experiência da revolução cubana e a teoria da guerra de guerrilhas, as Ligas já tinham reelaboradas as suas concepções sobre a revolução brasileira, negando seu caráter pacífico e a viabilidade política de se conquistarem reformas estruturais

sem um confronto direto com o bloco industrial-agrário. [...] (AZEVEDO, 1982: 92).

Quando o grupo “anti-partido” é expulso do PCB em 1961 as Ligas iniciariam realmente os preparativos para a implantação dos focos de guerrilha em vários pontos do país. Nesse instante, os desígnios do partido comunista e os da organização seguiriam por caminhos que jamais voltariam a se cruzar, e as Ligas camponesas seriam o primeiro grupo no Brasil a pôr em prática o projeto da luta armada no campo.

Com Clodomir Moraes, dissidente do PCB, deu-se início à formação dos campos de treinamento de guerrilhas no Brasil com o apoio de Cuba. O momento coincidia com o fim do governo Jânio Quadros, apoiado por Cuba, e o início do governo Goulart. O apoio de Cuba se concretizou na implantação desses ‘campos’, na verdade, fazendas compradas, em Goiás, Acre, Bahia e Pernambuco [...] (ROLLEMBERG, 2001: 24, grifo da autora).

O auxílio prestado às Ligas Camponesas pelo governo cubano ia desde o fornecimento de armas e dinheiro até instrução militar. Um pequeno quadro de militantes brasileiros seria treinado na ilha capacitando-se para transmitir as técnicas de guerrilha nos campos instalados no Brasil. “[...] Há informação de que Clodomir Moraes e mais 11 membros das Ligas, alguns ex-membros do PCB, teriam feito o ‘curso de guerrilhas em Cuba’, entre 28 de julho e 20 de agosto de 1961 [...]” (ROLLEMBERG, 2001: 24).

Se a informação que diz respeito ao período do treinamento dos brasileiros em Cuba proceder, ou seja, se realmente o “curso de guerrilhas” foi realizado entre julho e agosto de 1961, é factível afirmar que o rompimento decisivo das Ligas com o Partido Comunista tenha acontecido mesmo antes de a direção pecebista expulsar o grupo “anti-partido” de seus quadros, fato

sucedido apenas em novembro daquele ano.

No contexto da criação dos campos de treinamento, Francisco Julião se mostrou contrário ao setor das Ligas que já preconizava a guerra de guerrilhas. Este segmento radicalizado da organização passou a criticar abertamente a participação do grupo em eleições, pois a opção pela luta armada era considerada inconciliável com os “tradicionais” e “fracassados” meios de pressão popular, como, por exemplo, a via eleitoral. Para aumentar ainda mais a tensão entre Julião e o grupo favorável à guerrilha, o advogado participou das eleições de 1962 como candidato a deputado federal (ROLLEMBERG, 2001: 24).

[...] Clodomir Morais garante que Julião, que disputava a liderança das Ligas com o grupo [“anti-partido”], jamais entrou em contato com os campos, não tendo sequer idéia das localizações. Ao que parece, Julião, apesar de manter uma imagem radical de si mesmo e das suas posições e estreitas relações com o governo cubano, não esteve envolvido com os planos de formação dos campos de guerrilha e de implantação do foco com o apoio concreto de Cuba. [...] (ROLLEMBERG, 2001: 25).

O radicalismo de Francisco Julião talvez fosse algo essencialmente retórico. Ele de fato tinha grande poder de persuasão em seus discursos e matérias jornalísticas, nos quais transmitia uma imagem que no fundo não correspondia à realidade. Na condição do líder de maior projeção das Ligas, Julião acabou imprimindo à organização a fisionomia com a qual esta se apresentava à sociedade, porém, quando do golpe de 1º de abril, não restou nada ao advogado além de contemplar aquilo que toda a esquerda, inclusive ele mesmo, pregava: a investida dos conservadores civis e militares contra Goulart.

Durante o governo de João Goulart as Ligas Camponesas viveram o auge de seu prestígio político no país. De acordo com

Fernando A. Azevedo (1982, p. 92), no ano de 1962 a organização já havia se estendido por 13 estados brasileiros. A atuação das Ligas naquela atmosfera das “reformas de base” incitava ainda mais o debate acerca da estrutura de terras do Brasil e, de acordo com a radicalização dos discursos do grupo, formava-se contra as Ligas um gigantesco caudal oposicionista.

No plano eminentemente político, a posição de Jango quanto às reformas em geral e, especificamente no tocante à reforma agrária, não agradava nem progressistas nem conservadores. A relutância do Presidente da República em se manifestar clara e definitivamente ante o campo político brasileiro fazia com que a crença em sua incapacidade de governar aumentasse (SKIDMORE, 2003: 311).

Manobras por parte do governo em prol da reforma agrária sem dúvida existiram. Cabe questionar, no entanto, o empenho político do poder executivo, que no decorrer do efêmero período em que Jango esteve no poder transitou entre posturas reformistas e conciliadoras. Assim, podemos destacar o projeto de emenda constitucional apresentado pelo PTB no princípio de 1963. Se o partido conseguisse alterar o artigo da constituição que regulamentava a reforma agrária no país poderia suprimir a obrigatoriedade da indenização prévia e em dinheiro em caso de desapropriação de terras.

A proposta petebista exemplifica muito bem a volubilidade de Goulart na implementação das “reformas de base”. Mesmo sabendo que diante de um Congresso irredutivelmente conservador a proposta seria barrada nas votações, o partido governista fez finca-pé em não aceitar qualquer solução intermediária.

[...] Goulart, por sua vez, mostrou-se novamente hesitante entre a necessidade de garantir alguma forma de emenda constitucional que permitisse o pagamento das indenizações em títulos (tornando assim possível uma reforma agrária eficaz)

e as pressões por uma reforma agrária radical. Acabou optando por apoiar a emenda do PTB até sua derrota em plenário, em outubro de 1963 (FIGUEIREDO, 1997: 51-52).

O crescimento das Ligas Camponesas apenas aumentava a polêmica agrária e introduzia na cena política um ator que até aquele instante havia sido mero coadjuvante nas tomadas de decisão do poder público federal: os trabalhadores rurais. As esferas nas quais se decidiam os rumos políticos e econômicos do Brasil já não podiam mais ignorar a presença destes trabalhadores e, daí por diante, quaisquer que fossem as transformações almejadas pela sociedade brasileira, o campo não poderia permanecer excluído.

Thomas Skidmore (2003:309) julga que a ação dos trabalhadores rurais organizados se encontrava em uma “etapa primitiva” em meados de 1963. Ao fazer tal afirmação o historiador provavelmente ignorava a existência de uma considerável rede clandestina de campos de treinamento guerrilheiro coordenados pelas Ligas Camponesas. Ainda que as operações militares jamais tenham passado da fase de preparação, fica demonstrado que a atuação das Ligas não se resumiu unicamente à retórica contra a exploração e o latifúndio.

Para avaliarmos o comportamento das Ligas durante o governo Goulart, bem como seu discurso a respeito da Revolução Cubana, acreditamos ser o jornal *Liga* a maior e mais rica fonte de dados para a análise. O órgão porta voz da organização circulou de outubro de 1962 a dezembro de 1963, era impresso na cidade do Rio de Janeiro e teve cerca de sessenta números publicados.

Nos últimos meses de 1962 as matérias dão muita importância à questão do bloqueio naval a Cuba e aos acontecimentos que seguiram este fato (*Liga*, nº 5, p. 1, 6 nov. 1962). O cerco da ilha pela marinha norte-americana foi uma

resposta de Washington à instalação de mísseis nucleares no território cubano pela URSS. A posição do governo brasileiro é amplamente debatida no jornal, já que o delegado do país junto a OEA, Pena Marinho, teria votado a favor do bloqueio marítimo.

A redação do jornal é incisiva ao deixar bem claro que a posição do governo não exprime a vontade do povo brasileiro, que já consideraria Cuba como uma questão de honra para os latino-americanos. A idéia de que toda a população do país estaria defendendo a Revolução Cubana incondicionalmente está presente não apenas no jornal das Ligas Camponesas, como também em periódicos de organizações como a POLOP (FERREIRA, 2007) e o PC do B<sup>4</sup>. Naturalmente, existiu no início dos anos 60 o envolvimento de consideráveis parcelas da sociedade com os destinos de Cuba, porém, a atmosfera de irrestrito apoio aos cubanos que se percebe nesses jornais certamente tem de ser relativizada, pois é certo que nem todos os segmentos sociais se identificavam com a ilha socialista.

A posição do governo brasileiro por ocasião do bloqueio naval a Cuba só reforça a perspectiva de que João Goulart e seu círculo político mais imediato passaram por Brasília sob cerrada pressão de conservadores e progressistas. A própria posse de Jango se deu em circunstâncias que já apontavam a complexidade do jogo de forças que o novo governo em vão tentaria arbitrar.

O parlamentarismo foi uma solução institucional adequada aos conservadores interessados em conter o movimento pró-reformas. Dada a maioria conservadora no Congresso, o novo sistema era um garantia adicional contra a implementação de um programa rápido de reformas. [...] (FIGUEIREDO, 1997: 49).

Ao término da experiência parlamentarista a vigilância à qual os conservadores submetiam João Goulart se intensificou ainda mais e, neste passo, o governo desgastava sua imagem

perante os movimentos sociais encabeçados por progressistas de todos os matizes, nacionalistas, comunistas etc.

Quanto aos setores de esquerda que apoiaram Cuba ao longo do governo de Jango, é importante frisar a realização de um grande congresso de apoio a Revolução Cubana ocorrido na cidade de Niterói em 1963. Embora a presença do PCB tenha sido marcante neste evento, houve também uma maciça participação de entidades suprapartidárias tais como sindicatos e associações populares, o que revela ser o campo de incidência da Revolução Cubana muito mais amplo que os círculos das esquerdas comunistas<sup>5</sup>.

A questão da reforma agrária em Cuba é talvez o tema mais recorrente nas matérias que o jornal *Liga* publica a respeito da Ilha. O fato de a Revolução Cubana ter sido levada a cabo essencialmente por um exército camponês é sem dúvida um ponto chave no discurso da organização brasileira. Quanto à questão agrária lemos o seguinte:

Camponês: A reforma agrária cubana deu a terra ao que nela trabalha. Por isso os latifundiários do continente conspiram contra Cuba. Tua resposta é participar do encontro nacional e do congresso de apoio à revolução cubana que se realizarão este ano no Brasil (*Liga*, nº 20, p. 3, 20 fev. 1963).

O exemplo cubano figura nas páginas de *Liga* como triunfo de todo o continente, sendo então preciso que todos os povos o defendam das agressões dos Estados Unidos. O congresso ao qual a nota faz menção é o mesmo que citei anteriormente, e a palavra de ordem era: “Nada de recuos: Com Cuba hoje e sempre!” (*Liga*, nº 5, p. 1, 6 nov. 1962).

A identificação das Ligas Camponesas com a Revolução Cubana antecede de algum modo um dos pontos chave nos programas dos grupos armados que viriam a surgir no Brasil

após 1964: o campo como palco principal da revolução. Posteriormente, com a instauração do regime militar, a maioria das organizações que se lançaria em armas contra a ditadura tinha a pretensão de fixar bases nas áreas rurais para a ulterior irrupção da “guerrilha camponesa”. Com exceção de um ou outro grupo o projeto nunca passou da fase de planejamento, e os militantes designados para essa tarefa raras vezes conseguiram firmar contatos no campo. As Ligas possivelmente representaram na história da esquerda brasileira dos anos 60 a única possibilidade de uma real participação em massa de trabalhadores rurais num projeto revolucionário. Já no pós 64, a busca infatigável dos grupos armados pelo “camponês guerrilheiro” seria uma empreitada condenada ao fracasso.

Ainda com relação à reforma agrária, o jornal publica vários depoimentos de integrantes das Ligas que estiveram na ilha: “Líderes camponeses visitam Cuba e mostram-se impressionados com a revolução”. (*Liga*, nº 45, p. 3, 28 ago. 1963) Essa matéria em especial reproduz as impressões de viagem de Elizabeth Teixeira, viúva de João Pedro Teixeira, líder camponês assassinado na Paraíba em caso de grande repercussão nacional. O relato de Elizabeth e dos demais integrantes das Ligas na matéria jornalística gira em torno das benfeitorias do regime socialista daquele país, tanto na cidade quanto no campo. Em meio à polêmica provocada pelo assassinato de Teixeira o cineasta Eduardo Coutinho iniciaria as filmagens de *Cabra marcado para morrer*, documentário sobre a Liga Camponesa de Sapé, localidade rural paraibana. Rodado sob os auspícios do CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE, os trabalhos tiveram de ser interrompidos com o golpe civil-militar em 1964, sendo o filme concluído apenas no início dos anos 80 (RIDENTI, 2000: 96-99).

Debates de cunho teórico também faziam parte das

matérias publicadas pelo jornal. No artigo “Guevara analisa as guerrilhas na América Latina” (*Liga*, nº27, p. 4, 24 abr. 1963), podemos encontrar um trecho de discurso no qual o próprio Che afirma que:

O processo do desenvolvimento histórico das sociedades em determinadas condições pode abreviar-se já que o partido de vanguarda é uma das armas fundamentais para abreviá-lo. E conseqüentemente com a lição dada pela União Soviética há 45 anos, em Cuba fizemos o mesmo. Pudemos abreviar graças ao movimento de vanguarda, queimar etapas e estabelecer o caráter socialista de nossa revolução.

A polêmica acerca das formas de luta revolucionária se constituía como um dos pontos nodais de discussão entre as organizações da Extrema Esquerda brasileira no início dos anos 60 (RIDENTI, 1993:30-37). Uma das principais críticas que os novos grupos faziam ao PCB dizia respeito exatamente à questão das “etapas” a serem cumpridas pela revolução. Na ótica do PCB e de todos os partidos marxistas-leninistas do continente alinhados a Moscou, a primeira etapa da revolução seria necessariamente democrático-burguesa, não necessitando, portanto, da luta armada como motor revolucionário. A Revolução Cubana viria contrariar essa teoria e inspirar as cisões dos PCs tradicionais a empregar a luta armada em favor do socialismo, regime este que se constituiria já na primeira etapa revolucionária, pois, como no dizer de Guevara, a vanguarda iria queimar a etapa democrático-burguesa.

Em extensa matéria de *Liga*, que transcreve um discurso de Fidel Castro no princípio de 1963, vemos o chamativo título: “Dever do revolucionário é fazer revolução” (*Liga*, nº 16, p. 4, 16 jan. 1963). Ao que parece, Fidel tenta neste discurso rebater críticas vindas provavelmente dos partidos de esquerda tradicionais, que naturalmente discordavam da postura cubana de apoio à luta

armada na América Latina. Ao prestar ajuda aos grupos armados Cuba inevitavelmente contribuía para a fragmentação dos PCs e, neste processo, praticamente nenhum partido comunista latino-americano ficou livre de cisões à esquerda. Na opinião dos mais ortodoxos era uma brutal simplificação supor que nos demais países do continente pudesse ocorrer um processo revolucionário semelhante ao cubano, de forma que choviam críticas tanto àqueles que da ilha incentivavam a “exportação da revolução” quanto aos que de fora dela se propunham a desencadear em seus países a guerra de guerrilhas, como em Sierra Maestra.

No tocante à polêmica temos as palavras do próprio Fidel no referido discurso:

Compreendemos as transformações incessantes das condições históricas e das circunstâncias históricas. Não negamos isso, simplesmente fazemos questão de dizer que aqui [em Cuba] não houve transformação pacífica e protestamos quando vemos o caso de Cuba ser utilizado para confundir os revolucionários de outros países onde existem condições objetivas para a Revolução e onde pode ser feito o mesmo que foi feito aqui (*Liga*, nº 16, p. 4, 16 jan. 1963).

Mais adiante Fidel Castro “endereço” suas críticas e podemos então apreender a dimensão da disputa pelos destinos da revolução na América Latina:

Que os teóricos do imperialismo se empenhem em fazer com que não haja revoluções, nada mais lógico, estão no seu papel quando caluniam a Revolução Cubana, quando semeiam a perfídia e a mentira, quando inventam os piores horrores, quando incutem no povo o temor às revoluções. Mas que alguém, em nome de uma posição revolucionária, pretenda criar o conformismo ou o medo da revolução, isso é um absurdo. O conformismo quem tem que pregar são os teóricos do imperialismo, os teóricos das revoluções, que preguem sem receio as revoluções! (*Liga*, nº 16, p. 4, 16 jan. 1963).

Os “teóricos do imperialismo” certamente chegaram a um rápido consenso em torno da Revolução Cubana, ou seja, para estes era indispensável combatê-la dentro e fora de Cuba. Já aqueles qualificados por Fidel como “teóricos da revolução”, não sobra dúvida que nunca estariam todos plenamente de acordo acerca do papel de Cuba no cenário latino-americano.

De qualquer forma, no momento em que as Ligas Camponesas optaram por abandonar o caminho pacífico das reformas aderindo à perspectiva da transformação social pela violência revolucionária, inaugurou-se uma nova fase no percurso das esquerdas comunistas brasileiras. A passagem de dirigentes das Ligas por Cuba, bem como a criação no Brasil dos campos de treinamento guerrilheiro com apóio cubano, encerra a querela historiográfica a respeito da natureza da luta armada nos anos 60 e 70. Se muitas vezes o surgimento das organizações revolucionárias clandestinas foi interpretado pelos especialistas sobre o período como uma reação à implantação do regime militar em 1964, a atuação das Ligas no período anterior ao golpe revela que não apenas o projeto da luta armada foi concebido antes da queda de Goulart como também ações concretas neste sentido foram executadas. O fato de todos os futuros núcleos guerrilheiros das Ligas Camponesas terem sido descobertos e destruídos pela polícia não invalida o empenho dos dirigentes desta organização em buscar um caminho para a revolução diferente daquele propalado pelo PCB.

Como já foi esclarecido anteriormente, as Ligas Camponesas não surgiram como cisão do PCB, e embora tenham mantido relações com o partido, desde o princípio da década de 60 a organização já não compartilhava da visão sustentada pelas lideranças pecebistas. Fatores de ordem interna na trajetória das Ligas somados ao contato com a experiência cubana delineariam uma postura diferente do grupo durante o governo Goulart. A esta

altura as Ligas Camponesas já haviam escolhido seu caminho para a revolução brasileira, a guerrilha rural.

### Notas

1. O foro era uma espécie de “aluguel” anual imposto a quem produzia em terra alheia com o consentimento do proprietário. Para José de Souza Martins é justamente a questão da “renda da terra” que gerou inúmeros conflitos no campo brasileiro durante as décadas de 50 e 60. (MARTINS, 1995, p. 79-80)

2. Afora as conexões entre cubanos e as Ligas Camponesas, Denise Rollemberg investigou também outras organizações da Extrema Esquerda brasileira que mantiveram estreito relacionamento com o governo de Cuba após 1964. Entre os vários grupos pesquisados pela autora podemos destacar a ALN, bem como o MR-8 e a VPR. A pesquisa da historiadora teve como eixo temático o apoio cubano à luta armada no Brasil, especialmente no que respeita ao treinamento guerrilheiro que militantes brasileiros receberam na ilha entre os anos 60 e 70.

3. A Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP) surgiu em 1961. Integrada por uma militância bastante jovem a POLOP se apresentava como uma alternativa à predominância política do PCB no cenário das esquerdas. Críticos à perspectiva da revolução por etapas defendida pelo Partido Comunista, os polopistas julgavam que o capitalismo nacional já se encontrava plenamente desenvolvido, e por isso mesmo a revolução brasileira teria que ser prontamente socialista, dispensando a fase democrático-burguesa como advogavam os comunistas. (MATTOS, 2002, p. 185-186) Durante o período em que atuou a POLOP teve como porta-voz o periódico *Política Operária*.

4. O surgimento do PC do B foi o resultado de uma cisão no PCB ocorrida no início de 1962. O grupo dissidente, na verdade o antigo núcleo stalinista do PCB, organizaria a nova sigla reivindicando a herança do partido fundado em 1922, porém, reorganizado. (GORENDER, 1999, p. 37-38) Durante esse período o PC do B teve como órgão porta-voz o periódico *A classe operária*.

5. A importância que em especial a esquerda dispensou ao Congresso de solidariedade a Cuba em 1963 fica patente nas discussões em torno deste evento que era diariamente debatido nas páginas do jornal *Novos Rumos*, órgão central de propaganda do PCB. Ver: “Declaração de Niterói”, *Novos Rumos – Suplemento Especial* nº 215, 5 a 11 de Abril de 1963.

### Bibliografia

AZEVEDO, F. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BRASIL. Constituição (1946). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Art. 141 § 16. Brasília, DF, 1964.

- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, A. L. “A POLOP e a Revolução Cubana: entre a insurreição urbana e o foco guerrilheiro”. *ENCONTROS: Estudos Acadêmicos*. Santa Cruz do Rio Pardo-SP, nº 8, 2007, p. 78-92.
- FIGUEIREDO, A. C. “Democracia & reformas: a conciliação frustrada”. In: TOLEDO, C. N. (Org.). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reforma no populismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 47-53.
- GORENDER, J. *Combate nas trevas*. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 1999.
- MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MATTOS, M. B. “Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967)”. In: RIDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. vol. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 185-212.
- RIDENTI, M. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ROLLEMBERG, D. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- SINGER, P. “O significado do conflito distributivo no golpe de 64”. In: TOLEDO, C. N. (Org.). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reforma no populismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 15-21.
- SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.



## **Outro olhar sobre a Revolução Cubana: a trajetória e obra de Reinaldo Arenas na revista *Vuelta***

*Silvia Cezar Miskulin*

(Universidade de São Paulo, Brasil)

silmikulin@uol.com.br

### **Resumo**

A trajetória de vida e obra do escritor Reinaldo Arenas foi abordada, a partir da análise de artigos publicados na revista mexicana *Vuelta*, nos anos oitenta do século XX. Dirigida por Octavio Paz, a revista *Vuelta* conformou um espaço para edição de produções críticas sobre Cuba e publicou inúmeros artigos de escritores cubanos que se encontravam no exílio.

**Palavras-chave:** Cuba, Revolução, Cultura, Intelectual.

### **Resumen**

La trayectoria de vida y obra del escritor Reinaldo Arenas fue abordada a partir del análisis de los artículos publicados en la revista mexicana *Vuelta*, en los años 80 del siglo XX. Dirigida por Octavio Paz, la revista *Vuelta* confirmó un espacio para la publicación de producciones críticas sobre Cuba e divulgó a numerosos escritores cubanos que se encontraban en el exilio.

**Palabras claves:** Cuba, Revolución, Cultura, Intelectual

### **Abstract**

The life and the work of the writer Reinaldo Arenas was analysed, utilizing the articles published in the Mexican magazine *Vuelta*, in the eighties' of XX Century. Directed by Octavio Paz, the magazine *Vuelta* made a space to edit the critical productions about Cuba and edited

\* Artigo recebido em março de 2009 e aprovado para publicação em maio de 2009.

many Cuban writers which were in exile.

**Key words:** Cuba, Revolution, Culture, Intellectual.

A revista mexicana *Vuelta*, dirigida por Octavio Paz, constituiu um importante espaço de circulação de idéias entre intelectuais latino-americanos ao longo dos anos setenta e oitenta. Importantes reflexões críticas foram editadas sobre a Revolução Cubana na revista *Vuelta*, expressando manifestações de distintos intelectuais que formularam um pensamento crítico em relação ao desenvolvimento da Revolução em Cuba.

Em dezembro de 1976, Octavio Paz fundou a revista *Vuelta*, com a participação de José de La Colina como secretário de redação, Alejandro Rossi como diretor suplente da publicação, e Abel Quezada Rueda como diretor artístico. Muitos escritores mexicanos faziam parte do conselho de redação da revista: José de La Colina, Salvador Elizondo, Juan García Ponce, Alejandro Rossi, Kazuka Sakai, Tomás Segovia e Gabriel Zaid. A maioria destes colaboradores já havia trabalhado juntos em outra publicação, a revista *Plural*, que entre outubro de 1971 e julho de 1976 foi também dirigida por Octavio Paz. No entanto, com a intervenção governamental no jornal *Excelsior* (da qual a revista *Plural* era um suplemento) e a demissão do editor chefe do jornal, Paz e seus colaboradores deixaram conjuntamente a direção da revista, como forma de protesto, e pouco tempo depois, organizaram-se ao redor de *Vuelta* (AGUILAR CAMÍN; MEYER, 2000:279).

No primeiro número de *Vuelta*, Octavio Paz mostrou como a nova publicação surgia após o desaparecimento da revista *Plural* e pontuou o significado de seu nome, como “regresso ao ponto de partida”, mas também “mudança e transformações” (PAZ, 1976:4). *Vuelta* compartilhou não só da mesma equipe de direção de *Plural*, mas também da mesma vocação de abertura para o mundo e para a América Latina, em questões culturais e políticas.

Para Octavio Paz, a novidade de *Vuelta* na história do México era ser uma revista independente financiada exclusivamente pelos seus leitores, assinantes e pelos anúncios (PAZ, 2001:3). Criada como publicação cultural, temas políticos foram sempre abordados na revista, o que revelava uma concepção ampla de cultura de seu diretor e da equipe de direção.

A revista *Vuelta* abordou em suas páginas de maneira recorrente a temática da Revolução Cubana a partir da publicação de análises de intelectuais latino-americanos e também da edição de escritores cubanos que haviam saído da ilha e não tinham mais espaço de publicação em Cuba. O posicionamento de Octavio Paz e demais intelectuais mexicanos agrupados nestas publicações representaram a formulação de um olhar diverso da Revolução Cubana, pois não se alinharam nem com as orientações do governo cubano e soviético, nem com os ideais do capitalismo. Muitos destes artigos críticos geraram polêmicas no meio intelectual mexicano, pois segundo recordou Paz, muitos escritores não aceitavam as críticas feitas na revista aos países denominados socialistas (PAZ, 1993:51).

Mostrarei como os artigos publicados na revista mexicana sobre o escritor cubano Reinaldo Arenas fizeram parte desta visão crítica da ilha por parte dos intelectuais colaboradores de *Vuelta*. Arenas, com sua trajetória de intelectual premiado na ilha, e depois perseguido pelo governo, quando foi obrigado a se exilar para continuar a sua obra, assemelhou-se com o destino de muitos escritores e artistas censurados que não obtiveram em Cuba as plenas condições para o desenvolvimento de seu trabalho intelectual.

O ano de 1980 está marcado em Cuba pelos fatos que ficaram conhecidos como “êxodo de Mariel”. O porto de Mariel foi o ponto de partida do exílio de muitos intelectuais e homossexuais no ano de 1980, e constitui-se em um marco

na história cubana (BARQUET, 1998). Nessa ocasião, dez mil pessoas se refugiaram na embaixada do Peru, pedindo asilo político e cento e vinte mil pessoas deixaram Cuba por Mariel, emigrando para os Estados Unidos, chegando a Key West entre abril e setembro daquele ano.

Reinaldo Arenas foi um dos escritores que deixaram Cuba pelo porto de Mariel. Sua entrevista para a revista *Vuelta*, publicada em outubro de 1980, e gravada por Enrico Mario Santí, em 8 de junho de 1980, captou as idéias do escritor recém chegado nos Estados Unidos (SANTÍ, 1980:18-25). A entrevista revelou toda sua trajetória como escritor perseguido na ilha e as dificuldades para criar e publicar sua obra, que durante mais de uma década foi silenciada em Cuba.

O entrevistador Enrico Mario Santí enfatizou quão pouco era conhecida a biografia de Reinaldo Arenas. O escritor esclareceu as circunstâncias de sua saída de Cuba. Nascido em 1943, Arenas relatou que em 1970, perto de completar seus 28 anos, fecharam a saída do país e que durante toda a década de setenta não foi possível deixar a ilha. No fim dos anos setenta, o governo cubano passou a permitir a saída de alguns presos políticos, que estavam ainda nas prisões, ou já “reabilitados” e soltos, como parte de uma tentativa de “diálogo”, mas Reinaldo Arenas não fazia parte deste grupo. Arenas recebeu vários convites do exterior, tanto da Europa como dos Estados Unidos, para dar palestras sobre sua obra, mas o governo cubano nunca autorizou a sua saída. E por isto passou a pensar em sair de uma maneira ilegal.

Quando ocorreu o asilo de milhares de cubanos na embaixada do Peru, em 1980, o governo resolveu deixar sair além destes, todos aqueles considerados a “escória” da sociedade, como os elementos “anti-sociais”, “imorais” e “apolíticos”, considerados desvinculados do sistema, iniciando-se assim o

“êxodo de Mariel” (BARQUET, 1993:123). Como relatou em sua entrevista para a revista *Vuelta*, Reinaldo Arenas preencheu um formulário e se apresentou no quartel de polícia, junto com inúmeras pessoas, que se declaravam “anti-sociais” ou “imorais” para poderem se exilar (ARENAS *apud* SANTIÍ, 1980:19). Esperou com cerca de quinhentas pessoas para tirar fotografias e fazer passaporte. No dia seguinte, um policial veio muito cedo na sua casa, pedindo que assinasse um salvo conduto e informou-lhe que tinha apenas meia hora para se apresentar ao quartel de polícia. Ali recebeu seu passaporte e junto com muitas outras pessoas foi levado de ônibus ao centro de detenção provisório Mosquito, onde permaneceu um dia. De lá foi ao porto de Mariel, onde pode embarcar para os Estados Unidos no dia 4 de maio de 1980.

A travessia do barco em que Reinaldo Arenas se encontrava demorou dois dias, pois a embarcação que lhe coube era muito pequena e quebrou. Além disso, o dono do barco se perdeu, pois nunca tinha feito a viagem antes e estava se arriscando para ir buscar sua família dos Estados Unidos a Cuba. Por sorte, os doze passageiros foram encontrados por um barco guarda-costas dos Estados Unidos, a cinquenta milhas de Cayo Hueso e chegaram na Flórida em 6 de maio de 1980.

Reinaldo Arenas rememorou como se tornou difícil sua vida de escritor na ilha, principal motivo para seu exílio. Em 1965, quando tinha 21 anos, ganhou o segundo lugar no concurso da *Unión Nacional de Escritores y Artistas Cubanos (Uneac)* com seu romance *Celestino antes del alba*, publicado em 1967<sup>1</sup>. Seu romance não ganhou o primeiro lugar, pois não tinha “conteúdo político”, era “pura fantasia e invenção”, segundo manifestaram-se dois membros do júri, Alejo Carpentier e José Antonio Portuondo, conforme relatou Reinaldo Arenas (ARENAS *apud* SANTIÍ, 1980:19). Das obras premiadas neste concurso, foi

uma das últimas a ser publicada, com uma só edição de dois mil exemplares, tiragem considerada pequena para as publicações de Cuba na época.

Este foi o único livro de Arenas publicado na ilha e relatava a infância de um poeta num meio considerado “hostil”, como era o campo em Cuba, com certas passagens marcadamente autobiográficas. Neste momento, vivia em Havana e trabalhava na *Biblioteca Nacional José Martí*, onde também convivía com muitos outros escritores como Eliseo Diego, Cintio Vitier, Fina García Marruz, que o apoiavam em sua criação literária. Reinaldo Arenas tornou-se um escritor conhecido no meio literário, mas não entre a maioria da população cubana.

No ano seguinte, em 1966, Reinaldo Arenas enviou seu romance *El mundo alucinante* para concorrer novamente no concurso da *Uneac*, mas o mesmo foi declarado deserto de premiações e sua obra ganhou apenas uma menção, o que tornava a publicação opcional. O livro, baseado nas memórias do frei mexicano Servando Teresa de Mier Noriega y Guerra, mostrava a trajetória deste importante precursor pelas lutas de independências nas Américas, com suas inúmeras aventuras, prisões e fugas: foi perseguido por suas idéias em plena época da Inquisição e organizou uma expedição para o México, com o objetivo de libertá-lo do domínio espanhol<sup>2</sup>. Nesta ocasião, Reinaldo Arenas foi entrevistado pelo suplemento cultural cubano *El Caimán Barbudo*<sup>3</sup> e declarou que o personagem tinha uma dimensão política enorme, com uma projeção americana, já que o considerava precursor de Bolívar e de Martí nas lutas de independência das Américas (ARENAS, 1966:18).

Apesar de referir-se a um período histórico bem distanciado, *El mundo alucinante* tinha um conteúdo crítico bastante evidente em relação ao Estado. Este teria sido um dos motivos pelo qual a obra ganhou apenas menção especial no

concurso da *Uneac*. O júri estava composto por Virgilio Piñera, Alejo Carpentier, José Antonio Portuondo e Félix Pita Rodríguez. Na versão de Piñera, Alejo Carpentier e José Antonio Portuondo recusaram-se a conceder o prêmio à obra (PIÑERA *apud* ARENAS, 1995:104). Pouco tempo depois, Arenas foi informado que sua obra *El mundo alucinante* tinha “passagens eróticas” e por isto não poderia ser publicada em Cuba. Arenas entregou o romance para Emanuel Carballo, diretor da Editorial Diógenes, que a publicou em 1969 no México.

O crítico literário Emir Rodríguez Monegal publicou em *Vuelta* suas opiniões sobre o *El mundo alucinante*, obra traduzida em muitos idiomas e de grande repercussão internacional. Esclareceu que Arenas inseriu passagens ficcionais no livro e que a vida orgiástica do “século das luzes” estava presente no romance, seja na corte decadente de Carlos IV, como também nos salões da aristocracia britânica. Para Emir Rodríguez Monegal, as passagens homossexuais do livro fizeram com que Arenas fosse mal visto pela burocracia cubana. Entretanto, o que Rodríguez Monegal considerou mais subversivo na obra foi sua crítica às revoluções, ambientada nas lutas pela independência do México (RODRÍGUEZ MONEGAL, 1981:33).

Arenas relatou muitos anos depois em sua autobiografia como a repercussão internacional da obra, sobretudo após a edição francesa feita pela *Editions du Seuil*, trouxe-lhe muitos problemas:

O livro fez um grande sucesso na França e obtive o prêmio de melhor novela estrangeira, junto com *Cem anos de solidão*, de García Márquez. Num outro país isso teria sido muito útil para mim, permitindo o desenvolvimento do meu trabalho e transformando-me numa espécie de escritor respeitável, ou algo parecido. Em Cuba, o impacto de *El mundo alucinante* em sua versão francesa foi para mim um golpe totalmente negativo do ponto de vista oficial. A Segurança do Estado ficou

de olho em mim, não apenas por ser uma pessoa controversa que escrevera obras como *El mundo alucinante* ou *Celestino antes del alba*, textos irreverentes que não faziam a apologia do regime, e sim, pelo contrário, criticavam-no abertamente, mas também por ter cometido a ousadia de contrabandear aquele manuscrito e publicá-lo sem a permissão de Nicolás Guillén, presidente da *Uneac* (ARENAS, 1995:149).

Em 1969, Arenas passou a trabalhar na *Uneac*, pois houve uma mudança abrupta na direção da Biblioteca Nacional e a diretora Maria Teresa Freyre de Andrade foi retirada de seu cargo em menos de 24 horas. Arenas saiu da Biblioteca, pois a instituição passou a fechar às 18 horas, deixou de ser um centro de cultura e tornou-se um centro de informações para estudantes do primário e do secundário. Neste momento, a política cultural cubana tornava-se cada vez mais restrita, já que um ano antes, em 1968, iniciou-se as perseguições enfrentadas pelo escritor Heberto Padilla, que ficou posteriormente conhecido como “caso Padilla”<sup>4</sup>.

O trabalho de Reinaldo Arenas na *Uneac* consistia em editar as revistas *La Gaceta de Cuba* e a revista *Unión*, juntamente com outros escritores. Arenas publicou alguns artigos e resenhas na revista *La Gaceta de Cuba*, mas a partir de 1971 já não pode mais publicar. Juntamente com ele, muitos outros escritores que haviam sido contratados para publicar nas redações das revistas da *Uneac* também não puderam mais fazê-lo, como por exemplo, Reinaldo González, Miguel Barnet e Belkis Cuzá Malé, entre outros (ARENAS apud SANTÍ, 1980:20). Eles continuaram a trabalhar na *Uneac* e ganhavam um salário de escritor, mas se limitaram a corrigir as provas de textos de outras pessoas, que não trabalhavam lá, mas eram de confiança do governo cubano.

Para Reinaldo Arenas, nos anos setenta a política cultural cubana se assemelhou muito àquela praticada na União Soviética

no período stalinista, pois muitos escritores passaram a integrar uma “espécie de lista negra”, em que eram proibidos de publicar. Os escritores censurados eram os escritores não “oficiais”, ou seja, não eram “*adictos al régimen*” ou não escreviam aquilo que era desejado pelo governo cubano (ARENAS apud SANTÍ, 1980:23). A política oficial daquele momento sinalizava que havia uma série de escritores que simplesmente iriam deixar de ser escritores:

Quando todo esto tiene lugar se nos dicen las normas que hay que seguir: una política cultural totalmente adicta al sistema, no crear una literatura que pueda plantear tendencias contrarias al sistema, sino que lo apoye explícitamente; toda aquella obra que no lo haga entra en el terreno de la censura. Después de mediados de 1970 ya ninguno de nosotros (ni siquiera escritores de renombre como Lezama o Virgilio Piñera, pudo publicar más (ARENAS apud SANTÍ, 1980: 24).

O cerceamento da liberdade de expressão e de publicação dos escritores coincidiu com um momento de grande fechamento no meio intelectual e político da ilha, conhecido como “anos cinza”<sup>5</sup>. O fracasso da safra de 10 milhões de toneladas de açúcar em 1970, as resoluções do Primeiro Congresso Nacional de Educação e Cultura, e o “caso Padilla”, ambos ocorridos em Abril de 1971, foram os principais acontecimentos que marcaram o endurecimento dos anos setenta em Cuba. O fracasso da safra de açúcar de 1970 provocou uma grave crise econômica e social e o governo cubano acentuou suas relações com a União Soviética, com o aumento do financiamento soviético à economia cubana.

As resoluções do Primeiro Congresso Nacional de Educação e Cultura estabeleceram uma série de normas que seriam adotadas no meio cultural e educacional. Acentuou-se o controle da vida privada dos intelectuais, com o impedimento dos homossexuais de exercerem atividades ligadas à juventude e à

cultura ou ainda representar Cuba no exterior, pois os homossexuais foram considerados um “desvio”, uma “patologia”, já que se tratava de uma atividade de caráter “anti-social” (RESOLUÇÕES, 1980:28-29). As resoluções do Congresso também criticaram a “extravagância”, as “aberrações” e o “exibicionismo” na moda da juventude, além de criticarem as religiões afro-cubanas, como por exemplo, *os abakuás* ou as *nhánigas*, pois eram consideradas responsáveis pela “delinquência juvenil” (RESOLUÇÕES, 1980:22-25). As resoluções de afastamento dos homossexuais de qualquer atividade educacional e cultural, e sua proibição de representar Cuba no exterior eram elementos de uma política homofóbica e repressiva do governo cubano, que já havia emergido durante o período das *Umaps*<sup>6</sup> e que nos anos setenta se configurava na forma de ostracismo e silenciamento em relação aos intelectuais homossexuais.

Já o “caso Padilla” consistiu na prisão e a famosa “autocrítica” que o escritor Heberto Padilla foi obrigado a fazer, em abril de 1971, no qual acusou muitos outros escritores de estarem conspirando contra a Revolução Cubana (PADILLA, 1989; PADILLA, 1998). Reinaldo Arenas em sua entrevista em *Vuelta* declarou que o “caso Padilla” foi uma forma de “submeter a essa política” todos os escritores que foram “convidados” a ouvir as declarações de Padilla (ARENAS apud SANTÍ, 1980: 23). A prisão e auto-confissão de Padilla teve grande repercussão internacional, muitos escritores europeus e latino-americanos que até aquele momento apoiavam a Revolução, manifestaram-se contrários e romperam publicamente com o governo após este episódio, o que marcou o fim da “lua de mel” entre a intelectualidade de esquerda internacional e o governo cubano.

Nos anos setenta, muitos escritores foram enviados ao campo, para trabalhar nas plantações de cana de açúcar. Reinaldo Arenas foi enviado a Pinar del Río, auxiliou no corte da cana, mas

nunca conseguiu escrever nada sobre esta experiência, pois “a cana não era para ele uma fonte de inspiração” (ARENAS apud SANTÍ, 1980:21)<sup>7</sup>. Arenas se deu conta de que não conseguiria mais publicar na ilha, seu conto *La vieja rosa*, que havia sido pedido pela *Uneac* para publicação foi censurado, e juntamente com muitos outros escritores se sentia discriminado e perseguido. Em suas palavras:

En ese tipo de situación, en ese infierno, estuvimos casi todos los escritores – algunos hasta caímos presos – todos en una situación muy incierta donde se nos combatía por cualquier cosa, por diferencias morales, cuestiones ideológicas, abiertamente en revistas, hasta en el órgano de las Fuerzas Armadas, la revista Verde Olivo, donde se publicaban los famosos ataques de Luis Pavón; hasta se crean por aquel entonces una serie de delitos en la nueva constitución bajo el rubro ambiguo de “diversionismo ideológico” (todo lo que nosotros ya habíamos hecho era un “delito” según estos nuevos decretos: escribir una novela que no se ajustara al marxismo, por ejemplo, era “diversionismo ideológico”). Mucha gente iba a la cárcel por sólo eso. O sea, que yo en aquella época desde 1970 en adelante viví en una situación de verdadera persecución política – incluso sé por amigos míos que la policía les iba a preguntar por mí, diciéndoles que yo había sacado cosas al extranjero (ARENAS apud SANTÍ, 1980:21).

Na entrevista concedida à revista *Vuelta*, Arenas esclareceu que passou a enviar suas obras para publicação no exterior, pois sabia que não iria conseguir publicá-las em Cuba. Entregou para Angel Rama um livro de contos intitulado *Con los ojos cerrados*<sup>8</sup>, que foi publicado no Uruguai em 1972, fato que o autor só foi tomar conhecimento quando foi viver nos Estados Unidos. Arenas iniciou em Cuba o projeto de escrever uma pentagonia, com certas passagens autobiográficas. O livro *Celestina antes del alba* e *El palacio de las blanquísimas mofetas*, os dois primeiros da pentagonia foram escritos na ilha. *El palacio*

*de las blanquísimas mofetas* foi levado à França e editado em 1975. O terceiro romance de sua pentagonia, *Otra vez el mar*, foi escrito em Cuba e tinha cerca de quinhentas páginas, quando Arenas entregou a um “amigo”, junto com todas as suas cópias, para fazer a revisão. Algum tempo depois, este “amigo” declarou que havia perdido o romance, com todas as suas versões. Reinaldo Arenas não pode fazer nada, pois foi preso pouco tempo depois, em 1974.

As circunstâncias surreais de sua prisão foram narradas pelo próprio escritor. Arenas encontrava-se na praia de Guanabo com um amigo, em junho de 1974, quando teve suas roupas e papéis roubados. Ao se dirigir a uma delegacia de policia, percebeu que estavam lá as pessoas que haviam roubado suas coisas, mas ao acusá-los de roubo, os ladrões denunciaram Arenas e seu amigo de serem “imorais”, estar fazendo “manifestações públicas” e de “escândalo público” (ARENAS apud SANTÍ, 1980:22). No dia seguinte, quando Arenas chegou na *Uneac* para trabalhar, soube que diziam por lá que havia sido pego na praia fazendo uma orgia e lendo manuscritos contra-revolucionários (o que na verdade eram apenas alguns poemas). Dois meses depois, Reinaldo Arenas soube por seu advogado que havia contra ele um expediente criminal, em que era pedido oito anos de prisão. Junto ao processo encontrava-se ainda seu romance “perdido” e os poemas roubados na praia. Além disso, havia também um informe do administrador da *Uneac* acusando-o de “imoral” e de “contra-revolucionário”, de ter enviado três livros ao exterior, dos quais dois já estavam publicados. Neste momento, Arenas tentava reescrever seu romance “perdido”, mas pouco tempo antes de ir ao julgamento, a polícia política revistou sua casa e levou novamente todos seus manuscritos de *Otra vez el mar*.

Reinaldo Arenas havia confessado ao amigo que estava com ele na praia, que estava planejando ir embora da ilha

antes que fosse parar na prisão, mas após esta conversa, no dia seguinte foi levado preso, antes mesmo de ser julgado. Como não tinha nenhum antecedente criminal, foi acusado de “escândalo público” e somente depois que já estava preso há seis meses, foi condenado a um ano e alguns meses de prisão. Quando saiu da cadeia, em janeiro de 1976, estava numa condição de “liberdade condicional”, sem ter onde viver, nem aonde trabalhar. Ficou durante um ano como ambulante, sem lugar fixo, até que em 1977 um amigo o abrigou em seu quarto, onde viveu até 1980, quando saiu de Cuba. Durante esta época, quase não escreveu mais, pois estava numa situação muito difícil:

Traté por todos los medios para salir de alguna manera ilegal (ya que no había ninguna otra). Lo que hice fue aparentar que era una persona que había renunciado a la literatura, que más o menos sobrevivía haciendo guardias en el CDR [Comité de Defensa de la Revolución], que no tenía ninguna contradicción fundamental con el sistema. Que estaba adaptado (ARENAS apud SANTÍ, 1980:23).

Ao finalizar a entrevista publicada em *Vuelta*, Reinaldo Arenas revelou seus planos para aquele ano de 1980, recém chegado aos Estados Unidos. Buscaria terminar mais uma vez o terceiro romance de sua pentagonia *Otra vez el mar*, reescreveria alguns poucos contos e poemas que conseguiu trazer com ele quando deixou Cuba, além de se debruçar em novos projetos literários.

Uma resenha da obra de Arenas, escrita pelo crítico literário Emir Rodríguez Monegal, trouxe novamente o escritor cubano para as páginas de *Vuelta*. Ao analisar o romance *Celestino antes del alba*, Emir Rodríguez Monegal destacou que a intenção de Arenas nesta obra era mostrar “como se forma e se deforma um poeta” (RODRÍGUEZ MONEGAL, 1981:34). O personagem principal, Celestino, filho de camponeses miseráveis, convive

com a “fome, a ignorância e a brutalidade”, escreve nas folhas das árvores e parece aos olhos de sua família, um louco<sup>9</sup>. O livro possuía ainda um estilo surrealista, segundo Rodríguez Monegal, e o romance passava uma visão plural, contraditória e paradoxal: os personagens morrem e não morrem, as coisas acontecem e não acontecem, o que traz ao leitor uma sensação de não ser possível saber exatamente quem fez o que, quando e em que lugar<sup>10</sup>.

Como avaliou Emir Rodríguez Monegal, *El palacio de las blanquísimas mofetas* romance que continuava a pentagonia de Arenas, ampliou as questões já abordadas por Arenas, pois a família havia saído do campo e se mudado para uma pequena cidade. O protagonista do romance, Fortunato, era um jovem que queria aderir à guerrilha de Fidel. Mas novamente estava presente no romance a circularidade, o eterno retorno, onde tudo ocorre e não ocorre. Ao finalizar sua resenha, Rodríguez Monegal declarou:

Arenas está ahora en los Estados Unidos, libre de los burócratas estalinistas que hace diez años han destruido la cultura en Cuba. Ahora podrá completar su pentalogía y mostrar a sus lectores (pocos antes, ahora numerosos) que es la suya una de las voces más originales de la nueva y siempre renovada novela latinoamericana (RODRÍGUEZ MONEGAL, 1981:34).

Outra publicação na revista *Vuelta* sobre Arenas foi a resenha de José Miguel Oviedo em 1983, sobre a obra *Termina el desfile* de Reinaldo Arenas, publicada dois anos antes pela editora Seix Barral em Barcelona. José Miguel Oviedo esclareceu que uma primeira versão desta coletânea de contos foi publicada anteriormente, no Uruguai, em 1972, com o título *Con los ojos cerrados*. Durante toda a década de setenta, Arenas sofreu com o silenciamento involuntário em Cuba, período em que não só não teve nenhuma obra publicada, mas também sofre um “*hostigamiento cada vez más asfixiante*” (OVIDEO, 1983:43).

Para José Miguel Oviedo, Arenas sobreviveu nestes anos “no mais puro estilo *underground*”, ou seja, continuou sua produção, mas se viu obrigado a “contrabandear” seus manuscritos para o exterior, para burlar o cerco que se impunha à sua obra. Em Cuba, Arenas era acusado e perseguido duplamente: não era apenas uma acusação de caráter político, mas também continha aspectos morais: “En su caso la acusación no era, como ocurió con Heberto Padilla, sólo de carácter político, sino oscuramente moral: con característico espíritu puritano y represivo, la revolución lo acusaba también de homosexual, como a tantos otros.” (OVIEDO, 1983:43).

Reinaldo Arenas viveu nos Estados Unidos até 1990, quando se suicidou devido ao agravamento de suas condições de saúde, por ser portador de Aids. Durante sua vivência no exílio, foi um dos editores da revista *Mariel*. Escreveu e publicou diversas obras, conseguindo finalizar a sua pentagonia, com a edição de *Otra vez el mar* (ARENAS 1982), *El color del verano* (ARENAS, 1991a) e *El asalto* (ARENAS, 1991b). Deixou também um livro de memórias, *Antes que anoiteça*, em que relatou de forma tocante as perseguições e censuras que sofreu em Cuba e também as suas dificuldades para deixar a ilha e concretizar seu êxodo (ARENAS, 1992; ARENAS, 1995)<sup>11</sup>.

O cerceamento à liberdade de expressão em Cuba não se restringiu à obra do escritor Reinaldo Arenas. *Vuelta* editou muitas contribuições literárias de outros importantes intelectuais cubanos exilados como Guillermo Cabrera Infante, Carlos Franqui e Severo Sarduy, fato que certamente desagradou o governo cubano. Além disso, as visões críticas da Revolução Cubana publicadas na revista mexicana fez com que o governo cubano colasse-as no rol das revistas proibidas de circular na ilha. O pesquisador cubano Carlos Espinosa mostrou como a revista *Vuelta* figurou no *index* da biblioteca *Casa de las Américas*

elaborado pela diretora Marta Ferry, e que as publicações deste *index* só podiam ser consultadas por “razões estritas de trabalho” (ESPINOSA, 2005).

A revista *Vuelta* constituiu um importante espaço de posicionamento crítico em relação à Revolução Cubana. Esta publicação tornou-se um veículo de grande relevância para manifestação e reflexão dos intelectuais latino-americanos, que não estavam alinhados com a linha política do governo cubano nos anos setenta e oitenta e por isto foi proibida de circular na ilha.

### Notas

1 A mesma obra teve também posteriormente outras edições fora de Cuba (ARENAS, 1980; ARENAS, 2002).

2 No Brasil esta obra contou também com uma edição (ARENAS, 1984).

3 O suplemento cultural *El Caimán Barbudo* surgiu em 1996, como parte do jornal *Juventud Rebelde*, órgão oficial da União de Jovens Comunistas Cubanos (MISKULIN, 2009).

4 Para uma análise do ano de 1968 na ilha e do início do “caso Padilla” ver MISKULIN (2008). Sobre o ano de 1968 em Cuba ver também HERNÁNDEZ (2009).

5 Na minha pesquisa de doutorado analisei o endurecimento da política cultural nos anos setenta em Cuba (MISKULIN, 2009).

6 As *UMAPS*, *Unidades Militares de Ayuda a la Producción*, funcionaram como campos de trabalho forçado, em Camagüey, em meados dos anos sessenta, para os “desviados” ideológicos ou sexuais, os homossexuais. Nas *UMAPs* também eram presos dissidentes, *hippies*, jovens que queriam sair do país, religiosos (seminaristas católicos, ministros protestantes e praticantes das religiões afro-cubanas, como os “*santeros*”), estudantes “depurados” das universidades, camponeses jovens que se recusavam a integrar-se às cooperativas e proprietários de pequenos negócios urbanos (BEJEL, 2001, p. 101; QUIROGA, 2000, p. 125).

7 Apesar de Reinaldo Arenas ter declarado na entrevista em *Vuelta* que não conseguiu escrever nada sobre sua vivência nas plantações de açúcar, durante sua estadia em Pinar del Río ele escreveu um longo poema, *El Central*, em que contrapunha três momentos distintos: a escravização dos índios, a dos negros e os campos de trabalhos forçados nas plantações de cana de açúcar, para onde eram enviados em Cuba os jovens recrutados do serviço militar obrigatório

(ARENAS, 1981).

8 Segundo Enrico Mario Santí, a obra de Arenas *Con los ojos cerrados* ganhou menção honrosa no Concurso da *Uneac*, em 1968, mas não foi publicada em Cuba (SANTÍ, 2002, p. 316).

9 As dificuldades materiais da vida no campo durante a infância relatadas em *Celestino antes del alba*, possuem muitos elementos autobiográficos, como Arenas deixou claro na entrevista publicada em *Vuelta* e na autobiografia publicada postumamente (ARENAS, 1992).

10 Na análise de Enrico Mario Santí, o romance *Celestino antes del alba* formava parte da literatura fantástica (SANTÍ, 2002, p. 315).

11 Ver também o filme *Antes do anoitecer*, de Julian Schnabel, produzido nos Estados Unidos, em 2000, sobre a vida de Arenas.

### **Bibliografia**

AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. *À Sombra da Revolução Mexicana. História mexicana contemporânea, 1910-1989*. Trad. de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Edusp, 2000.

ARENAS, Reinaldo. *Antes que anochezca*. Barcelona: Tusquets, 1992.

----- *Antes que anoiteça*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

----- *El asalto*. Miami: Universal, 1991b.

----- “Carta abierta a las Ediciones del Norte.” *Vuelta*, México, n. 65, abril de 1982, p. 52.

----- *Celestino antes del alba*. Caracas: Monte Ávila editores, 1980.

----- *Celestino antes del alba*. Barcelona: Tusquets editores, 2002.

----- *Con los ojos cerrados*. Montevideo: Arca, 1972.

----- *El Central*. Barcelona: Seix Barral, 1981.

----- *El color del verano*. Miami: Universal, 1991a.

----- “Los desiertos y los premios. Hablan cinco.” *El Caimán Barbudo*, Havana, n.8, novembro de 1966, p. 18.

----- *El mundo alucinante. Una novela de aventuras*. México: Diógenes, 1969.

----- *O mundo alucinante*. Trad. de Paulo Octaviano Terra. Rio de Janeiro: Francisco Alves ed., 1984.

----- *Otra vez el mar*. Barcelona: Argos Vergara, 1982.

BARQUET, Jesús J. “La generación de Mariel.” *Encuentro de la cultura cubana*, Madri, n.8-9, primavera-verão de 1998, p. 110-125.

----- “El socialismo en cuestión: anti-utopía en *Otra vez el mar y El asalto* de Reinaldo Arenas”. *La palabra y el hombre, Revista de la Universidad veracruzana*, Xalapa, México, n. 85, janeiro-março de 1993, p. 119-134.

BEJEL, Emilio. *Gay Cuban Nation*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 2001.

ESPINOSA, Carlos. “(H)ojeando revistas”. In: *Encuentro en la red*, 24 de outubro de 2005. Documento eletrônico, <http://cubaencuentro.com>

HERNÁNDEZ, Rafael. “El año rojo. Política, sociedad y cultura en 1968.” *Revista de Estudios Sociales*, n. 33, Bogotá, agosto de 2009, p. 44-54.

MISKULIN, Sílvia Cezar. “O ano de 1968 em Cuba: mudanças na política internacional e na política cultural”. *Esboços, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*, n. 20, Florianópolis, segundo semestre de 2008, p. 47-66.

----- *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1961-1975)*. São Paulo: Alameda/Fapesp, 2009.

----- *Cultura ilhada: imprensa e Revolução Cubana (1959-1961)*. São Paulo: Xamã/Fapesp, 2003.

PADILLA, Heberto. *Fuera del juego*. Miami: Ediciones Universal, 1998.

----- *La mala memoria*. Barcelona: Plaza & Janes, 1989.

PAZ, Octavio. “Editorial” *Vuelta*, México, n.1, dezembro de 1976, p.4.

----- “História e prehistoria de Vuelta”. In: PAZ, Marie-José; CASTAÑON, Adolfo; TORRES FIERRO, Danúbio (org.) *A treinta años de Plural (1971-1976)*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001, p. 21.

----- “Itinerário”. In: *Obras Completas*. Vol. 9, México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 15-66.

QUIROGA, José. *Tropics of desire Interventions from Queer Latino America*. Nova York/ Londres: New York University Press, 2000.

*RESOLUÇÕES do Primeiro Congresso Nacional de Educação e Cultura*, São Paulo: Livramento, 1980.

RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. “Reseña de *Celestino antes del alba*, de Reinaldo Arenas”. *Vuelta*, México, n. 53, abril de 1981, p. 33-34.

SANTÍ, Enrico Mario. “Entrevista con Reinaldo Arenas”. *Vuelta*, México, n. 47, outubro de 1980, p. 18-25.

----- *Bienes del siglo. Sobre cultura cubana*. México, Fondo de Cultura Económica, 2002.

## **Entre o estado revolucionário e o exílio: invenção e re-construção da memória do povo cubano**

*Fernando Luís González Mitjans*

(Universidade de Brasília, Brasil)

cuba\_nice@hotmail.com

### **Resumo**

Ao longo destes cinquenta anos de vida do regime revolucionário cubano, têm sido construída uma memória específica do povo de Cuba fundamentada na seleção de determinados heróis e momentos históricos e na sua mitificação a fim de inculcarem na população um padrão moral e comportamental coerente com as necessidades do regime político revolucionário. A esta memória oficial se lhe vem impondo cada vez com mais força a memória do povo cubano construída no exílio, fundamentalmente na comunidade de cubanos dos Estados Unidos. Alimentada pelos diversos êxodos migratórios que tem ocorrido neste meio século, esta contra-memória reconhece outros valores, personagens e momentos históricos que são omitidos, negados ou desvirtuados pelo discurso oficial, e sua força já chega a influenciar e determinar posicionamentos críticos na população da ilha.

**Palavras-chave:** Estado revolucionário, Exílio, Memória, Povo cubano

### **Resumen**

A lo largo de estos cincuenta años de vida del régimen revolucionario cubano ha sido construida una memoria específica del pueblo de Cuba fundamentada en la selección de determinados héroes y momentos históricos y en su mitificación a fin de inculcar en la población un

\* Artigo recebido em março de 2009 e aprovado para publicação em maio de 2009.

padrón moral e de comportamento coherente con las necesidades del régimen político revolucionario. A esta memoria oficial se le vienen imponiendo cada vez con más fuerza la memoria del pueblo cubano construida en el exilio, fundamentalmente en la comunidad de cubanos en los Estados Unidos. Alimentada por los diversos éxodos migratorios que han ocurrido en este medio siglo, esta contra-memoria reconoce otros valores, personajes y momentos históricos que son omitidos, negados o desvirtuados por el discurso oficial, y su fuerza ya llega a influenciar y determinar posicionamientos críticos en la población de la Isla.

**Palabras claves:** Estado revolucionario, Exilio, Memoria, Pueblo cubano

### **Abstract**

Along the fifty years of life of the Cuban revolutionary political system it has been idealized a specific memory of Cuban people. Based on the selection and mystification of special heroes and historical moments, this memory would serve as an instrument to implant, among the population, patterns of moral and conduct coherent with the revolution needs. Another memory of Cuban population, the one built by the exiled Cubans community, especially at United States, has been gaining strength and opposing to that official memory. Fed by the migration exodus that has occurred in this half century, this counter-memory recognizes other values, characters and historical moments which are omitted, denied or depreciated by the official voice of the government. The strength of this alternative memory is, in fact, determining and influencing critical positioning among the island population.

**Key words:** Revolutionary state, Exile, Memory, Cuban people

### **Introdução**

O processo revolucionário cubano que terminou por derrubar a ditadura de Fulgêncio Batista em 1959 e implantar o regime socialista que vigora até hoje na ilha têm sido amplamente estudado e analisado desde muito cedo por um grande número de pesquisadores, intelectuais e pensadores das mais variadas áreas do conhecimento. É inegável a importância histórica, sociológica

e ideológica que este processo revolucionário adquiriu desde o momento em que se configurou como realidade e não apenas utopia ou tentativa. Este fenômeno chamado “revolução cubana” tem suscitado todo tipo de sentimento e intencionalidade dentre as mais diversas pessoas e populações mundiais ao longo dos seus 50 anos de história. Profundos interesses intelectuais, paixão e empatia muitas vezes incomensuráveis, animosidade e desprezo, referência e exemplo no que toca à melhoria das condições de vida e ao estabelecimento de uma sociedade “modelo”. A sociedade cubana pós-revolucionária tem estado em pauta de estudos científicos, discussões políticas, bate-bocas informais, sonhos e pesadelos ao redor do globo.

É importante realçar o papel que Cuba e sua revolução têm desempenhado para a América Latina. Mesmo nos momentos que precederam à implantação do regime revolucionário, a luta armada do movimento de oposição e resistência ao regime ditatorial fomentado pelos Estados Unidos em Cuba já servia de exemplo e atraía a atenção e admiração de muitos movimentos sociais existentes, bem como grupos e indivíduos específicos que já pretendiam ou eram então influenciados a se organizarem e se levantarem contra regimes semelhantes em seus países de origem. Uma vez bem sucedida a revolução, é amplamente conhecido o apoio físico, técnico e logístico que Cuba passou a fornecer aos mais variados movimentos e líderes da América Latina que desejavam seguir o exemplo cubano, promovendo câmbios políticos e sociais através da luta armada, através da “luta de guerrilha”. Basta lembrar a célebre frase e ideal de Fidel Castro de que “Os Andes se transformariam na Sierra Maestra<sup>1</sup> da América Latina”. Este tipo de política e apoio se combina aos sentimentos identitários que a maioria dos países latinos possuem para com Cuba por esta compartilhar, como país e como processo histórico latino, determinados elementos em comum com estes

países, como a língua e as seqüelas de um processo histórico-social pautados pela colonização e pelo encontro cultural entre diferentes povos. Esta identificação natural acentua a admiração que é gerada em determinados grupos sociais dos países latinos com relação a Cuba, principalmente depois que ela logrou realizar esse sonho comum a estas nações: a “Revolução”. Uma das conseqüências desta “admiração” por Cuba, sua revolução e sua sociedade pós-revolucionária que se gera nos países latinos é o estabelecimento e a manutenção de um imaginário bastante limitado e específico sobre este país e sua sociedade.

Como cubano que vive em um país Latino Americano – Brasil – sinto constantemente a necessidade de complementar, relativizar e até mesmo combater este imaginário que muitas vezes se manifesta nas reflexões e idéias de pessoas, grupos e instituições no Brasil. Continuamente sinto que esta idéia de Cuba centrada em sua revolução e nos ideais revolucionários não faz jus a toda uma série de elementos da realidade e história cubanas. A partir de teorias sociológicas e antropológicas, fui formulando a idéia de que o fato de viver fora de Cuba e de ter opiniões diferentes daquelas produzidas e exportadas pelo discurso oficial, me provê a capacidade de enxergar além do “mito”, além do discurso e da memória oficial impostos pelo governo cubano.

Motivado, portanto, por expor os limites, as armadilhas e os paradoxos do discurso identitário oficial, produzido e exportado para o mundo pelo governo revolucionário cubano, acabei por encontrar na contraposição entre a memória do povo cubano produzido por este discurso e a memória em parte conservada, em parte construída e em parte re-construída pela grande parcela de cubanos que vivem fora de seu país, um caminho interessante. Neste sentido, a temática da migração também será contemplada nas reflexões que se seguem, já que a diáspora de considerável parte da população cubana tem sido fundamental para que

se dê o processo de conservação e produção de uma memória alternativa.

Em seu texto: “Alguns apontamentos sobre o dueto Memória e Modernidade”, Edson Farias faz uma importante consideração sobre a forma essencial em que a memória deve ser concebida, ele diz: “Logo, na contramão de encará-la à maneira de uma substância, permanece anódino indagar a respeito da síntese histórico-social em que a idéia de memória é evocada para conceituar e, deste modo, se naturaliza na figura de uma unidade psíquica e gramatical *sui generis*.” (FARIAS, 2005:2). Devendo, portanto, pensar a memória como um “dispositivo sócio-psíquico de fundamental importância no exercício de doar inteligibilidade às atitudes e seus cenários” (FARIAS, 2005:1), atrelado sempre a um lugar sócio-histórico específico desde o qual é evocado, podemos inferir que a memória construída pelo discurso oficial da nação cubana contemporânea seja diferente daquela memória evocada pelas comunidades de cubanos fora de Cuba, já que estes lugares sócio-históricos são amplamente diferenciados. Opto por traçar este paralelo comparativo com uma comunidade específica: a dos cubanos que hoje residem na cidade de Miami, estado da Flórida, Estados Unidos. Os motivos para esta escolha são claros: não apenas há em torno de dois milhões de cubanos neste país – dos quais uma grande parte reside em Miami, mas também é uma comunidade bastante antiga, com seus primeiros membros tendo se estabelecido na cidade antes mesmo do triunfo da revolução cubana em 1959. A comunidade em questão recebeu várias ondas de emigrantes cubanos em diferentes períodos históricos, desde 1959 até a década de 90, o que configurou uma diversificação populacional considerável dentro desta comunidade, com cubanos e cubano-americanos de diferentes faixas etárias, orientações ideológicas e níveis sociais. Estas características propiciaram para que outra

memória e outra identidade do “cubano”, diferentes daquela produzida no próprio país, se estabelecessem e se reproduzissem ali através principalmente da história oral inter-geracional, nos moldes do que coloca o sociólogo austríaco Michael Pollack.

A fim de melhor compreender o processo que tem sido efetuado pela comunidade de dissidentes cubanos nos planos da identidade e da memória, devemos primeiro fazer uma análise do processo de construção identitária que o governo revolucionário efetuou a partir de 1959. Somente ao percebermos o caráter homogeneizado, mitificado e inflexível da memória e da identidade que vêm sendo produzidas e de certa maneira impostas à população cubana por parte do governo, é que seremos capazes de analisar de maneira mais completa a contra-memória que se conserva e toma força no grupo social dos cubanos exilados em Miami.

### **Revolução: A Imposição de uma Identidade inventada**

Como já dissemos anteriormente, a Revolução cubana triunfa em 1º de Janeiro de 1959 com a fuga do ditador Fulgêncio Batista na noite do 31 de dezembro. Uma semana depois os principais líderes guerrilheiros adentram a capital Havana em seus tanques de guerra. Dentre eles os mais memoráveis são: Huber Matos, Camilo Cienfuegos, Ernesto “Che” Guevara, Raúl e Fidel Castro. O princípio da revolução, os seus primeiros anos de vida são dotados de um forte apoio popular fruto da empolgação, do otimismo e dos “ares de mudança”. Nestes anos começam aquelas que serão as principais (por polêmicas ou frutíferas) políticas do governo revolucionário: captura, condenação e execução de membros e funcionários policiais do governo de Batista, nacionalização de empresas estrangeiras, reforma agrária, reforma urbana, implementação da campanha nacional de alfabetização, entre outras.

Não nos interessa neste trabalho, contudo, discorrer sobre a história da revolução. Pretendo me focar naqueles elementos de caráter simbólico que pouco a pouco são resgatados de um passado da nação cubana e passam a compor o discurso do novo governo revolucionário, com algumas ênfases, re-construções e contradições. A este respeito observemos o que Eric Hobsbawm assinala com relação à “invenção” das tradições na introdução do livro de mesmo nome:

Provavelmente não há lugar nem tempo investigados pelos historiadores onde não haja ocorrido a “invenção” de tradições neste sentido. Contudo, espera-se que ela ocorra com mais frequência: quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as ‘velhas’ tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis... (HOBSBAWM, 1984, p. 12).

Seguindo a linha do autor, podemos perceber que a revolução em si, e o processo de câmbios sociais a que a sociedade cubana se viu sujeita após a implantação do modelo socialista (Cuba vai pouco a pouco se alinhando com a União Soviética e com seu modelo social a partir de 1961.) foram uma grande quebra simbólica e prática com relação à realidade social e o estado da Cuba pré-revolucionária. Um novo governo estava no poder, com um propósito ideológico, social e humano extremamente diferente daquele que o precedera. Toda uma série de novos valores, novas verdades, novos ideais e novas metas veio atrelada à esta reforma social e política. A revolução era a mudança e a população cubana estava e esteve, sobretudo nas duas primeiras décadas após 59, aberta à mudança e aos sacrifícios que eram necessários para que aquele novo projeto funcionasse. Este fato é bastante enfatizado no informe “Cuba, la reconciliación nacional”, produzido por um grupo de trabalho

nomeado de “Memória, Verdad y Justicia”, constituído por diversos intelectuais cubanos da diáspora comprometidos com um projeto de reconciliação política e social da nação cubana pautado sobre o respeito inviolável aos direitos cívicos e humanos. Observemos o seguinte trecho do informe:

La gran mayoría de los cubanos abrazó la revolución con la certeza de que sus aspiraciones de justicia social, soberanía nacional y democracia finalmente se harían realidad. La oposición organizada a Batista se había movilizado en torno a la Constitución de 1940, lo cual implicaba un empeño por la democracia, el buen gobierno y profundas reformas socioeconómicas. (GRUPO DE TRABAJO “MEMORIA, VERDAD Y JUSTICIA”, 2003: 21).

É assim como se estabelecem as bases para que certos elementos simbólicos da história cubana sejam resgatados, recriados e injetados no imaginário social em doses regulares. Estes elementos teriam por função o estabelecimento de um novo código moral no bojo da sociedade cubana. Hobsbawm em seus escritos sobre a “invenção” das tradições retrata justamente como este fenômeno geralmente visa associar, ao tempo presente, elementos simbólicos idealizados e mitificados do passado que inoculem na sociedade algum padrão moral desejado. Vejamos:

Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (HOBSBAWM, 1984, p. 9).

E diz ainda:

Mais interessantes, do nosso ponto de vista, é a utilização de elementos antigos na elaboração de novas tradições inventadas para fins bastante originais. Sempre se pode encontrar, no

passado de qualquer sociedade, um amplo repertório destes elementos; e sempre há uma linguagem elaborada, composta de práticas e comunicações simbólicas. (HOBSBAWM, 1984, p. 14).

No caso específico da revolução cubana são resgatados e mitificados valores e figuras do passado com o objetivo de criar uma “essência”, um mito fundador da população e nação cubana que supostamente teria norteado toda sua história e obviamente estaria presente neste momento histórico que corresponde ao processo revolucionário. A meu ver, esta essência que é plantada no imaginário coletivo da ilha possui dois núcleos centrais: o humano e o político. O núcleo humano acredita o povo cubano como um povo sempre austero, justo, esforçado, trabalhador, honrado e outras qualidades semelhantes. Por outro lado o núcleo político concebe a população cubana como naturalmente patriótica, independente, revolucionária e anti-imperialista. Juntos, estes núcleos acabam por criar o que podemos chamar aqui de “identidade revolucionária” do povo cubano. Uma identidade social amplamente coerente com o governo e o sistema social que está sendo imposto, e principalmente congruente com aquilo que se espera de uma população que esteja disposta a fazer o que se lhe peça a fim de conservar e lutar por defender esse novo sistema em formação.

É importante ressaltar o fato de que este imaginário que passa a bombardear a realidade social do cubano através do sistema educacional e da mídia oficial – única opção de informação para a maioria da população, se alimenta do processo identitário que vinha se produzindo na ilha, fruto da luta maciça da população e de diversos grupos independentes contra o regime de Batista. Vai sendo gerado em Cuba, ao longo da década de 50, uma identidade social de lutas definida pelos movimentos operários, estudantis e do Partido Comunista cubano, que foi o mais forte

da América Latina por várias décadas. Este caráter identitário da população cubana se consolida e unifica com a chegada ao poder do movimento revolucionário liderado por Fidel Castro. À medida que o regime revolucionário vai se estabelecendo como um “fim” na história cubana este elemento identitário vai se simplificando e até mesmo desaparecendo progressivamente através do lugar central que a figura de Fidel vai tomando no curso oficial da propaganda e na gestão política real. Este elemento identitário que se fundamentava em movimentos e fatos reais da história cubana pré-59 dá lugar então a um imaginário idealizado que através da ênfase exagerada em determinadas características da população cubana se constitui em instrumento simbólico de coerção e dominação ideológica.

Como dizemos acima, esta nova identidade revolucionária se ancora em uma memória também específica do povo cubano. São selecionados cuidadosamente aqueles elementos do passado que, como nos indica Roger Bastide, podem se adequar, sobreviver e dar inteligibilidade às condições que a sociedade cubana encontrava no presente pós-59: o processo revolucionário e a nova sociedade forjada à sua semelhança. Se bem que Bastide trata a temática da memória coletiva aplicando-a à sobrevivência dos ritos Iorubas na realidade social brasileira, podemos traçar um paralelo produtivo com o caso que analisamos. Diz-nos Bastide que: “O presente não cria, deixa somente passar o que, da memória coletiva, com ele está de acordo.” (BASTIDE, 1971:347) Na formação da nova identidade revolucionária do povo cubano acontece um fenômeno análogo. A memória coletiva cubana passa, após alguns anos com o novo regime no poder, a ser composta apenas por lembranças específicas e por momentos históricos, personagens e idéias quase sempre mitificados e reconstruídos à luz das necessidades do próprio presente.

De maneira geral, a memória coletiva sobre a qual

se edifica a nova identidade revolucionária, se alimenta em primeiro lugar da figura dos “mambises” e da extensa luta pela independência que estes levaram a cabo contra os colonizadores espanhóis. Em segundo lugar esta memória se alimenta da vida pessoal e das idéias de “José Martí” principal expoente histórico utilizado para amparar os ideais revolucionários, humanos e políticos.

Os “mambises” foram o exército guerrilheiro cubano que travou a luta de independência contra a colonização espanhola ao longo do século XIX. Formado basicamente por cubanos oriundos das áreas rurais do interior da ilha, os mambises se caracterizavam pelo extremo valor e coragem nos combates contra os espanhóis, sempre mais bem preparados e equipados. Embora este exército guerrilheiro tivesse uma boa estrutura organizativa e generais reconhecidamente diferenciados nas táticas de guerra e no valor dentro do campo de batalha, muitas vezes faltavam a este exército rebelde as armas, instrumentos de guerra, medicamentos e outras facilidades logísticas diferenciais dentro de uma batalha campal. Os mambises não se abatiam frente a estas dificuldades e faziam de suas fraquezas forças inesperadas. É assim que surge a chamada “carga al machete”, forma de ataque onde os conjuntos mambis montados a cavalo atacavam os esquadrões espanhóis dando “carga”, isto é, precipitando-se a galope contra eles, usando como armas tão somente o vigor e a violência do galope e os “machetes” – facões típicos da cultura cubana e centro americana. Ignorando as balas e as baionetas da estrutura espanhola, os mambises iam criando um mito de coragem, honra e violência em meio as fileiras de soldados colonizadores. Após algumas guerras importantes veio a “Guerra necessária”, em 1895, onde os mambises, liderados pelos seus dois principais generais: Antonio Maceo e Máximo Gomez, comandaram uma forte ofensiva contra as forças espanholas que culminaria

com sua derrota e a independência cubana. O final da guerra e a proclamação da República de Cuba se deram em 1902, após uma polêmica ingerência norte-americana na ilha, quando os mambises cubanos tinham praticamente ganho a guerra.

José Martí é o principal ícone utilizado pela revolução cubana para criar uma identidade e um mito específicos sobre o povo cubano. Nascido em Havana, no ano de 1853, Martí desde muito cedo se dedicou ao estudo das letras e à redação de poesia e folhetins de variados temas. Ainda adolcente Martí se envolveu e apaixonou pelo projeto da independência cubana, sendo inclusive preso e deportado com 16 anos por escrever e publicar textos considerados “revolucionários”. Ele acabou se tornando um célebre poeta, filósofo, pensador e político cubano, conhecido internacionalmente pela sua poesia e suas obras dedicadas aos propósitos revolucionários. Junto a Máximo Gómez e Antonio Maceo idealizou e participou da Guerra necessária que culminou na independência cubana, caindo em combate na sua primeira batalha em 1895. É considerado por muitos o mentor intelectual do movimento independentista contra a Espanha e a grande inspiração moral e intelectual da revolução de 1959.

É justamente este caráter humanista, revolucionário e patriota que se encontra na personalidade e nas obras de José Martí, que é assimilado pelo governo revolucionário cubano e transformado em uma espécie de identidade cubana por excelência. Os “ideais martianos” são um recorrente elemento da subjetividade social cubana, e aparecem constantemente nos veículos midiáticos e diluídos em todo tipo de relação e instituição social. A imagem de Martí, assim como dos mambises, é fortemente mitificada. Ao igual que os grandes heróis contemporâneos da revolução, principalmente Fidel Castro e Che Guevara, as imagens de José Martí e de Antonio Maceo são construídas de maneira tal que nem mesmo parecem mais seres humanos. Suas atribuições são

grandiosas e suas alcunhas remetem mais à esfera do sagrado do que à do real. O “Mentor intelectual”, o “Titã de Bronze”, o “Generalíssimo”, o “Comandante”, o “Che”. São quase super-heróis da história cubana, mitos construídos para que sirvam de espelho e exemplo à população e assim insiram e incutam nesta um padrão moral rígido e um código de conduta específico esperado pelo governo revolucionário.

Não pretendo, com estas reflexões, retirar o valor humano e o exemplo que verdadeiramente existe nestas figuras históricas que com muito orgulho integram o panteão dos heróis cubanos. Pretendo enfatizar o caráter mítico que a revolução lhes atribuiu em benefício próprio e o uso excessivo que destes heróis, suas vidas e ideais foi feito, banalizando-os e distorcendo-lhes em alguma medida seus ensinamentos e legados. De fato, se fizermos uma leitura crítica da sociedade cubana contemporânea e suas instâncias e dinâmicas políticas, veremos basicamente que estes valores e sentidos morais exemplares tem em muito se corroído quando já não se perderam completamente. A força, o valor e a coragem dos mambises se encontram hoje, entre os cubanos, na luta diária pela sobrevivência e nos esforços de muitos por conseguir um jeito de ir embora do país. O patriotismo anti-imperialista disseminado por José Martí é amplamente encontrado no nível discursivo das relações sociais, embora dificilmente os cubanos hoje continuem acreditando na história do “mau” e do “bom”. A humanidade e a nobreza como valores são hoje raros de encontrar na sociedade que têm tentado forjar, ao longo de 50 anos, “o novo homem”.

O governo revolucionário, ao construir uma imagem específica de determinados personagens históricos cubanos, de maneira a transformá-los em instrumentos de controle normativo da sociedade cubana revela uma de suas características fundamentais como processo político que tem levado ao surgimento

de contradições e situações sociais e políticas insustentáveis na Cuba contemporânea. O governo revolucionário ambiciona ser o continuador de uma tradição histórica de lutas do povo cubano. Desde a guerra pela independência de Espanha, até as diversas tentativas de democratizar a sociedade cubana antes de 1959, são várias as etapas de luta e as tentativas para fazer de Cuba um país livre e autônomo politicamente, algo nunca alcançado plenamente. Uma vez feita a revolução de 59, a qual contou com maciço apoio popular nas suas primeiras décadas; uma vez instituídas uma série de políticas e de mudanças que realmente melhoraram as condições e as perspectivas da sociedade cubana, dando a entender que a revolução levada a cabo em Cuba estava no caminho certo, o governo revolucionário passa a ser ver como continuador das lutas históricas por liberdade, independência e soberania. Para além disto o governo revolucionário passa a conceber a revolução e a si mesmo como um “fim” histórico agora alcançado, como a concretização de uma meta histórica, como um “triumfo final” - e é justamente aqui que reside talvez o maior problema do processo revolucionário cubano. Ao se ver como “fim”, o governo revolucionário passa gradativamente a fechar todas as portas para seus próprios erros e contradições internas, para o diálogo com a oposição interna e externa, para a insatisfação e para a mudança. Deixa de existir um comprometimento verdadeiro com a população cubana que apoiou e se comprometeu com o projeto do governo revolucionário desde o começo e se estabelece de maneira cada vez mais forte um compromisso com os ideais imutáveis e intocáveis da revolução. Observemos a seguinte reflexão sobre alguns dos motivos da “erosão gradual do consenso revolucionário” que encontramos no trabalho já referido sobre a necessária reconciliação nacional em Cuba:

La exigencia de una lealtad inseparable al país, a la revolución y al máximo líder fijó la polarización política. Al calor del triunfo

revolucionário, esta lealtad parecia natural para la mayoría, que la sentía como el medio para alcanzar una Cuba digna. Pero, como basamento político fue fallida desde el principio, y esta es la segunda consecuencia que se arrastra hasta la actualidad. Esta lealtad trinitaria hizo estallar la coalición antibatista, al vedar toda discrepancia sobre como llevar a cabo la revolución e impossibilitar la resolución pacífica de las legítimas diferencias políticas que surgieron después de 1959. El exilio, la prisión y los fusilamientos fueron sus frutos. Ese basamento, sin embargo, tampoco fue conducente a la expresión de alternativas dentro de la revolución y el socialismo. A lo largo de las décadas la defensa inamovible de estas lealtades ha sido un factor fundamental en la erosión gradual del consenso revolucionario. Como nunca se crearon los medios para que las altas instancias del poder se valieran de la nutrida diversidad existente entre las propias élites y en la ciudadanía, los resultados fueron el engrosamiento del exilio y las cárceles, así como el asentamiento en la ciudadanía del silencio político y la llamada doble moral – el decir una cosa en público y crear otra en privado. Fue creciendo el número de cubanos afligidos por “una lesión antropológica” – expresión de monseñor Pedro Meurice Estiu, arzobispo de Santiago de Cuba – que, por tanto, no asumen el protagonismo de sus vidas y de la historia nacional. Esta situación es aún más dramática porque la revolución cubana en sus inicios genuinamente representó las aspiraciones de casi todo un pueblo. (GRUPO DE TRABAJO “MEMORIA, VERDAD Y JUSTICIA”, 2003: 25)

O trecho retrata justamente alguns pontos centrais do imobilismo que passou a caracterizar o processo revolucionário cubano uma vez que este passou a ser visto – pela própria cúpula revolucionária – como um fim em si mesmo. Como dito anteriormente, a construção de uma identidade específica, fundamentada sobre memórias e construções históricas mitificadas é uma estratégia fundamental utilizada pelo governo revolucionário para inculcar na população cubana um modelo

moral e comportamental condescendente com as necessidades deste modelo político. Pode-se ver como, desde as primeiras etapas da socialização na sociedade cubana, o indivíduo está constantemente sendo bombardeado por um discurso ideológico extremamente normativo que tenta implantar uma identidade mitificada do cubano.

Devemos, no entanto, fazer um contraponto com a memória e os elementos identitários que se conservam e têm sido produzidos pela enorme comunidade cubana fora de seu país. A diáspora da população cubana ao longo destes 50 anos de revolução representou, portanto, para além de uma necessidade, também uma oportunidade de conservar alguns elementos identitários desvalorizados pela revolução e construir uma memória diferente daquela promovida pelo discurso oficial.

### **O Exílio: suas memórias e Identidade**

Em seu artigo: “Memória, Esquecimento, Silêncio”, Michael Pollack faz uma análise das diferentes matizes da memória, enfatizando especialmente as diferentes disputas e conflitos a que estão sujeitas as memórias coletivas. O autor nos dá exemplos dos atritos que podem se manifestar entre diferentes memórias individuais, bem como entre as memórias individuais e as memórias coletivas. Contudo, é a análise realizada pelo autor dos embates entre as memórias oficiais e as chamadas “memórias subalternas” que mais me chamaram a atenção e que podem ser ajustadas satisfatoriamente ao estudo do presente caso. Vejamos, a este respeito, uma passagem bastante elucidativa extraída do texto:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso

a memória nacional. Num primeiro momento essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. (POLLACK, 1989, p. 4).

Podemos ver no trecho a importância atribuída pelo autor à história oral, a qual fazendo um contra-ponto à história oficial, mantém vivas memórias subterrâneas grupais que trazem elementos e avaliações diferenciadas com relação ao discurso estabelecido. De fato, as memórias subterrâneas são um fenômeno comum a todas as sociedades, já que sempre existirão grupos e coletivos sociais que se encontram fora das esferas de poder dominantes, sendo obrigados a manterem suas identidades, memórias e aspirações num plano ao menos reservado, muitas vezes oculto.

A revolução cubana foi um fenômeno social bastante radical, tanto na forma como se concretizou quanto nos seus propósitos e procedimentos após 1959. A sociedade cubana pré-revolucionária possuía uma burguesia bastante abastada e politizada dada sua proximidade e familiaridade com os Estados Unidos, país que financiava a ditadura de Fulgêncio Batista. Nestas condições, é de se esperar que o triunfo da revolução tenha gerado diferentes reações e sentimentos. Se por um lado o discurso revolucionário ganhava força entre determinados segmentos populacionais, entre outros segmentos era gerada uma idéia contrária ao processo em gestação. O medo e a incerteza fizeram com que muitas pessoas que não simpatizavam ou se sentiam ameaçadas pela revolução que se instaurava em Cuba, providenciasse sua saída do país. É muito comum a idéia de que foram as elites abastadas, capitalistas e contrárias à re-distribuição de renda e poder que saíram de Cuba

neste primeiro momento. Se bem esta afirmação é uma verdade, devemos considerar também que houve um sem número de pessoas e grupos sociais cubanos que se opuseram ao governo revolucionário e terminaram por migrar não apenas em função de seus interesses econômicos, mas também em decorrência de interesses políticos e ideológicos. Embora a revolução tenha tido um forte apoio populacional em todos os segmentos sociais, seus primeiros dois anos são determinantes para que, dentre aqueles que haviam apoiado o processo desde o começo – participando inclusive da luta armada, surgam grupos de oposição descontentes com os rumos que a suposta “revolução democrática” cubana ia tomando. No informe: “Cuba, La reconciliación nacional” este caráter da migração cubana desde os primórdios da revolução é exposto com clareza na tentativa de definir a verdadeira natureza da oposição ao regime fora da ilha, muitas vezes estigmatizado e reduzido à idéia de que são as elites cubanas que não estiveram dispostas a abrir mão de seus bens quando implantada a revolução. Observemos três trechos elucidativos a este respeito:

Si bien es cierto que la reforma agraria y luego las nacionalizaciones desligaron a la clase alta y a importantes sectores de la clase media, tan o mas relevante en el surgimiento de la oposición organizada después de 1959 fue la forma en que las altas instancias del poder revolucionario se apropiaron de la prerrogativa de cómo hacer lo mucho que quedaba por hacer. Como nunca antes en la historia de Cuba, el gobierno revolucionario configuró una lógica de fines partidarios absolutos que rápidamente fundió al país con la revolución y a la revolución con su máximo líder. Esa fundición entre país, revolución y liderazgo fue el estandarte que el gobierno defendió y defiende a ultranza. La fidelidad era y es indivisible: no cabía ni cabe ser leal al país sin admitir incondicionalmente los otros dos componentes. (GRUPO DE TRABAJO “MEMORIA, VERDAD Y JUSTICIA”, 2003: 22)

Para fines de 1960, Cuba había dejado de ser un país capitalista y las instituciones capaces de dirimir pacíficamente las discrepancias políticas habían desaparecido. El reclamo de la oposición organizada contra Batista había sido otro – la restauración de la democracia y una transformación económica que aliviara los problemas sociales – pero, así y todo, el gobierno retenía un gran apoyo popular: la población que lo favorecía ya había forjado un vínculo afectivo tan fuerte con la revolución que esta devino en un símbolo casi mítico cuya ascendencia aun sienten algunos sectores. La defensa de la soberanía nacional ante EE.UU. y lo que se entendió por justicia social dio al traste con la democracia, sin que la mayoría revolucionaria de aquel momento sopesara las consecuencias. (GRUPO DE TRABAJO “MEMORIA, VERDAD Y JUSTICIA”, 2003: 22)

El viraje que fundió al país con la revolución y con su máximo líder y que llevó a Cuba a enrolarse junto con la URSS en la Guerra fría, provocó un fuertísimo y hondísimo rechazo en sectores de la población. El comunismo, después de todo, negaba no solo el derecho a la propiedad privada, también las libertades civiles, políticas y religiosas. Los abusos que acompañaron la restricción de las libertades, por tanto, conformaron la razón central de la oposición de miles de cubanos que no eran adinerados y que, incluso, provenían de las capas humildes. Antes sus ojos, una revolución por la que habían luchado para acabar de una vez por todas con las dictaduras en Cuba se tornaba dictatorial y suscribía los designios de la superpotencia comunista. (GRUPO DE TRABAJO “MEMORIA, VERDAD Y JUSTICIA”, 2003:27)

A partir do momento em que a revolução em curso em Cuba passa a se definir pela oposição com os Estados Unidos e o alinhamento com a União Soviética, pelo estabelecimento de “fins partidários absolutos” e pelo culto aos ideais socialistas e à figura de Fidel Castro, uma oposição, tanto pacífica como violenta, vai se organizando no próprio território cubano. O

primeiro êxodo migratório, o qual se estende desde os anos imediatamente anteriores ao 59 e vai até 1962 aproximadamente, é constituído não apenas de cubanos que saem de Cuba para defender seus bens materiais, mas também de um conjunto social que participou e apoiou a revolução, mas se opôs as opções, caminhos e características que a revolução cubana foi tomando nos primeiros anos. Este primeiro êxodo estabelece uma particularidade interessante no âmbito da oposição entre discursos oficial e subterrâneo. Através deste primeiro fenômeno migratório de cubanos para os Estados Unidos - estabelecendo-se principalmente na cidade de Miami - toda uma série de elementos sociais e culturais que serão suplantados e desvalorizados pelo governo revolucionário em Cuba encontram na recém formada comunidade de cubanos em Miami um lugar onde subsistir. Desde o surgimento da comunidade cubana em Miami, portanto, esta se caracteriza por manter e em certa medida dar força a valores sociais, culturais e ideológicos diferentes dos que passam a imperar em território cubano em decorrência da revolução. A identidade e a memória que no território cubano se caracterizariam por serem subterrâneas, nos moldes do que coloca Pollack, ganham as ruas de Miami e podem assim não apenas se estabelecer, mas se desenvolverem e se transformarem em um contra-discurso forte o suficiente como para influenciar a própria população cubana que se manteve em Cuba.

Um fator importante dentro deste processo é a força que a comunidade de cubanos dissidentes vai adquirindo. Esta comunidade teve um desenvolvimento acentuado com a passagem do tempo. Tanto o nascimento e crescimento da primeira geração de “cubano-americanos” – filhos dos primeiros imigrantes, quanto a ocorrência de outras ondas migratórias, contribuíram não apenas para que esta comunidade aumentasse, mas também para que ganhasse em riqueza e diversidade no que tange às

faixas etárias, a classes sociais, orientações políticas, etc.

Ocorreram, ao longo da história da revolução, outros êxodos migratórios bastante pronunciados. A fim de melhor compreendermos o porquê do aparecimento deste fenômeno migratório aparentemente incontrolável, nestes dois momentos, observemos a seguinte reflexão do sociólogo Zygmund Bauman em seu texto “Modernidade e Ambivalência”:

Invariavelmente, tal operação de inclusão/exclusão é um ato de violência perpetrado contra o mundo e requer o suporte de uma dose de coerção. Ela pode durar na medida em que o volume de coerção aplicada continuar adequado à tarefa de superar a extensão da discrepância criada. A insuficiência de coerção revela-se na manifesta relutância de entidades postuladas pelo ato de classificação em encaixar-se nas classes determinadas e no aparecimento de entidades sub ou super-definidas, que não enviam sinais legíveis para ação ou enviam sinais que confundem os receptores por serem mutuamente contraditórios. (BAUMAN, 1999:10).

A reflexão de Bauman se encaixa perfeitamente na realidade do sistema revolucionário cubano. As ondas migratórias pós-revolução sucedem, e sucedem violenta e incontrolavelmente porque o governo revolucionário já não tem força suficiente para impor sua classificação e coerção identitária à sociedade cubana como um todo. Aqueles segmentos sociais com mais força e inconformismo, como é o caso da população jovem, pobre e sem perspectiva dentro de Cuba, acaba por quebrar a inércia e a dormência em que o sistema tenta mantê-los constantemente, criando questionamentos, irreverência e violência contra o estabelecido, e envolvendo em conflitos e processos migratórios. Estes segmentos sociais estavam amplamente representados nos grandes êxodos migratórios após 1959.

Uma primeira onda migratória é a que sucede a partir de 1965 em decorrência do estabelecimento de uma Ponte Aérea

direta entre Cuba e Estados Unidos, assim como em decorrência da aprovação da “Ley de Ajuste Cubano”, a qual facilitava a aquisição do status de residente permanente nos Estados Unidos aos emigrantes cubanos que chegassem ao país. Em torno de 334.000 cubanos saíram de Cuba em pouco menos de uma década (1965-1973). (GRUPO DE TRABAJO “MEMORIA, VERDAD Y JUSTICIA”, 2003:83). No entanto esta onda migratória teve menos impacto na história da migração cubana e nas dinâmicas sociais de Cuba do que outras que se deram de uma maneira mais conflitiva, dadas suas condições e características. Estes êxodos mais marcantes foram dois, o primeiro se deu em 1980, ocorrendo devido à abertura, por parte do governo revolucionário, do porto do “Mariel”, situado nas proximidades de Havana. Em meio a diversas polêmicas e crises econômicas e sociais, decidiu-se permitir a ida para os Estados Unidos a qualquer pessoa que quisesse, e tivesse familiares em Miami que promovessem o transporte marítimo. Nos dias da abertura do porto houve uma grande comoção e milhares de pessoas se apinhavam nos barcos e botes que chegavam constantemente para procurar famílias inteiras. O governo cubano aproveitou e incentivou à travessia a “segmentos sociais não desejados”. Presos políticos e comuns, criminosos, opositores ao regime, doentes mentais e homossexuais foram “convidados” e incentivados a aproveitarem a oportunidade e irem embora de Cuba. Aproximadamente 125.000 cubanos foram embora da ilha em questão de alguns dias. (GRUPO DE TRABAJO “MEMORIA, VERDAD Y JUSTICIA”, 2003:83). A comunidade cubana em Miami, até então bastante homogênea passou a experimentar uma diversidade antes desconhecida, o que acarretou conflitos de todo tipo e o surgimento de hierarquias, grupos e preconceitos. Os imigrantes que chegaram através desta crise para sempre ficaram estigmatizados, mesmo dentro de Miami, como os “marielitos”.

A outra crise migratória aconteceu ao longo da primeira metade da década de 90, e especialmente no ano de 1994, quando milhares de cubanos se arrojaram ao mar muitas vezes em embarcações improvisadas, esperando alcançar a costa norte-americana. Conhecida como a “crise dos balseros”, o fenômeno se deu de maneira semelhante à crise dos anos 80. Enfrentando o período mais difícil da história da revolução, com muitas pessoas insatisfeitas tentando encontrar maneiras de ir embora de Cuba, o governo se viu obrigado a “abrir as fronteiras” em 1994, permitindo assim que aqueles que estivessem dispostos a ir embora assim o fizessem. Novamente milhares de cubanos tentaram chegar à costa americana em todo tipo de embarcações. Aproximadamente 32.000 cubanos foram embora apenas naquele ano. (THE CUBAN RAFTER PHENOMENON: A UNIQUE SEA EXODUS, INTRODUCTION). Outra onda de cubanos chegava então à cidade de Miami. O fenômeno dos “balseros” foi muito explorado pela mídia mundial e o governo cubano foi duramente criticado e condenado pela precariedade com que muitos cubanos arriscaram – e inclusive perderam - suas vidas tentando fugir de Cuba. Calcula-se que milhares de cubanos tenham perdido a vida tentando essa travessia:

Decenas de miles de cubanos se han lanzado al mar en balsas con la esperanza de llegar a EE.UU. Sin acceso a fuentes cubanas, es imposible determinar el número de personas que fallecieron al intentar la salida o en el trayecto en sí. Los estimados oscilan entre el 25 y el 75 por ciento del total de supervivientes. Por ejemplo, el total de personas que llegó a los EE.UU. en balsa durante las dos etapas principales de salidas ilegales de Cuba – 1959-1974 y 1983-1994 – es de 61.840; las vidas perdidas serían, por tanto, entre 15.460 y 46.380. (GRUPO DE TRABAJO “MEMORIA, VERDAD Y JUSTICIA”, 2003:83).

Estas ondas migratórias convergem para a comunidade

cubana em Miami, a qual com o passar do tempo se transformou em um pedaço de Cuba fora dos limites da ilha. Praticamente um território cubano dentro dos Estados Unidos, onde se manteve viva em toda sua riqueza e valor histórico toda uma parte da cultura cubana que não se manteve dentro de Cuba. Miami passa por diferentes etapas à medida que vão chegando estes fluxos migratórios. A partir de 1959 a comunidade se forma e ganha força política rapidamente, com o estabelecimento de um novo segmento social. Não sendo criadas todo tipo de instituições sociais e culturais “cubanas”, além de órgãos midiáticos e políticos próprios para esta comunidade: rádios, jornais, clubes, etc. A cultura que é protegida e conservada nestes momentos é aquela da burguesia cubana, justamente aquela que foi o maior alvo das iniciativas revolucionárias. São cultuadas as lembranças da boêmia, os restaurantes e clubes aburguesados, a vida comercial, as casas à beira mar. Também passa a ser construída, neste momento, a memória da “Invasão à Baía dos Porcos” e dos cubanos exilados que procederam nesta operação de invasão promovida junto à CIA. Aqueles que para o discurso oficial foram apenas um bando de traidores tentando desestabilizar militarmente o governo revolucionário, para a comunidade cubana em Miami são legítimos heróis cubanos lutando contra aqueles que estão agora oprimindo o povo cubano, e é assim que sua memória começa a ser construída.

À medida que vão chegando outros grupos sociais e culturais também cubanos à comunidade já estabelecida de Miami, vão se dando interações e processos sociais bastante específicos e interessantes. Estes outros segmentos sociais, que começam a chegar já em decorrência do estabelecimento da Ponte Aérea em 1965, e com mais força a partir da década de 80 sob a alcunha de “marielitos”, trazem em sua bagagem outro tipo de configuração emocional com relação à revolução e sua própria migração para

os Estados Unidos. Estas pessoas, estas gerações, estes grupos sociais já vem com a experiência vivida da revolução, uma experiência extremamente complexa já que é composta tanto de experiências positivas quanto de negativas, de sentimentos tão variados quanto ódio, amor, medo e gratidão. Muitas das pessoas que vem na década de 80 e a grande maioria dos que chegam na crise dos “balseros” nasceram propriamente dentro da revolução. São jovens que, mesmo tendo experimentado e tirado proveito das políticas socialistas, possuem anseios e desejos de um crescimento e um desenvolvimento sócio-econômico que o governo revolucionário parece incapaz de lhes propiciar. Nestas pessoas encontramos as mágoas, dúvidas e vontades ocultas, próprias de alguém que teve que se adequar a um discurso e uma identidade homogeneizante que não concebe e permite certos elementos. Uma vez chegando a um núcleo social que os acolhe e com o qual se identificam como cubanos, mas não como aquele “cubano” construído pelo governo revolucionário, este migrante sente-se livre para expressar o que durante muito tempo levou por dentro. Sente-se a vontade para expor – não para os outros, mas para si mesmo – abertamente, as idéias, os discursos, a identidade e a memória que em território cubano eram obrigadas a ser subterrâneas. Observemos o que nos diz Michael Pollack a este respeito:

Este exemplo mostra também a sobrevivência, durante dezenas de anos, de lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressas. A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando

a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLACK, 1989:5).

Aos elementos identitários e às memórias cultuadas em Miami vão sendo somados outros pontos de vista, outros tipos de história e de sentidos por parte daqueles outros segmentos sociais que vão chegando ao passar dos anos. São gerados na comunidade cubana de Miami embates e conflitos típicos de uma comunidade heterogênea em todos os seus aspectos, o que desmistifica aquela tese comum em certos discursos latino-americanos de que “os cubanos de Miami são burgueses capitalistas e elitistas que apenas esperam o momento certo para voltar a Cuba e recuperar aquilo que é deles”. Se por um lado é verdade que existe, dentro desta comunidade, um fio condutor que une a existência e os anelos de todos os cubanos: o fim do estado deplorável em que Cuba se encontra hoje e a normalização das relações entre cubanos de dentro e de fora da ilha, por outro lado esta generalização simplista revela a falta de conhecimento da profunda heterogeneidade que se manifesta naquele grupo social dos dissidentes cubanos em Miami.

De fato, encontramos em Miami hoje, uma identidade do “cubano” muito rica e autônoma, definida em contraposição com aquela identidade construída pelo regime socialista em Cuba. Neste sentido a migração, a saída de Cuba se configura como um elemento chave para a definição identitária destes cubanos. A diáspora e todas as possibilidades políticas que esta propicia se transformam num fator chave para uma definição última da identidade destes sujeitos como “cubanos”. É apenas após migrarem e saírem por “necessidade” do seu país, que pode ser formulada por parte destes indivíduos uma posição crítica com relação ao próprio discurso identitário ao qual estavam sujeitos em Cuba, atingindo assim a possibilidade de uma identidade “livre”, uma conceitualização de si mesmos sem a coerção política

e ideológica do sistema socialista. Vejamos a este respeito o que Michael Pollack coloca sobre a importância da história de vida para a reconstrução “*a posteriori*”, da identidade:

A despeito de variações importantes, encontra-se um núcleo resistente, um fio condutor, uma espécie de *leit-motiv* em cada história de vida. Essas características de todas as histórias de vida sugerem que estas últimas devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais. Por definição reconstrução *a posteriori*, a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência. Além disso, ao contarmos nossa existência, em geral tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos, entre acontecimentos-chaves... .. Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros (POLLACK, 1989:13).

Neste sentido, a experiência migratória no contexto político cubano, provê os indivíduos com a capacidade de se definirem de uma maneira mais completa e crítica como cubanos, o que determinará de modo singular as produções de sentido que estes indivíduos farão sobre Cuba e seu processo sócio-histórico, assim como sobre si mesmos e suas histórias de vida.

Esta reformulação identitária se fundamenta fortemente na re-construção da própria memória do cubano. Além de elementos “profanados” pelo regime socialista como o modo capitalista e boêmio de vida que era comum na Cuba de Batista para alguns segmentos sociais, são retomadas, re-construídas e produzidas novas memórias de acordo com a “síntese sócio-histórica” da comunidade cubana de Miami. Um primeiro elemento importante da memória deste grupo social é o culto daqueles personagens históricos que também são utilizados pela memória oficial cubana. Em “Little Havana” também encontramos referências constantes a José Martí, Máximo Gómez, Antônio Maceo e outros líderes

cubanos do passado. Contudo, há uma diferença qualitativa fundamental na forma como a memória destes personagens se insere na subjetividade social da comunidade dissidente. A luta, os valores, as qualidades e os ideais intelectuais destas personagens históricas são “co-memorados” do ponto de vista da contraposição com o uso que delas é feito pelo governo socialista cubano. Assim, se têm, ao sentir a identidade social do cubano exilado, aquele sabor de que eles sim são “dignos” de se apoderar da memória e se identificar com estes heróis da revolução cubana, já que os próprios exilados se constroem identitariamente como um grupo social marcado pela luta, pela honra, pelo patriotismo e pelo sentimento de justiça. Os cubanos recuperam a memória destes mártires da história em virtude do lugar social e histórico de onde falam: o lugar da exclusão, da luta oposicionista e da subversão ao regime estabelecido em Cuba.

Outro ponto fundamental é a construção da memória dos próprios heróis do exílio cubano em contraposição aos heróis criados pela revolução. A própria figura do “emigrante” cubano, aquele que teve que ir embora do seu país em decorrência das dificuldades impostas pelo regime revolucionário e seu desgaste, é sacralizada e mitificada na memória, com o surgimento de heróis e mitos. É importante ressaltar que aqui é onde a oposição entre a memória oficial do governo cubano e a contra-memória produzida em Miami atinge seu nível máximo. Enquanto em Cuba são criados e cultuados os heróis revolucionários como o “Che” e o “Comandante” Fidel Castro e há um ataque ideológico muito forte aos emigrantes, inclusive estereotipando-os como traidores e “gusanos”<sup>2</sup>, em Miami acontece justamente o fenômeno inverso. A comunidade cubana constrói a memória tanto dos heróis de Baía dos porcos, quanto dos muitos “marielitos” que sofreram repressões e ameaças por fazerem parte de segmentos “subversivos”, e dos inúmeros “balseros” que arriscaram e

perderam suas vidas em busca de um futuro melhor fora do regime socialista cubano. Enquanto muitos dos considerados “heróis” revolucionários pelo discurso oficial são profundamente odiados ou caem no ostracismo na comunidade cubana de Miami, monumentos são construídos e datas são comemoradas em homenagem à memória dos heróis cubanos no exílio.

Pode-se perceber, portanto, como todo um conjunto de memórias são construídas pela população cubana no exílio, como maneira de defenderem e valorizarem sua história, suas opções e sua situação social e cultural no presente. Esta memória gera uma identidade particular extremamente forte, pautada na afirmação através da exclusão daquelas memórias, identidades e heróis construídos pelo processo revolucionário cubano.

### **Considerações finais**

Fica claro, a partir destas considerações, que o movimento revolucionário vitorioso em Cuba, dá início, desde a tomada do poder político em 1959, a um processo de transformação identitária do povo cubano, processo este que, a partir dos anos 70 vai integrando uma forte dose de coerção ideológica. Esta transformação na identidade é um fenômeno social complexo que se fundamenta em câmbios sociais almejados e procurados pela maioria da população cubana da época, bem como pelo núcleo guerrilheiro que passa a representar esses interesses. O governo revolucionário, após manejar as memórias e a identidade do povo cubano em seu benefício, criando uma identidade coerente com as necessidades que a situação sócio-política de Cuba requeria, não soube flexibilizar e enriquecer esta identidade à medida que as condições sociais, políticas e culturais da ilha mudavam com o passar das décadas. Ao invés disso criou estratégias e métodos repressivos e coercitivos como resposta à demanda por câmbios sociais. A simbologia patriota, austera e antiimperialista imposta

pelo governo revolucionário como inerente ao povo cubano não resistiu a heterogeneidade de sonhos, desejos e anseios que levaram muitos cubanos a protagonizarem êxodos maciços com direção aos Estados Unidos. Na comunidade de cubanos de Miami assuntos importantes vão sendo colocados em pauta e desconstruídos os argumentos e estereótipos impostos ao povo cubano. Uma nova identidade vai sendo produzida ancorada em contra-discursos e contra-memórias que ganham força a medida que os fluxos migratórios trazem segmentos sociais ávidos de mudança, de diferença, de pensamento crítico frente à repressão e à coerção que vai se instituindo como elemento marcante do governo revolucionário com o passar do tempo. Os discursos vão se fortalecendo e se propagando através da criação de toda uma rede midiática cubana idealizada e centrada fora de Cuba e seus limites ideológicos.

Hoje em dia, nos deparamos com o fato de que este contra-discurso formulado fora do território cubano cada vez penetra e influencia mais a população da ilha. Seja através das facilidades crescentes de acesso à informação propiciadas pela internet, celular, skype e outras tecnologias, ou seja mediante o enfraquecimento das barreiras ideológicas do governo e o aumento da consciência por parte do povo cubano; é inegável que o pensamento crítico e as memórias e discursos “subterrâneos” dentro da sociedade cubana estão mais fortes do que nunca. Possíveis desdobramentos para a temática tratada neste trabalho seriam os mecanismos e as dinâmicas que possibilitam que estes contra-discursos críticos transitem e se estabelecem na sociedade cubana. É de suma importância também, especularmos sobre o momento em que estes discursos e toda a carga emocional que a eles se relacionam, finalmente virão à tona em território cubano e as conseqüências que este processo poderia ter para a sociedade cubana em geral.

## Notas

1 Conjunto montanhoso onde a guerrilha cubana encontrou condições físicas e sociais propícias para levar a cabo a luta armada contra o exército de Batista.

2 Termo extremamente pejorativo utilizado a princípio para designar a classe burguesa que foi embora de Cuba e planejou, junto ao governo americano, a invasão de “Baía dos porcos” em 1961. Mesmo após o advento dos vários fluxos migratórios Cuba-EUA, a concepção simplista com relação à comunidade de Miami continuou determinante para que, em certa medida, todos os emigrantes cubanos adquiriram, no imaginário social, uma dose de “gusanos”.

## Bibliografia

BASTIDE, R. *As Religiões Africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira, v. 2, 1971.

BAUMAN, Z. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1999.

DARIEL, A. R. *Memorias de un Soldado Cubano*. Vida y Muerte de la Revolución. Barcelona: Fábula, 2003.

FARIAS, E. *Alguns Apontamentos sobre o dueto Memória e Modernidade*. Apresentado na mesa redonda *Memória do Desenvolvimento Regional/Nacional*, durante o IV Colóquio Educação, História e Cultura do Museu Pedagógico – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 18 de Novembro de 2004.

GONZÁLEZ REY, F. L. *El socialismo: realidad, límites y contradicciones de un concepto*. Inédito.

GRUPO DE TRABAJO “MEMORIA, VERDAD Y JUSTICIA”; PÉREZ-STABLE, M. (Cord.). *Cuba, La Reconciliación Nacional*. Miami: Centro para América Latina y el Caribe, Universidad de la Florida, 2003.

MATOS, H. *Como llegó la Noche*. Barcelona: Fábula, 2004.

POLLACK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 4-15, 1989.

RANGER, T.; HOBSBAWM, E. *A Invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1984. Introdução.

The University of Miami Digital Library Program. *The Cuban Rafter Phenomenon: A Unique Sea Exodus*. Disponível em: <http://balseros.miami.edu/Mainnavigation.htm>. Acessado em 25/07/2009.



## ***Boarding home: literatura, revolução e exílio***

*Isabel Ibarra Cabrera*

(Universidade Federal de Goiás, Brasil)  
isabelibarra555@hotmail.com

*Rickley L. Marques*

(Universidade de Brasília, Brasil)  
rickleymarques@hotmail.com

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar as relações entre história e literatura na obra *Boarding home* de Guillermo Rosales. Na análise da obra, a figura do escritor sobressai por narrar suas experiências de vida e expor suas principais idéias num momento de ruptura. No seu romance, Guillermo Rosales revela seu inconformismo com a deshumanização e toma partido pelos marginalizados mostrando a desilusão com o passado (revolução cubana) e a descrença com o futuro (Miami).

**Palavras-chave:** Literatura, Revolução cubana, Exílio.

### **Resumen**

Este artículo tiene como objetivo general analizar las relaciones entre historia y literatura en la obra *Boarding home* de Guillermo Rosales. En el análisis de la obra la figura del escritor se sobresaie por narrar sus experiencias de vida y exponer sus principales ideas en una época de rupturas. En su novela Guillermo Rosales revela su inconformismo con

\* Artigo recebido em março de 2009 e aprovado para publicação em maio de 2009.

la deshumanización y toma partido por los marginalizados mostrando su desilusión con el pasado (revolución cubana) y la descreencia con el futuro.

**Palabras claves:** Literatura, Revolución cubana, Exilio.

### **Abstract**

This article has like the general objective analyze the relation between history and literature in work *Boarding home* by Guillermo Rosales. In this analyze the figure of writer surpass for narrate yours experiences of life and expose yours mains ideas in a moment of rupture. In the romance Guillermo Rosales reveal your inconformism like the dehumanization e get party by marginalizad showing the disillusion with the past (Cuban revolution) and the disbelief with the future (Miami).

**Key words:** Literature, Cuban revolution, Exile

O romance *Boarding home*, de Guillermo Rosales, é considerado uma das principais obras escritas sobre o exílio cubano em Miami (ROSALES, 1987)<sup>1</sup>. No entanto, consideramos que esta obra é mais do que isso. Poucas obras têm tratado as tensões sociais, os conflitos de formação e o desajuste de milhares de cubanos que chegaram aos Estados Unidos após o triunfo da revolução. Desajuste, em parte, explicado pelas novas condições históricas a que estes indivíduos submeteram-se. Se por um lado, os sujeitos revelam as contradições e a desilusão com o processo revolucionário que os levou ao exílio, por outro lado, esses homens não conseguem ajustar-se ao estilo americano de vida, *American way of life*. Nesse sentido, a obra trata ao longo do texto das próprias idéias e experiências do autor, levando a muitos críticos a afirmar que *Boarding Home* é uma obra autobiográfica<sup>2</sup>.

Em Cuba, um fragmento do romance de Guillermo Rosales foi publicado no ano de 2000. Ambrosio Fornet fez uma introdução onde levanta algumas questões sobre a literatura da

diáspora. Nesse sentido, Fornet (2000:113) aponta que “algumas de esas novelas no están exentas de amargura: en ellas se percibe por momentos el deseo de um ajuste de cuentas simbólico con la realidad política de la Isla”. Ainda que a trama de *Boarding home* não aconteça na Ilha, o seu protagonista, narra seus contínuos insucessos, dor e desilusão com relação ao passado e descrença com relação ao futuro. Assim, Rosales na única entrevista oferecida em vida manifestou:

Creo que la experiencia de quien vivió en el comunismo y el capitalismo y no encontró valores sustanciales en ninguna de ambas sociedades merece ser expuesta. Mi mensaje ha de ser pesimista, porque lo que veo y vi siempre a mi alrededor no da para más. No creo en Dios, no creo en el Hombre. No creo en ideologías (ROSALES Apud, Leyva Martínez, 2002-2003).

Segundo Leyva-Martínez (2002/2003:103) *Boarding home* refere-se a um dos asilos em que morou o autor chamado *Happy home*. Guillermo Rosales viveu por anos, efetivamente, nesses estabelecimentos<sup>3</sup>, o que sem dúvida comprova a forte carga autobiográfica no romance. O protagonista William alter-ego do autor, chega a Miami pelo aeroporto internacional e é recepcionado por familiares que não o aceitam. William pretendia ser escritor, assim como Rosales<sup>4</sup>. William ouve vozes, vive num boarding homes e sonha com sair dali. Guillermo Rosales foi considerado esquizofrênico porque ouvia vozes, viveu em vários *home* e narrou com detalhes a vida e os sonhos dele e de outros que viviam e queriam fugir desses lugares<sup>5</sup>. Enfim, ambos se confundem e é difícil estabelecer o que é ficção e o que são as efetivas experiências vividas pelo autor<sup>6</sup>. Nesse sentido, a crítica literária porto-riquenha Ileana Piñeda Pérez, afirma que os autores caribenhos desterrados buscam a sua pátria a partir de si mesmos (PÉREZ, 2000). Assim acreditamos que Guillermo Rosales fez da literatura “instrumento e fim da sua ação”<sup>7</sup>, especificamente no

seu romance *Boarding home*, que para alguns é visto como o testamento do autor<sup>8</sup>, registrou a sua missão: mostrar as elites de Cuba e de Miami, o discernimento de um desajustado.

Ainda que em vida Rosales não chegara a alcançar o êxito de sua obra, *Boarding home* apresenta-se num estilo que faz pensar na dor da criação artística e na crença do autor na literatura que, como diria Sevcenko (1999:233), “cria estados de espírito, desperta ou enseja desígnios éticos”. Nesse sentido, a obra *Boarding home* perturba e interroga sobre o sentido da vida e os limites da razão.

Assim, o romance é o relato de um personagem chamado William Figueras, um cubano recém-chegado a Miami. William é recebido como um herói pelos seus familiares que, embora não o conheçam, tinham grandes expectativas em relação a ele. Mas, quando percebem que William não era exatamente o que esperavam, estes mesmos parentes se afastam e não mais o procuram. O protagonista do romance narra a decepção que causou em sua família, como pode ser visto abaixo:

Aqui me esperavam uns parentes que nada sabiam de minha vida, e que depois de vinte anos de separação já nem me conheciam. Acreditaram que chegaria um futuro triunfador, um futuro comerciante, um futuro playboy; um futuro pai de família que teria uma futura casa cheia de filhos, e que iria os fins de semana à praia e correria bons carros e vestiria roupas de marca Jean Marc e Pierre Cardin; e o que apareceu no Aeroporto o dia de minha chegada foi um cara enlouquecido, quase sem dentes, magro e assustado, ao que tiveram que ingressar nesse mesmo dia numa sala psiquiátrica porque olhava com desconfiança a toda a família e, em lugar de abraçá-los e beijá-los, os insultava (ROSALES, 1987:10)<sup>9</sup>.

Rosales mostra o desencontro entre o protagonista e sua família cubana-americana e as expectativas desta última com relação a um novo membro que se adaptaria com facilidade ao

*American way of life*. A frustração é tão grande que somente uma tia chamada Clotilde continua a se sentir responsável por William. Contudo, a dificuldade de adaptação do parente, aliada a uma incipiente loucura manifestada pela capacidade de ouvir vozes e ver coisas que ninguém mais podia ouvir ou ver, mina a resistência de Clotilde. Após levar o sobrinho a vários psiquiatras, ela decide interná-lo num abrigo sustentado pelo Estado norte-americano. Estes abrigos são, no romance, uma espécie de pequenos manicômios, onde se depositam os que não têm para onde ir e os destituídos da capacidade de adaptação à sociedade e. Embora não fossem oficialmente considerados doentes mentais, nem os seus hóspedes estivessem lá obrigados juridicamente, os abrigos, ou *Boarding homes*, são relatados como uma espécie de limiar da cidadania, cujos hóspedes dificilmente se recuperavam. Abaixo podemos ver como William descreve seu primeiro dia nesse lugar:

A casa dizia por fora “Boarding home”, mas eu sabia que seria meu tumulto. Era um desses refúgios marginais onde somente vai gente desajustada pela vida. Loucos em sua maioria. Ainda que, às vezes, há também velhos deixados por suas famílias para que morram em solidão e não acabem com a vida dos vencedores (ROSALES, 1987:7).

Rosales, como podemos notar, imprime suas idéias em todo o romance. Nessa nova sociedade com esse novo estilo de vida existem lugares para “a gente desajustada pela vida”. O autor faz referência ao contraste entre o mundo dos desajustados e o dos triunfantes, separados por uma espécie de muro intransponível. Esta idéia é recorrente em todo o romance. Nesse sentido, Reis (2003:82-83) afirma que a obra literária, embora “privilegie modos de representação sinuosos”, não perde sua ligação com a sociedade e com a história. Podemos observar que a chegada do autor a Miami poucos meses antes da crise do Mariel vai

marcar a sua obra. O ano de 1980 e o ambiente criado tanto em Cuba como em Miami com relação a essa migração vai expor o conflito de idéias. William, a exemplo da geração Mariel<sup>10</sup>, fazia parte de uma geração de fracassados que, após vinte anos de repressão, chegaram a Miami com muitos traumas, o que, por sua vez, os impediu de escalar o muro do triunfo. Eram pessoas que já chegavam minadas e não mais podiam adaptar-se a nenhum lugar. Eram os fracassados, as presas dos triunfantes, as vítimas do sistema do poder e da cultura dominante, seja em Cuba, seja em Miami. Era o combate entre os que detêm ou compartilham o poder e os que insistiam em não se subordinar a ele, ou que já não podiam adaptar-se a ele. *Boarding home* era o limiar onde William procurava equilibrar-se sem sucesso, como mostra sua narrativa:

Tenho estado ingressado em mais de três salas de loucos desde que estou aqui, na cidade de Miami, aonde cheguei faz seis meses fugindo da cultura, da música, da literatura, da televisão, dos eventos esportivos, da historia e da filosofia da ilha de Cuba. Não sou um exilado político. Sou um exilado total. Às vezes penso que si houvesse nascido em Brasil, Espanha, Venezuela, ou Escandinávia, houvesse saído fugindo também de suas ruas, portos e campos (ROSALES, 1987:7).

Embora William não tivesse saído pelo porto de Mariel, pertencia ao mundo dos desajustados como Rosales. O autor estabelece a dicotomia entre dois mundos distintos, o dos triunfantes e o dos fracassados, dos ajustados e os desajustados. Por isso, o personagem William se sentia tão distante de todos e com a impressão de não pertencer a qualquer lugar, como um exilado total, característica dos que se encontram à margem de qualquer sociedade.

Rosales procura fazer um retrato fiel do exílio que ele encontrou em Miami. O romance e a sua vida particular

convergem. As personagens que William encontra ao longo da sua narrativa parecem ter sido extraídas das memórias e do cotidiano do autor.

O romance traz alguns encontros inusitados de William com algumas personagens caricatas hospedadas na *Boarding home*, como é o caso de Ilda, uma senhora que havia imigrado em 1960 e que acaba sendo abandonada pela família na velhice:

Olho-a. Veste relativamente bem em comparação como veste a gente do *Boarding home*. Seu corpo, ainda que velho, está limpo e cheira remotamente a água de colônia. Ela é uma das que tem sabido exigir seus direitos, e reclama ao senhor Curbelo todos os meses os trinta e oito pesos que lhe correspondem. Foi uma burguesa, lá em Cuba, nos anos em que eu era um jovem comunista. Agora o comunista e a burguesa estão no mesmo lugar. O mesmo lugar que lhes deu a história; o *Boarding home* (ROSALES, 1987: 29).

Embora Ilda houvesse saído de Cuba fazia mais de vinte anos e não fosse oriunda das camadas populares, ela passa a engrossar as estatísticas dos desabrigados na sua velhice. Ela, a burguesa, e o jovem de classe média, William, de 38 anos, passam a compartilhar o mesmo espaço de experiência e a ter o mesmo sonho de espera, ou seja, deixar o *Boarding home*.

Rosales construiu um cenário repleto de excluídos, onde os emigrados do Mariel são apenas uma parcela de milhões de pessoas que, inevitavelmente, passam pelas engrenagens de um sistema de poder que tritura a todos os que não querem ou não podem adaptar-se às suas estruturas. *Boarding home* está repleta de desajustados, homossexuais, velhos abandonados, alcoólatras e doentes mentais. Dentre eles, há vários *marielitos*, mas há também uma minoria que sequer é cubana, como é o caso de Loise, um psicopata norte-americano. Contudo, todos os que lá se encontram têm algo em comum, ou seja, nenhum deles consegue

mais se adaptar à sociedade norte-americana.

William recebe apenas uma visita amiúde. Trata-se do poeta e amigo cubano Esteban Luis Cárdenas que havia saído pelo porto de Mariel. William refere-se a ele como “o Negro”, sem jamais citar o seu nome. Seleccionamos uma passagem em que “o Negro” o visita; embora a citação pareça extensa, trata-se de um diálogo cujo sentido ficaria truncado e poderia perder-se, caso fosse reduzido:

Que há de novo? – perguntou ansiosamente ao Negro. Ele é meu contato com a sociedade. Ele vai as reuniões de cubanos intelectuais, conversa de política, lê os jornais, assiste a televisão, e logo, a cada uma ou duas semanas, vem a me visitar para transmitir-me a essência de suas correrias pelo mundo.

– Tudo igual – diz o Negro – Tudo igual... bom! – diz de pronto. Truman Capote morreu. – Já sabia. – Pois nada mais – diz o Negro – tira um jornal Mariel, editado por jovens cubanos no exílio. – Aí tem um poema meu – diz o Negro – na página seis. Busco na página seis. É um poema que se chama Sempre há luz nos olhos do diabo. Lembra-me a Saint John Perse. Falo e lisonjeio-o. – Lembra-me a Lluvias – digo. – A mim também – diz o Negro. – Logo me olha. Estuda minha roupa, meus sapatos, meu cabelo sujo e desalinhado. Movimenta a cabeça desaprovando. – Você, Willy – diz – diz então – deverias cuidar-te mais. – Estou muito destruído, eihem? – Ainda não – diz – mas tenta não cair mais. – Me cuidarei – digo. O Negro me da uma tapinha no joelho. Compreendo que já vai embora. Tira uma carteira de Marlboro a meio consumir e me entrega na mão. Logo tira um dólar e também me da. – É tudo o que tenho – diz. – Sei. Saímos do carro. Um louco vem nos pedir um cigarro. O Negro da o cigarro. – Adeus, doutor Zhivago – me diz sorrindo. Volta as costas e vai embora (ROSALES, 1987:31-32).

O diálogo entre “o Negro” e William é muito esclarecedor, porque revela a situação de isolamento em que se encontrava

Rosales naqueles momentos. O diálogo faz referência à revista *Mariel* que foi fundada por um grupo de jovens intelectuais cubanos (dentre eles, Reinaldo Arenas, Carlos Victoria, Juan Abreu, René Cifuentes, Reinaldo Garcia Ramos, Roberto Valero, Miguel Correa Mujica, Estebán Luis Cárdenas) que saíram pelo porto de Mariel em Cuba em 1980. Também Rosales nesse diálogo elogia ao amigo comparando-o ao poeta Saint John Perse. Na pesquisa realizada na revista *Mariel de Literatura y Arte* encontramos que o poema *Lluvias* de Saint John Perse traduzido para o espanhol por Lezama Lima foi publicado nesta revista (Año II, No.6, Verano de 1984:25). Dessa forma, tudo nos leva a acreditar que essa cena aconteceu na realidade. No entanto, nesses primeiros anos de 1983-1985 Guillermo Rosales não ofereceu nenhum tipo de colaboração com a revista. Acreditamos que ele encontrava-se nos boarding-homes como relata no romance e nutria-se desse cotidiano para continuar escrevendo. Ainda assim, Rosales mantinha contato com alguns amigos que lhe levavam cigarros e conversavam com ele, a exemplo de Carlos Victoria, Esteban Luis Cárdenas e Reinaldo Arenas<sup>11</sup>. Posteriormente, Rosales colaborou com a segunda revista *Mariel Magazine* (1986-) criada por Marcia Morgado e Juan Abreu que publicou a única entrevista com o autor e alguns trechos de sua obra<sup>12</sup>.

Apesar de William não pertencer à elite cubana como Ilda, também não era oriundo das camadas marginalizadas<sup>13</sup>. Ambos faziam parte de uma minoria cubana que estava inserida socialmente, antes e após a revolução. O fato de terem caído em desgraça é resultado do desvio ou da recusa de se conformarem a uma conduta moral estabelecida. Desta forma, foram rejeitados. Não se adaptam aos pressupostos estabelecidos, seja em Cuba, seja no exílio. Se Ilda era representante da elite econômica cubana, William, por sua vez, era um autêntico representante das

camadas médias urbanas. Já “o Negro” pertencia a uma outra esfera, aquela dos que eram estigmatizados desde sua origem. Seriam estes os autênticos *marielitos*? Guillermo Rosales parece estabelecer uma diferenciação entre ele e os *marielitos*. Um segmento predominantemente constituído por “caipiras” (*guajiros*), negros, homossexuais (*maricones*), desdentados, ladrões, favelados, entre tantos outros excluídos. Esses não acreditavam haver perdido o paraíso tropical socialista, mas sim fugido da violência social marcada pelo estigma. Desta forma, Guillermo Rosales não se define como um *marielito* e sim como um dos jovens de classe média que sonharam com a revolução e foram destruídos em meio a sua grande marcha.

O romance prossegue com a narração de William a respeito do cotidiano da casa, até que ingressa uma nova personagem, Francis, uma cubana exilada que chega ao *Boarding home* bastante perturbada emocionalmente. A exemplo de William, ela ouve vozes que não consegue distinguir e também é abandonada pela família. William se enamora de Francis e eles iniciam um romance marcado pela luta para reconstruir suas vidas. Ambos estão desamparados e passam a se apoiar um no outro. A solidariedade existente entre eles passa a ser uma nova esperança para enfrentar os pesadelos do passado e superar as adversidades do presente para, deste modo, poderem voltar a sonhar com um futuro.

A relação entre William e Francis significa, no romance, uma interrupção na loucura e na violência humana de uma sociedade que não tolera indivíduos desajustados como eles. O casal passa a falar sobre suas experiências na juventude, sobre a ilha e a Revolução. A seguir transcrevemos uma dessas passagens:

Seguro suas mãos e nos colocamos em pé. Um carro negro, convertível, passa frente a nos. Um adolescente miamense mostra sua cabeça pela janela e nos grita – Escoria!  
Mostro-lhe o dedo mais longo de minha mão. Logo seguro

aperto a mão de Francis e começamos a caminhar novamente em direção ao *Boarding home*. Tenho fome. Gostaria comer, ao menos, uma empada de carne. Mas não há um centavo (ROSALES, 1987:64-65).

Rosales apropria-se nesse fragmento da memória “comunista” referenciada na participação na Campanha de Alfabetização em Cuba do protagonista e da Francis. O autor de maneira consciente transforma esse fato histórico em “fato literário” (Sevcenko, 2003:243). Nesse fato os protagonistas da trama depositaram no passado sua fé. É dizer, a fé na transformação social da ilha, levar educação a todos os cantos do país. E, Rosales também participou da Campanha de Alfabetização nas montanhas da Serra Maestra (Leyva-Martínez, 2002-2003). William e Francis sabem que seus dramas pessoais são incompreensíveis para a maioria das pessoas que estão à sua volta. A ninguém interessa esta história, a não ser aos que a vivenciaram e aos que compartilharam circunstâncias semelhantes. Ambos acreditaram na Revolução e se decepcionaram; ambos imaginaram que podiam reconstruir suas vidas no exílio e novamente fracassaram. Contudo, havia uma nova esperança de salvação. Começaram a planejar um novo exílio, uma nova fuga. Porém, agora teriam um ao outro e poderiam enfrentar com mais força as vozes que os atormentavam e o pessimismo destrutivo que os paralisava.

William convence Francis a um novo recomeço e propõe que deixem o *Boarding home*. Francis se entusiasma com a possibilidade de morarem juntos e pede para trazer seu filho, que vive com sua mãe em New Jersey, o que William aceita sem resistência e com entusiasmo. O plano de William era simples: esperariam o final do mês, quando recebiam o cheque do seguro social ao qual ambos tinham direito e que era utilizado para pagar suas permanências no *Boarding home*. Deste modo, alugariam uma pequena casa em um bairro pobre chamado *Little Havana*,

onde a maioria dos 125 mil *marielitos* morava, e logo procurariam empregos para poder se sustentar. Mas, após alguns minutos de entusiasmo, Francis perde os sentidos e ao despertar está tomada pelo pânico que a atormenta, como vemos a seguir:

– Francis... Francis! – digo, levantando-a do chão.– Que te passa? Dou-lhe algumas palmadas no rosto. Lentamente volta a si. – É a ilusão, *mi cielo*...a ilusão! – diz. Abraça-me fortemente. Olho-a. Seus lábios, seus pômulos, seu rosto, tudo treme de uma maneira intensa. Começa a chorar. Não resultará – diz. – Não resultará. – Por quê? – Porque estou louca. Preciso tomar todos os dias quatro comprimidos de etrafón forte. – Eu as darei. – Escuto vozes – diz. Parece-me que tudo o mundo fala de mim.– Eu também – digo. Ao caralho as vozes! Seguro-a pela cintura. Lentamente começamos a caminhar no sentido do *Boarding home*. Um carro moderno passa junto a nos. Um sujeito de barbicha rala e óculos escuros mostra a cabeça pela janela e me grita: – Jogá-a fora, cara! Avançamos. Enquanto o fazemos, vou planejando os passos que darei (ROSALES, 1987:93).

Francis teme um novo fracasso, mas é convencida por William a seguir lutando e eles passam a planejar a saída do *Boarding home* ao final do mês. Tudo parecia conspirar a favor do casal; William encontra uma casa dentro de suas possibilidades e, no dia em que o cheque do seguro social chega pelo correio, ele se dirige ao senhor Curbelo, um cubano rico responsável pelo estabelecimento. Após certa resistência, Curbelo entrega-lhe seu cheque, mas quando William pede o cheque de Francis, ele se recusa terminantemente a entregá-lo, alegando que ela está doente e que fora confiada por sua mãe aos cuidados dele. Após ter esgotado todos os seus argumentos, William arranca o cheque das mãos de Curbelo e foge com Francis. Como era de se esperar, o casal é facilmente recolhido pela polícia. Francis é reconduzida para o abrigo sob os cuidados de Curbelo, e William, fora de si, é

conduzido a um hospital psiquiátrico.

No hospital, William consegue convencer o psiquiatra responsável por ele de que não está louco<sup>14</sup>. Embora reconheça que ouve vozes, diz que desde que conheceu Francis já não mais as ouvia. Após uma semana, o Dr.Paredes decide levar William pessoalmente para falar com Curbelo, na tentativa de conseguir a liberação de Francis. Mas William tem outra decepção. Francis havia sido levada por sua família e ninguém sabe de seu paradeiro. William, já sem resistência, capitula. Vejamos um trecho do desfecho do romance:

– Já sabes tudo? – Já sei – respondo. – Não se moleste mais por mim. Não tem nada que fazer. – Sinto muito – diz Paredes.

– Garoto... – diz então, o senhor Curbelo. Podes ficar aqui se assim o desejas. Toma teus comprimidos. Descansa. Mulheres sobram nesta vida. Desde o restaurante chega a voz da mulata Caridad anunciando a comida. Os loucos saem em tumulto até ali. Curbelo levanta-se e empurra-me suavemente pelos ombros.– Vai – diz. Come. Em nenhum outro lugar deste mundo estarás melhor que aqui. Abaixo a cabeça. Saio, detrás dos loucos, até o restaurante (ROSALES, 1987:93).

Neste momento, William já é um homem completamente domado. Na citação acima, quando Curbelo diz a ele que em lugar nenhum estaria melhor do que no *Boarding home*, tem-se o mesmo discurso que William escutara desde Cuba e constantemente ouvia no exílio. Não havia fuga possível, não havia exílio possível. Ele era um exilado total. William termina seu relato como se fosse uma carta de despedida:

Boarding home! Boarding home! Já faz três anos que vivo neste Boarding home. Castaño, o velho centenário que quer morrer constantemente, segue gritando e fedendo a urina. Ilda, a grande dama decadente, continua sonhando que seus filhos de Massachusetts viram um dia a resgatá-la. Eddy, o louco versado em política internacional, segue pendente dos

noticiários de televisão e pedindo a gritos uma terceira guerra mundial. Reyes, o velho caolho, continua supurando pus por seu olho de vidro. Arsenio segue mandando. Curbelo continua vivendo sua vida de burguês com o dinheiro que nos toma (ROSALES, 1987:93-94).

Assim finaliza o romance de Rosales. No romance, o protagonista William termina solitário, louco e desamparado, o que demonstra o pessimismo do autor para com o futuro dos exilados de sua geração. Ainda que acreditemos que essas cenas entre William e Francis possam ser um recurso de ficção nelas também foram expressas de forma clara e convincente o que acreditava Rosales sobre sua própria doença<sup>15</sup>. O alter-ego do autor acredita que com uma boa dose de esperança e ilusão a doença podia ser superada. Rosales, a nosso ver, tornou-se um exilado de qualquer esperança, um exilado total como ele mesmo chegou a afirmar no seu romance.

Como é notório, as condições históricas influíram para as obras destes escritores, dentre eles, Guillermo Rosales e Reinaldo Arenas não fossem aceitas pelas elites política e social de Cuba e Miami. Assim nos primeiros anos de suas publicações tiveram um reduzido grupo de leitores. Contudo, acreditamos que eles obtiveram uma vitória no campo simbólico expressas nas suas obras servindo para nos inquirir sobre as relações entre história e literatura. Como sujeito do contexto vivenciado e colocando-se do lado dos marginalizados, Guillermo Rosales continuara a seduzir seus leitores.

Assim, a obra *Boarding Home*, ainda com uma forte carga autobiográfica, extrapolou a vida do autor “ganhando espaços, agrupamentos e temporalidades inusitadas e se realizando plenamente enquanto uma cerimônia de catarse coletiva, cumprindo-se como arte enfim” Sevchenko (1999:247). Como representante dos anos de 1980, Reinaldo Arenas

(1984:2): expressa de uma maneira contundente o que significou a produção literária para toda a sua geração: “La literatura no es siquiera un oficio; es un sacrificio y una fatalidad, un placer y una maldición. Toda obra de arte es um desafio, y por lo tanto implícita o explícitamente es una manifestación y un canto de libertad”. A través de sua obra e de sua vida Guillermo Rosales revela seu inconformismo ante o mundo que o rodeia e mostra a completa entrega a seu ofício.

### Notas

1 Em 23 de janeiro de 1987 a obra obteve o prêmio Letras de Oro em Miami com o voto de Otavio Paz que participou da seleção das obras premiadas.

2 Leyva Martinez, I (2002-2003), Hernández Busto (s/d), E.; Lopez, A.(s/d)

3 Leyva Martinez (2002-2003) afirma que Rosales viveu a maior parte do exílio entre Boarding home, hospitais psiquiátricos, algum que outro hotelzinho e num pobre apartamento, onde se suicidou em 1993.

4 Guillermo Rosales era um escritor muito inseguro. E segundo familiares e amigos vivia rasgando o que escrevia (Victoria,1997). Por isso, só se salvaram três obras do autor possivelmente porque foram as únicas que ele estava convencido de que valiam a pena. A primeira intitulada *Sábado de Glória, Domingo de Resurrección* foi escrita nos anos de 1960 e em 1968 concorreu ao prêmio Casa de las Américas, onde ficou sendo finalista e recomendada sua publicação, o que nunca aconteceu. Posteriormente será publicada em Miami em 1994 com o título *El juego de la viola*. A segunda obra, *Boarding home* que foi publicada somente com esse nome na primeira edição (1987) sendo traduzida ao inglês com o título *The Halfway house* e no espanhol com o título *La casa de los naufragos*. Esta obra é a única considerada autobiográfica. E seu último romance, *El alambique mágico*.

5 Segundo Leyva Martinez foi na União Soviética que a Guillermo Rosales lhe diagnosticam a esquizofrenia nos anos de 1966-1968 mas em Cuba os especialistas não reconheceram nele o desenvolvimento da doença. Ainda se conhece pouco sobre essa discussão.

6 Alguns colegas e amigos de Guillermo Rosales afirmam como era complicada a relação com ele, Abreu (1998) chegou a afirmar que Guillermo Rosales era uma pessoa fechada e amargurada.

7 Ver conceito de Sevcenko (1999) o conceito literatura como missão.

8 Ver López, Armando. El testamento de Guillermo Rosales. Disponível em: [cubaencuentro.com/es/cultura/noticias/el.testamento de guillermo-rosales-](http://cubaencuentro.com/es/cultura/noticias/el.testamento%20de%20guillermo-rosales)

180438

9 A tradução livre do romance foi realizada por Isabel Ibarra Cabrera.

10 Ver Marques, R.(2009); Barquet (1998); De la Nuez (1998).

11 Carlos Victoria tem um conto intitulado *La estrella fugaz* onde narra a relação entre ele, Guillermo Rosales e Reinaldo Arenas. Nesse conto descreve algumas visitas que fazia a Guillermo Rosales no *Boarding home* levando sempre cigarros e um pouco de dinheiro.

12 Ver revista *Mariel Magazine*, año I, v.3, 1986.

13 Conferindo algumas informações sobre a vida de Rosales, o pai foi embaixador na Checoslovaquia nos anos de 1960.

14 Essa é outra questão interessante, Rosales brincava com suas crises e até as pessoas mais próximas as vezes acreditavam que ele não estava louco.

15 Victoria (1997) narra a situação tormentosa que Rosales vivia. Ele não podia parar de tomar os remédios porque ouvia vozes mais ao mesmo tempo quando tomava os remédios não podia escrever.

## Bibliografia

ABREU, J. Pequeno elogio de la escoria. *Revista Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, No. 08/09, p.135-139, primavera/verano, 1998.

ARENAS, R. Editorial. *Revista Mariel de Literatura y Arte*. New York, Año I, No.1, p.2, primavera de 1983.

BARQUET, J. La generación del Mariel. *Revista Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, No. 08/09, p.110-125, primavera/verano, 1998.

DE LA NUEZ, I. Mariel en el extremo de la cultura. *Revista Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, No. 08/09, p.105-109, primavera/verano, 1998.

HERNÁNDEZ BUSTO, E. Historia y despojo. Disponível em: [letraslibres.com/index.php/](http://letraslibres.com/index.php/) Acessado em: 12/03/2009.

LEYVA MARTÍNEZ, Ivette. Guillermo Rosales o la cólera intelectual. *Revista Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, No. 26/27, p.98-108, otoño/invierno, 2002-2003.

----- El azaroso destino del alambique mágico. *Revista Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, No. 47, p.47-48, invierno, 2007-2008.

LOPES, A. El testamento de Guillermo Rosales. Disponível em: [www.cubaencuentro.com/es/cultura/noticias/el-testamento-de-guillermo-rosales-180438](http://www.cubaencuentro.com/es/cultura/noticias/el-testamento-de-guillermo-rosales-180438). Acessado em: 13/04/2009.

MARQUES, R. *A condição mariel: memórias subterrâneas da experiência*

*revolucionaria cubana (1959-1990)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PÉREZ, Ileana Piñeda. La pequeña Habana: la narrativa cubana y la construcción de patria en el exilio. In: Bansart, A. et al.(org.) *Memória, nostalgia y exilio*. Caracas, Aveca, 2000.

PERSE, S.J. Lluvias. Traducción Lezama Lima. *Revista Mariel de Literatura y Arte*. New York, Año II, No.6, p.25, verano de 1984.

REIS, C. *O conhecimento da literatura: introdução aos estudos literários*. Porto Alegre, EdPURS, 2003.

ROSALES, Guillermo. *Boarding Home*. Barcelona, Salvat, 1987.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1999.

VICTORIA, C. “La estrella fugaz”. In *El resbaloso y otros cuentos*. Miami, ediciones Universal, 1997.



## TEMAS DO CARIBE

### **Diasporic Marronage: Some Colonial and Intercolonial Repercussions of Overland and Waterborne Slave Flight, with Special Reference to the Caribbean Archipelago**

*Jorge L. Chinae*

(Wayne State University, Detroit, Michigan, US)

chineajorg@aol.com

#### **Resumo**

O quilombolismo, ou a fuga, foi uma das formas de resistência mais empregadas pelos escravos aborígenas e africanos nas Américas desde princípios da colonização européia do Novo Mundo. Em toda a região fugiram individualmente ou em grupos. A decisão de fugir e o tempo que permaneceram fugidos variou de acordo com muitos fatores, incluindo a gravidade dos maus tratos a que foram submetidos durante o cativeiro, o acesso a santuários ou à pessoas dispostas a ajudá-los e as medidas adotadas para freiar o quilombolismo. Os fugidos tiveram um impacto considerável no projeto colonial. Subtraíam a mão de obra requerida para operar as minas, fazendas agrícolas e de criação de gado, cortes de madeira, canteiros de obra e outras empresas. Foram um grave risco para a segurança, especialmente, quando uniram-se a outros revoltosos, estabelecendo aldeias autônomas, ou ao criar vínculos com escravos, contrabandistas, piratas e representantes de colônias e nações rivais. Como resposta a estes acontecimentos, os regimes euro-crioulos instituíram inúmeras ordens para impedir a fuga combatendo-os ou negociando, sempre em condições vantajosas, quando esgotavam todos

\* Artigo recebido em março de 2009 e aprovado para publicação em maio de 2009.

outros recursos para reduzi-los. Eles não permaneceram isolados do mundo. De modo contrário, mantiveram nexos com outros segmentos da sociedade colonial e participaram em uma ampla variedade de atividades no nível colonial e intercolonial. Este ensaio explora alguns exemplos deste impacto, ao qual denomino coletivamente como quilombolismo diaspórico, com especial ênfase no Caribe até o século XIX.

**Palavras-chave:** Quilombolismo, Diáspora Africana/negra, Relações inter-imperiais

### **Resumen**

El cimarronaje, o la fuga, fue una de las formas de resistencia más empleadas por los cautivos aborígenes y africanos en las Américas desde principios de la colonización europea del Nuevo Mundo. A través de toda la región, integrantes de ambos grupos huyeron individualmente o en grupos de personas o lugares que intentaron mantenerlos contra su voluntad. La decisión de escapars y el tiempo que permanecieron fugados varió de acuerdo con muchos factores, incluyendo la gravedad de los malos tratos a que fueron sujetos durante el cautiverio, el acceso a santuarios o personas dispuestas a ayudarlos, y las medidas tomadas para frenar el cimarronaje. Los fugitivos tuvieron un impacto considerable en el proyecto colonial. Substrajeron la mano de obra requerida para operar las minas, fincas agrícolas, estancias de ganado, cortes de maderas, canteras y otras empresas. Fueron un grave riesgo de seguridad, especialmente al unirse a otros rebeldes, establecer aldeas independientes, o al crear vínculos con esclavos, contrabandistas, piratas y representantes de colonias y naciones rivales. Como respuestas a estos acontecimientos, los regímenes eurocriollos instituyeron numerosas ordenanzas para desalentar la fuga, los combatieron agresivamente en el campo de batalla, o negociaron con ellos en condiciones ventajosas cuando agotaban todos los otros recursos para reducirlos. Se deduce claramente que los cimarrones no existieron aislados del mundo a su alrededor. Al contrario, entablaron lazos activos con otros segmentos de la sociedad colonial y participaron en una vasta gama de actividades a nivel colonial e intercolonial importantes. Este ensayo explora algunos ejemplos de este impacto, al cual denomino colectivamente como *cimarronaje diaspórico*, con especial énfasis en el Caribe hasta el siglo XIX.

**Palabras claves:** Cimarronaje, Diáspora Africana/negra, Relaciones

entre imperios

### **Abstract**

Marronage, or flight, was one of the leading forms of resistance employed by indigenous and African captives in the Americas from the start of the European colonization of the New World. All throughout the region, members of both groups fled individually and in groups that sought to hold them against their will. The decision to escape and the length of time they stayed away varied in accordance with many factors, including the severity of mistreatment experienced during captivity, access to sanctuaries or people willing to help them, and the measures used to curb marronage. Runaways put a major dent on the colonial project. They withdrew the labor required to operate the mines, agricultural estates, cattle ranches, lumber yards, quarries, and other enterprises. They also posed a serious security risk, especially when they teamed up with other rebels, established independent villages, or built ties with slaves, illegal traders, pirates, and representatives of rival colonies and nations. In reaction to these developments, the eurocreole regimes passed numerous ordinances to discourage slave flight, fought them aggressively in the battlefield, or negotiated with them on advantageous terms when all other containment measures failed. Clearly, then, maroons did not live in isolation from the world around them. To the contrary, they actively engaged other segments of colonial society and partook in a vast range of important colonial and intercolonial affairs. This essay surveys some examples of this impact, which I refer collectively as *diasporic marronage*, with especial reference to the Caribbean through the 19<sup>th</sup> century.

**Keywords:** marronage, African/black diaspora, Interimperial politics

Following Suriname’s transfer from Dutch to British rule, a 1663 report optimistically trumpeted the northern South American colony’s bright economic future. Its potential value to England as a plantation enclave hinged, it added, on its being well stocked with enslaved African labour, “the strength and sinews of this Western world” (GREAT BRITAIN, Calendar of State Papers, Colonial Series, [hereinafter cited as “CSP/

CO”], supplement, vol. 5, n. 577, Enys to Secretary Sir Henry Bennet, November 1, 1663). A year later, England’s Committee for Foreign Plantations enthusiastically proclaimed that black slaves were “the most useful appurtenances of a plantation and perpetual servants” (CPS/CO, supplement, vol. 5, n.791, “Certain propositions for the better accommodating the foreign plantations with servants”, 1664). Of course, the British were not the only ones calling for the desirability, if not the necessity, of transforming Africans into working machines. Convinced of the economic advantages of bonded over free labour Portuguese, Spanish, French, Dutch and Danish colonists also enslaved African men, women and children—many of them victims of wars, kidnappings and slave raids—to exploit the agricultural wealth of the New World (CURTIN, 1969: 268).

Although ferried involuntarily across the Atlantic, separated from friends and relatives, deprived of their cultures and subjected to cruel living and working conditions, Africans countered their enslavement vigorously both on the high seas and on dry land. Resistance in one form or another turned up practically wherever the institution of slavery existed (HEUMAN, 1986). For instance, captives in the former viceroyalty of Nueva Granada (comprising today’s Venezuela, Colombia and Ecuador) employed a variety of actions—everything from self-purchase to engaging in subversive tactics—to assert their humanity and combat attempts to reduce them to commodities (SOULODRE-LAFRANCE, 2001:99). At other times, they sought legal remedies against mistreatment (OLSEN, 1998:55-4). Thus, alongside the painful stories of abductions, bondage, cultural dislocation, shame, debasement and dispossession one finds ample illustrations of determined captives demanding their right to freedom and clinging to their relatives, religious beliefs and/or customs (HEUMAN, 1986).

### **Self-Manumission**

Marronage, or slave flight, proved to be an especially effective strategy against enslavement. It hit slave owners where it hurt the most: in their pockets. By running away, maroons paralyzed or shut down production altogether, depriving owners of their labour force. They set “bad” examples to other slaves, who frequently followed suit or became “unmanageable” workers. Retrieving them was costly. Even when caught and restored to slavery, habitual offenders fetched less money when their owners tried to sell them (LOVEJOY, 1986:72-4). Successful escapees often met up with others on the run, coalescing into groups or bands for self-protection. After reaching a critical mass, they erected fortified communities in the mountain fastness or cleverly camouflaged them in the forests and other out-of-the-way areas. From these protected encampments, they successfully foiled countless armed expeditions and colonists bent on destroying them, and raided plantations and local white settlements for new recruits, food, weapons, and other supplies (PRICE, 1973). They became, in the words of a seventeenth-century British military officer stationed in Jamaica, “thorns and pricks in the [colonial regime’s] side” (cited in SHERLOCK and BENNETT, 1998:80).

Faced with a formidable foe that threatened their imperial designs, European colonial rulers across the Americas used every means at their disposal to undermine it. They battled the rebels everywhere they could, in words and deeds. The linguistic terms used as a referent for the rebels reveal an unmistakable dehumanizing etymology: the word maroon stems from the Spanish *cimarrón*, which has been traced to a Hispanicized Taino expression for undomesticated plants and animals and to *cima*, the Spanish word for the peak of a mountain. The designation was later extended to Amerindians and Africans who fled to the

bush, supposedly reverting to a wild state (ARROM, 1983). Every conceivable measure was employed to keep slaves from fleeing and to destroy maroon strongholds: slave codes, local ordinances, bounty hunters, Indian trackers and military units. Official colonial reports of these repressive efforts underscored the allegedly thieving, savage inclination of the maroons: they “stole” female slaves, “robbed” plantations, fought off other maroons, “black shot” and Amerindians, and enslaved new escapees within their camps. When the rebels compelled the embattled colonial regimes to sue for peace, the latter demanded or obligated their former adversaries to put down slave revolts and capture future runaways (see case studies conducted by CAMPBELL, 1990; DEIVE, 1989; DE GROOT and KNIGHT, 1997; JONES, 1981; and LANDERS, 2000).

The complicated dynamics that shaped marronage, and the repressive campaign and censorship to which European colonizers subjected it, helps to explain the conflictive reaction that it elicits to this day. Some maroons have been memorialized as heroes, warriors, masters of the wilderness, keepers of African spiritual values and freedom fighters. Others have been written off as sell-outs, drifters or outlaws wandering aimlessly about the outskirts of cities and country trails indiscriminately harassing, kidnapping, killing or robbing just about anyone within their reach. One of the more common images of the archetypical maroon is that of a bushman, “stubbornly” resisting the supposed civilizing influence of European institutions. We are also led to believe that maroons clung obstinately to their “primitive” ways in the remote *palenques*, *quilombos*, *manieles*, *rochelas*, *cumbés* and *mocambos*, where they remained supposedly disconnected from the rest of the world. This excessive emphasis on their victimisation and barbarianisation overshadows the fact that African captives and maroons engaged in a wider array of

counter-hegemonic activities.

### **Diasporic Marronage**

While runaways may have sought shelter in the impenetrable mountains, swamps and forests, they were not the secluded rustic dwellers pictured in the canonical narratives penned by the likes of Edward Long (1774), John Gabriel Stedman (1790), Bryan Edwards (1793), and R.C. Dallas (1803). They relied on the outback as much as the nearby plantations, cities, ports and ships to secure armaments, provisions, clothes, medicines and even their freedom (HALL, 1985; BECKLES, 1985; HANDLER, 1997; SCOTT, 1986, 1991, 1996; ZIPS, 1999). As slaves, they periodically apprised themselves of all kinds of news and rumours taking place within and beyond their “home” areas. As maroons, they put that information to good use by linking up with other rebel groups, bondsmen and women, free coloureds and interested or sympathetic whites as conditions allowed or dictated. Some impersonated free blacks, Amerindians and *mestizos* by adopting their cultural markers (SILIÉ, 1996:164), a masquerading ploy that the U.S. historian David Waldstreicher (1999) has dubbed “self-fashioning”. In their attempts to throw off their shackles, captives and maroons often travelled long distances by land or water, building or extending vital communication networks with a wide variety of people and places as they went along. In doing so, they accomplished more than just re-gaining their personal freedom. They simultaneously helped disseminate African/black cultures and influenced colonial and intercolonial affairs to a great degree than the bulk of current scholarship acknowledges. I refer to this lesser-known impact of this form of resistance to slavery collectively as *diasporic marronage*.

The relative dearth of scholarship on diasporic marronage

may stem from the uncritical belief that the bulk of captive Africans in the Americas was hermetically cut off from the world of the free as a result of customary practices and/or legal sanctions designed to curtail their ability to travel and intermingle. Their heavy clustering in out-of-the-way plantations, cattle pens, lumbering operations and quarries tends to reinforce this view. This geographic isolation presumably would have denied them access to the fast-moving atmosphere of the urban enclaves and maritime outposts. Though persuasive, the historical record does not support this scenario. De facto and official barriers, as well as the type, location and organisation of labour, greatly constrained the physical movement of enslaved Africans but did not deter their mobility and socialisation with peers and non-slaves altogether. African captives filled a multiplicity of jobs both on land and at sea that were not susceptible to strict supervision. Caribbean cities, for instance, engaged large contingents of enslaved African domestics, drivers, artisans and petty traders who met with and talked to a wide range of free and unfree people. By the very nature of their jobs woodcutters and cattle herders moved around considerably, and not always within the areas permitted by their owners.

Fearing for their safety, the colonial authorities all across the Antillean archipelago sought to promote European settlement, both voluntary and coerced, hoping to keep the African-descended majority in check. The so-called deficiency laws of the British-held colonies set aside a certain proportion of employment opportunities for whites, especially at the supervisory level. But these regulatory measures proved most viable when slaves were self-contained and relatively few in number, as in the early stages of the development of the plantation system. The astronomical demographic growth and vast dissemination of enslaved Africans and free blacks within and across the region over the course

of the eighteenth and early nineteenth centuries, which was accompanied by a dramatic decline of the white population in the non-Hispanic Caribbean, sabotaged these efforts. By then, the bulk of the cultivation, harvesting, processing and transportation of tropical staples fell on African and Creole captives and the free nonwhite working class. Short of relentless policing and other draconian acts, then, attempts to effectively control them proved to be largely futile.

### **Maritime Marronage: Navigating the Black Atlantic**

One of the salient outcomes of the numerical ascendancy of nonwhites was the growing inability of European elites to decisively mould enslaved Africans into the “most useful appurtenances of a plantation and perpetual servants”. They simply could not keep them from finding out and acting upon the surrounding social, cultural, economic and political milieu. West African navigators played an important role in the so-called Slave Coast before and during the trans-Atlantic slave trade (LAW, 1989). Slaves and free black mariners frequently witnessed, learned about and partook in a wide range of activities that their masters or employers could not easily restrain (GASPAR, 1985:111). “In all ports where African slavery existed”, the Brazilian historian Jaime Rodrigues (2005) reminds us, “totally controlling other activities involving slaves and [free] mariners was impossible” (GASPAR:205). Across the Atlantic African “crossers of the sea”, to borrow a phrase from the work of Janet J. Ewald (2000), raked salt, salvaged sunken cargo, harvested oyster pearls, fished and hunted manatees and turtles in the open seas; others serviced docks, built, repaired and manned all kinds of water-bound vessels (EWALD: 61-91). Nearly a half of all sailors in Bermuda on the eve of the American Revolution were enslaved (JARVIS, 2002: 599; see also FARR, 1982). Blacks

comprised about one quarter of the British navy personnel in the late eighteenth century (GILROY, 1993:12). Some 10,000 were engaged in cabotage trade in Brazil around the same time (KLEIN, 1986, p. 76). According to the historian W. Jeffrey Bolster (1997: 2), approximately 25,000 worked on United States sea transportation in the early nineteenth century. Curaçao's free coloureds made up two-thirds of the island's mariners in 1740 (KLOOSTER, 1994:286). Some like Olaudah Equiano (1995), who was snatched of what became present-day Nigeria, sailed extensively across the Atlantic world.

Logically, knowledge of shipbuilding and sailing was of paramount importance to most seafarers during the Middle Passage, but they gained more than valuable maritime experience in the process. Close contact amongst crew members, Europeans, Creoles, Amerindians, other nonwhites and captives in tight quarters over long periods of time fostered inevitable exchanges of music, food, religious beliefs, languages and political agendas (BOLSTER, 1997:70 and 217-8; LINEBAUGH and RADIKER, 2000: 152-4; RODRIGUES, 2005:185-219). Ships and ports surely facilitated the formation of "a hidden network which linked slaves and Africanists" throughout the New World (JONES, 1976:424). Its volatility moved imperial bureaucrats, from at least the middle of the seventeenth century, to obstruct connections between Africanists, buccaneers, pirates and renegades (SCOTT, 1986: 5). Still, slave revolts and conspiracies in New York in 1712 and 1741 involved "Spanish" Indians, blacks and mulattoes with Caribbean ties (LINEBAUGH and RADIKER, 2000:179-90; RUCKER, 2006, esp. first two chapters). In the latter year, the black Bermudian Joseph Hilton wrote a friend back home about the insurgency, providing specific details on daily hangings of alleged plotters (JARVIS, 2002: 612). The growing unrest unleashed by the Haitian Revolution drove "rulers of the slave

societies from Virginia to Venezuela [to] short-circuit the network of black rebellion by building obstacles to effective colony-to-colony communication” (SCOTT, 1986: 6). One panicked apologist for slavery believed that the settlement of free blacks from the United States in Hispaniola during the 1820s would embolden the “blacks of Santo Domingo [to] extend their empire over the entire Antillean archipelago, and like Barbary pirates, will start seizing the vessels of every nation, enslave their crews, and ransom their freedom” (FLINTER, 1976:70-1).

Seafaring was an inherently risky occupation, one that exposed crews to storms, shipwrecks, diseases, stern discipline and naval clashes. Despite this downside, for slaves seeking to break out of bondage waterborne flight was a dangerous but potentially effective route to freedom (MILLER, 2003:112-118). Prior to the United States Civil War, the coastline of North Carolina became the launching pad for a maritime underground railroad that conveyed runaways to the North (CECELSKI, 1994:174-206). Neville A.T. Hall (1985) identified several escape routes and networks used by slaves bolting from the Danish Caribbean. He reported that “maritime *marronage*”, as he referred to this form of resistance to slavery, was common to many of the small “sugar” islands. Large-scale sugarcane cultivation quickly gobbled up their fertile lowlands, devouring pastures and woodlands along the way. In short order, the systematic felling of trees for building mills, urban construction, repairing ships and for fuel stripped them of ground cover. As forests and other natural havens in the bush shrunk or disappeared, runaways sought refuge overseas (HALL, 1985:481-82; WESTERGAARD, 1917:160).

Although maritime marronage was a desperate last option for many captives, water may have served as a powerful stimulus to take the dangerous plunge. References to walking or flying across a water barrier had special significance in some

West and Central African traditions (PEDERSEN, 1994:42-3; MCDANIEL, 1990: 28-40). As Bolster (1997) writes, “African-born sailors and some of their descendants in America fashioned a new cultural self-consciousness that linked meaning and experience in ways foreign to whites, and that reflected Africans’ fusion of the sacred and the secular”(BOLSTER: 63). He notes, for instance, that those with ancestral ties to Senegambia, the Bight of Benim and the Kongo associated the western reaches of the Atlantic Ocean with the spirit world to which the slave trade had taken them. Thus, re-crossing it in an eastbound direction, even if only metaphorically, was thought to take away the spell of the Middle Passage and reunite captives with their loved ones in Africa (BOLSTER:62-67). Similarly, some West Central Africans equated their forceful journey across the Atlantic to premature death and enslavement to witchcraft, vampirism and cannibalism. Africans “spirited out” to the New World carried out complex cleansing rituals, including symbolic travel and abstention from salt (which was tied to sorcery), as a means to restore their pre-cursed, pre-bondage status (SCHULER, 2005:185-213). Seen from another angle, the public or sacred performances related to walking or flying over a watery divide may be seen as counter-hegemonic cultural devices by which the captives expressed their rejection of forced migration and slavery in the New World (RICE, 2003:82-119).

Maritime flight proliferated between colonies of rival European powers, such as Curaçao and Venezuela, the Lesser Antilles and Puerto Rico, and Jamaica and Cuba, where the possibility of extradition or repatriation was slight owing to the mutual hostility harboured by rival European powers in the region. Preferably runaways would aim for places that were poorly guarded, attempt to sneak in undetected and try to blend into the free nonwhite population. If caught on the intended

terminus, they might be able to leverage intelligence about the places where they had been held captive and labour—especially service in the military or navy—to negotiate their freedom (DOOKHAN, 1975:28 and pp. 81-82; HALL, 1985, pp. 482-84). In 1738, for example, South Carolinian escapees sheltered in Spanish Florida wrote the King of Spain expressing their gratitude and declaring a commitment to shed their last drop of blood to defend the Spanish Crown and Roman Catholicism (WRIGHT, 1924: 175). An enslaved African named Cuffee did not have to cross a colonial boundary to regain his freedom. Sold from Jamaica to the Bay of Honduras and later to a plantation in Cuba, he defected to the British during the 1762 occupation of Havana. He was later taken to Jamaica and freed in compensation for his military assistance (BLACK, 1969:95).

Maroons who were manumitted after fleeing to other colonies had to be ready to defend their newly-won freedom from those who might try to put a ceiling on it. Pre-plantation Puerto Rico, which possessed a large free nonwhite population, hilly topography and a profusion of trees, plants and underbrush, drew scores of maroons fleeing from the Danish and British Virgin Islands. Desperately short of manpower to exploit and protect the colony, the local authorities tolerated those who embraced Catholicism and pledged allegiance to the Spanish Crown. Although indebted to their hosts for the opportunity to live as free men and women, many nonetheless actively contested official attempts to control their movements, restrict their choice of settlement, submit to white authority, and to forbid their observance of African religious rituals (CHINEA, 2005:37). In an ironic twist, in 1717, 1727 and 1748 African captives toiling on the island’s nascent plantations fled to the adjacent Danish Virgin Islands, where it was believed that slaves escaping from rival European powers would be freed once they embraced the

Lutheran creed (CHINEA, 1997:76).

After 1833, fugitives from the Danish Caribbean began to sail off to the British islands of Tortola and Antigua, where slavery had just been abolished. Equipped with information picked up from rural and city contacts and aided by enslaved sailors, sympathetic captains and labour contractors many eventually fled the Caribbean altogether (HALL, 1985; SCOTT, 1986, 1991, 1996). Likewise, maritime maroons from French-occupied Martinique made the long, treacherous forty-mile voyage by sea to British Saint Lucia. They apparently tried to deflect attention from local residents curious about how they managed to paddle their way to freedom by calling themselves *passparterres*, or those who came by land. A contemporaneous observer noted that “when we consider the difficulties of escape—the vigilance of the authorities of Martinique—the system of espionage employed by the planters to check desertion amongst their slaves—the strict surveillance of the ‘*guarda-costas*’, and the distance and dangers of the passage between the two islands, it is [a] matter of surprise that so many of them should have succeeded in accomplishing their object” (BREEN, 1844:169-70).

Seaborne runaways got away by constructing rudimentary canoes, rafts and small boats secretly, commandeering them, or by embarking, disguised or otherwise, on just about any vessel within their reach. According to historian José L. Franco (1967) “hundreds of *cimarrones* joined the sea adventurers that prowled the restless Caribbean...[by] taking advantage of the presence of pirates, corsairs and illegal traders in the vast and exposed coasts of the island of Cuba” (FRANCO:10). As noted, they also exploited interimperial conflicts by fleeing to and from colonies held by contending European powers (PARRIS, 1981:174-79). The captive Manuel Huevo, who was wounded and taken prisoner while defending the Honduran port city of Omoa when the British

invaded it during the 1780s, turned their antagonistic relationship to his advantage. He was taken prisoner and sold in Roatán, a nearby island then under English control. He subsequently managed to slip away and crossed “rivers and mountains” to return to Omoa, where he made legal use of Spanish sanctuary provisions to secure his freedom (KONETZKE, 1962:583-85).

Captives in Jamaica also capitalised on Anglo-Spanish tensions after England abruptly seized the Spanish colony in 1655. Sensing a chance to strike out for freedom, they first sided with the Iberians by joining an anti-British guerrilla resistance movement. When it became clear that Spain could not win, a band of “Spanish negroes” withdrew their support. The others tracked down and executed its leader, Juan de Bolas (Lubolo). Thereafter they held their position, unwilling to jeopardize their recently-acquired freedom and territories (CAMPBELL 1990:14-43; ZIPS, 1999). Unable to subdue them, the British went about converting Jamaica into a slave-based society by importing shiploads of fresh African captives, whose ranks expanded exponentially during the eighteenth century. Although bounty hunters, Mosquito Indian trackers and British soldiers tried to apprehend or destroy the maroons, they found ways to trade with slaves, free coloureds and merchants for clothes, provisions and implements of war (JONES, 1976: 267-68; 429-30). Those unwilling or unable to remain in the bush sailed off to Cuba, whose southeastern mountains were visible from Jamaica’s north coast (LONG, 1774, vol. II:80-81). Forty-two “Spanish Negroes” crossed the roughly one hundred and fifty mile channel in 1670 (CSP/CO, 7, 1670, Edward Stanton to Col. Thomas Lynch, 25 August 1670). In 1699 another twenty received asylum in the eastern Cuban city of Trinidad in accordance with a 1680 royal decree that set free slaves from rival European nations seeking shelter in the Spanish colonies (CSP/CO, 18, 1700, Governor

William Beeston to the Council of Trade and Plantations, 1 February 1700). The harbouring of Jamaican runaways in Cuba again drew the attention of British officials there in 1750s and 1760s (see, for example, AGI, Papeles de Cuba, legajo 1049, Marquis de Casa Cajigal to Antonio Bucareli, 30 January and 16 March 1767).<sup>1</sup> According to Long, at least 800 fled to Cuba or were stolen by the Spaniards and taken there in the 1770s (LONG, 1774, vol. II:88-89; see KARRAS, 1997 for slave-stealing at this time).

Although runaways sought to stay out of the public eye as much as possible, there is evidence that they maintained communication with the places from which they absconded. Describing them as possessing an “evil and an innate bad nature”, in 1758 the Danish planter-author Reimert Haagensen griped that maroons who had escaped to Puerto Rico were sending “greetings to their erstwhile overseer on St. Croix, as well as to their noted owner, through strangers who come here to trade and to complete their business”, informing them that “that they are living well” (HAAGENSEN, 1995:32). Nearly a century later William F. A. Gilbert, a Saint Thomas maroon who escaped to Boston, Massachusetts, wrote a stirring letter to the King of Denmark to denounce the evils of slavery (HALL, 1985: 497-98). The *cimarrón* Damaso Portuondo Bravo, who fled Santiago de Cuba aboard a French ship that took him to Veracruz, wrote to his mother about his experiences in the Mexican port city. The letter describes how a fellow countryman helped him find a job at a railroad company, being welcomed and supported by the *veracruzanos* and the racially harmonious social relations that he believed existed in the Mexican republic where all whites and blacks “are the same”. The remainder of the letter entreated his mother to give his regards to a dozen or so people in Santiago de Cuba, including acquaintances, relatives and his girlfriend. Sadly,

the missive was intercepted by the Spanish authorities before it reached its addressee (GARCÍA RODRÍGUEZ, 1996:56).

*Diasporic marronage* helped shape New World affairs in other significant ways as well. In the 1730s Cuban authorities tried to gain the upper hand in their dealings with the *cobrerros*, a group of state-owned captives who for many years resisted their enslavement. Called upon to mediate the dispute, the clergyman Pedro Morel de Santa Cruz recommended that the Spanish Crown recognize their freedom and allow them to settle peacefully in the town of Santiago del Padro. Santa Cruz argued that such an arrangement would be in Spain’s best interests because the formation of towns would improve the defence of the southeastern coast of Cuba, a frontier zone close to Jamaica (FRANCO, 1975:45). This observation was widely interpreted as signalling fear that the maroon “problem” in Jamaica might eventually spread to Cuba. Although the threat may have been blown out of proportion, it was later used to justify waging war on runaway settlements in the Spanish colony (LA ROSA CORZO, 2003:43).

Across the channel, however, Jamaican officials were apparently unaware of the extent to which maroons there were viewed as a potential threat to Spanish colonial rule. Thus, they were convinced that the Iberians were conspiring against British colonial interests in the Americas by aiding maroons in Jamaica. A 1730s British colonial report describes a high-ranking Jamaican rebel combatant named Assado, killed during a British armed assault against a maroon stronghold, as a Spanish mulatto who had arrived from Cuba several months earlier. Suspicion of Spanish-maroon collaboration grew during a pair of sworn depositions taken around the same time. One John Tello testified learning in Porto Bello (Panamá) that the maroons of Jamaica had written to the Governor of Caracas (Venezuela)

offering to assist Spain recover the British colony in exchange for recognizing their freedom and property rights. According to Tello, at the governor's order, an "East Indian Negro man" secretly came ashore in Jamaica to confirm the offer. Another witness, Captain William Quarrell, testified learning about the rumoured deal from several Spanish merchants in the Cuban ports of Santa María, Santa Cruz and Puerto Príncipe, adding that the Jamaican rebels had inflated their number to between 25,000 and 30,000 (CSP/CO, 137, class 145, vol. 47, parts 1-2 & 5). In 1747 Alonso de Arcos y Moreno, who had been held prisoner in Jamaica, proposed launching a secret expedition from Cuba to re-establish Spanish control over Jamaica. He believed that the plan was feasible, in part, because the "six thousand fugitive slaves", who were well-entrenched in their rebel strongholds, tilted the balance against the English "due to the fondness with which they hold the Spaniards" (British Museum, Additional Manuscripts, fol. 175-178, "Medios que Dn. Alfonso de Arcos y Moreno propuso para recuperar la ysla de Jamaica...", October 26, 1747). Whether or not the alleged scheme was in the works remains to be verified, but as late as 1750 a Spanish intelligence report raised the possibility of establishing communications with the chiefs of the Jamaican maroons (PAZ and MAGDALENO REDONDO, 1947:164).

The alleged Iberian-maroon plot of the 1730s, whether real or imagined, made world news on both sides of the Atlantic, appearing in the May 1734 edition of London's *Gentleman's Magazine* (p. 277). It also circulated a century later in Captain Thomas Southey's 1827 *Chronological History of the West Indies* (vol. II: 258). Some might be persuaded to dismiss this episode as an isolated event blown out of proportion by overzealous colonial officials who may have concocted it in the first place as part of the ongoing Anglo-Spanish rivalry. Yet, the fact remains that the

reported design compelled England to take defensive measures to guard against a possible Spanish invasion of Jamaica. Shortly thereafter, it reluctantly signed a 1738 treaty that recognized the hard-won freedom of the Jamaica maroons. For their part, the Spaniards intensified their crackdown on marronage in Cuba and simultaneously entertained a possible alliance with the Jamaican maroons to recover the former Iberian colony.

## **Conclusion**

The various events discussed thus far represent a forgotten or under-emphasized maroon chapter in the history of the black Atlantic, one that as Paul Gilroy noted, has been “continually crisscrossed by the movements of black people—not only as commodities but engaged in various struggles toward emancipation, autonomy, and citizenship” (p.16). As witnesses and participants of events taking place on the ocean and the many shores it touched, these globetrotters contributed to the diffusion and reformulation of African history and culture on an intercontinental scale (PETTINGER, 1998, p. IX; in the same vein, see also MOOTRY, 1971; OLSEN, 1972; SADLER, 1987; JONES, 1998; DELOUGHREY, 1998; LIENHARD, 1999; and LEWIS, 2001). These “politically astute and worldly” sailors defy the dominant “image of manacled ancestors crammed together aboard slave ships” and challenge the Eurocentric belief that “blacks were acted on, rather than acting” (BOLSTER, 1997: 2). In serving as “conduits between the new centres of black population on the western rim of the ocean, [they] helped define and connect a new black Atlantic world” (BOLSTER, 1997:11). By embracing a flexible, diasporic identity that took account of the many cultures, religions, languages, and political struggles of the Atlantic world, they were able to negotiate their way into different geographic and political landscapes (BOLSTER,

1997:38-41).

### Note

The *Jamaica Historical Review* (published the official correspondence of some of these escapes in: vol. I, 3, 1948, 328-33, 349-50, and 354-5; vol. II, 1, 1949, 91-7 and 109-10; vol. II, 2, 1952, 101; and vol. II, 3, 1953, 75-9 and 83. I am grateful to James Robertson of the University of Jamaica at Mona for alerting me to these sources.

### Bibliography

- ARROM, José J. "Cimarrón: apuntes sobre sus primeras documentaciones y su probable origen". In: *Revista Española de Antropología Americana*, Madrid: Universidad Complutense, 13 (1983), pp. 47-57.
- BECKLES, Hilary McD. "From Land to Sea: Runaway Slaves and Servants in Barbados, 1630-1720". In: *Slavery and Abolition*, Oxford, UK: Taylor & Francis, 6, no. 3 (1985), pp. 79-95.
- BLACK, Clinton V. *History of Jamaica*. 4<sup>th</sup> ed. London: Collins Clear-Type Press, 1969.
- BOLSTER, W. Jeffrey. *Black Jacks: African American Seamen in the Age of Sail*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- BREEN, Henry H. *St. Lucia: Historical, Statistical and Descriptive*. London: Longman, Brown, Green, and Longmans, 1844.
- CAMPBELL, Mavis C. *The Maroons of Jamaica, 1655-1796: A History of Resistance, Collaboration and Betrayal*. Trenton, N.J.: Africa World Press, 1990.
- CECELSKI, David S. "The Shores of Freedom: The Maritime Underground Railroad in North Carolina, 1800-1861". In: *The North Carolina Historical Review*, Raleigh, North Carolina: Historical Publications Section, Office of Archives and History, Department of Cultural Resources, 71, no. 2 (1994), pp. 174-206.
- CHINEA, Jorge L. "A Quest for Freedom: The Immigration of Maritime Maroons into Puerto Rico, 1656-1800". In: *Journal of Caribbean History*, Cave Hill, Barbados: University of the West Indies, 31, nos. 1-2 (1997), pp. 51-87.
- \_\_\_\_\_. *Race and Labor in the Hispanic Caribbean: The West Indian Worker Experience in Puerto Rico, 1800-1850*. Gainesville: University Press of Florida, 2005.
- CURTIN, Philip. *The Atlantic Slave Trade: A Census*. Madison: University of Wisconsin Press, 1969.

“Diasporic Marronage: Some Colonial and Intercolonial repercussions of Overland and Waterborne Slave Flight, with Special Reference to the Caribbean Archipelago”

DALLAS, R. C. *The History of the Maroons, From Their Origin to the Establishment of their Chief Tribe at Sierra Leone*. 2 vols. London: T. N. Longman and O. Rees, 1803.

DE GROOT, S.W., CHRISTEN, C.E, and KNIGHT, F. W., “Maroon Communities in the Circum-Caribbean”. In: KNIGHT, F.W., ed., *General History of the Caribbean, vol.3: The Slave Societies of the Caribbean*. London and Oxford: UNESCO Publishing, 1997.

DEIVE, Carlos E. *Los guerrilleros negros: esclavos fugitivos y cimarrones en Santo Domingo*. Santo Domingo: Fundación Cultural Dominicana, 1989.

DELOUGHREY, Elizabeth. “Tidalectics: Charting the Space/Time of Caribbean Waters”. In: *SPAN: Journal of the South Pacific Association for Commonwealth Literature and Language Studies*, Wollongong, AU: University of Wollongong, South Pacific Association for Commonwealth Literature and Language Studies, New Literatures Research Centre, 47 (1998), pp. 18-38.

DOOKHAN, Isaac. *A History of the British Virgin Islands, 1672 to 1970*. Essex, England: Caribbean Universities Press/Bowken Publishing, 1975.

EDWARDS, Bryan. *The History, Civil and Commercial, of the British Colonies in the West Indies*. Dublin: L. White, 1793.

EQUIANO, Olaudah. *The Interesting Narrative of the Life of Olaudah Equiano, or Gustavus Vassa*. Boston: Bedford Books of St. Martin's Press, 1995.

EWALD, Janet J. “Crossers of the Sea: Slaves, Freedmen, and other Migrants in the Northwestern Indian Ocean, c. 1750-1914”. In: *American Historical Review*, Washington, D.C.: American Historical Association, 105, no. 1 (2000), pp. 61-91.

FARR, James Barker. “Black Odyssey: The Seafaring Traditions of Afro-Americans”. PhD Dissertation: University of California, Santa Barbara, 1982.

FLINTER, Jorge. *Exámen del estado actual de los esclavos de la isla de Puerto Rico*. 1832 orig. San Juan: Instituto de Cultura Puertorriqueña, 1976.

FRANCO, José L. “Cuatro siglos de lucha por la libertad: los palenques”. In: *Revista de la Biblioteca Nacional José Martí*, La Habana: Biblioteca Nacional José Martí, 58, no. 9 (1967): 5-44.

\_\_\_\_\_. “Los cimarrones en el Caribe”. In: *Revista de la Biblioteca Nacional José Martí*, La Habana: Biblioteca Nacional José Martí, 71, no. 22 (1980), pp. 7-20.

\_\_\_\_\_. *Las minas de Santiago del Padro y la rebelión de los cobreros, 1530-1800*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1975.

GARCÍA RODRÍGUEZ, Gloria. *La esclavitud desde la esclavitud: la visión de los siervos*. México: Centro de Investigación Científica Ing. Jorge L. Tamayo A.C., 1996.

GASPAR, David Barry. *Bondmen and Rebels: A Study of Master-Slave Relations in Antigua*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1985.

*GENTLEMAN'S MAGAZINE*, May 1734.

GILROY, Paul. *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1993.

GREAT BRITAIN, British Museum, Additional Manuscripts.

\_\_\_\_\_. Calendar of State Papers, Colonial Series.

\_\_\_\_\_. Public Records Office, Colonial Office.

HAAGENSEN, Reimert. *Description of the Island of St. Croix in America in the West Indies*. 1758. Edited and translated by Arnold R. Highfield, St. Croix, U.S.V.I.: Virgin Islands Humanities Council, 1995.

HALL, Neville A. T. "Maritime Maroons: Grand Marronage from the Danish West Indies". In: *William and Mary Quarterly*, Williamsburg, VA: Omohundro Institute of Early American History and Culture, 77, no. 4 (1985), pp. 476-98.

HANDLER, Jerome S. "Escaping Slavery in a Caribbean Plantation Society: Marronage in Barbados, 1650s-1830s". In: *Nieuwe West-Indische Gids*, Leiden, The Netherlands: Royal Institute of Linguistics and Anthropology 71, nos. 3-4 (1997), pp. 197-202.

HEUMAN, Gad, ed. *Out of the House of Bondage: Runaways, Resistance, and Marronage in Africa and the New World*. London: Cass, 1986.

*JAMAICA HISTORICAL REVIEW* (Kingston, Jamaica: Jamaica Historical Society) 1, no. 3 (1948), pp. 328-33, 349-50, and 354-5; 2, no. 1 (1949), pp. 91-7 and 109-10; 2, no. 2 (1952), pp. 101; and 2, no. 3 (1953), pp. 75-9 and 83.

JARVIS, Michael J. "Maritime Masters and Seafaring Slaves in Bermuda, 1680-1783". In: *William and Mary Quarterly*, Williamsburg, VA: Omohundro Institute of Early American History and Culture, 59, no. 3 (2002), pp. 585-622.

JONES, Gavin. "'The sea ain' got no back door': The Problems of Black Consciousness in Paule Marshall's *Brown Girl, Brownstones*". In: *African American Review*, Terre Haute, IN: Indiana State University, Department of English, 32, no. 4 (1998), pp. 597-606.

JONES, Rhett S. "Identity, Self-Concept, and Shifting Political Alliances of Blacks in the Colonial Americas: Maroons versus Black Shot". In: *The Western Journal of Black Studies*, Pullman, WA: Washington State University, Black Studies Program, 5 (1981), pp. 61-74.

\_\_\_\_\_. "White Settlers, Black Rebels: Jamaica in the Era of the First Maroon War, 1655-1738". PhD Dissertation: Brown University, 1976.

“Diasporic Marronage: Some Colonial and Intercolonial repercussions of Overland and Waterborne Slave Flight, with Special Reference to the Caribbean Archipelago”

KARRAS, Alan L. “Caribbean Contraband, Slave Property, and the State, 1767-1792”. In: *Pennsylvania History*, University Park, PA: Pennsylvania Historical Association, 64 (1997), pp. 250-269.

KLEIN, Herbert S. *African Slavery in Latin America and the Caribbean*. New York and Oxford: Oxford University Press, 1986.

KLOOSTER, Wim. “Subordinate but Proud: Curaçao’s Free Blacks and Mulattoes in the Eighteenth Century”. In: *Nieuwe West-Indische Gids*, Leiden, The Netherlands: Royal Institute of Linguistics and Anthropology, 68, nos. 3-4 (1994), pp. 283-300.

KONETZKE, Richard, ed. *Colección de documentos para la historia de la formación social de hispanoamérica, 1493-1810*. Vol. III. Madrid, Spain: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1962.

LA ROSA CORZO, Gabino. *Runaway Slave Settlements in Cuba: Resistance and Repression*. Translated by Mary Todd. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2003.

LANDERS, Jane. “*Cimarrón* Ethnicity and Cultural Adaptation in Spanish Domains of the Circum-Caribbean, 1503-1763”. In: LOVEJOY, P.E., ed., *Identity in the Shadow of Slavery*. London and New York: Continuum, 2000.

\_\_\_\_\_. “Gracia Real de Santa Teresa de Mose: A Free Black Town in Spanish Colonial Florida”. In: *American Historical Review*, Washington, D.C.: American Historical Association, 95 (1990), pp. 9-30.

\_\_\_\_\_. “Spanish Sanctuary: Fugitives in Florida, 1687-1790”. In: *Florida Historical Quarterly*, Tallahassee, FL: Florida Historical Society, 62, no. 3 (1984), pp. 296-313.

LAW, Robin. “Between the Sea and the Lagoons: the Interaction of Maritime and Inland Navigation on the Precolonial Slave Coast”. *Cahiers d’Études Africaines*, 114, 24-2 (1989), p. 209-237.

LEWIS, Laura A. “Of Ships and Saints: History, Memory, and Place in the Making of *Moreno* Mexican Identity”. In: *Cultural Anthropology*, Troy, NY: Rensselaer Polytechnic Institute, Department of Science and Technology Studies, 16, no. 1 (2001), pp. 62-82.

LIENHARD, Martín. “Kalunga o el recuerdo de la trata esclavista en algunos cantos Afro-Americanos”. In: *Revista Iberoamericana*, Pittsburgh, Pennsylvania: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, 65, nos. 188-9 (1999), pp. 505-17.

LINEBAUGH, Peter and REDIKER, Marcus. *The Many-Headed Hydra: Sailors, Slaves, Commoners, and the Hidden History of the Revolutionary Atlantic*. Boston: Beacon Press, 2000.

LONG, Edward. *The History of Jamaica*. 2 vols. London, 1774.

LOVEJOY, Paul E. "Fugitive Slaves: Resistance to Slavery in the Sokoto Caliphate". In: OKIHIRO, G.Y., ed., *In Resistance: Studies in African, Caribbean, and Afro-American History*. Amherst, MA: University of Massachusetts, 1986, pp. 71-95.

MCDANIEL, Lorna. "The Flying Africans: Extent and Strength of the Myth in the Americas". In: *Nieuwe West-Indische Gids*, Leiden, The Netherlands: Royal Institute of Linguistics and Anthropology, 64, nos. 1-2 (1990), pp. 28-40.

MCDOUGALL, Marion G. *Fugitive slaves, 1619-1865*. 1891. New York: Bergman Publishers, 1969.

MILLER, Randall M. "Water will Set you Free: Blacks, Bondage and Freedom in the Maritime Atlantic". In: *Slavery and Abolition*, Oxford, UK: Taylor & Francis, 24, no. 3 (2003), pp. 112-118.

MORALES PADRÓN, Francisco. *Jamaica española*. Seville: Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1952.

MOOTRY, Maria K. "Three Caribbean Poets: Sea Imagery as an Index of their African Consciousness". In: *Pan-Africanist*, Evanston, IL: Northwestern University, 1, no. 2 (1971), pp. 22-27.

MURDOCH, Richard K. "The Return of Runaway Slaves". In: *Florida Historical Quarterly*, Tallahassee, FL: Florida Historical Society, 38, no. 2 (1959), pp. 96-113.

OLSEN, Margaret M. "Negros Horros and Cimarrones on the Legal Frontier of the Caribbean: Accessing the African Voice in Colonial Spanish American Texts". In: *Research in African Literatures*, Bloomington, IN: Indiana University Press 29, no. 4 (1998), pp. 52-72.

OLSEN, Peter. "The Negro and the Sea". In: *Negro History Bulletin*, Washington, D.C.: Association for the Study of Negro Life and History, 35, no. 2 (1972), pp. 40-3.

PARRIS, Scott V. "Alliance and Competition: Four Case Studies of Maroon-European Relations". In: *Nieuwe West-Indische Gids*, Leiden, The Netherlands: Royal Institute of Linguistics and Anthropology, 55, no. 3-4 (1981), pp. 174-224.

PAZ, Julián and MAGDALENO REDONDO, Ricardo, eds. *Catálogo XVII, Secretaría de Estado, Documentos relativos a Inglaterra (1254-1834)*. Madrid, Spain: Archivo General de Simancas, 1947.

PEDERSEN, Carl. "Sea Change: The Middle Passage and the Transatlantic Imagination". In: SOLLORS, W. and DIEDRICH, M, eds., *The Black Columbiad: Defining Moments in African American Literature and Culture*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1994.

PETTINGER, Alasdair. *Always Elsewhere: Travels of the Black Atlantic*. London & New York: Cassell, 1998.

“Diasporic Marronage: Some Colonial and Intercolonial repercussions of Overland and Waterborne Slave Flight, with Special Reference to the Caribbean Archipelago”

PRICE, Richard, ed. *Maroon Societies: Rebel Slave Communities in the Americas*. Garden City, NY: Anchor Books, 1973.

RAMOS, Demetrio. “Indios y negros de los territorios españoles del Caribe, llevados como esclavos a Norteamérica en el siglo xviii”. In: *Revista Española de Antropología Americana*, Madrid: Universidad Complutense, 6 (1971), pp. 329-79.

RICE, Alan. *Radical Narratives of the Black Atlantic*. London and New York: Continuum, 2003.

RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RUCKER, Walter C., *The River Flows on: Black Resistance, Culture, and Identity Formation in Early America*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2006.

SADLER, Lynn V. “The Sea in Selected American Novels of Slave Unrest.” In: *Journal of American Culture*, Bowling Green, OH: Bowling Green State University, 10, no. 2 (1987), pp. 43-8

SCHULER, Monica. “Enslavement, the Slave Voyage, and Astral and Aquatic Journeys in African Diaspora Discourse”. In: CURTO, C. and SOULODRE-LA FRANCE, R., eds., *Africa and the Americas: Interconnections during the Slave Trade*. Trenton, NJ and Asmara, Eritrea: Africa World Press, 2005

\_\_\_\_\_. “Slave Resistance and Rebellion in the Caribbean during the Eighteenth Century”. Unpublished manuscript.

SCOTT, Julius S. “Afro-American Sailors and the International Communication Network: The Case of Newport Bowers”. In: HOWELL, C. and TWOMEY, R.J., eds., *Jack Tar in History: Essays in the History of Maritime Life and Labour*. Fredericton, New Brunswick: Acadiensis Press, 1991.

\_\_\_\_\_. “The Common Wind: Currents of Afro-American Communication in the Era of the Haitian Revolution”. PhD Dissertation: Duke University, 1986.

\_\_\_\_\_. “Crisscrossing Empires: Ships, Sailors, and Resistance in the Lesser Antilles in the Eighteenth Century”. In: PAQUETTE, R.L. and ENGERMAN, S.L., eds., *The Lesser Antilles in the Age of European Expansion*. Gainesville: University Press of Florida, 1996.

SHERLOCK, Philip and BENNETT, H. *The Story of the Jamaican People*. Kingston: Ian Randle Publishing and Princeton: Markus Wiener Publishers, 1998.

SILIÉ, Rubén. “El hato y el conuco: contexto para el surgimiento de la cultura criolla”. In: VEGA, B., et al, eds., *Ensayos sobre Cultura Dominicana*. Santo Domingo, Dominican Republic: Museo del Hombre Dominicano, 1996, pp. 145-68.

SOULODRE-LAFRANCE, Renée. "Socially not so Dead!: Slave Identities in Bourbon Nueva Grenada". In: *Colonial Latin American Review*, New York, NY: City College, CUNY, 10, no. 1 (2001), pp. 87-103.

SOUTHEY, Thomas. *Chronological History of the West Indies*. Vol. 11. London: Frank Cass and Company, 1968.

SPAIN. Seville: Archivo General de Indias, Papeles de Cuba.

STEDMAN, John G. *Narrative of a five years Expedition against the Revolted Negroes of Surinam [1790]. Edited and with an introduction and notes by Richard Price & Sally Price*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1988.

TEPASKE, John J. "The Fugitive Slave: Intercolonial Rivalry and Spanish Slave Policy, 1687-1764". In: PROCTOR, S., ed., *Eighteenth-century Florida and its Borderlands*. Gainesville: The University Presses of Florida, 1975.

WALDSTREICHER, David. "Reading the Runaways: Self-fashioning, Print Culture, and Confidence in Slavery in the Eighteenth-Century Mid-Atlantic". In: *William and Mary Quarterly*, Williamsburg, VA: Omohundro Institute of Early American History and Culture, 54, no. 2 (1999), pp. 243-72.

WESTERGAARD, Waldemar. *The Danish West Indies under Company Rule, 1671-1754*. New York: Macmillan Company, 1917.

WILLIAMS, Eric. *From Columbus to Castro: The History of the Caribbean, 1492-1969*. New York: Harper & Row, 1970.

WRIGHT, Irene A. "Dispatches of Spanish Officials Bearing on the Free Negro Settlement of Gracia Real de Santa Teresa de Mose, Florida". In: *Journal of Negro History*, Washington, D.C.: Association for the Study of Negro Life and History 9, no. 2 (1924), pp. 144-195.

ZIPS, Werner. *Black Rebels: African-Caribbean Freedom Fighters in Jamaica*. Princeton: Markus Wiener Publishers, 1999.

## **O Caribe na virada do século XX como laboratório da modernidade: sobre enclaves urbano-agrários e a *hinterland* (trans)nacional**

*Liliana Gómez*

(Center for Study of Race and Ethnicity, Germany)

*liliana.gomez@ful\_berlin.de*

*(Tradução: Patricia de Freitas Camargo)*

### **Resumo**

No ano de 1998, finalizada a Guerra Hispano Americana, o Caribe ofereceu uma nova visibilidade. Um importante papel para a sua re emergência como significativa região geo-política teve a estratégia de expansão das empresas multinacionais, tal como a United Fruit Company, principal protagonista da indústria de banana que bem sucedida estabeleceu novos mercados mundiais: novo fenômeno como os enclaves agrário urbanos e os transnacionais hinterlands que emergiram com modernas características. O artigo focaliza este fenômeno no Caribe frente à acumulação da transição até a modernidade. Este laboratório é configurado pelas dinâmicas recíprocas nacional e transnacional onde as relações de trabalho e raça e as ideologias raciais foram redesenhadas.

**Palavras-chave:** Modernidade, Caribe, United Fruit Company, Relações de trabalho e raciais

### **Resumen**

En 1998 finalizada la Guerra Hispano Americana el Caribe ofreció una nueva visibilidad. Un importante papel para su re-emergencia como significativa región geo-política tuvo la estrategia de expansión de las

\* Artigo recebido em março de 2009 e aprovado para publicação em maio de 2009.

empresas multinacionales, tal como la United Fruit Company, principal protagonista de la industria de banana que exitosamente estableció nuevos mercados mundiales: nuevo fenómeno como los enclaves agrario urbanos y los transnacionales hinterlands que emergieron con modernas características. El artículo focaliza sobre el análisis de este fenómeno en el Caribe frente a la acumulación de la transición hacia la modernidad: el Caribe emergió como laboratorio de la modernidad. Este laboratorio es configurado por dinámicas recíprocas nacional y transnacional donde las relaciones de trabajo y raza y las ideologías raciales fueron rediseñadas.

**Palabras claves:** Modernidad, Caribe, United Fruit Company, Relaciones de trabajo y raciales

### **Abstract**

After the Spanish-American War 1898 the Caribbean manifested a new visibility. An important role for its re-emergence as significant geopolitical region had the expansion-strategies of multinational enterprises, such as the United Fruit Company as main actor of the banana industry that successfully established world markets: new phenomena such as urban-agrarian enclaves and (trans)national hinterlands emerged as particularly modern characteristics. The article focuses on the analysis of these phenomena in the Caribbean against the background of the transition towards modernity: the Caribbean emerges out as laboratory of modernity. This laboratory is configured by reciprocal dynamics, national and transnational, where labor-race relations and race ideologies were redesigned.

**Key Words:** Modernity, Caribbean, United Fruit Company, Labor and race relations

### **O imaginário cultural das transformações econômicas no Caribe**

A emergência do urbano – ou a urbanização da sociedade – como nova ordem traz consigo a questão do imaginário cultural, que corrobora a expansão econômica entre impérios, e a questão dos enclaves agrário-urbanos como *hinterland* (trans)nacional. Gostaria de examinar o contexto discursivo que

moldou o imaginário cultural que tornou possível tal expansão: aqui se introduzem os termos *abundância*, *escassez* e *potencial*, que ligaram o continente europeu ao americano na empresa da conquista e reconquista e na história (ORTEGA, 2006:187-188). Estes conceitos, particularmente no que diz respeito a nossa concepção de laboratório do moderno – ou a emergência da nova ordem urbana –, tiveram um efeito não apenas na expansão econômica, mas também no modo pelo qual tal expansão foi preparada nos imaginários culturais. Podemos observar que os conceitos de *abundância* e *escassez* como “[...] modos de representação constituem as primeiras alegorias da ‘comunidade imaginada’ americana. Eles são, assim, forjados e desenvolvidos dentro dos esforços de catalogação da Colônia, mas são diversificados, disseminados e renovados nas explorações e escolhas do século dezanove, e permeiam o longo debate sobre a formação da nação.” (ORTEGA, 2006:188). Assim sendo, examinaremos cuidadosamente a diferente sobreposição de práticas imperiais como relações com o “subalterno” que se desdobraram durante a expansão econômica da United Fruit Company e que deram forma à experiência imperial. As citações estavam em itálico,

O Caribe foi o melhor exemplo de [um] excesso de variedade. Isto se deu por causa de seu rápido repovoamento, dos experimentos na produção ali realizados e da longa contenção por esse laboratório do moderno por parte dos poderes europeus. [...] A Europa experimentou as primeiras formas do moderno no cenário caribenho, mas sua reiteração foi uma consequência do colonialismo, um sistema de ruptura, carente de continuidade, no qual a exploração foi intensificada. O colonialismo dividiu o já dividido, e acelerou a expansão do modo de produção mais barato. A partir daí a experiência colonial seria a da desarticulação, daí o drama do sujeito colonial e a disputa em torno de sua re-consolidação. O nomadismo do trabalho marcaria um *economos* desenraizado

de produção precária e estabelecimento transitório (ORTEGA, 2006:8-9).

### **A United Fruit Company na Colômbia: 1928 ou o laboratório da modernidade**

Examinemos o caso da United Fruit Company na Colômbia, e em particular a greve ou o massacre de 1928 como um exemplo conhecido: trata-se de uma experiência pós-colonial/colonial que é relembrada e toma parte no espaço literário como memória cultural. García Márquez narra a experiência da United Fruit Company e da modernização do espaço em *Cien años de soledad* (1967): ele se volta para reelaborar “representações coloniais de uma perspectiva pós-colonial” sugerindo “que as opções e redefinições do moderno são sonhos da racionalidade latino-americana” (ORTEGA, 2006:190). Ali descobrimos que a “*exploration* [exploração no sentido territorial] e a *exploitation* [exploração no sentido econômico] são simétricas no nome e no que representam, e que tal simetria é medida como ganho tanto factual como simbólico.” (ORTEGA, 2006, 10). Para compreendermos melhor a qualidade ficcional do histórico, oscilando entre o testemunho e documento que “representa”, vale a pena lembrar que a escritura produz uma memória, ou mesmo lugares de memória. Isto aconteceu de forma evidente no caso da greve de 1928 na região do Caribe colombiano, quando os trabalhadores da United Fruit Company se rebelaram contra as condições de vida e de trabalho impostas pela empresa, como expressão de uma exigência de participação no curso da história. O resgate desse evento por parte dos jornais, como uma fonte significativa de informação, bem como por parte da ficção de Macondo, e mais tarde como um exemplo paradigmático de dominação imperialista e de impacto na política nacional no Caribe retrata o tempo múltiplo do contexto de seu acontecimento.

De fato, encontramos aqui um espaço-tempo controverso que nos ajuda a compreender a importância da participação na história.

Além disso, a greve de 1928 também nos mostra sua qualidade de laboratório do moderno no que diz respeito ao enclave enquanto fenômeno e figura epistemológica do espaço político moderno. No momento da intervenção militar sob a ordem do governo colombiano, o espaço moderno é determinado pelo governo e pelo poder militar através da aplicação do *estado de exceção*, que anulou os direitos dos trabalhadores enquanto estes eram vítimas dos tiros: a vida biológica se tornava então vida política. O laboratório do moderno, em que a vida biológica se torna parte de uma estratégia econômica e de um projeto moderno de nação – como podemos constatar no discurso do *outro*, do excluído dos direitos, os indígenas, os índios como trabalhadores deslocados –, também se manifesta na organização espacial dos alojamentos de trabalho e no controle da força de trabalho, na forma em que os trabalhadores eram pagos e no modo que gastavam sua remuneração para pagar despesas de moradia e suprimento providenciados pelos comissários da empresa. Esta não apenas organizava a vida de trabalhadores e empregados nos alojamentos de trabalhadores ou vilas particulares pertencentes à empresa, diferenciando o uso do espaço e dos serviços, como também documentava essas atividades. O que se pode encontrar hoje são “documentos” particularmente interessantes que contribuem para a formação do discurso do *outro* e para o imaginário cultural da *abundância, escassez e potencial*.

Examinando as fotografias tiradas pela United Fruit Company para documentar sua intervenção e expansão no Caribe, podemos também decifrar certos aspectos antropológicos dessas imagens. De fato, pode-se mesmo dizer que se trata de *representações etnográficas*. Quando a United Fruit Company produziu essas fotografias, a empresa procurou não apenas

documentar suas atividades, mas também conceber sua “conquista da selva” como um laboratório do moderno, onde foram experimentados diferentes tipos de habitação e condições de sanitárias, onde foi claramente diferenciada a hierarquia entre empregados e trabalhadores braçais a partir de uma classificação espacial: os trabalhadores do porto, em sua maioria hispânicos (na América Central), e os cortadores de banana e de cana, na maioria das vezes índios, jamaicanos e trabalhadores que sabiam a língua crioula, que em geral permaneciam por um período de tempo nos vários alojamentos antes de serem transferidos de um a outro. Os próprios alojamentos de trabalhadores eram divididos segundo uma taxonomia higiênica e social estrita, inventada pela empresa a fim de controlar a força de trabalho e as práticas de produção de frutas. No entanto, além das condições precárias de vida que constituem o imaginário da escassez, descobrimos nessas imagens que a representação etnográfica também mostra e reclama algo mais: um tipo de *contra-memória*. As fotografias hoje tomam parte em um certo *Nachleben* ou *survivance* que é parte daquela memória, parte da paisagem lembrada, parte das intervenções no Caribe. Neste sentido as fotografias “documentam” não apenas a história da industrialização e urbanização do Caribe pela United Fruit Company como uma margem transnacional, mas também *narram* a história singular das famílias e trabalhadores migrantes. Hannah Arendt descreveu esses conflitos históricos internos da seguinte forma:

[...] sem poetas e historiadores, sem a arte [...] da narração, a única coisa que [...] os homens em ação são capazes de produzir, ou seja, a história na qual agem e falam, [...] jamais poderia ser inscrita na memória da humanidade, de forma a tomar parte do mundo no qual os homens vivem (ARENDDT em DIDI-HUBERMAN, 2007: 255-256).

Nesse sentido, não é tão importante reconstruir com

“O caribe na virada do século XX como laboratório da modernidade:  
Sobre enclaves urbanos-agrírios e a *hinterland* (trans)nacional”

exatidão os eventos históricos da greve de 1928, uma vez que, enquanto *espaço de memória*, o evento se transformou em narrativa e, portanto, história não só para a cultura hegemônica, mas também para a resistência do *outro* excluído. As fotografias – tais como a United Fruit Company as produziu – participam de fato do componente político dessa história.



Fig. 1: Native People, Family Group, Santa Marta, COLOMBIA, Apr. 24, 1925

### **Os enclaves como fenômeno e figura epistemológica do espaço político moderno**

Segundo Michel Foucault, podemos reconhecer que a barreira biológica do moderno em uma sociedade se dá quando o

gênero e o indivíduo, enquanto mero corpo vivente, tomam parte na estratégia política. Como indicou Arendt, o *homo laborans* e sua vida biológica se tornaram o centro do espaço político moderno. O enclave como fenômeno reflete essa mudança do valor da força de trabalho, como se observa no caso da United Fruit Company e sua expansão econômica no Caribe. Do mesmo modo, Arendt também observa no interior desse deslocamento para a vida biológica enquanto palco político uma causa do declínio da vida pública e do espaço público, característico do espaço político moderno, ou do urbano como nova ordem. O enclave se mostra, nesse sentido, uma *figura epistemológica* que configura o espaço político moderno. Ele torna visível as práticas de hierarquia, distinção, inclusão e exclusão de trabalhadores braçais e empregados – a força de trabalho – pela ordenação e dominação do território conquistado e da população. Giorgio Agamben observou com clareza que o alojamento de trabalhadores em suas múltiplas variações é o *nómos* do moderno – a ordem espacial (Karl Schmitt) ou a lei. Ele indicou que o alojamento enquanto *nómos* da modernidade aparece pela primeira vez como parte das guerras coloniais de independência cubana, ou o que ele chama de manifesto do *estado de exceção* aplicado a toda uma sociedade civil:

O alojamento de trabalhadores é o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a se tornar a regra. [...] À medida que seus habitantes eram destituídos de qualquer status político e completamente reduzidos a mera vida, o alojamento era também o espaço biopolítico mais absoluto jamais realizado, no qual o poder não se confronta com nada além da pura vida, sem mediação. É por isso que o alojamento é o verdadeiro paradigma do espaço político no ponto em que a política se torna biopolítica [...] (AGAMBEN, 1998:168-171)

A diferença em relação ao paradigma biopolítico no que diz respeito à política do Estado seria que no caso da United

Fruit Company o enclave é um fenômeno do espaço privado que caracteriza de modo particularmente claro a *hinterland* (trans) nacional. Entretanto, dado que o entrelaçamento do Estado com as práticas econômicas privadas é explicitamente presente no desenvolvimento das atividades empresariais da United Fruit Company, a força de trabalho e a emergência do enclave são determinados pela inter-relação da expansão econômica privada e do discurso político do Estado. Podemos identificar nesse discurso o imaginário político e cultural de ideologias de raça do século 19 que constituíram o alicerce da representação do *outro*. O alojamento de trabalhadores – ou enclave – enquanto paradigma do espaço político moderno e como lugar de memória representa um verdadeiro fenômeno entre impérios. O enclave tem sido mais estudado em termos econômicos relacionados com o investimento estrangeiro direto, mas é importante compreendê-lo também enquanto fenômeno político ou mesmo histórico-cultural, que se insere na relação entre cultura e imperialismo no contexto da transição para a modernidade. O alojamento de trabalhadores – como forma de industrialização e urbanização – une a vida biológica enquanto força de trabalho à consolidação racial do *outro*, o trabalhador. Ele é parte do que veio a ser chamado por Michel Foucault, mais tarde, de *gouvernementalité* – a estreita inter-relação do Estado com as atividades econômicas privadas.

### **Ideologias de raça e a construção do *outro***

Em relação ao nosso exemplo de expansão econômica, a constituição da United Fruit Company como o “império da banana” em 1899 nos permite ver de forma clara o quadro controverso, violento e ideológico de sua presença no Caribe. Observemos, pois, a apresentação e a circulação das fotografias, ou a “representação” da United Fruit Company. Em 1914, o livro

*Conquest of the Tropics: the story of the creative enterprises conducted by the United Fruit Company*, de Frederick Adams, foi publicado com vistas a um público americano mais amplo. A ‘conquista’ aconteceu em escalas diferentes; certamente ela formou, por um lado, o que se tem chamado de sociedade disciplinadora (Foucault), e por outro, promoveu a manifestação do imaginário cultural que consolidou a expansão econômica.

O toque mágico das ações sanitárias introduzidas pela United Fruit Company transformou este ambiente mórbido em uma zona habitável. Os vastos melhoramentos concederam ao gênio dos homens da medicina americanos um crédito que só as gerações futuras poderão apreciar. Todos reconhecem o grande trabalho sanitário que o governo Americano realizou na Zona do Canal, mas poucos sabem que um melhoramento semelhante tem sido realizado nos ricos centros fruticultores de cada país ao sul do nosso, e que United Fruit Company é a responsável por esse grande feito (ADAMS, 1914:265).

A “representação” da “conquista (econômica) dos trópicos” pela United Fruit Company é particularmente interessante, já que ela trabalha com o imaginário cultural de um discurso imperial, aquele da *abundância* e do *potencial*. Olhando a seqüência de fotografias que integram o livro, a taxonomia da paisagem e suas representações se mostra em três modalidades que correspondem às intervenções da empresa: em primeiro lugar, esteticamente, já que mostra a riqueza do império da United Fruit Company em uma versão moderna e tecnológica do progresso; em segundo lugar, moralmente, já que as atividades do empreendimento compreendiam a divulgação das condições sanitárias e da medicina tropical; e em terceiro lugar, mostrando o potencial do desenvolvimento produtivo (FRANCO, 1979) – enquanto empresa colonial fundada no controle do *outro*. A paisagem é representada como vazia, feia ou perigosamente insalubre, e por essa razão carente de um desenvolvimento produtivo. Em 1914,

antes da Primeira Guerra Mundial, a utopia industrial era parte do imaginário cultural. Assim sendo, a expansão econômica e industrial se aproxima da perspectiva da degeneração, oscilando entre o luxo e a austeridade (ver Franco 1979): “Tanto o *self* quanto a ciência são [...] produtos do poder dos [...] impérios comerciais. Sua capacidade de encontrar a verdade deve-se não ao peso do método científico, mas à estrutura ideológica que lhes dá suporte, uma estrutura cuja força vem de fora do texto” (GONZÁLEZ ECHEVARRÍA, 1984:363). O Caribe, em sua experiência compartilhada da chamada sociedade de *plantation*, certamente manifesta este fenômeno de um espaço transnacional *sui generis*.

Em sua análise iluminadora do imperialismo, Arendt aponta que a escravidão moderna – ou a moderna força de trabalho no Caribe – é fundada na diferença racial forjada das ideologias de raça dos séculos 18 e 19, ou do que tem sido elaborado como discurso da *História Natural*. Os imaginários da *abundância* e *potencial* seguem as formulações da evolução e do progresso, concebidos por Charles Darwin como processo biológico do gênero humano. Neles redescobrimos claramente o paradigma biopolítico identificado que reduz o ser humano a vida biológica medida em termos de força de trabalho e seleção natural – como se deu no início da expansão territorial dos empreendimentos transnacionais, tais como a United Fruit Company. Este novo poder-conhecimento subjaz ao processo de construção nacional no fim do século 19 nas nações caribenhas que seguiram o projeto de nação moderna. A expansão econômica e industrial da United Fruit Company tem fundamentos ideológicos no longo discurso do século 19, com base na diferença racial e nas noções de mérito e esforço inerentes à consciência de si das elites burguesas. Em relação à experiência colonial, podemos observar a introdução de formas de vida e governo inteiramente novas nos territórios sob

a órbita da Europa e dos Estados Unidos da América no início do século 20, quando o alojamento de trabalhadores emerge como um novo paradigma biopolítico da modernidade.

### **Algumas considerações finais**

Por fim, gostaria de concluir com alguns aspectos sobre a emergência do urbano como nova ordem e sobre a questão dos enclaves agrário-urbanos e das margens (trans)nacionais. O enclave como fenômeno e figura epistemológica do espaço político moderno – depois da era do colonialismo – revela que as ideologias de raça, enquanto imaginário cultural, não se limitam diante das fronteiras nacionais, ou que o fenômeno transnacional do enclave como parte da expansão econômica, sobretudo no Caribe, com as variadas formas de trabalho e migração, mostram que a questão da nação ou da nação-estado se refere ao entrelaçamento das práticas econômicas, imaginários culturais e ideologias de raça que revivem e elaboram o *outro*. A emergência do urbano como nova ordem, neste sentido, significa a formação integrada de diferentes dinâmicas: simultaneamente a exclusão do *outro* com as práticas de distinção, e sua inclusão por meio do controle da força de trabalho, da opressão e da segregação étnica. (BALIBAR, 1990:52).

Em relação à greve ou ao massacre de 1928 no Caribe colombiano, podemos certamente dizer que, como *contra-memória* – ou mesmo memória cultural do projeto de nação moderna – o movimento simultâneo de inclusão e exclusão é uma característica do urbano enquanto ordem: isto quer dizer que a urbanização da sociedade é parte do que tem sido chamado de construção do *outro*, fundada no enlace das ideologias de raça e das noções de mérito e esforço de um desenvolvimento econômico que caracteriza a eterna transição para a modernidade. Por fim, podemos observar que, levando em conta os imaginários

multifacetados e a ficção dos eventos da greve de 1928, o enclave urbano-agrírio aparece na qualidade de *lugar de memória* da formação descontínua da nação moderna, ao representar a luta entre o Estado e a expansão econômica privada: o *outro* é uma forma de uma memória cultural. O racismo, implícito na nova ordem urbana, exclui a maioria controlada por uma violência institucional *de iure* e *de facto* de seus direitos civis, da cultura hegemônica e do poder-conhecimento da sociedade dominante (ver BALIBAR 1990). Nesse sentido, o urbano ou a urbanização da sociedade é o espaço que produz e reproduz a ambivalência de um duplo movimento de assimilação e exclusão das populações nativas e migrantes: “A herança do colonialismo é, na realidade, uma combinação variável de uma contínua exclusão externa e ‘marginalização interna’” (BALIBAR, 1990:55). O enclave – ou campo de trabalho e alojamento – como figura epistemológica do espaço político moderno torna particularmente claro aquele espaço cambiante na emergência do urbano como nova ordem e nos permite repensar a natureza do fenômeno imperial que constitui o entrelaçamento de nações, ideologias de raça e expansão econômica no Caribe na virada do século 20.

*Agradezco al DAAD (German Academic Exchange Service) el apoyo financiero para la realización de esta investigación.*

### **Imagem**

Fig. 1: Native People, Family Group, Santa Marta, COLOMBIA, Apr. 24, 1925

(No. 299, United Fruit Co. Collection, Photograph Albums, Box 31, Colombia)

Photograph Collection United Fruit Company (1891-1962), Historical Collections Baker Library, Harvard Business School, Cambridge Massachusetts

### **Bibliografia**

ADAMS, Frederick Upham. *Conquest of the Tropics: The Story of the Creative Enterprises*

*Conducted by the United Fruit Company.* Garden City: Doubleday Page, 1914

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life.* Stanford: Stanford University Press, 1998

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism.* London: Verso, 1991

ARENDT, Hannah. *Vita Activa oder vom aktiven Leben.* Stuttgart: Piper, 1960

----- *Elemente und Ursprünge totaler Herrschaft. Antisemitismus, Imperialismus, Totalitarismus.* München: Piper, 1986

BALIBAR, Etienne, e WALLERSTEIN, Immanuel. *Rasse, Klasse, Nation. Ambivalente Identitäten.* Hamburg: Argument Verlag, 1990

BOURGOIS, Philippe. *Ethnicity at Work: Divided Labor on a Central American Banana Plantation.* Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989

CARDOSO, Fernando, e FALETTO, Enza. *Dependencia y desarrollo en América Latina.* Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 1978

DÍAZ QUIÑONES, Arcadio. *El Caribe entre imperios: coloquio de Princeton.* Río Piedras: Universidad de Río Piedras, 1997

----- *Sobre los principios: los intelectuales caribeños y la tradición.* Argentina: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2006

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Bilder trotz allem.* Paderborn: Wilhelm Fink Verlag, 2007

FOUCAULT, Michel. "Sécurité, territoire et population", em: *Dits et Ecrits*, vol. III (1976-1979). Paris: Gallimard, 1994, pp. 719-723

----- "Le sujet et le pouvoir". In: *Dits et Ecrits*, vol. IV (1980-1988). Paris: Gallimard, 1994, pp. 222-243

----- *Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France, 1977-1978.* Paris: Gallimard Seuil, 2004

----- *La naissance de la biopolitique. Cours au Collège de France, 1978-1979.* Paris: Gallimard Seuil, 2004

FRANCO, Jean. "Un viaje poco romántico: viajeros británicos hacia Sudamérica: 1818-1828". In: *Escritura* (Caracas), 1979, año 4, no. 7: pp. 129-141

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Cien años de soledad.* Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1969

GILBERT, Joseph M., e Catherine C. LeGrand, Ricardo D. Salvatore (ed.). *Close Encounters of Empire: Writing Cultural History of U.S.-Latin American Relations.* Durham: Duke University Press, 1998

“O caribe na virada do século XX como laboratório da modernidade:  
Sobre enclaves urbanos-agrírios e a *hinterland* (trans)nacional”

GONZÁLEZ ECHEVARRÍA, Roberto. “Cien años de soledad: The Novel as Myth and Archive”. In: *MLN*, 1984, vol. 99, no. 2, Hispanic Issue: pp. 258-380

LEGRAND, Catherine. “Campesinos y asalariados en la zona bananera de Santa Marta (1900-1935)”. In: *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, 1983, no. 11: pp. 235-250

----- “El conflicto de las bananeras”, em: Alvaro Tirado Mejía and Gloria Zea (ed.). *Nueva Historia de Colombia*. Vol. 3. Bogotá: Planeta, 1989

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. (7 vol.). Paris: Gallimard, 1985-1992

ORTEGA, Julio. *Transatlantic Translations: Dialogues in Latin American Literature*. London: Reaktion Books, 2006

----- “The Discourse of Abundance”. In: *American Literary History*, 1992, vol. 4, no. 3 (Autumn): pp. 269-385

ORTEGA, Julio, e Claudia Elliot (ed.). *Gabriel García Márquez and the Powers of Fictions*. Austin

SAID, Edward. 1993. *Culture and Imperialism*. New York: Vintage Books, 1994

WHITE, Judith. *Historia de una ignominia: La United Fruit Co. en Colombia*. Bogotá: Editorial Presencia, 1978



## RESENHA

Quando a ilha era a cidade: Alejandro de la Fuente: Havana and Atlantic in the Sixteenth Century. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2008.

*Ynaê Lopes dos Santos*

Em 1761, o intelectual cubano Jose Martín Félix de Arrate e Costa publicou *Llave del Nuevo Mundo*<sup>1</sup>, obra na qual destacou o papel ímpar que a ilha de Cuba desempenhou no espaço atlântico, sobretudo no sistema colonial espanhol. Ainda que o intuito do autor fosse analisar a totalidade da ilha, o próprio subtítulo do seu livro (*La Habana Descripta: Noticias de su fundacion, aumentos y estados*) demonstra que a capital cubana ocuparia lugar de destaque em sua abordagem. No transcorrer da leitura, são muitos os momentos nos quais o leitor se pergunta se, na realidade, a “chave do Novo Mundo” não teria sido Havana. Essa aparente confusão subjacente à análise de Arrate e Costa<sup>2</sup> trata-se, em verdade, da relação simbiótica estabelecida entre Cuba e Havana desde a ocupação da ilha pelos primeiros espanhóis até a última década do século XVIII.

As origens desta relação, na qual Cuba e sua capital são apresentadas como sinônimos, foram explicadas com maestria por Alejandro De la Fuente em seu recente livro *Havana and*

\* Resenha recebida em abril de 2009 e aprovado para publicação em maio de 2009.

*Atlantic in the Sixteenth Century* (2008). Na introdução de seu estudo, De la Fuente argumentou que o porto de Havana foi o vetor que “viabilizou a existência do interior da ilha de Cuba”; só com o tempo foi que o processo se inverteu e a agricultura passou a modificar a cidade. Dessa feita, durante quase duzentos e cinqüenta anos, grande parte da história cubana era, de fato, a história de Havana.

Mas não foi só esse aspecto que o autor iluminou sobre a história da capital cubana. Ao analisar a evolução urbana e a própria trajetória da cidade desde a invasão do corsário francês Jacques de Sorés, em 1555, até o primeiro decênio do século XVII, Alejandro de La Fuente examinou as diferentes características que fizeram de Havana uma cidade sem igual no espaço Atlântico e, ao mesmo tempo, “atlântica por excelência”.

Partindo de uma análise histórica *braudeliana* que almeja estudar as dinâmicas das economias atlânticas, Alejandro de La Fuente reconstruiu a história de Havana de maneira inovadora. Em primeiro lugar está a própria escolha pela Havana seiscentista, tendo em vista que poucos trabalhos históricos analisaram a capital cubana neste período. A segunda inovação encontra-se na abordagem metodológica empregada pelo autor. De la Fuente fez uma escolha explícita pelo uso de fontes documentais produzidas no âmbito local, como as Atas do Ajuntamiento Havanês, as medidas tomadas pelos Cabildos, os parcos recenseamentos produzidos por autoridades locais, dentre outros. Embora tais documentos apresentem nítidas conexões com o que o autor chamou de “criação do Atlântico como espaço histórico”, o olhar mais circunscrito na vida urbana permitiu que De la Fuente trabalhasse com atores sociais até então esquecidos ou deixados em segundo plano por análises anteriores, tais como os escravos e a significativa população negra liberta existente na cidade.

Na realidade, como se verá adiante, a abordagem de De

la Fuente não só possibilita uma compreensão mais densa das primeiras décadas da história de Havana, como também abre uma interessante agenda de pesquisa para trabalhos futuros ao demonstrar que já no século XVI é possível observar a construção de uma ordem racial na cidade, que acompanhou Havana até o século XX.

O autor inicia sua análise confirmando que a relevância de Havana dentro do contexto cubano já podia ser percebida na sua fundação. A primeira capital cubana, batizada como *San Cristóbal de Habana*, foi fundada em 1515 na região sudeste de Cuba. Entretanto, a conquista do México (1521) e do Peru (1530) materializaram o sonho europeu do *El Dorado* causando ondas migratórias para as minas de ouro e prata recém conquistadas. Muitas cidades e vilas se esvaziaram neste período, e com San Cristóbal de Habana, que não possuía nenhum atrativo significativo, não foi diferente.

Todavia, se num primeiro momento a descoberta das minas de ouro e prata esvaziaram a cidade, foi a intensificação das atividades mineradoras que deram um novo sentido para Havana. A estratégica posição de Havana foi rapidamente reutilizada pelo Império Espanhol. Em 1560, o rei Carlos III inaugurou o sistema de frotas, conhecido como Carrera de Índias. Tal sistema converteu-se em uma das grandes ferramentas que ensejavam o exercício do monopólio espanhol sobre suas colônias americanas: por um lado garantia o transporte seguro de mercadorias (mormente o ouro e a prata) entre as diferentes possessões hispânicas no contexto atlântico; e por outro, diminuía o comércio de contrabando dessas mesmas mercadorias com outras nações européias.

Ainda que piratas, corsários, flibusteiros e contrabandistas tenham sido atores recorrentes no espaço atlântico, é inegável que o sistema de frotas foi fundamental para a consolidação da colonização hispânica nas Américas, bem como para a produção

de uma cidade sem igual no Novo Mundo: Havana.

Segundo Alejandro de la Fuente, em poucas cidades quinhentistas observava-se uma pluralidade de nações, línguas e mercadorias como na capital de Cuba. Em Havana era possível encontrar o vinho que saía das Ilhas Canárias; tecidos grosseiros, como o brim e a lona, oriundos da França; a seda produzida na Espanha e na Itália; biscoitos e farinha de mandioca vindos do México; o índigo de Honduras; couro produzido no interior cubano; africanos escravizados trazidos de Cartagena. O autor foi enfático em afirmar que Havana era, a um só tempo, o centro redistribuidor de produtos procedentes do comércio transatlântico, caribenho e insular.

Como bem apontou De la Fuente, as atividades econômicas não se esgotavam na circulação de mercadorias. Para conseguir dar conta da grande quantidade de embarcações que aportavam anualmente em sua baía, Havana possuía uma ampla rede de serviços terceirizados que abarcava o suprimento de alimentos e água para as embarcações, hospedagem, e diferentes formas de lazer, além de uma pujante indústria naval.

Essa alta rotatividade de produtos e serviços fez com que as autoridades coloniais tivessem uma preocupação constante com a segurança da cidade, sobretudo após o episódio em que Havana foi tomada e incendiada pelo corsário francês Jacques Sorés, em julho de 1555. Dessa forma, a urbanização de Havana a partir de meados do século XVI foi marcada por um modelo de cidade portuária extremamente militarizado.

O trauma causado por Sorés rapidamente se converteu em atitude das autoridades espanholas. Isso explica que De la Fuente utiliza o ano de 1555 como marco inicial de sua análise. Em 1556, um ano após o incêndio, iniciou-se a construção da fortaleza La Fuerza que, de acordo com o autor, foi um feito literalmente Atlântico. A decisão e a arrecadação de recursos

couberam à Espanha, a prata que financiou as obras veio do México, os trabalhadores braçais da África, os artífices de diferentes países europeus, e o conhecimento militar da Itália. A preocupação com a segurança de Havana era tamanha que, antes mesmo da finalização da La Fuerza, o governo espanhol começou a edificar as construções El Morro e La Punta. O objetivo era murar as principais entradas da cidade.

Mas as fortificações não eram suficientes para garantir a segurança da cidade. Era imperioso aumentar o número de habitantes em Havana que, em 1538, tinha pouco mais de 70 casas. No terceiro capítulo do seu livro, De la Fuente exemplifica com muitas cifras que a Coroa espanhola não poupou esforços, nem investimentos financeiros para fomentar o crescimento urbano de Havana. Já que a capital cubana não tinha os mesmos atrativos minerais do México e do Peru, nem o clima ameno da vizinha Bayamo, a solução encontrada pelas autoridades hispânicas para atrair novos habitantes foi facilitar o acesso à terra (que até o século XVIII era distribuída diretamente pelo Cabildo) e promover a isenções de taxas dos produtos vindos da Espanha, o que fomentou ainda mais o comércio na cidade. As respostas aos investimentos espanhóis foram relativamente rápidas: entre as décadas de 1570 e 1580 a população da cidade dobrou e não parou mais de crescer.

No constante e rico diálogo entre história local e o espaço Atlântico, o autor afirmou que a oficialização de Havana como escala obrigatória no sistema de frotas espanhol (nos anos 1570) acarretou mudanças significativas na malha urbana da cidade. Ainda em 1562, iniciou-se a construção do aqueduto que facilitaria o acesso dos habitantes da cidade à água potável. Entre 1577 e 1581, foi construído, na entrada da baía, o edifício da alfândega, com espaço para moradia de dois oficiais reais no segundo andar, além de um amplo armazém interligado com as docas.

Na década seguinte, foi erguida a sede do Cabildo de Havana, órgão que respondia pela governança municipal da cidade. Em 1596, a Coroa espanhola ordenou a construção de hospital San Felipe y Santiago na região central. No último quartel do século XVI, as autoridades espanholas receberam inúmeros pedidos para a construção de monastérios em Havana; a idéia era que tais construções servissem como estadia temporária para oficiais reais enquanto as frotas estivessem na cidade, mas também como local de educação religiosa e laica da nascente juventude criolla havanesa.

Ainda no centro de Havana, nas cercanias do porto havia inúmeras tavernas, alojamentos, prostíbulos e pequenos hotéis: uma rede de serviço montada para dar conta das demandas geradas pelas frotas. Muitas negras alforriadas e escravas ofereciam seus préstimos como cozinheiras e lavadeiras para marinheiro. E trabalho era o que não faltava. O autor salienta que boa parte da mão-de-obra empregada em Havana era de escravos africanos oriundos. Embora De la Fuente tenha feito um estudo cuidadoso e detalhado da procedência desses africanos escravizados, a maior parte deles vinha das regiões dos rios da Guiné e do Vale do Senegal. Esses cativos chegavam por Cartagena e, em 1610 já contabilizavam 4 mil pessoas (levando-se em conta os escravos crioulos).

No quarto capítulo do seu livro, De la Fuente apresentou um lado pouco conhecido de Havana, e que geralmente não é muito visto em estudos sobre cidades. Além de importante redistribuidora de mercadorias, Havana também produzia insumos e artigos de grande valia para a Carrera de las Índias. Parte deles já pode ser inferida tendo em vista a rede de serviços descrita acima. Havana produzia diferentes tipos de gêneros alimentícios cujo objetivo principal era abastecer as inúmeras embarcações que chegavam sazonalmente no porto de *Carenas*.

Organizados em estâncias ---trabalhadas conjuntamente por mão-de-obra escrava e livre--, essa zona produtora da cidade de Havana (situada no extramuros), cultivava mandioca (para fazer farinha), bananas, milho, frutas e vegetais variados além de tabaco (que durante o século XVI era visto como um gênero inferior). Nos *hatos* eram criados animais de pequeno porte para consumo de carne e gado para produção de couro. Por fim, era possível encontrar alguns trapiches e pequenos engenhos que produziam açúcar e, principalmente, melaço, produto de grande demanda em Havana.

De La Fuente sinalizou que a floresta que circundava o perímetro urbano de Havana também tinha papel fundamental na esfera produtora da capital cubana. Ainda que essa porção de mata natural tenha sido preservada para proteger a cidade de possíveis invasões, o sistema de frotas logo lhe reservou um novo destino: fornecedora de matéria-prima da indústria naval. Já no final do século XVI, havia grande demanda por construção de embarcações de pequeno porte, bem como reparos de navios.

Embora a fabricação de navios estivesse sob a incumbência do país Basco, quando os estaleiros da região chegavam à sua capacidade máxima, a indústria naval de Havana era acionada. Mesmo que embarcações não fossem totalmente construídas nos estaleiros da cidade, a intensa movimentação do porto criava a necessidade constante de consertos e reparos. Rapidamente, a construção naval havanesa ganhou fama. Em fins dos quinhentos, Havana já era um dos mais importantes estaleiros das Américas e a Coroa espanhola expedia frequentemente autorizações para a retirada de madeira e construção e/ou reparos de navios. Importante salientar, que a construção naval veio acompanhada da criação de inúmeras casas de fundição que não só produziam peças fundamentais para as embarcações, como a artilharia que, em parte, garantia a segurança da cidade.

A complexidade e a importância de Havana eram tamanhas, que a cidade tinha não só um perímetro urbano (divido em intramuros e extramuros), como também uma área suburbana, quase rural, que – quase contraditoriamente – compunha o todo da cidade.

Ainda que De la Fuente tenha apresentado aspectos pouco conhecidos da história de Havana, o sexto capítulo talvez seja o ponto alto de seu estudo, pois nele reside o caráter mais inovador de sua abordagem. Nele, o autor estabelece a intrínseca relação entre o crescimento populacional da cidade, aumento da parcela escrava e setorização econômica e racial do espaço urbano.

De la Fuente iniciou este capítulo afirmando que desde o século XVI, negritude e escravidão eram tomados como sinônimos em Havana. Isso porque, desde 1550, a capital cubana configurava-se como uma cidade escravista, que dependia do trabalho escravo para o funcionamento de grande parte da rede de serviços. A maior parte da mão-de-obra empregada na construção das fortificações de Havana era composta por escravos, e não por acaso, a Coroa espanhola era a maior proprietária de escravos na época. Os cativos urbanos também trabalhavam como ganhadores, cortavam madeira, cavavam sepulturas, trabalhavam nas hospedarias e tavernas da cidade. E não era apenas como mão-de-obra que a escravidão fazia-se sentir na cidade. A grande presença de escravos em Havana (que muitas vezes desfrutavam de grande autonomia de trânsito), também criou diversas redes de parentesco e solidariedade, além de festas e a preocupação constante com fugas.

Todavia, De la Fuente ressaltou que, embora a escravidão e até mesmo as atividades exercidas pelos “homens de cor” livres tivessem importância crucial no cotidiano da cidade, a presença de negros e africanos (escravizados ou não) deveria obedecer uma determinada lógica de ocupação do espaço. Em outras

palavras, fossem escravos, libertos ou livres, a população negra era mantida nos bairros extramuros, nas zonas mais distantes e pobres de Havana. O autor chegou a dar exemplos de mulheres negras com boas condições financeiras e que foram proibidas pelo Cabildo de Havana de comprar casas nos bairros intramuros.

A região central logo foi ocupada por famílias abastadas de mercadores e oficiais militares espanhóis e criollos. As margens de Plaza de Armas – considerada e melhor localização da cidade – foram tomadas por moradias cada vez mais suntuosas e resistentes, construídas com pedra ou tijolos. Moradias de uma população majoritariamente branca e rica. Regiões mais afastadas de centro, como o bairro de Campeche, possuíam uma população misturada, sob o ponto de vista racial. Cerca de 20% dos lotes de terra desse bairro estavam sob a posse de homens e mulheres negros e livres, que em grande parte dos casos, construíam casas menores e de materiais mais baratos do que aquelas encontradas próximas à Plaza de Armas. Criava-se assim uma separação racial na cidade.

Dentro da lógica espacial de uma cidade escravista, De la Fuente termina seu livro examinando outros personagens que compuseram a Havana seiscentista. O esteio de sua análise final foi a Igreja católica. Ainda que a Igreja tenha desempenhado um fraco papel a cidade, quando comparada com outras possessões hispânicas na América, Havana tinha ritos e ritmos ditados pela religiosidade católica. O casamento era um ritual fundamental na cidade, pois era ele que determinava boa parte das relações havanesas. Era por meio dele que as mulheres passavam das mãos de seus pais para a dos seus maridos, criando assim uma ampla rede de sociabilidade que ao mesmo tempo em que sacramentou o nascimento da oligarquia de Havana, também deixava nítido sentimentos como o amor deveriam respeitar os limites da cor.

Utilizando gama variada de documentos, De la Fuente

conseguiu montar um interessante e amplo panorama da cidade de Havana durante o século XVI, mostrando que ela foi muito mais do que o entreposto do sistema de frotas do Império espanhol. Na realidade, foi sua condição de entreposto que criou uma vivência urbana tão dinâmica e ao mesmo tempo tão singular no contexto Atlântico.

Ao tratar da história de Havana no século XVI e parte do XVII (quando a ilha era praticamente a cidade), De La Fuente perpassa questões interessantes sobre, relações coloniais, sobre a história das cidades portuárias, sobre as transações econômicas produzidas e produtoras do espaço Atlântico, e até mesmo sobre a problemática racial que acompanhou praticamente todos os pontos da história das Américas. Fruto de grande maturidade intelectual, o livro de De la Fuente é assim um convite para leitores com diferentes gostos e interesses.

#### **Notas**

1. ARRATE Y ACOSTA, José Martín Félix. *Llave del Nuevo Mundo. Antemural de las Indias Occidentales*. La Habana: Comisión Nacional Cubana de la UNESCO, 1964.
2. Importante ressaltar que o livro de Arrate e Costa foi fundamental no processo de formação intelectual da oligarquia cubana (sobretudo havanesa), que, durante o século XIX, transformaria Cuba na maior produtora mundial de açúcar.

## OS AUTORES

**Alex Ricardo Medeiros da Silveira**, é Cientista Social e Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB). Desenvolve sua tese de doutorado sobre história comparada do patrimônio cultural no Brasil e em Cuba, no Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Entre suas publicações destacamos sua participação no *Estudo Exploratório sobre o Professor Brasileiro: com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica*. Brasília: Ministério da Educação/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009; *Travessias no Patrimônio Imaterial de Buritis*. In: NEGRÃO DE MELLO, Maria T. (org.) *Entorno que Transborda: patrimônio imaterial da RIDE*. Brasília: Petrobras, 2006 e MEDEIROS, Alex e NEGRÃO DE MELLO, Maria T. (orgs.) *Patrimônio Imaterial da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno*. Brasília: Petrobras, 2005. Email: [conectaralex@gmail.com](mailto:conectaralex@gmail.com)

**André Lopes Ferreira**, doutorando em História (UNESP), mestre em História (UNESP). Professor assistente substituto na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Autor dos seguintes trabalhos: *A POLOP e a Revolução Cubana: entre a insurreição urbana e o foco guerrilheiro*. Encontros (Santa Cruz do Rio Pardo), v. 8, p. 78-92, 2007; *Artigas e o artiguismo no discurso político da Frente Ampla (1971-1973)*, Vitória-ES, 2008 (Encontro). VIII Encontro Internacional da ANPHLAC. Email: [alfunesp@bol.com.br](mailto:alfunesp@bol.com.br)

**Enrique López Mesa**, é historiador e investigador do Centro de Estudos Martianos. Tem sido co-autor de diversos livros e folhetos publicados em Cuba, tem também publicado artigos em revistas especializadas em Cuba, Espanha e México. Entre suas publicações destacamos;

“Historiografía y nación en Cuba” In NARANJO, Consuelo y SERRANO, Carlos. *Imágenes e Imaginarios nacionales en el Ultramar español*. Madrid: CSIC, 1999 e *La comunidad cubana de New York: siglo XIX*. Ed. Centro de Estudios Martianos, La Habana, 2002. Email: [enrique.lopezmesa@gmail.com](mailto:enrique.lopezmesa@gmail.com)

**Fernando Luis González Mitjans**; possui graduação em Sociologia (Bacharel) pela Universidade de Brasília (2008). Atualmente é auxiliar de pesquisa no Núcleo de Estudos Cubanos da Universidade de Brasília. Tem experiência nas áreas de Sociologia e Antropologia, com ênfase em Estudos Culturais e Identitários, Estudo de minorias, Estudos Migratórios, Sociologia Urbana e da Modernidade. Tem apresentado os seguintes trabalhos: “A dupla transculturação dos retornados” . 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso); “A evasão no curso de Ciências Sociais na UnB”. 2007. (Apresentação de Trabalho/Seminário); *Experiência Transcultural e Identidade: Estudo das transações culturais entre alunos africanos da UnB*. 2008 (Monografia). Email: [cuba\\_nice@hotmail.com](mailto:cuba_nice@hotmail.com)

**Isabel Ibarra Cabrera**, doutora em História pela Universidad Complutense de Madrid (2000). Professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Pesquisadora do Centro de Estudos do Caribe no Brasil (Cecab). Tem publicado diversos artigos e capítulos de livros sobre as temáticas: migração, revolução cubana, história oral, universidade e memória. Dentre eles: “La salida de los “sin salida”: una aproximación a los inmigrantes cubanos en España”. In: *Migrações e fronteiras no Mundo Atlântico*. 1ª.ed. Goiânia, Cecab, 2008, p. 103-136; “A economia familiar e a mulher em Cuba no final do século XX”. In: *Cenários Caribenhos*. Brasília: Paralelo 15, 2003, v.1, p.154-171; “Los sentidos del silencio”. In: *Región, frontera y prácticas culturales en la Historia de América Latina y Caribe*. Morelia, México: Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, 2002, V.1, p.229-248. Email: [isabelibarra555@hotmail.com](mailto:isabelibarra555@hotmail.com)

**Jorge L. Chinea**, é catedrático associado de historia de América Latina e o Caribe e director do Centro de Estudos Chicano-Boricua na Wayne State University, Detroit, Michigan, EEUU. Cursó su maestría en

Binghamton University (NY) e o doutorado na University of Minnesota (MN). Tem publicado vários ensaios e o livro, *Race and Labor in the Hispanic Caribbean: The West Indian Worker Experience in Puerto Rico, 1800-1850*. (Gainesville: University Press of Florida, 2005. . Email: [chineaajorg@aol.com](mailto:chineaajorg@aol.com)

**Josef Opatrný**, doutor em História pela Universidad Carolina de Praga, é catedrático e diretor do Centro de Estudios Ibero-Americanos desta universidade também é diretor do anuário Ibero-Americana Pragensia. Autor de vários artigos e livros sobre o Caribe: *Antecedentes históricos da formação da nação cubana*, 1986; *US Expansionism and Cuban Annexationism in the 1850s*, 1990; *Emigración centroeuropea a América Latina*, 2000; *Visitando la Isla*. Temas de História de Cuba. Cadernos de História Latinoamericana 9 (ed. Com Consuelo Naranjo Orovio), 2002; “El rumor de Haití en Cuba: temor, raza y rebeldía (1789-1844)” (co-autor com Maria Dolores González-Ripoll, Consuelo Naranjo, Ada Ferrer e Gloria Garcia), 2004; autor do capítulo: Cuba en el contexto internacional, In: *Historia de Cuba* (coord.. por Consuelo Naranjo Orovio), 2009. Email: [opatjaff@ff.cuni.cz](mailto:opatjaff@ff.cuni.cz)

**Kátia Couto**, doutora em História (UnB) e mestre em História (UFG). Pesquisadora do Centro de Estudos do Caribe no Brasil (CECAB), professora adjunta do departamento de História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Autora dos seguintes artigos: “Os desafios da sociedade cubana frente à imigração antilhana (1902-1933)”. Ed. CECAB, 2008, p.137-175; “As relações diplomáticas entre Cuba e Jamaica nos anos 20”. In: *Revista Bras. do Caribe*. Goiânia. v. 3, p.28-29, 2002; “A memória dos imigrantes negros nos centrais açucareiros cubano” VII Congresso Nacional de História Oral, 2004, Goiânia; “A memória de Gerardo Machado após o exílio”. V semana de História -Historiografia e Poder, 2004; “Relaciones entre etnias en el batey de un central azucarero” - VII Jornadas Historia y Fuentes Orales - Memorias e Identidades, 2000, Ávila. Email: [kc-couto@uol.com.br](mailto:kc-couto@uol.com.br)

**Liliana Gómez**, docente em literaturas e culturas latino-americanas em Lateinamerika-Institut da Freie Universität Berlin. Docente em estudos comparativos étnicos no Center for the Study of Race and Ethnicity e investigadora convidada pelo Institute of Latin American Studies da

Columbia University em New York. Em 2007 recebeu o doutorado em estudos literários e culturais da América Latina na Freie Universität Berlin. É autora de: “The Urbanization of Society. The Collège de Sociologie or Towards a Cultural Analysis of the Sacred in Urban Space Urban Culture and Syncretism in Havana: Alejo Carpentier’s Search for the Sacred in the City”, In: GÓMEZ, Liliana, y Walter van Herck (eds.). *The Sacred in the Metropolis* (será publicado em 2010); com Sarah González de Mojica e Carlos Rincón (eds.). *Iconos, Lugares de Memoria, Canones historiográficos y literarios en Colombia* (se publicará en 2009, Instituto Pensar, Bogotá); *Genealogías y discursos de lo urbano. Teorías políticas y culturales de la megaciudad en América Latina (1929-2006)*. Freie Universität Berlin (disertación) 2007. Berlin; “Cinco notas al margen de un debate ausente sobre la ciudad histórica o ¿La Habana soñando con el Traumhaus?”, In: Nicolás Gualteros Trujillo (ed.), *Itinerarios Urbanos. Paris, La Habana, Bogotá: Narraciones, Identidades y cartografías*. Email: [liliana.gomez@fu-berlin.de](mailto:liliana.gomez@fu-berlin.de)

**Olga Portuondo**, doutora em Ciências Históricas pela Universidad de La Habana. Profesora Titular da Universidad de Oriente, investigadora titular da Academia de Ciências de Cuba. Investigadora Adjunta da Casa del Caribe. Ministra aulas nas seguintes temáticas: Historia de Cuba e do Caribe, estudos sobre mentalidades, problemas fundamentais do Caribe e cursos optativos de Historia de Cuba na licenciatura de “Estudios cubanos e do Caribe” da Faculdade de Ciências Sociais e Humanísticas da Universidade de Oriente, Santiago de Cuba e Guantánamo. Atuou oferecendo cursos nas Universidades de Paris III e Alcalá de Henares como profesora convidada. Publicou os seguintes livros: *Cartas Familiares. Francisco Estrada y Céspedes*, (1ra. ed.) Universidad de Oriente, 1969; (2da ed.) Editorial Oriente, Santiago de Cuba, 1989; *El Imperio Chino (2000 a.e. - 1912 d.e.)* Universidad de Oriente, 1984; *Nicolás Joseph de Ribera*, Ed. Ciencias Sociales, La Habana, 1986; *El Egipto Antiguo*. Universidad de Oriente, 1985; *Lo que yo vi...* (Memorias de Gloria Cuadras), Ed. Oriente, Santiago de Cuba, 1990 (Coautor Alcibiades Poveda); *Historia de la Universidad de Oriente*. Universidad de Oriente, 1992,(Coautora); “Santiago de Cuba, los colonos franceses y el fomento cafetalero (1798-1809)” y “Conclusiones”, en *Les francais dans l’Orient Cubain*, Burdeos, 1992; *Historia de Cuba: La Colonia*; (“La consolidación de la sociedad criolla (1700-1765)”, Ed. Ciencias Sociales, 1995;”Un creole francés

y cubano”, en Hippolyte Piron: *La isla de Cuba*. Revisado y asesorado. Editorial Oriente, Santiago de Cuba, 1995. Prólogo, asesoría y notas de la edición en español; *La virgen del Cobre; símbolo de cubanía*, Ed. Oriente, Santiago de Cuba, 1996 (Ira. Ed.), 2001 (reimpresión) y Ed. Aguilar, España, 2002 (2da. ed.). Email: [olgaportuondo@hotmail.com](mailto:olgaportuondo@hotmail.com)

**Rickley Leandro Marques**, doutor em História pela Universidade de Brasília, 2009. Pesquisador do Centro de Estudos do Caribe. Tem produzido diversos artigos sobre as temáticas: revolução cubana, intelectuais, literatura, exílio. Dentre eles: “A condição Mariel”. In: *Revista Brasileira do Caribe*, Vol.VIII, no. 16, p.473-506, 2008; “O papel dos intelectuais na revolução cubana – o caso Padilla”, revista *Em tempos de História*, No.13, p. 105-123, jul/dez 2008. Email: [rickleymarques@hotmail.com](mailto:rickleymarques@hotmail.com)

**Sílvia Cezar Miskulin**, Pós-Doutoranda em História pela USP, onde desenvolve o Projeto de Pesquisa “Diálogos e tensões entre os intelectuais mexicanos e cubanos: as revistas *Plural* e *Vuelta*”, com bolsa da FAPESP. É autora de *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução Cubana (1961-1975)*, publicado pela editora Alameda/FAPESP, em 2009, e de *Cultura ilhada: imprensa e Revolução Cubana (1959-1961)*, pela editora Xamã/ FAPESP, em 2003. Email: [silmiskulin@uol.com.br](mailto:silmiskulin@uol.com.br)

**Ynaê Lopes dos Santos**, doutora e mestre em História Social (USP). Pesquisadora da Fundação Biblioteca Nacional, Professora da Fundação Educacional Duque de Caxias, Pesquisadora Assistente no Observatório de Conflitos Urbanos – Laboratório ETTERN (IPPUR-UFRJ). Autora dos seguintes trabalhos: “A escravidão e a corte: autonomia escrava e controle estatal no Rio de Janeiro Joanino”. In: *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. VII, ano 4, nº 1, pp. 19-31, julho de 2009; “O Mercado dos Homens”. Dossiê Tráfico Negro. *Revista História Viva*, pp. 46-47, 2009; “Autonomia Escrava na Formação do Estado nacional brasileiro: o caso do morar sobre si no Rio de Janeiro”. *Almanack Brasileiro* (Online), v. 6, p. 101-113, 2007; “Pensando sobre a África”. *Klepsidra – Revista de História*, 2002”. E-mail: [ynaels@hotmail.com](mailto:ynaels@hotmail.com) e [ynaels@usp.br](mailto:ynaels@usp.br)



## INSTRUÇÕES PARA ENVIO DE ARTIGOS

A *Revista Brasileira do Caribe* tem como missão principal focalizar o estudo das culturas afro-americanas na sua relação com outras culturas e com suas matrizes africanas, apoiando-se na mais ampla interdisciplinaridade.

A Revista aceita artigos inéditos em quatro idiomas: português, espanhol, francês e inglês.

Os artigos enviados para publicação têm que abordar temáticas sobre o Caribe e as interconexões atlânticas; Resenhas críticas sobre obra bibliográfica publicada nos últimos dois anos, cujo conteúdo se relacione com a temática; Entrevistas a personalidades de grande expressão para estes estudos e Fontes (documentos, arquivos, repertórios, inventários etc.) que possam interessar aos especialistas e pesquisadores.

Os artigos serão enviados em formato microsoft word for windows, versão 2003, espaçamento entre linhas 1,5, margens de 2,5cm, fonte Times New Roman 11, parágrafo justificado, contato via e-mail ou via correio convencional, sendo neste caso uma cópia em cd-rom e outra impressa. Deverá vir acompanhado de um breve currículo do autor, incluindo o e-mail para contato. Os artigos deverão ainda ser acompanhados de um abstract em inglês com não menos de três palavras chaves e outro no idioma original também com as palavras chaves. O resumo em português, no caso de estrangeiros, será providenciado pelo conselho editorial da Revista. O peso outorgado ao resumo em português procede do idioma do lugar de procedência da revista: Brasil.

A extensão dos artigos deverá ser entre 12 a 20 páginas, e a das resenhas entre 3 e 7 páginas, todas no formato acima especificado e os resumos em torno de 10 (dez) linhas.

Os autores, em citações textuais ou não, deverão ser colocados dentro do texto entre parêntesis (Sobrenome do Autor em maiúsculas, ano de publicação da obra, páginas mencionadas) Exemplo: (GLISSANT, 2001, p. 35-40) e referenciados completos na bibliografia ao final do artigo. Diferentes textos de um mesmo autor num mesmo ano deverão ser diferenciados com uma letra após a data, a partir da letra a.

As citações no corpo do texto, com menos de 3 linhas, devem vir transcritas entre aspas duplas, com o mesmo tipo e tamanho da letra do texto. Com mais de 3 linhas devem ser transcritas em parágrafo distinto, em corpo 10 normal, com recuo à esquerda, espaço simples e sem aspas, ainda que, atendendo ao perfil da revista publicada em vários idiomas, o conselho editorial se reserva o direito à utilizar também a itálica nos casos de uso de idioma diferente ao original do artigo. As citas dentro do texto deverão seguir o seguinte exemplo (Autor, data, número de páginas). Exemplo (CASTILLO, 1940, 18)

Notas de Fim do artigo: breves sucintas e claras, apenas de esclarecimentos ou explicativas. As referências bibliográficas não são consideradas notas.

Bibliografia: deve vir ao final do artigo e contemplar as obras efetivamente citadas e referenciadas ao longo do artigo e nas notas do fim de texto, bem como apresentar indicações completas conforme os modelos abaixo: Sobrenome do autor, nome do autor. Título e subtítulo do livro em itálico. Local de publicação: Editora, ano de publicação.

Capítulo de coletânea: Sobrenome, nome do autor. Título do capítulo entre aspas duplas. In: sobrenome e nome do organizador. Título da coletânea em itálica. Local: Editora, ano de publicação, páginas inicial e final do artigo. Artigo de revistas ou periódicos: Sobrenome e nome do autor. Título do artigo entre aspas duplas. Título do periódico/ revista em itálico. Local de publicação, número do volume, número do fascículo, data da publicação.

Crerios de reviso: Os artigos enviados à Revista Brasileira do Caribe sero remetidos pelo menos a dois pareceristas escolhidos entre os membros dos Conselhos editorial, Consultivo e consultores ad hoc que podero recomendar ou noo a publicao ou ainda recomendala com modificaoes. O conselho editorial se reserva o direito de sugerir ao autor modificaoes de forma com o objetivo de adequar o texto as dimensoes da revista e a seu padrao editorial e grafico.

A Revista possui um conselho editorial que garante a qualidade da reviso e padronizao nas diferentes lnguas dos artigos recebidos.

Para facilitar a consulta sobre os autores e adequar-se ao formato da revista temos criado uma seo sobre os autores, incorporada ao corpo da revista, anunciada no sumrio (summary), que contem um mini currculo e o e-mail do autor para facilitar o contato dos leitores.

## INSTRUCTIONS TO SEND ARTICLES

The journal *Revista Brasileira do Caribe* has as main mission to focus the study of Afro-American cultures in their relation with other cultures and with their African sources, based upon the widest interdisciplinary studies.

The journal accepts submission of original articles, written in Portuguese, Spanish, English and French.

The articles should approach themes about Caribbean and the Atlantic interconnections; critical reviews of books published in the last two years, which content is related with the theme; interviews with personalities of great expression for these studies and sources (documents, archives, collections, inventories etc.) which may be of interest to specialists and researchers.

The articles submitted should be formatted in Microsoft Word for windows, 2003 version, 1.5 space, Font Times New Roman 11, and send by attachment via email. They also can be sent by conventional mail, with a printed copy and another one in CD-Rom.

They should be accompanied by an Academic biographical résumé of the authors, including e-mail for contact. The articles should be also accompanied by an abstract in English with at least three keywords and another one in the original idiom with the respective keywords. For foreigner authors, an abstract in Portuguese will be provided by the Editorial board of the journal, because of the place where the journal is published: Brazil.

The article must contain twenty pages maximum and twelve pages minimum and the reviews of books between three and seven pages, all of them in the format above mentioned. The abstracts should not exceed ten lines.

Quotations within the text should appear like the following (Author, Date, Page). Example: (GLISSANT, 2001, p. 35-40). Their complete reference should be appear in the Bibliography at the end of the article. Texts of a same author published in the same year should be differed with a letter after that year, beginning with "a". Example:

(CASTILLO, 1940a, p. 18).

Quotations which contain less than four lines should flow with the main body of the text and should start and finish with double inverted commas. Quotations which have more than three lines should appear detached from the main body of the text and indented, should not have any inverted commas and should be in font 10, simple space between the lines, with retreat at the left. Quotations in an idiom different from that is used in the article should be presented in italics.

Notes should be appear at the end of the article and before the bibliography. They should be brief, succinct and clear. Bibliographical references are not considered notes.

Bibliography at the end of the document, after the notes, and should contain all the sources which appear as abbreviated references in the main text and in the explanatory notes. It should be like the following:

Books: (Surname in capital letters, Name or initials, title of the work in italics, City of Publication, Editor, Year).

Chapters in collections: Surname of the author in capital letters, Name or initials, title of the chapter between double inverted commas. The expression "In:" Surname of the editor or organizer in capital letters, name or initials, title of the work (collection) in italics, City of Publication, Editor, Year, initial and final pages.

Articles from Journals: Surname of the author in capital letters, Name or initials, title of the article between double inverted commas. The expression "In": Title of the journal in italics, City of Publication, Editor, Year, initial and final pages.

The articles submitted to the Journal will be evaluated by the Editorial Board which has the right to accept, reject or suggest amendments to the article submitted with the purpose of adapting the text to the Journal's editorial guidelines. Once the article has been approved by the Editorial Board of the journal *Revista Brasileira do Caribe*, the article will be published. The articles will be evaluated by two members of the Editorial Board, or two *Ad Hoc* consultants.

Once approved the publication of the article, the author will be contacted by the Editorial Board in other to give in the copyrights for the journal.

In order to supply information about the authors, the journal has a section "about the authors", announced in the summary and which contains an academic biographical résumé of the authors and their e-mail for contact.

